

**A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE  
O DESASTRE DO HOMEM E A LAMA NA NATUREZA  
A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE**

Lucas Grossi Bastos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUCAS GROSSI BASTOS

**A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE**  
**O DESASTRE DO HOMEM E A LAMA NA NATUREZA**  
**A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE**

Belo Horizonte

2020

LUCAS GROSSI BASTOS

**A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE  
O DESASTRE DO HOMEM E A LAMA NA NATUREZA  
A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Prof. Dra. Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte

2020

B327n  
2020

Bastos, Lucas Grossi.

A natureza do homem e a lama do desastre, o desastre do homem e a lama na natureza, a lama do homem e a natureza do desastre [manuscrito] / Lucas Grossi Bastos. – 2020.

226 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Doralice Barros Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2020.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 216-226.

1. Mineração – Teses. 2. Resíduos – Barragem – Teses. 3. Crime contra o meio ambiente – Teses. 4. Calamidades públicas – Teses. 5. Governança – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 622



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE, O DESASTRE DO HOMEM E A LAMA NA NATUREZA, A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE.**

**LUCAS GROSSI BASTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 02 de setembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Profa. Doralice Barros Pereira - Orientadora  
UFMG

Profa. ROGATA SOARES DEL GAUDIO  
UFMG

Profa. Raquel Oliveira Santos Teixeira  
UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 10/03/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogata Soares Del Gaudio, Professora do Magistério Superior**, em 10/03/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Oliveira Santos Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 10/03/2022, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1300968** e o código CRC **88A433B2**.

## AGRADECIMENTOS

É curioso que ao final de tantas páginas escritas, outras tantas reescritas ou apagadas, seja agora tão difícil colocar aqui algumas palavras que possam transmitir como me sinto grato pelos caminhos percorridos. Nem tudo cabe nas palavras. Muitos caminhos, muitos rios, muita gente. Tão grandiosos quanto os Brasis profundos que nos deparamos quando nos pomos a geografar. Em memória, muito obrigado por tudo, vô Noel da Silva Bastos, pela força e referência que carrego para a vida. Agradeço também, em memória, Alberto Avelar Barreto, meu primeiro orientador, uma pessoa de energia única que tanto me ensinou sobre a pesquisa e a vida acadêmica. Agradeço a minha avó, Terezinha Vidal Bastos, cuja história de vida corre no leito do rio, e nos trilhos da ferrovia, e que sem ela, certamente não estaria aqui. Agradeço imensamente as pessoas e comunidades atingidas com as quais pude encontrar em meu caminho, inspirando força, resistência e sabedoria. Agradeço imensamente minha orientadora, Doralice Barros Pereira, que se dispôs a atravessar comigo essa jornada, uma joia rara que encontrei através da Geografia, que com tanta persistência me apoia, me ensina e me inspira. Agradeço aos meus pais, Carla Grossi Ferreira e Marcos Vidal Bastos, que por caminhos tortuosos trilham comigo essa experiência terrena. Agradeço meus irmãos Matheus Grossi Bastos e Thiago Grossi Bastos, sem o apoio e força não poderia estar aqui. Inclusive pela composição da capa do estudo elabora por Matheus. Agradeço a grande parceira e companheira Maisa Costa. Agradeço meu primo Gabriel Vidal, que nas longas madrugadas de prosa me apoia na organização das ideias. Agradeço ao amigo Rodrigo Lemos, professor que tanto me ensina e inspira. Agradeço a amiga Beatriz Ribeiro que partilha comigo as angústias, alegrias e a luta. Agradeço a amiga Denise Sales que direta e indiretamente caminha comigo nessa jornada geográfica. Agradeço imensamente aos diversos amigos, professores e companheiros de jornada, que seria injusto listar e nominar, pois não gostaria de deixar ninguém para trás. Agradeço imensamente as Professoras Raquel Oliveira e Rogata Del Gaudio, pelas brilhantes contribuições, seja nas disciplinas ofertadas, no seminário de dissertação, seja nas conversas. Enfim, agradeço ao ensino público de qualidade que ainda resiste nesse país, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, pois sem o financiamento da pesquisa e toda estrutura, não seria possível realizar o estudo. Agradeço ao Watu e aos Krenak, o rio que fala e resiste, pelas minhas origens, pelo chão que piso, pelos sopros que a vida nos dá para seguir.

## RESUMO

O estudo parte do caso do crime-desastre socioambiental provocado pelo rompimento da barragem de Fundão na bacia do Rio Doce, em 5 de novembro de 2015, cujas responsáveis são as mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton. Com base no “Acordo” celebrado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC – Governança), busquei investigar as tecnologias de “gestão de conflitos” e a estrutura de Governança do processo. O objetivo é compreender como se constrói o campo da “resolução negociada de conflitos”, no caso em questão, através da Análise do Discurso, buscando compreender como se constrói a “gestão da barbárie”, sob as categorias da Governança e Participação. A partir do entrelaçamento da seleção de alguns enunciados das Instituições de Justiça, das empresas e das pessoas atingidas, busquei traçar reflexões colocando o discurso em movimento em seu interior e em sua interdiscursividade. Em especial, procurei verificar os processos e sistemas que produzem efeitos de “verdade(s)” e objetividade(s), exercendo poder, controlando e disciplinando, a dinâmica da vida dos atingidos, neste território. Essas características nos conduzem a profundas reflexões sobre o *modus operandi* das instituições privadas, das instituições de justiça e do Estado, envolvidos na trama desse complexo processo, se sujando de lama a cada passo que dão, ou nela se atolando, face a protelação das ações. Através das contradições expressas no título do estudo, que ironiza o esvaziamento de palavras constantemente usadas nesse processo como: *homem*, *natureza* e *lama*, busquei o desdobramento em reflexões mais amplas como *modernidade*, *governança*, *sustentabilidade*, *consenso/dissenso*, *civilização e barbárie*. Em destaque, as análises do caso em tela nos vão revelando uma problemática referente a um modo processual de operar através desses mecanismos de resolução negociada de conflitos, em conjunto com as políticas de reparação e governança, cujos discursos e o exercício do poder se materializam nos documentos institucionais privados e do poder público, que instituem uma certa gestão da barbárie, cujo ônus recai sobre milhares de pessoas atingidas. No âmbito dos conflitos, podemos entendê-los como expressão das tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento, em que o “meio ambiente” é configurado como um terreno contestado material e simbolicamente. As pessoas atingidas tiveram/têm suas vidas interrompidas e violentamente modificadas. Seus direitos foram e estão sendo colocados em um plano jurídico-institucional, cujos acordos entre o Estado e as empresas réis nesse crime, se dão através de políticas amparadas por uma arquitetura institucional, que se mostram no mínimo, controversas.

**Palavras-chave:** Barragem de Rejeitos de Fundão. Crime-desastre. Discurso. Poder.

## ABSTRACT

The study starts with the case of the socio-environmental crime-disaster caused by the rupture of the Fundão dam in the Rio Doce basin, on November 5, 2015, which the mining companies Samarco / Vale / BHP Billiton are responsible. Based on the “Agreement” signed in the Conduct Adjustment Term (TAC - Governança), I sought to investigate the technologies of “conflict management” and the governance structure of the process. The goal of this paper is to understand how the field of “negotiated conflict resolution” is built, through Discourse Analysis, seeking to understand how the “management of barbarism” is constructed, under the categories of Governance and Participation. From the intertwining of the selection of some statements of the Justice Institutions, companies and people affected, I sought to trace reflections by putting the discourse in motion within and in its interdiscursivity. In particular, I verified the processes and systems that produces effects of “truth(s)” and objectivity (ies), exercising power, controlling and disciplining, the dynamics of the lives of those affected, in this territory. These characteristics lead us to profound reflections on the *modus operandi* of private institutions, institutions of justice and the State, involved in the plot of this complex process, getting dirty with mud with each step they take, or getting stuck in it, in view of the delay of actions. Through the contradictions expressed in the title of the study, which mocks the emptying of words constantly used in this process such as: *man, nature and mud*, I sought the unfolding in broader reflections such as *modernity, governance, sustainability, consensus/dissent, civilization and barbarism*. In highlight, the analyses of the case in question reveals a problem regarding a procedural way of operating through these negotiated conflict resolution mechanisms, together with the reparation and governance policies, whose speeches and the exercise of power materialize in documents of the private institutions and public authorities, which institute a certain management of barbarism, the burden of which falls on thousands of affected people. In the context of conflicts, we can understand them as an expression of tensions in the process of reproducing development models, in which the “environment” is configured as a contested materially and symbolically terrain. Affected people had, and still have, their lives interrupted and violently modified. Their rights were, and are being, put in check, in a juridical-institutional plan, whose negotiations with the State and companies, defendants in this crime, happens through policies supported by an institutional architecture, which shows, at the very least, controversial.

**Keywords:** Fundão Tailings Dam. Crime-disaster. Speech. Power.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AAD** - Análise Automática do Discurso

**ACP** - Ação Civil Pública

**AD** - Análise do Discurso

**ADA** - Área diretamente afetada

**AEDAS** - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

**AGERH-ES** - Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo

**AID** - Área indiretamente afetada

**AIE** - Aparelhos Ideológicos do Estado

**ANA** - Agência Nacional de Águas

**ANM** - a Agência Nacional de Mineração

**ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**ARSH** - Avaliação de Risco à Saúde Humana

**BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**BM** - Banco Mundial

**BNDES** - Banco Nacional do Desenvolvimento

**BPI** - Bunge Participações e Investimentos S.A

**BRICS** - Brasil, Rússia, Índia e China

**CBH** – Comitê de Bacia Hidrográfica

**CBT** - Companhia Brasileira de Tratores

**CIF** - Comitê Interfederativo

**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**COPAM** - Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais

**CRIA** - Centro em Rede de Investigação em Antropologia

**CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional

**CT-Saúde** - Câmara Técnica de Saúde

**CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce

**DIBIO** - Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

**DNPM** – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral

**DPES** – Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

**DPMG** – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

**DPU** – Defensoria Pública da União

**EFVM** - Estrada Ferroviária Vitória Minas

**EIA-RIMA** - Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental

**FAFICH/UFMG** – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

**FCA** - Ferrovia Centro Atlântica

**FEAM** - Fundação Estadual do Meio Ambiente

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio

**GAISMA** - Projeto de Gestão Integrada para Saúde e Meio Ambiente

**GESTA/UFMG** - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG

**GT** - Grupo de Trabalho

**IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IDAF-ES** - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

**IEF-MG** – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

**IEMA-ES** – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo

**IGAM** – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**LI** - Licença de Instalação

**LO** - Licença de Operação

**LP** - Licença Prévia

**MAB** – Movimento do Atingidos por Barragens

**MovSAM** - Movimento pelas Serras e Águas de Minas

**MP** - Ministério Público

**MPE** - Ministério Público Estadual

**MPES** – Ministério Público do Espírito Santo

**MPF** - Ministério Público Federal

**MPMG** – Ministério Público de Minas Gerais

**MRS** - Malha Regional Sudeste

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**NUGEO/SP** - Núcleo de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental da Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PND** - Programa Nacional de Desestatização  
**PNRH** - Política Nacional de Recursos Hídricos  
**QF** - Quadrilátero Ferrífero  
**QFA** - Quadrilátero Ferrífero-Aquífero  
**RMBH** - Região Metropolitana de Belo Horizonte  
**SES-MG** - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais  
**SPI** - Serviço de Proteção aos Índios  
**TAC** - Termo de Ajustamento de Conduta  
**TACG** - TAC Governança  
**TAP** - Termo de Ajustamento Preliminar  
**TTAC** - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta  
**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais  
**UHE** - Usina Hidrelétrica  
**VLI** – (Valor da Logística Integrada) - VLI Multimodal S/A

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DE INTERAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTUDO.....	38
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DA BARRAGEM DE FUNDÃO E O PERCURSO DA LAMA DE REJEITOS ATÉ A FOZ DO RIO DOCE, ATINGINDO DOIS ESTADOS: MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO. ....	47
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DA BARRAGEM DE FUNDÃO E O PERCURSO DA LAMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SANTARÉM, RIO GUALAXO DO NORTE E RIO DO CARMO.....	49
FIGURA 4 - DEVASTAÇÃO DO VALE DO RIO GUALAXO DO NORTE E DAS PROPRIEDADES RURAIS ÀS SUAS MARGENS, BARRA LONGA-MG, DEZEMBRO DE 2015.....	50
FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DAS BARRAGENS DE REJEITO DE MINÉRIO NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO AQUÍFERO. ....	53
FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA SAMARCO/VALE/BHP NO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA BACIA DO RIO DOCE. ....	57
FIGURA 7 – PLUMAS DE REJEITOS NA FOZ DO RIO DOCE.. ....	59
FIGURA 8 - INFORMATIVO DO SINDICATO METABASE MARIANA SOBRE A RETOMADA DAS ATIVIDADES DA SAMARCO.....	73
FIGURA 9 – TRABALHADORES FAZENDO TERRAPLANAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DA EFVM. IMPLANTAÇÃO DO TRECHO LOCAL DE CORONEL FABRICIANO DA EFVM, INAUGURADO EM 07/07/1924, QUANDO RECEBEU O NOME DE CALADO.. ....	89
FIGURA 10 – O TRAÇADO DA EFVM DE 2003. MAPA REGIONAL DA EFVM E SUAS CONEXÕES COM AS FERROVIAS FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA (FCA), MALHA REGIONAL SUDESTE (MRS), SIDERÚRGICAS, FÁBRICA DE CELULOSE, PÁTIOS DE TRASBORDO E PONTOS DE CARREGAMENTO DE MINÉRIO EM 2003.. ....	90
FIGURA 11 – EXPLORAÇÃO DO PICO DO CAUÊ, ITABIRA/MG. ....	92
FIGURA 12 – MEU AVÔ NOEL BASTOS NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ACESITA, EM MEADOS DA DÉCADA DE 1960.....	95
FIGURA 13 - BATALHÃO DE CHOQUE DA PMMG EM CACHOEIRA ESCURA (MG). MARCHA: "UM ANO DE LAMA, UM ANO DE LUTA", NOVEMBRO DE 2016. ....	209
FIGURA 14 - BATALHÃO DE CHOQUE DA PMMG EM CACHOEIRA ESCURA (MG). MARCHA: "UM ANO DE LAMA, UM ANO DE LUTA", NOVEMBRO DE 2016. ....	209

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CATEGORIZAÇÃO E AGRUPAMENTO DOS ENUNCIADOS.....	39
TABELA 2 - REGISTRO SÍNTESE DE ROMPIMENTOS ENVOLVENDO BARRAGENS DE REJEITOS EM MG.....	54
TABELA 3 - CRONOLOGIA DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO.	155
TABELA 4 - INSTÂNCIAS VINCULADAS À LÓGICA PARTICIPATIVA .....	182
TABELA 5 - INSTÂNCIAS VINCULADAS À LÓGICA GOVERNATIVA .....	184

## SUMÁRIO

LIMIAR Fronteiras e Esclarecimentos .....	18
Introdução .....	19
A teoria é uma prática.....	30
Percursos metodológicos .....	35
PARTE I A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE .....	46
Entre os contextos do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton na bacia do Rio Doce e as incertezas espaço-temporais dos danos.....	47
Considerações sobre os riscos à saúde das pessoas atingidas pelo rompimento .....	60
O desastre enquanto prática socioespacial e processo.....	64
A institucionalidade e “gestão” do crime-desastre .....	67
INTERLÚDIO DAS ÁGUAS .....	81
O rio largo e turvo .....	82
Do sal da terra à sede do peixe: Watu, o rio que falava .....	84
Fragmentos de Memórias, Fragmentos de História.....	87
CAPÍTULO I – HOMENS DO PASSADO, PENSANDO NO FUTURO, VIVENDO NO PRESENTE.....	101
1.1. O DEMASIADO HUMANO: REFLEXÕES SOBRE MODERNIZAÇÃO, CRISE, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE .....	102
Modernização .....	102
Os impasses do Iluminismo.....	108
1.2. GEOMETRIA E MICROFÍSICA DO PODER .....	114
Espaço, poder e discurso .....	114
Crise, civilização e barbárie.....	125
PARTE II O DESASTRE DO HOMEM E A NATUREZA DA LAMA.....	133
CAPÍTULO II - AS PROMESSAS DA ECONOMIA VERDE E A LUFADA DE AR DO CAPITAL .....	134
2.1. REFLEXÕES SOBRE NATUREZA, (IN)SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA .....	134
Geografia e Natureza .....	134
A Economia Verde, Governança e a (In)sustentabilidade.....	140
Reflexões sobre Governança ambiental e o licenciamento ambiental da barragem de Fundão .....	152

2.2. ORIENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NA ANÁLISE DO DISCURSO .....	160
Princípios e Fronteiras .....	160
Análise do Discurso – Horizonte de interdisciplinaridade .....	167
PARTE III A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE .....	171
CAPÍTULO III – PRIMEIRO COMO TRAGÉDIA E DEPOIS COMO FARSA: O CRIME-DESASTRE DA SAMARCO .....	172
3.1. O DISCURSO DO CONSENSO NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO TAC – GOVERNANÇA (TACG).....	172
A construção do TACG .....	172
3.2. A RAZÃO DE ESTADO E DO CAPITAL: PARTICIPAÇÃO, CONSENSO, GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA .....	181
Estrutura institucional.....	181
Participação e consenso .....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	215
Para não encerrar .....	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	220

## **LIMIAR**

### Fronteiras e Esclarecimentos

[...] Não há véu tecnológico, não há véu ideológico que possa continuar a encobri-la. O único modo de manifestar-se que lhe resta é a contradição nua e crua, a irracionalidade convertida em racionalidade, só uma consciência falsa pode ainda suportá-la, uma consciência que se tornou indiferente à própria diferença entre verdadeiro e falso (MARCUSE, 1965 *in* MARX, 2011 [1852], p. 15).

[...] porque nesse mundo tudo se encontra previamente perdoado e tudo é, portanto, cinicamente permitido (KUNDERA, 1984, p.1).

## *Introdução*

O LIMIAR é a introdução, o momento quando são apresentadas e definidas algumas fronteiras e esclarecimentos, o início da polifonia das palavras e do discurso que irrompem em uma abertura, trazendo os recortes possíveis, bem como a colocação do problema, os alinhamentos teóricos, os objetivos do estudo.

Quando esboçava o que viria a ser um projeto de mestrado, me encontrava em uma dessas fases transitórias da vida, por uma série de razões as quais irei poupá-los dos pormenores. Havia acabado de me formar como bacharel em Geografia na UFMG, quando trilhava um caminho, digamos, com ênfase na “geografia física”, mais precisamente nas interlocuções com a climatologia. Àquela época pouco fui apresentado às discussões críticas, restando aquilo que nos era apresentado com mais frequência, um certo “endeusamento” de disciplinas duras da geografia, em sua interface com as ciências naturais. Com esse perfil técnico do bacharelado, acabei trabalhando em uma empresa que prestava serviços de consultoria ambiental para uma série de projetos minerários, tendo por principal cliente a Vale S.A. Ainda que frustrado com esse infeliz trabalho, cujo objetivo era produzir estudos que pudessem viabilizar projetos extrativistas, tive a oportunidade de refinar minhas percepções sobre as “questões ambientais”, a legislação, as formas e estratégias de organização do licenciamento ambiental etc.

Posteriormente, em meados de 2015 estava cursando licenciatura em Geografia, como continuidade de estudos, após me formar. Nesse momento já buscava uma aproximação com uma série de discussões relacionadas a Filosofia, Sociologia, Ecologia Política, Antropologia e a Geografia, tentando de alguma forma me desvencilhar do campo das ciências duras, me reorientar na profissão que havia escolhido. Neste momento, começava a delinear algo ainda vago e em certa medida ingênuo como projeto de vida, mas que perpassasse pela gestão de “Recursos Hídricos” e mobilização social. Foi então que acabei sendo interpelado pelo rompimento da barragem de Fundão, no dia 05 de novembro de 2015, localizada em Bento Rodrigues, uma comunidade histórica, que remonta ao período colonial, distrito do município de Mariana, em Minas Gerais.

Nessa mesma época, havia começado a trabalhar no Projeto Manuelzão<sup>1</sup>, na Faculdade de Medicina da UFMG. Naquela quinta-feira do rompimento, estava chegando ao Projeto

---

<sup>1</sup> O Projeto Manuelzão possui um histórico de articulação e luta política que muito me acrescentou. Surgiu em 1997, ligado às atividades do Internato em Saúde Coletiva, disciplina do curso de Medicina em que os estudantes

para trabalhar, quando alguém estarrecido comentou que uma barragem havia se rompido em Mariana. Minha primeira reação foi ligar o computador e buscar por diversos sites e canais de comunicação na internet. A primeira sensação foi a de choque ao ver os vídeos e fotos, os gritos, a lama... A proporção quase cinematográfica das imagens de tudo aquilo, muito longe de ser uma ficção, era a mais atroz das realidades. Naquele dia, foi difícil manter o foco em minhas tarefas. Passei horas acompanhando cada nova notícia, tentando compreender o que acontecia, tentando ligar os fatos. Algumas daquelas pessoas com as quais trabalhava possuíam uma experiência de 20 anos de Projeto Manuelzão, com base na recuperação e preservação da bacia do Rio das Velhas. Ninguém ali havia visto nada parecido até aquele momento. E de fato, nunca acontecera nada parecido, não nessas proporções na história desse país.

No dia, fui assolado de tal forma, que as primeiras memórias de minha infância, o Rio Piracicaba e a ferrovia aos fundos do quintal dos meus avós em Coronel Fabriciano/MG... toda a vida dos meus familiares que correu nos trilhos da ferrovia, no rio, naquele território... tudo veio em um golpe implacável. Com o passar das semanas, a imprensa narrava o avanço da “lama” pelo Rio Doce até chegar em sua foz, em Regência, no Espírito Santo. Conforme a Lama se aproximava do Oceano Atlântico, mais rarefeitas tornavam-se as notícias e mais sólida era a desinformação. O que sugeria que a “tragédia”, diziam eles, tivesse chegado ao seu fim. Porém, aquilo não foi nem mesmo seu início, tampouco, é o seu fim. E para além de minha afetividade ligada ao Doce, das memórias das viagens de trem na EFVM (Estrada Ferroviária Vitória Minas), das histórias de meu avô ferroviário, aquele 5 de novembro/2015, revirou toda uma sobreposição conflitante de inquietações, frustrações e revoltas ao longo da minha vida.

Um mês após o rompimento, o Projeto Manuelzão propôs uma incursão a campo, que pude participar, passando por Bento Rodrigues e Barra Longa (MG). Na oportunidade da visita contamos com o apoio e orientação de colegas do Comitê do Rio Piranga, afluente do

---

passam três meses em municípios do interior de Minas Gerais, desenvolvendo atividades de medicina preventiva e social. Percebendo a necessidade de buscar políticas públicas que fomentassem a melhoria da qualidade ambiental nessas localidades do interior, sobretudo, pela grande quantidade de adoecimento por veiculação hídrica, o foco do Projeto se dá a partir da percepção de que a saúde não se reduz à uma questão médica, medicativa e assistencialista, mas que traz em sua base a luta por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida. O projeto adotou, então, o território da bacia hidrográfica do Rio das Velhas como foco de atuação. É interessante notar, que quando do surgimento do Manuelzão, estava sendo instituída a Lei das Águas [No dia 8 de janeiro de 1997, foi criada a Lei nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos], quando membros do projeto participaram ativamente desse processo, e instituiu, também, os comitês de bacia hidrográfica. As experiências de mobilização social e gestão territorial foram incorporadas ao CBH Velhas, que possui diversos membros formados pelo Manuelzão atuantes nesse setor da política pública.

Rio Doce. A pequena expedição reuniu uma equipe composta por professores e pesquisadores da UFMG de diferentes áreas do conhecimento: medicina, biologia, geografia, geologia e comunicação. Na ocasião, representantes do Projeto Manuelzão, do Laboratório de Geoquímica do Instituto de Geociências da UFMG e do Laboratório de Interação Micro-organismo-planta e Recuperação de Áreas Degradadas do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG visitaram a região, nos dias 25/11/2015 e 02/12/2015. Numa ação conjunta foi elaborado um estudo preliminar, discutindo alguns dos diferentes tipos de danos decorrentes do rompimento de Fundão.

Esse primeiro contato foi fundamental para os novos caminhos que comecei a trilhar. Após um ano do rompimento, através de um grande amigo que fiz no Manuelzão, fiquei sabendo que haveria uma caravana que iria percorrer a bacia do Rio Doce, no marco do primeiro ano do crime. Essa caravana, ou marcha – “*Um ano de lama, um ano de luta*” –, foi organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e caminhou por mais de 700 Km, entre 31 a 05 de novembro de 2016, passando por nove municípios, fazendo um trajeto contrário ao da lama: da foz do Rio Doce, em Regência, município de Linhares (ES) a Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG)<sup>2</sup>. O marco reuniu diversas pessoas atingidas de toda a bacia, movimentos populares, grupos de pesquisas de várias universidades do país, políticos e convidados internacionais como o equatoriano Robson Yumbo, do povo Cofán, integrante da *Unión de Afectados por Texaco-Chevron*, bem como membros do Parlamento Europeu do partido político PODEMOS. Na ocasião, a Pró-reitora de Extensão, da UFMG convocou a comunidade universitária e o Programa Participa UFMG, para participarem da marcha, reunindo alunos de graduação e pós-graduação da UFMG dos cursos de Geografia, Ciências Socioambientais, Arquitetura, Psicologia e Direito.

Imergir no território por esses sete intensos dias, me proporcionou fortes trocas e aproximações com inúmeras pessoas, incluindo atingidas e atingidos pelo crime de diversas regiões da bacia. Compartilhamos os dias, desde o momento de acordar e preparar as refeições, até os atos políticos que ocorriam nas comunidades atingidas. Participamos dos seminários, confraternizando e encerrávamos o dia juntos. A partir da primeira marcha, alguns

---

<sup>2</sup> Em novembro de 2016 pude participar da marcha organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): “Um ano de lama, um ano de luta!”. A manifestação popular percorreu nove municípios, partindo da foz do rio Doce, em Regência, distrito de Linhares (ES) à Bento Rodrigues, em Mariana (MG). O ato reuniu diversos atingidos pelo crime-desastre da Samarco na bacia do Rio Doce, grupos e movimentos sociais, representantes dos povos Krenak, Guarani e Tupiniquim, grupos de pesquisas de várias universidades do país, bem como políticos e convidados internacionais, como membros do Parlamento Europeu do partido político PODEMOS, e ainda, atingidos por desastres, como o equatoriano Robson Yumbo, do povo Cofán, integrante da *Unión de Afectados por Texaco- Chevron*. Na ocasião, pude não só viver e participar das manifestações, como, também, registrar e dialogar com diversos participantes.

contatos foram estabelecidos e caminhos foram abertos, transportando-me para a inquietude de tentar acompanhar o andamento desse caso.

Posteriormente, entre 04 e 14 de novembro de 2018, pude participar do terceiro marco organizado pelo MAB, a marcha: *“Do rio ao mar, não vão nos calar”*. Essa marcha foi marcada por atos e seminários em Mariana, Ouro Preto, Ipatinga, Naque, Cachoeira Escura, Governador Valadares, Colatina, Aimorés, Resplendor, Baixo Guandu, Itueta, Regência e Vitória.

Desde então, nesses quase 5 anos, foram longas as conversas informais e formais, os atos políticos, seminários, audiências públicas, grupos de trabalho etc. que pude vivenciar, registrar e burilar de tudo isso, inúmeros materiais, até chegar na conformação desse estudo.

Inicialmente, por caminhos tortuosos, decidi realizar um estudo privilegiando os discursos, cujo corpus documental seriam documentos oficiais da Samarco/Vale/BHP, pertinentes ao caso do rompimento da barragem de Fundão, na bacia do Rio Doce. No entanto, partindo da compreensão de que o discurso não é uma estrutura fechada, passei a me atentar à uma extensa gama de formações discursivas que são conflitantes e/ou se somam em torno desse processo. Elas advêm dos mais diversos sujeitos, instituições e fontes – como documentos jurídicos, notícias, vídeos, portais de comunicação oficiais públicos e privados, manifestações políticas populares, eventos acadêmicos etc. Tentei de tudo isso, apreender alguns enunciados que pudessem dialogar com minha questão de pesquisa.

Como um documento por si só é extremamente complexo do ponto de vista analítico, decidi estabelecer interlocuções entre essas fontes e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Governança: um dos principais alicerces político-normativos do/no processo. Tal termo foi assinado em acordo pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e por outros órgãos do poder público ligados de alguma forma, ao caso. Fiz a seleção desse documento, não como centralidade de análise em si, mas como um eixo norteador da discussão e análise, visando compreender como o discurso e as práticas normativas incidem na vida das pessoas. Para tal, busquei, também, selecionar uma série de enunciados das atingidas e atingidos em seminários, atos políticos etc. Procurei integrar esse conjunto de enunciados ao texto, e progredi com o processo analítico de forma mais fluída e integrada ao estudo. O TAC-Governança apresenta-se como eixo norteador nesse estudo, por ser ela parte da materialidade que dispõe as regras e diretrizes em um plano político e jurídico, cujas tecnologias de poder operam através da negociação e mediação de conflitos/direitos, por meio da construção (imposição) de consensos entre as partes interessadas: os atingidos sob tutela do Ministério Público, e a Samarco/Vale/BHP, ré no processo.

Quanto mais chafurdava nessa lama, mais fui me incomodando com certas estruturas, práticas e discursos que não são nenhuma novidade. Estão presentes, instituídos na razão científica e do Estado, nas burocracias institucionais, bem como nas construções e organizações sociais, sustentáculos do processo de modernização, bem como no processo civilizatório, ao qual somos produtores e produzidos. De algum modo, esses discursos seculares encontram-se, mesmo que residualmente, engastados na forma como nos organizamos enquanto sociedade. Discursos estes que se reinventam/reestruturam/reproduzem nesse crime-desastre, o que me leva a ponderar e expandir a discussão para além desse processo em si, objetivando compreender como, a partir do discurso, os sujeitos se atribuem de poder, como dele se “armam” de verdades para exercer o poder. Em outras palavras, como nossa sociedade constrói as conjunturas históricas, sociais e geográficas que autorizam e dão autoridade aos discursos institucionais, o legitimam para que o mesmo possa, enquanto materialidade, exercer o poder sobre duas categorias-chave para compreender o crime-desastre: população e o território.

Neste estudo, o rompimento da barragem de Fundão é analisado sob o guarda-chuva de pelo menos dois conceitos que atribuem sentidos semânticos que se completam: crime e desastre. O primeiro, conforme a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF), apoiado na conclusão de diversos inquéritos policiais, aponta para a existência de “crimes” (no plural). Dentre eles, destacam-se: o de poluição qualificada (art. 54, §2º, I, III, IV e V da Lei 9.605/98), crimes contra a fauna (art. 29 e art. 33 da Lei 9.605/98), crimes contra a flora (art. 38, art. 38-A, art. 49 e art. 50 da Lei 9.605/98), crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62, I, da Lei 9.605/98), crimes contra a administração ambiental (art. 68, 69 e 69-A da Lei 9.605/98), inundação (art. 254 do Código Penal), desabamento e desmoronamento (art. 256 do Código Penal) e crimes de homicídio qualificado por dolo eventual. Conforme a legislação brasileira (art. 225, §3º, de nossa Constituição), as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton só podem ser responsabilizadas criminalmente pelos crimes relacionados à legislação ambiental. Os outros crimes são atribuídos às pessoas físicas, de acordo com a peça acusatória formulada pelo MPF (POEMAS, 2018, p.4).

O segundo conceito implica no entendimento do desastre, primeiro, como uma faceta de uma situação coletiva na qual há perdas e danos involuntários e súbitos de forma extremamente drástica e violenta, que desorganizam severamente e em diversas dimensões (social, ambiental, econômica, familiar, individual etc.) os modos de vida, as rotinas, os projetos de inúmeras pessoas, municípios e comunidades. Essa situação coletiva, drástica e multidimensional situa-se em uma crise social enquanto conjuntura, e não somente como um

acidente, evento ou acontecimento. O desastre não é o rompimento da barragem em si, e sim corresponde a um conjunto de práticas e relações políticas, sociais e institucionais que o produzem e reproduzem (VALÊNCIO, 2014; QUARANTELLI, 1998; OLIVER-SMITH, 1999). Conforme Zhouri *et al.* (2017) o desastre da Samarco/Vale/BH pode ser compreendido, também, a partir da atribuição do termo sociotécnico, caracterizando-o enquanto “*um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco*” (ZHOURI *et al.*, 2017, p.40). O desastre acentua, sobremaneira, violências e desigualdades estruturalmente e historicamente existentes. Desse modo, o exercício de trazer as reflexões sobre “homem”, “natureza”, modernidade, civilização e barbárie se dá no intuito de ampliar a discussão afeita aos *desastres* como a própria vida moderna e seus contextos de desigualdades, violências e barbáries. Todos envolvem ainda, as falhas da governança que produzem novos padrões de vulnerabilidades. Teremos cuidado para entender estas como parte de um contexto discursivo e prático mais amplo, no âmbito das sociedades ditas modernas.

Não poderia eu, então, chegar tão prontamente com uma receita prescritiva revestida de verdades e conceitos dados, ou mesmo de imediato com uma metodologia clara e definida, sobretudo, abordando um processo tão dinâmico, confuso e difuso. Foi necessário passar por percursos de questionamentos e desconstrução de meus próprios pressupostos para não incorrer em uma produção de conhecimento logicamente fria, cartesiana e racional, opressora, cega e objetivista, objetificando... Como a própria forma textual acadêmica me pareceu muito enxuta e objetiva para a densidade do debate, optei em utilizar uma linguagem que, em alguns momentos, tenta se desvencilhar do hermetismo acadêmico. Contudo, certamente existem momentos do texto que são, digamos, mais densos e herméticos.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa foi necessário pensar a problematização do tema como eixo norteador, como base empírica que fomentasse a busca do corpus teórico, orientando e contextualizando o processo em tela, no espaço e no tempo. O intuito não é responder tão logo uma questão de pesquisa, e sim ser por ela transportado para suscitar as reflexões do estudo. Ao aproximar-me da metodologia da análise do discurso (AD), não como um “passo a passo”, aspirei trazê-la para o interior mesmo desse texto e ampliar o debate em outras fronteiras, a partir da seguinte questão: *Os discursos institucionais produzem efeitos de verdade e objetividade na dinâmica da vida das pessoas atingidas na bacia do Rio Doce? Como tais discursos podem produzir efetivamente o controle e o disciplinamento territorial?*

As questões podem nos transportar, portanto, a pensar tanto em termos amplos, de como as relações de poder instituídas pela razão de Estado, amparadas pelas justificativas técnicas de determinados campos científicos, passam a se legitimar e autorizar historicamente. Não obstante, como o próprio corpus discursivo-documental das agências governamentais – Ministério Público, Defensoria Pública etc. – e das empresas responsáveis pela barragem são autorizados e legitimados a exercer o poder, fomentam uma “gestão” do crime-desastre, que, através de um certo tecnicismo, tenta justificar a “economia” do desastre e precificar e negociar os danos e direitos das pessoas atingidas.

Optei pelo discurso – enquanto prática, ação e omissão – como eixo metodológico, posto haver diferentes maneiras de se estudar a linguagem, seja no esforço de se debruçar sobre a língua enquanto sistema de signos ou sistema de regras formais e, aí temos a Linguística; ou no sistema normativo da língua através da Gramática que não serão aqui abordadas. O mundo estrutura-se em linguagem. Nós o compreendemos, apreendemos, produzimos por meio da linguagem, é ela que permite, de alguma forma, estabelecer mecanismos de controle. Todas as atividades humanas estão indissociavelmente permeadas pela linguagem, expressão de como concebemos e produzimos o mundo. A linguagem atravessa e compõe o humano.

E afinal, o que é o discurso? O discurso e sua análise se diferem, por suas próprias etimologias. A palavra discurso sugere movimento: palavra em movimento, percurso, percorrer por... O discurso é a palavra em movimento, e sua análise implica a língua fazendo/atribuindo sentidos, enquanto prática social através do trabalho concreto e simbólico: é a capacidade de mulheres e homens significar e significar-se, constituindo-se historicamente e construindo suas histórias.

A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre as pessoas em interação entre si e entre a realidade social, geográfica e histórica. Neste sentido, é fundamental entendermos o discurso aqui não como a língua enquanto sistema abstrato, e sim a língua no espaço, considerando a produção de sentidos enquanto parte integrante da vida social (ORLANDI, 2005; BATISTA, 2019). Assim como a linguística, a análise do discurso (AD) possui suas mais diversas perspectivas, como será melhor abordado no Capítulo II. No entendimento desse estudo, a análise não deve se ater a uma perspectiva opaca erigida por amostras reduzidas da linguagem, falada ou escrita enquanto um sistema puramente abstrato. O discurso aqui será entendido e tratado, portanto, como uma realidade concreta, historicamente constituída através das práticas sociais e de poder – são os discursos que conferem a materialidade e a plasticidade às relações de poder e, como tais são constitutivos

da sociedade (FOUCAULT, 1995(a); FOUCAULT, 1995(b); FOUCAULT, 2004 [1971]; FOUCAULT, 2009; ORLANDI, 2005; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999).

Debruçar sobre o caso do rompimento de Fundão na bacia do Rio Doce exigiu-me um exercício de pensar as escalas, as fronteiras e os olhares (discursos/ideologias), tão amplos quanto às inquietações que o processo pode nos trazer. Não é algo simples, e nem haveria de ser. Trata-se de um crime que é ao mesmo tempo um desastre, atingindo mais de 40 municípios, de Mariana (MG) ao litoral do Espírito Santo, deixando 20 mortos diretamente, um sem número de famílias desalojadas, com problemas graves de adoecimento físico e mental, devastando uma das mais importantes bacias hidrográficas do país. O olhar é amplo, pois não se trata aqui de compreender esse crime-desastre como um epifenômeno descolado do mundo ocidental moderno e do modo de ser, existir e produzir/reproduzir capitalista. Tampouco procuraremos compreender o crime-desastre como uma discussão restrita às especificidades do campo do saber científico parcelar: “geografia dos desastres”, “antropologia dos desastres”, “sociologia dos desastres”, embora essa literatura seja de fundamental importância para as reflexões aqui desenvolvidas.

O estudo tem como objetivo geral compreender como foram/são mobilizados os dispositivos normativos das instituições de justiça, e como essas tecnologias de poder possibilitam uma “gestão”, através de seus efeitos de verdade e objetividade na vida das pessoas atingidas, dando maior capilaridade ao controle e disciplinamento territorial por parte dessas empresas mineradoras. Em especial, almejo verificar como estes discursos podem efetivamente produzir o controle e disciplinamento, interferindo na vida das pessoas atingidas, através do campo da resolução negociada de conflitos, sobretudo no âmbito discursivo normativo-institucional, do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton na bacia do Rio Doce. Essa concepção se justifica mediante um alinhamento teórico e eixo metodológico fundamental, partindo das formas de exercício de poder, sobretudo, pela possibilidade de pensar o poder dialogando com Michel Foucault. Como Roberto Machado (2009) demarca na introdução de *Microfísica do Poder*, a perspectiva analítica de Foucault visa compreender como os mecanismos de poder se expandem por toda a sociedade:

[...] assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando o corpo em técnicas de dominação. Poder que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder (MACHADO (org.), 2009, p. XII, in FOUCAULT, [1979]).

Trata-se de uma perspectiva de análise a qual Foucault denomina de descendente, deduzindo que o poder partindo do Estado, até onde ele se prolonga nas esferas mais diluídas da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados. Essa perspectiva compreende que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes, mas que não se encontram exclusivamente nele localizados, o ultrapassam e complementam. Isso não minimiza o papel do Estado nas relações de poder, porém, amplia o entendimento, de modo que o Estado não é, portanto, órgão central e único de poder, e a rede de poderes das sociedades modernas não são uma extensão dos “efeitos” do Estado, um simples prolongamento ou difusão de seu modo de ação (FOUCAULT, 2009 [1979]).

Sob esse alicerce teórico-metodológico, intentamos aqui discutir como a questão do extrativismo e da exploração mineral passa, antes de tudo, pela exploração do trabalho, das pessoas e de seus territórios. No Rio Doce, pessoas tiveram/têm suas vidas interrompidas e violentamente modificadas. Seus direitos foram e estão sendo colocados em xeque, ou mesmo eliminados em um plano jurídico-institucional com relações de poder extremamente assimétricas. O TAC Governança (TACG ou TAC-Gov) institui, através de negociações com as empresas, que são as rés nesse crime, as diretrizes para se “gerir” o crime-desastre; isso se constitui por meio de políticas amparadas em uma arquitetura institucional de governança. Essa se mostra no mínimo controversa<sup>3</sup> ao envolver os órgãos do Estado, as empresas e diversas instituições públicas e privadas que fazem parte do emaranhado desse processo. Tais organização e governança baseiam-se em protocolos que presumidamente deveriam dar maior celeridade às reparações das vítimas e que, supostamente, seriam democráticas e voltadas à construção de consensos e políticas de “boa governança”. A falta dessas características nos conduz a profundas reflexões sobre o *modus operandi* das instituições privadas, das instituições de justiça e do Estado. Todos envolvidos na tessitura desse complexo processo, se sujaram de lama a cada passo que dão, ou nela se atolam, face à protelação das ações nesses seis anos, desde o rompimento de Fundão.

Portanto, para pensarmos o crime-desastre, é fundamental refletir não só quanto a produção discursiva específica afeita ao caso, mas também, quanto as formações discursivas que estruturam a própria normatividade jurídica e técnico-científica que o (des)orienta, correndo engastadas nas tramas fluviais da história: os discursos basilares da razão e do processo de modernização. Nesse sentido, esse estudo se desdobra em discussões mais amplas que se iniciaram em uma reflexão, como mote para o próprio título dessa dissertação e de suas

---

<sup>3</sup> A estrutura desse arranjo institucional será apresentada e discutida com maior profundidade no decorrer do estudo, dando maior ênfase no Capítulo III.

seções. Faço isso mediante a uma ironia depreendida da dicotomia “homem/natureza”, trazida em forma de anagrama, contemplando palavras constantemente mobilizadas, apropriadas, esvaziadas ou que a elas, agregam sentidos outros desse processo, e também, alicerçam a razão científica moderna, tais como: *homem, natureza e lama*.

Digamos que para esse “homem”, ideologicamente definido pela perspectiva colonizadora ocidental, não há solução. As forças tendem para uma formação negativa, onde todos os agenciamentos ao longo da história – religião, superstição, autoridade – começaram a esmorecer, ainda que permaneçam, a partir do séc. XIX: a morte de Deus, o nascimento do homem, introduzindo a razão, o pecado e a culpa. A unidade do objeto “homem moderno” certamente não nos permite individualizar um conjunto de enunciados e estabelecer entre eles, uma relação ao mesmo tempo constante e descritível. Bem como discute Foucault (1995), em *Arqueologia do Saber*, ao suscitar o exemplo da “loucura”: “*Esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável*” (FOUCAULT, 1995, p.36).

O que se constrói através das formações discursivas da ciência moderna não são uma unidade, certamente, porém um recorte da construção do que se poderia dizer dos discursos sobre “homem”, “natureza” e “modernidade”. A imagem de *homem*, que nos serve aqui, como mote do título do estudo e de suas seções, é trazida, certamente como uma ironia desse chavão generalizado da vida. Posto ser ele fruto da pretensa construção sexista, totalitária e totalizante de um entendimento hegemônico do que se poderia dizer de discursos sobre o “homem moderno” ou discursos sobre a “natureza”.

Uma colocação trazida por Herbert Marcuse (1965) pode ser associada a grandes semelhanças com o contexto do estudo, no qual sua alusão à linguagem de escárnio mobilizada por Marx, nos inspira ao uso da ironia frente à essa realidade, como resistência aos horrores do desastre: “*A mistura de estupidez, ganância, baixaria e brutalidade que perfaz a política deixa a seriedade sem fala [...] Isso é cômico, mas a própria comédia já é a tragédia, na qual tudo é jogado fora e sacrificado*” (MARCUSE, 1965 in MARX, 2011 [1852], p. 13-14).

Desse modo, optei em desenvolver algumas reflexões que perpassam o caso em tela e nos auxiliam a interpretá-lo, tais como: a *produção/reprodução do espaço, colonialidade, modernidade, governança, governamentalidade, técnica e ciência, conflitos socioambientais, resolução negociada de conflitos, consenso/dissenso, biopolítica, civilização e barbárie* (FOUCAULT, 2009; FOUCAULT 2004[1970]; FOUCAULT 1995(b); MENEGAT, 2006;

BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999 [1929]; ORLANDI, 2005; ZHOURI, 2008; MILANEZ e LOSEKANN (org.), 2016; ACSELRAD, 2004; NADER, 1994; VIÉGAS, 2016).

Amparo-me, então, na experiência do crime-desastre na bacia do Doce, por ela provocar inquietações/incertezas e possibilitar mediar a compreensão de discursos e práticas que se materializam através de processos/projetos coloniais e modernos em nossos cotidianos. Tudo isso acentuando violências, violações, bem como a vulnerabilidade e os abismos em nossas vidas, mais especificamente na vida e morte das pessoas que foram e são atingidas por essa densa trama de genialidade humana, sendo o cotidiano:

Aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo (DE CERTEAU, 1998, 31).

Neste sentido, olhemos para as fronteiras do estudo e para esse recorte da bacia do Doce, como um(a) geógrafo(a) olha para além da paisagem. Olhar não só como um material artístico e contemplativo; instigado não só pelo que se vê, ou pela estética, mas elevar a mirada para o que está além do visível, do imediato, fenomênico. Um olhar atento procura entender essa paisagem, explica-la. E, eis aí, um exercício humano não exclusivo das geógrafas e geógrafos. Ele remonta aos tempos quando não havia sequer a concepção da geografia enquanto ciência parcelar, ou mesmo a formação desses “especialistas”. O olhar geográfico, olhar a Terra, grafar a Terra: atentar-se ali para um verdadeiro palimpsesto, moldado ao longo das eras pela ação de forças cósmicas, geológicas, e sobretudo pelas forças das movimentações humanas; de grupos sociais que para estes espaços fluíram/fluem, se instalaram/instalam, produziram/produzem/reproduzem e também os aniquilam. Pensemos, então, nesse espaço como uma realidade concreta e material, que também é simbólica carregada de significados, discursos e representações (LEFEBVRE, 2006); modelada pouco a pouco pelas expectativas, desejos e ambições, pelo trabalho, pela barbárie, pelos discursos e práticas, pelos conflitos e temores:

A essa noção de espaço como palco da atividade do homem, organizado em função das necessidades dos grupos humanos, entendendo a terra como morada, contrapõe-se a ideia de espaço produzido pela sociedade onde o trabalho, como atividade produtora, tem o caráter de mediador da relação. Portanto, à ideia de exterioridade do espaço geográfico em relação ao homem contrapõe-se a ideia de produção humana, histórica e social. O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana (CARLOS, 1994, p.33).

Olhar para esses limites, e fundamentalmente se indagar e expandir o que está além desse imediato, suas contradições nuas e cruas implica considerar que:

A escravidão é denominada liberdade, a intervenção armada, autodeterminação, tortura e bombas incendiárias são “*conventional techniques*” [técnicas convencionais], o objeto é sujeito. Nela, fundem-se política e *publicity* [publicidade], negócio e filantropia, informação e propaganda, bom e ruim, a moral e a sua eliminação. Em que antilinguagem a razão ainda pode se expressar nesse caso? (MARCUSE, 1965 in MARX, 2011 [1852], p. 15).

E aqui pensemos as escalas em termos geográficos e não apenas cartográficos; claro há a dificuldade de se trazer um recorte discreto e singular, pois, o esforço está em transitar entre as escalas, já que a realidade está contida em todas elas e de todas elas abunda. A tentativa é não fragmentar mais o real, embora esse já nos apareça fragmentado, e assentir parte de sua apreensão. A escala não define o nível de análise, muito menos com ele deve ser confundida, a escala irá conferir visibilidade ao fenômeno, pois são noções independentes conceitual e empiricamente (CASTRO, 1995, p.123). Temos aí um recorte da apreensão de um território mais específico, que é a bacia do Rio Doce. O caso em tela, para ser melhor entendido e explicado, fundamentalmente, merece efetuar movimentos transescalares, em dimensões que ora serão locais, regionais e/ou globais.

Dando sequência a este *Limiar – Fronteiras e Esclarecimentos*, tratarei agora de apresentar uma breve reflexão sobre como a teoria em si é uma prática, avançando para os percursos metodológicos do estudo. Na introdução, busquei evidenciar como me aproximei do crime-desastre no Rio Doce e como de tal envolvimento fui instigado a torna-lo centralidade nesse estudo, trazendo à tela os objetivos e a questão de pesquisa que nos norteia ao debate. Sem mais me estender por aqui, convido vocês leitores a embarcarem comigo nessa jornada, aos confins da bestialidade humana, tão civilizatória e normativa, quanto brutal e opressora.

### *A teoria é uma prática*

Na PARTE I desse estudo opto por fazer o movimento de trazer uma variedade de discussões que permitam dar um tom, às complexidades que perpassam o pensar a respeito do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP. Qualquer texto, por mais amplo que se pretenda, sempre terá a finitude que lhe é própria. Por mais que eu me esforce em tentar apreender, complexificar e movimentar em múltiplas escalas de análise, a discussão, inevitavelmente terá

seus recortes e seleções. Procurei caracterizar alguns contextos do crime-desastre, passando por reflexões sobre a multidimensionalidade dos danos e dos riscos; a construção histórica e cultural da própria noção de risco; a complexidade transescalar que envolve a trama do estudo, buscando dar ênfase a institucionalidade do caso. De certo, ao selecionar a discussão pelo viés institucional, podemos deixar de abordar uma infinidade de detalhes e pormenores da ordem do cotidiano de quem vive, percebe e sente na pele as violências e o próprio poder e controle que os atravessam. Ainda assim procurei manter uma discussão mais ampla, não no sentido de invisibilizar ainda mais essas pessoas, e sim trazer à tona, uma diversidade de enigmáticas fragmentações sob as quais pude me aproximar, pela produção discursiva institucional. O estudo, aos poucos, foi se consolidando através das formas pelas quais pude me aproximar e discutir essa temática, o que tem sem dúvidas seus limites (e sempre terá!), mas que, também, abrem um leque de possibilidades. Não pretendi trazer uma ideia de “todo”, mas ilustrar, em alguma medida, nesse recorte finito de um estudo acadêmico, quão complexo e intrincado é lidar com um processo como esse. Processo que não se explica por si só e, para tal busquei articular concepções plurais das ciências humanas, em uma leitura dos discursos a partir da Geografia.

O objetivo não é me ater a uma discussão puramente epistemológica, não se trata de afirmar qual concepção é mais assertiva das ciências humanas. Voltamo-nos a demonstrar como algumas delas contribuem analiticamente de modo muito mais frutíferas e que levam, cada qual a sua maneira e método, a diferentes caminhos, que não se anulam e estão constantemente em disputa no âmbito acadêmico. No mesmo sentido, me esforço em trazer uma discussão “teórica” e “filosófica” sobre a modernização, muito mais para demonstrar como estamos submetidos institucionalmente à uma série de discursos seculares que possuem uma razão de ser, uma razão colonial, uma lógica moderna, e mais, uma razão moderna bárbara e violenta, que se legitima tendo por cerne a própria razão científica e do Estado, no entrelaçamento da economia com o campo jurídico. Digamos que essa razão, de forma extremamente dinâmica e adaptativa, se institui em alguma medida, a partir de uma relação de exterioridade do *homem* versus a *natureza*. Trata-se do modo como socialmente o pensamento hegemônico compreende a natureza sob uma perspectiva funcionalista para “o homem”, isto é, as formas pelas quais nossa sociedade se apropria desse “meio ambiente”. Essa imbricação político-discursiva tem por cerne não só essa (i)racionalidade na forma como institucionalmente nossa sociedade lida com as pessoas e com o espaço, mas a própria construção de uma “crise ambiental”. Os agentes que produzem e reproduzem essa realidade – tais como o Estado, o setor privado e as mais diversas instituições modernas –, apostam na

resolução dos problemas produzidos pela forma como socialmente nos apropriamos e usamos o espaço, dando ênfase a uma “economia verde” e “modernização ecológica”, possibilidades promovendo profundas repercussões nas relações de poder, controle e disciplinamento de territórios.

Trazendo agora alguns pressupostos quanto a produção desse estudo, digamos que quando de imediato somos constrangidos a nos aproximarmos cientificamente do “objeto” de estudo, a partir de concepções apriorísticas enrijecidas, é certo que corremos um sério risco não só de nos enclausurarmos em perspectivas herméticas ou nos atordoarmos, dificultando a compreensão dos fenômenos e processos averiguados. Indubitavelmente, tal movimento pode nos induzir a olhar para a vida, tão objetivamente, como em uma lâmina de microscópio: sem contexto, apartada e ofuscada, objetificando as pessoas e os complexos processos, reduzindo-os a dados e números esvaziados. É lugar comum ignorar como a própria produção do conhecimento científico em si, já envolve um conjunto de práticas. Elas conduzem a política e discursivamente as sociedades e a própria existência humana nessa tal de modernidade. Ora, ao nos debruçarmos sobre o discurso científico devemos estar atentos à uma relação menos ingênua com a linguagem. Não há como não estarmos sujeitos à linguagem, à sua opacidade, aos seus equívocos. Ainda que nesse estudo esteja alinhado à autores que buscam trazer reflexões críticas à hegemonia das relações de poder, devemos nos atentar ao campo de disputas que perpassa a produção do conhecimento, quando este pode se prestar, tão e tão somente, a legitimar e autorizar determinadas práticas do Estado e do mercado, dando suporte e legitimando as mais distintas formas de violência, uso, apropriação e controle territorial. Não podemos ignorar a forma como diversos estudos produziram historicamente conhecimentos hegemônicos e opressores, ora financiados pelas coroas nos processos de colonização, ora através de volumosos investimentos financeiros, sobretudo de instituições privadas, que podem servir como fim ao acúmulo de capital e o exercício de poder.

Longe de ser uma característica exclusiva da Geografia, Yves Lacoste em seu provocante livro “*A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*”, alerta que as premissas epistemológicas devem, fundamentalmente, ser colocadas para toda ciência, para todo conhecimento, uma vez que o processo científico está conectado à uma história, devendo ser defrontado, sob a perspectiva de suas relações ideológicas, seja como prática e/ou como poder. O autor não busca afirmar que à Geografia cabe exclusivamente a condução de operações militares, mas que ela serve, também, para organizar territórios, estrategicamente controlando as pessoas sobre as quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade (LACOSTE, 1988).

Quaisquer que sejam os campos da ciência, não há “pureza” ou impessoalidade nas escolhas metodológicas. A produção de modelos estatísticos, por exemplo, que se propõe generalistas, aplicáveis e reproduzíveis a qualquer realidade, certamente não estão isentos das escolhas de seus autores, de suas orientações políticas e ideológicas. O fazer científico já é realidade, já é a conflituosa imanência de sua “aplicação”. É o tensionamento de forças que sempre fez o a produção do campo científico ser tão rica, sobretudo, para os que buscam promover um fazer científico mais crítico, o tornando um ambiente fecundo para aqueles que como eu, questionam e buscam produzir um conhecimento que não seja opressor ou que não esteja simplesmente a serviço do capital, das forças de mercado e dos aparatos do Estado.

A crítica se faz a posição de determinados agentes, ditos *experts*, que fomentam a produção do conhecimento técnico e científico que podem e são utilizados para orientar e dar suporte ao setor privado, à indústria, ao campo jurídico e ao mercado. Estes campos se retroalimentam através de investimentos de capital em áreas específicas do saber. Determinadas concepções hegemônicas da ciência se instauram normativa e tecnicamente, estabelecendo, por exemplo, os “critérios” sobre riscos e limites arbitrários da segurança de uma barragem de rejeitos de minério de ferro, ou os levantamentos estatísticos de “populações atingidas” por seu rompimento, sobre o que é “aceitável”, em termos de saúde etc. Pelo *standart* das normas técnicas e das engenharias atesta-se o produtivismo em larga escala de conhecimento e de prática socioespacial. A contrapartida nesse jogo poderia repousar, por exemplo, no uso do conhecimento para práticas libertárias e progressistas que almejam ampliar a justiça socioambiental e/ou a prática de “*assessoria técnica independente aos atingidos*”. Aí estaria um outro modo desse conhecimento técnico-científico ingressar no debate sobre a reparação, pelo menos com outros alinhamentos e propósitos.

Outro autor que traz importantes contribuições ao pensar o campo científico é Pierre Bourdieu (1983). Para o autor, o campo científico, de um modo geral, incluindo sua produção discursiva, situa-se em um contexto particular de condições sociais de produção. Aquilo que se apresenta como uma “verdade científica”, algo incontestável, se mostra como um produto particular, residindo num estado determinado da estrutura e do funcionamento próprio do campo científico. Para o autor, o “universo puro”, da mais “pura” ciência, é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e seus monopólios, suas lutas e estratégias, bem como seus interesses e lucros. Essa reflexão é de suma importância como veremos nas páginas seguintes, uma vez que há um intenso campo de disputas entre narrativas, dados e estatísticas que, estimulados por vieses, buscam validar, argumentar e/ou legitimar práticas do e no processo de gestão do crime-desastre na bacia do Rio Doce.

O campo científico é, portanto, o espaço de jogo, cujas disputas conflitantes pelo monopólio da autoridade científica são inseparáveis, enquanto capacidade técnica e poder social historicamente constituídos e institucionalizados. O próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse: as práticas científicas. Ao dissociar-se o que, na competência científica, seria pura representação social, o poder simbólico – marcado por todo um “aparelho” de signos e emblemas – e o que seria capacidade técnica, é cair no estratagema constitutivo de toda competência: razão social que se legitima apresentando-se como uma razão puramente técnica. A medida em que há uma luta política pela dominação de determinadas áreas da ciência, designa-se a cada pesquisador, em função da posição que ocupa, seus problemas, indissolivelmente políticos e científicos, seus métodos e estratégias. Em suma, não há escolha científica que não seja uma estratégia política de investimento que exige retorno do montante investido (BOURDIEU, 1983, p.125).

Bourdieu nos alerta que para qualquer análise pretensa para extrair uma dimensão, digamos, puramente “política” nas disputas pela soberania do campo científico, seria uma tarefa tão irreal quanto o inverso, ao se considerar somente a pureza determinística e puramente intelectual dos conflitos científicos. A disputa, por exemplo, que opõe os especialistas na obtenção de créditos e de instrumentos de pesquisa, jamais se reduz simplesmente a uma disputa de poder propriamente “político”. Como parte integrante da tessitura social, aqueles pesquisadores que se apropriam das burocracias acadêmicas e de mercado, e o fazem bem, certamente serão capazes de impor determinada definição de ciência e se estabelecer enquanto hegemonia. Essa concepção de fazer “boa ciência” ampara-se na utilização de serviços de demasiada burocracia científica, acúmulo de créditos e títulos, abundantes provisões de equipamentos técnicos e laboratoriais, bem como uma numerosa mão de obra. Desta forma, através de alguns *standards* estabelecidos pelo mercado e pelo Estado, poderão, assim, legitimar e impor a “universalidade” de suas metodologias/técnicas: a eterna prática de sondagens e *surveys*, aplicados a amplas amostragens, as mais abstratas operações de análise de dados e estatísticas, etc. Não se trata de descartar as contribuições do campo, mas de enfatizar sua apropriação para exercer o poder, ou seja, suas intencionalidades e parcerias. Em alguma medida, tratam-se de metodologias, cuja crença neopositivista e cientificista, alegam trazer a “objetividade do real”, através da padronização e correlação de “robustos” bancos de dados e resultados “assertivos”, muitos deles para subsidiarem “políticas públicas” e/ou tão somente as decisões de mercado, abrindo novos circuitos de acumulação para o capital.

Na mesma verve e mutuamente, “*os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas*” (BOURDIEU, 1983, p.124). O que está em jogo na realidade concreta é justamente a capacidade de falar e agir legitimamente de maneira autorizada e com autoridade, por isso o *discurso* nos é tão importante como eixo central de análise. Ademais além de poder falar, ser ouvido é necessário destacar que as reivindicações reclamadas sejam atendidas e não jogadas ao vento.

O estudo dos discursos pode nos ofertar indícios dos efeitos de “verdade” e objetividades que os discursos institucionais podem produzir, possibilitando o exercício de poder, a manutenção do *status quo*. Para esse sucesso, instaura-se uma crença exacerbada na técnica rumo ao infinitesimal eco de seu vazio que, com efeito, produz/traduz consequências materiais diretas para a sociedade que podem ser extremamente e muitas vezes são violentas. Vale salientar que tais violências podem ser silenciosas, lentas ou aquelas mais explícitas, física e psicologicamente ativadas.

### *Percursos metodológicos*

Nas crises declara-se uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores – a epidemia de superprodução. A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie [...]. E por quê? **Porque a sociedade possui civilização em excesso** (MARX e ENGELS, 1982, p. 112. [Grifo meu]).

Até aqui mencionei, ao longo do texto, um pouco dos caminhos e escolhas metodológicas empreendidas no estudo. Porém, convém detalhar um pouco mais para avançarmos nas reflexões. Esse imbricado processo na bacia do Rio Doce traduz e evidencia a própria “tragédia” da “vida moderna” e a conjuntura de barbárie em que vivemos como normalidade, não como exceção. Como sociedade experimentamos de maneira extremamente assimétrica e desigual o processo de modernização e globalização da economia. Há, contudo, especificidades no caso do Rio Doce, onde são reinventadas formas de gerir essa conjuntura, acentuando as violências e iniquidades historicamente constituídas, sob estratégias que conformam, como coloca Nader (1994) uma: *harmonia coerciva*.

Se por um lado a razão iluminista traz como cerne a ideia de progresso, por outro, vivemos no século XX e XXI um estado de permanente regressão desse “processo civilizatório ocidental” à barbárie (MENEGAT, 2006). Em outras palavras experimentamos um processo civilizatório extremamente violento, cujo ônus passa a estabelecer complexas

relações de poder, cujos processos são historicamente aprofundados. Ao passo que o século XX ficara marcado por tantas guerras, cujos conflitos se davam entre Estados, sustentando o primado do monopólio da violência, na passagem para o século XXI, esse monopólio passa a ser questionado. O Estado não mais possui essa preponderância e as formas de violência espalham-se por toda a tessitura social. De certa forma a violência se torna o modo pelo qual os indivíduos e instituições irão se relacionar socialmente, porém, amortecidos por discursos que formulam essa coerção, através de políticas e de tecnologias de poder materializadas discursivamente por instrumentos que se enunciam “pacificadores e democráticos” (MENEGAT, 2006; NADER, 1994).

A construção desse estudo passou por caminhos meandantes que me levaram a pensar a constituição de um processo *civilizatório* e a regressão à *barbárie* em um contexto mais amplo. Contudo, considerando as especificidades do âmbito institucional do crime-desastre do Rio Doce, buscando compreender o estabelecimento de uma *gestão da barbárie*, que opera através de tecnologias de poder cujo objetivo é “gerir” os conflitos, em uma certa “economia do desastre” (MENEGAT, 2006; ZUCARELI, 2018). O processo evidenciado pelo rompimento de Fundão, expõe mecanismos de controle territorial na bacia do Doce, e pode nos dar indícios para essa reflexão, tamanhas são as absurdas violências observadas ali. Com efeito, a barbárie vivida cotidianamente, ganha relevo no processo do desastre da Samarco/Vale/BHP.

Diante do exposto, a seleção do escopo e *corpus documental* do estudo se definiu a partir de leituras de documentos técnicos, jurídicos e estudos acadêmicos produzidos sobre o caso, amparados por uma abordagem crítica da Geografia, somada à Análise do Discurso (AD), além das imersões que pude fazer em campo, citadas na introdução, das entrevistas e transcrições, da seleção de trechos desses enunciados, buscando ilustrar a superfície discursiva em torno do objeto do estudo (MAINGUENEAU, 1988).

Como mencionado na introdução, venho acompanhando o caso de forma um tanto quanto orgânica, ao longo desses quase seis anos, desde o rompimento de Fundão. Portanto, pude reunir uma considerável gama de percepções, compreensões, dados e informações extremamente ricos e dispersos, seja na participação de audiências públicas, nas marchas organizadas pelo MAB, sejam em eventos e seminários acadêmicos etc.

Cabe destacar que optei por omitir o nome das pessoas atingidas resguardando-os de quaisquer constrangimentos futuros. Utilizei como critério de seleção dos enunciados e do corpus documental trechos que pudessem ilustrar parte da interdiscursividade entre os

diferentes sujeitos do processo e produtores dessa espacialidade, para elucidar a polifonia entre discursos das Instituições de Justiça, das empresas réis e das pessoas atingidas.

Selecionei alguns trechos de enunciados transcritos por mim do Seminário de balanço de 3 anos do rompimento da barragem de Fundão. O seminário foi organizado pelos grupos de pesquisa: PoEMAS<sup>4</sup>, GEPSA (UFOP)<sup>5</sup>, Homa (UFJF)<sup>6</sup> e Organon (UFES)<sup>7</sup>, que ocorreu no dia 06 de novembro de 2018, no anexo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG). Outros enunciados foram transcritos do III Encontro Internacional de Revitalização de Rios/I Encontro das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, que ocorreu entre 28 a 30 de novembro de 2018, no Minascentro, em Belo Horizonte. Esse evento contou com a participação de professores da UFMG, de representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, representantes do MAB, do IGAM e da Fundação Renova<sup>8</sup>. Outros trechos foram transcritos do III UFMG Debate – Para além do rompimento: lições de Mariana. O evento foi organizado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG<sup>9</sup>, com o apoio do programa Participa UFMG, no dia 15 de março de 2019, um dia após a celebração do Dia Internacional de Luta Contra as Barragens. A mesa de abertura do evento foi composta pelas professoras Cláudia Mayorga, pró-reitora de extensão da UFMG e Ana Flávia Moreira Santos, da equipe coordenadora do GESTA. Também participam do debate a professora

---

<sup>4</sup> O Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é composto por pesquisadores e alunos com formações diversas, utiliza conhecimentos da economia, da geografia, da sociologia e das políticas públicas com o objetivo de analisar e avaliar os impactos que as redes de produção associadas à indústria extrativa mineral geram para a sociedade e para o meio ambiente. Além de pesquisas acadêmicas, o grupo também realiza atividades de extensão. Ver: <https://www.ufjf.br/poemas/>. (Acesso em agosto de 2019).

<sup>5</sup> O Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), age desde o ano de 2016, desenvolvendo atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Atua a partir das linhas de pesquisa: “Impactos da Mineração na Produção do Espaço” e “Repercussões sociais, econômicas, jurídicas e ambientais do rompimento da barragem de Fundão”. Ver: <https://sites.ufop.br/gepsa/sobre>. (Acesso em agosto de 2019).

<sup>6</sup> O Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas foi criado em 2012 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o apoio da Fundação Ford – Brasil, como centro acadêmico de pesquisa e extensão. Ver: <http://homacdhe.com/index.php/o-centro/>. (Acesso em agosto de 2019).

<sup>7</sup> O Organon é um Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES. O tema central de trabalho é a ação coletiva desempenhada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil com finalidades de mudança social, participação e contestação política. Fazem parte do Organon o GETPol - Grupo de Estudos em Teoria Política contemporânea, o Mapa das Mobilizações e o Observatório Conflitos Sociais e Sistema de Justiça. Ver: <https://organon.ufes.br/nucleo/>. (Acesso em agosto de 2019).

<sup>8</sup> Entidade não governamental e privada, instituída por meio do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em março de 2016 entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco/Vale/BHP – prossegue operacionalmente de modo semelhante as empresas réis no processo.

<sup>9</sup> O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA, é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG, desenvolvendo, desde 2001, pesquisa, ensino e extensão voltados à compreensão dos conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território vigentes em nossa sociedade. Ver: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/sobre-o-gesta/>. (Acesso em agosto de 2018).

Andrea Zhouri, do GESTA, e Gladston Figueiredo, da entidade Cáritas - Mariana, além de seis representantes das comissões dos atingidos em Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues e zona rural.

Com base no “Acordo” celebrado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC – Governança), busquei investigar as tecnologias de “gestão de conflitos” e a estrutura de Governança do processo, baseado na Análise do Discurso sob a perspectiva de Michel Foucault, norteado pela questão: *Os discursos institucionais produzem efeitos de verdade e objetividade na dinâmica da vida das pessoas atingidas na bacia do Rio Doce? Como tais discursos podem produzir efetivamente o controle e o disciplinamento territorial?*

Para Foucault, devemos compreender o enunciado em sua delimitação e singularidade de sua situação, determinando as condições de sua existência, fixando seus limites da forma mais justa. Merece ainda identificar/estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, demonstrando que outras formas de enunciação excluem e como ocupam, em meio aos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar, isto é, sua dispersão (ADÃO, 2006; FOUCAULT (a), 1995).

Logo, optei na PARTE I, por trazer os contextos nos quais o caso de Fundão e o TAC-Governança se inserem, remetendo inclusive a própria noção de “homem” e “natureza”, modernidade, civilização, barbárie no julgo das assimétricas relações de poder. Fiz isso no condão de que para Foucault, o conceito de formação discursiva, mostra a organização dos discursos dentro de uma determinada sociedade, segundo uma variedade de critérios (FRANCELINO, 2005). Devemos compreender que existe um modo processual e de organização social e histórica aonde esse crime se insere, refletindo uma forma peculiar de entendimento, uso e apropriação do espaço e do “meio ambiente”. Nesse sentido, os agentes que produzem esses discursos inserem-se em determinado contexto sócio histórico, cujas formações discursivas circunscrevem essas pessoas, fazendo-as falar a partir de uma determinada posição social, ideológica, determinando que sentidos podem ser veiculados (FOUCAULT (a), 1995; FRANCELINO, 2005).

No contexto do presente estudo, o crime-desastre é a centralidade e objeto do estudo, envolto, portanto, por uma diversidade de discursos, os quais conceitos-chave norteiam a discussão, quais sejam: a razão de Estado, a razão científica, o processo histórico de modernização, globalização, colonialidade, barbárie, população e território, controle e disciplina, gestão e eficiência, conflito/harmonia e risco. Esses conceitos passam pelas categorias-chave do discurso e do poder, que configuram essa gestão da barbárie (FIGURA 1).

Desta forma decidi trazer ao longo do texto enunciados que reflitam a superfície discursiva do caso, buscando melhorar a compreensão de quem são esses agentes produtores dos discursos e das espacialidades observadas no processo, tais como Promotores de Justiça, os técnicos/experts, bem como as pessoas atingidas. Busco no estudo analisar não só o TAC – Governança isoladamente, mas a interação discursiva e a interincompreensão a partir dos discursos produzidos pela Samarco/Vale/BHP, sejam em pronunciamentos oficiais, ou em seus canais de comunicação; os discursos noticiados pela imprensa: sites e portais de comunicação gerais; e, os discursos produzidos em objeção à essa normatividade, através das falas de atingidos em eventos e/ou entrevistas.

**FIGURA 1** – Fluxograma de interação da estrutura do estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os enunciados que caracterizam essa interdiscursividade foram agrupados sob a seguinte perspectiva, conforme a TABELA 1:

**TABELA 1** - Categorização e agrupamento dos enunciados

<b>Superfícies Discursivas (SD)</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Gêneros</b>
SD1	Inserem-se os discursos das Instituições de Justiça (MP, DP)	- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC - Governança)
SD2	São os discursos oficiais produzidos pela Samarco/Vale/BHP Billiton	- Canais de comunicação oficiais das empresas na internet; - Pronunciamentos Públicos
SD3	São os discursos produzidos pela imprensa	- Notícias; - Artigos
SD4	Inserem-se os discursos produzidos contra a normatividade	- MAB; - Atingidos; - Grupos de Pesquisa

A partir dessa categorização, busquei ao longo do texto trazer alguns enunciados, direta e indiretamente, que pudessem nos dar indícios para responder à questão de pesquisa, pensando o discurso em movimento, em seu interior e sua interdiscursividade. A noção de formação discursiva (FD), para Foucault, corresponde a descrição de um certo número de enunciados, em um sistema semelhante de dispersão, onde as regularidades são definidas no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, permitem verificar uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações. Para ele, as regras de formação amparam-se sob as condições a que estão submetidos esses elementos da repartição (objetos, modalidade de enunciação etc.). As regras são as condições não só de existência, mas, também, de coexistência, manutenção, modificação e até mesmo seu desaparecimento em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 1995(b), p.43-44).

E o que, afinal, define uma FD? De que maneira é possível apreendê-la? Como saber que se trata de uma FD e não outra? Como coloca Francelino (2005), é a partir do interdiscurso que disponibiliza os dizeres, e os distribui entre as formações discursivas de acordo com o que pode ser dito em cada uma delas. O interdiscurso é responsável pelo funcionamento do discurso no interior de determinado grupo social, revestindo as palavras deste ou daquele sentido, conforme sua inscrição nessa ou naquela FD. Com efeito, é por isso que não se dissocia língua, discurso e sua relação sócio histórica (FRANCELINO, 2005, p.41).

Diante dessa polifonia discursiva e do apanhado de experiências, podemos pensar esse texto, ou conjunto de textos, como um encadeamento de assuntos e conteúdos que visam compreender e contextualizar para o eixo central, as interdiscursividades que perpassa o crime-desastre, seu movimento no interior do próprio discurso normativo e a interincompreensão, cujos elementos conferem materialidade e plasticidade às relações de poder. Busquei nesse estudo tomar caminhos metodológicos interdisciplinares, de modo que a fundamentação teórica parte de diálogos entre campos e autores diversos, seja mobilizando alguns conceitos do materialismo histórico, da Ecologia Política, da Geografia e das perspectivas de Michel Foucault. Esse turbilhão revela um leque de influências múltiplas não redutíveis a uma classificação única e genérica, o que significa dizer que não possui uma unidade em termos de “método”. No entanto, mesmo apresentando grande diversidade de fontes de filiação, há sem dúvida, uma orientação guia presidida pela articulação do conjunto construído que passa pelo cerne das reflexões acerca da Análise do Discurso, não mergulhando no discurso em profundidade, mas tocando sua superfície.

A interincompreensão nos permite observar que os discursos não possuem neutralidade. Pelo contrário, eles se caracterizam como a esfera de materialização de diferentes posições sociais que colocadas em movimentação pelo sujeito falante nas diferentes situações enunciativas (FRANCELINO, 2005). Fundamentalmente, os discursos reagem a outros discursos de forma adversa, segundo sua própria perspectiva, ou seja, *“as formações discursivas interagem com outras formações discursivas no espaço enunciativo encarando umas às outras a partir de seus vieses”* (idem, 2005, p.42).

Nesse sentido, determinada FD integra seu Outro de forma a negá-lo conforme uma posição ideológica divergente, definindo, assim, o lugar desse outro no espaço concreto/discursivo. Dessa forma, cada posição discursiva associa-se a um mecanismo que a leva a interpretar os enunciados de seu Outro, vertendo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em suma, esses enunciados do Outro só e tão somente são compreendidos no interior do fechamento semântico do intérprete (MAINGUENEAU, 1988).

A intercompreensão, portanto, concerne à propriedade que os discursos possuem de relacionarem-se com o seu Outro a partir do antagonismo, oposta, dependendo, certamente dos objetivos que se pretende alcançar conforme sua utilização nesta ou naquela situação enunciativa (FRANCELINO, 2005). Os enunciados do Outro são compreendidos, somente, no interior do fechamento semântico do intérprete, construindo e preservando sua identidade no campo discursivo; o discurso não há de se proceder com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (MAINGUENEAU, 1988). Daí instaura-se a polêmica.

Contudo, não devemos reduzir essa noção a uma mera interação entre discursos em posições díspares, uma vez que a interação é constitutiva da existência dos discursos, isto é:

Trata-se de ver um Outro discurso pelo viés do Mesmo e isso só é possível graças a uma espécie de filtragem, encarregado de ‘traduzir’ o discurso Outro por mecanismos definidores da formação discursiva agente (FRANCELINO, 43).

A negação do Outro, portanto, nas manifestações discursivas de ordem cotidiana, pode ocorrer através de sua citação, consistindo no fato de uma formação discursiva incorporar a voz do Outro em seu discurso, ao fim e ao cabo, para anulá-lo. Polemizar é, sobretudo, capturar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração (MAINGUENEAU, 1988). Fato é que “*o interdiscurso, a memória discursiva, esse grande Outro que permite o surgimento dos discursos, inevitavelmente em relação polêmica*” (FRANCELINO, 2005, p.44).

As reflexões sobre o funcionamento da linguagem, que não se restringem ao aspecto, digamos, puramente linguístico, têm tomado direções teóricas e metodológicas muito variadas, constituindo áreas como a Pragmática, a Teoria da Argumentação, os múltiplos enfoques enunciativos, a Semiótica, a Análise da Conversação, a Análise do Discurso de linha francesa, entre outras. São disciplinas que vêm se desenvolvendo na dimensão da linguagem em funcionamento, o que significa dizer tratar-se da língua em movimento no mundo. Conquanto estas tendências compartilhem de uma mesma dimensão, cada uma abriga sua perspectiva teórica e apresenta seu conceito de linguagem de forma implícita ou explícita no percurso escolhido para a descrição e a análise. Como afirma Adão (2006), isto demonstra a inexistência de possibilidade de uma perspectiva homogênea teórica e metodológica entre as tendências, até porque, inevitavelmente, estão submetidas à heterogeneidade do próprio objeto - a língua. É precisamente por essa adesão que reforço aqui a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na composição do texto, posto que a coerência da postura metodológica praticada se assenta, sobremaneira, na possibilidade de conformidade epistemológica de seus componentes. Por isso, anseio apresentar alguns pontos nodais que possam convergir em alguma medida, salientando as diferenças entre as variadas concepções epistemológicas com as quais intento empreender um diálogo.

Diante do exposto, seguindo a estrutura e composição do estudo, destaco que nesta introdução - **LIMIAR** - *Fronteiras e Esclarecimentos*, relato minha aproximação com o desastre na bacia do Rio Doce. Defino alguns alinhamentos teórico-metodológicos com os

quais diálogo e, que permitem pensar certas questões estruturantes do estudo, bem como as réplicas aos objetivos.

Já na **PARTE I - A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE**, busco inicialmente trazer a caracterização do crime-desastre e sua complexidade transescalar. Elas estão envoltas com as incertezas espaço-temporais dos danos e riscos, discuto o desastre enquanto prática socioespacial e processo, além de introduzir como vem se dando a institucionalidade e gestão do caso, através da condução das “medidas de reparação”, na instância jurídica.

Na sequência, no **INTERLÚDIO DAS ÁGUAS**, esforcei-me em registrar fragmentos da formação socioespacial da bacia do Rio Doce, cujos elementos podem anunciar estratégias de gestão territorial em distintos momentos da história. Compondo esse conjunto, outros fragmentos remetem à memória de minha família, – representadas por minha avó, Terezinha Vidal Bastos – como parte integrante da história e da produção/reprodução do espaço. Minhas origens familiares ali se encontram intimamente ligadas a ferrovia e a própria CVRD, atual Vale e não posso negá-las. Mantenho a mirada de nossas vidas e do trabalho não descolados dos processos históricos, pelo contrário, integrantes de tudo o que se chama história.

Posteriormente, no **CAPÍTULO I – HOMENS DO PASSADO, PENSANDO NO FUTURO, VIVENDO NO PRESENTE**, apresento algumas reflexões concernentes ao que seria um “demasiado humano”. A própria idealização residual do conceito de “homem” e de “natureza”, em sua dicotomia discursiva, refletem não só uma antinomia no plano do discurso, mas em práticas que incidem na sociedade. Seu cerne procede, sobretudo, da narrativa da autoridade da razão, dentro de seu contexto histórico próprio à inserção do processo de modernização. Assim, reflexões afeitas a ideia de modernização em si, os impasses do Iluminismo, bem como algumas ponderações sob a perspectiva do poder, a ideia de crise, civilização e barbárie são escrutinadas.

Na segunda parte do estudo – **O DESASTRE DO HOMEM E A NATUREZA DA LAMA**, na qual se insere o **CAPÍTULO II – AS PROMESSAS DA ECONOMIA VERDE E A LUFADA DE AR DO CAPUTAL**, o objetivo foi de apurar reflexões do crime-desastre atreladas ao âmbito, digamos, de uma “economia verde”, agregada às perspectivas hegemônicas de desenvolvimento territorial e econômico, às políticas de Governança, e ao debate acerca do chamado “desenvolvimento sustentável”. Esse conjunto colabora com aproximações relacionadas à ideia de “governança ambiental” no licenciamento ambiental da barragem de Fundão, seus impasses e o paradigma da adequação ambiental (ZHOURI, 2008).

Finalizo o segundo capítulo com as orientações teórico-metodológicas da Análise do Discurso, seus princípios e fronteiras e seu horizonte de interdisciplinaridade.

Já na terceira parte do estudo – **A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE**, no qual se insere o **CAPÍTULO III – PRIMEIRO COMO TRAGÉDIA, DEPOIS COMO FARSA: O CRIME-DESASTRE DA SAMARCO**, inicialmente analiso mais detidamente como se estrutura o TACG: sua estrutura institucional de governança e os discursos de participação e consenso. Posteriormente traço reflexões acerca da análise do discurso sob a perspectiva de Foucault, bem como da razão de Estado, e o que Foucault entende por *governamentalidade* e *biopolítica*. Essas constituídas por um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e análises possibilitam exercer o poder de forma bastante específica e, focam o fenômeno da população. A partir dessas discussões procuro relacionar como as tecnologias de poder, historicamente constituídas, passam ao controle e disciplinamento das categorias-chave: população e território, no intuito de averiguar sua interface com a gestão do crime-desastre na bacia do Rio Doce.

Resumidamente, os percursos metodológicos do estudo entrecruzam aproximações empíricas com o crime da Samarco, através de uma gama difusa ampla de informações, desde observações e incursões em campo à análise de documentos oficiais, notícias, transcrições de seminários e eventos acadêmicos etc. Reitero que os enunciados selecionados servem como instrumento de análise compondo o próprio texto, seja de maneira ilustrativa, seja em alguns momentos mais detidamente analítica. O contexto desse crime se apresenta/é apresentado, parafraseando Karl Marx: *Primeiro como tragédia e depois como farsa*. Há uma disputa semântica e discursiva em torno da conceituação do crime, ora como “acidente”, ora como tragédia e os questionáveis procedimentos adotados em sua gestão, como uma justiça farsante.

O estudo finaliza-se a partir de seu lugar de origem, do nascimento das reflexões, costurado e tecido pela base conceitual para subsidiar as possíveis interpretações e questionamentos vindouros, fechando assim um momento do circuito de elaborações. E qual é esse tecido? Esse meandro? A condução desse processo tem nos oferecido indícios de uma certa gestão da barbárie, que não só aprende, mas reconfigura negociações para, em tese, “mitigar” e “reparar” os danos. Tais práticas acentuam o sofrimento social com estratégias de poder, disciplinamento e controle no/do território. Torna-se oportuno, então, nos dedicarmos à efetividade dos enunciados e de seus regimes de verdades que revestem os sistemas de poder nas práticas dessa arquitetura de governança e desemboca na vida dos atingidos. Esse contexto é profícuo ainda para questionamentos levantados em relação aos discursos produzidos, bem como a materialização dessas práticas socioespaciais que expõem as

comunidades atingidas a uma expropriação do seu modo de vida, interpelando-as e chamando-as a existir enquanto *atingidos*, ou na terminologia normativa e técnico-institucional, *impactados*.

É pela experimentação, por uma certa liberdade textual que optei em empreender esse movimento, e mais, tentar não aplinar ainda mais essa fragmentada realidade que nos é apresentada. Sem dúvidas temos/teremos mais indagações/inquietações do que respostas/soluções, e não intento tecer quaisquer respostas/soluções imediatas diante de uma conjuntura tão complexa.

## **PARTE I**

# **A NATUREZA DO HOMEM E A LAMA DO DESASTRE**

*"A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de emergência' em que vivemos não é a exceção, mas a regra" (BENJAMIN, 1999, p.248).*

*Entre os contextos do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton na bacia do Rio Doce e as incertezas espaço-temporais dos danos*

“Não faltam cores a esta paisagem. Porém, nem só cores. Há dias tão duros como o frio deles, outros em que se não sabe de ar para tanto calor: o mundo nunca está contente, se o estará alguma vez, tão certa tem a morte” (José Saramago, 2009, p. 11).

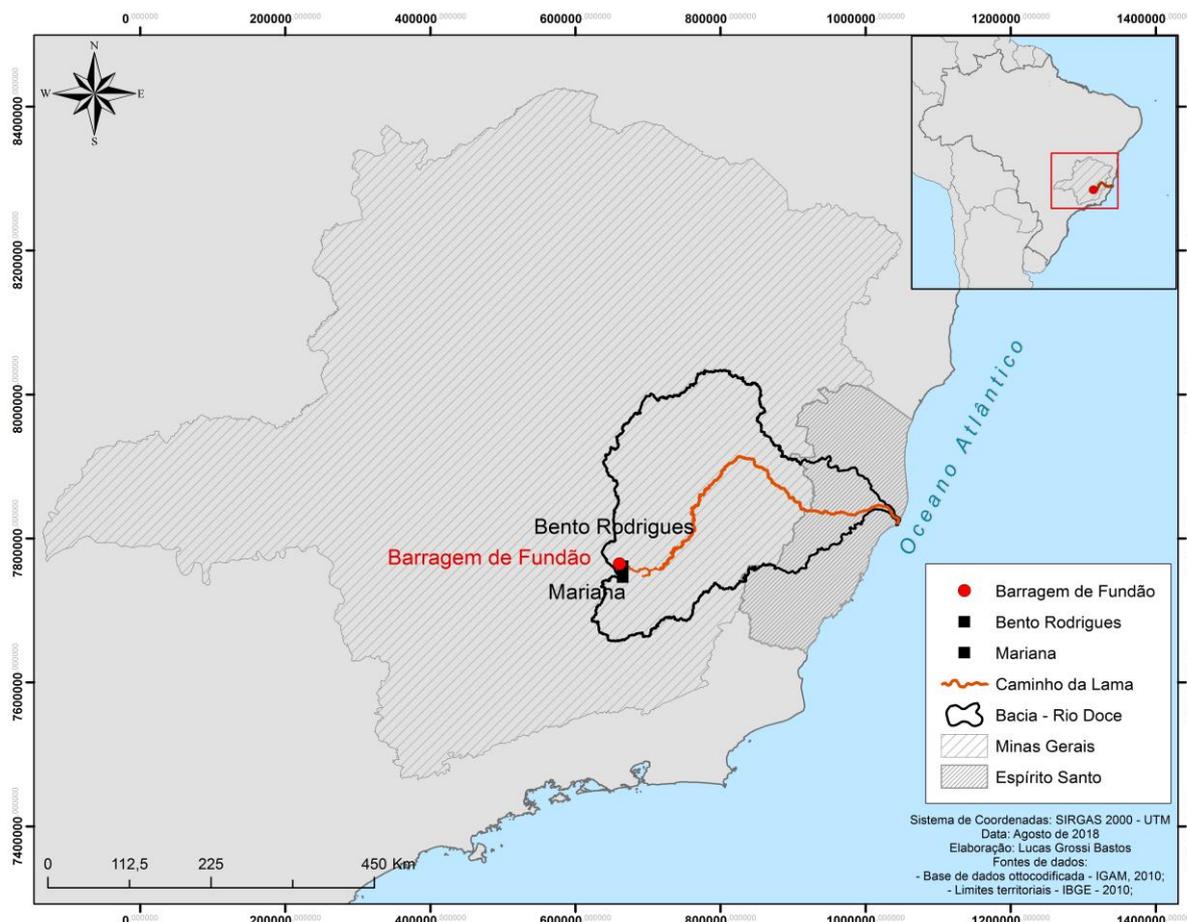
No dia 5 de novembro de 2015 rompeu a barragem de rejeitos de Fundão (Complexo Minerário de Germano), da empresa Samarco Mineração S.A., pertencente às duas maiores mineradoras do mundo: Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton Brasil Ltda.<sup>10</sup>, localizada em Mariana, no distrito de Bento Rodrigues (MG). Com seu rompimento, um volume de cerca de 55 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro atingiu a barragem de Santarém (barragem de água e sedimentos), situada à jusante e a galgou<sup>11</sup>, soterrando o povoado de Bento Rodrigues, e alcançando o povoado de Paracatu de Baixo, além de partes das comunidades de Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu de Cima e Pedras, situadas em Mariana (MG). Atingiu, ainda, o centro urbano de Barra Longa e Gesteira, nas margens no rio Gualaxo do Norte e seguiu pelo Rio do Carmo e chegou ao Rio Doce. Parte do rejeito permaneceu retida na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE - Candonga), localizada na cidade de Rio Doce. Com o risco de colapso da UHE foram abertas suas comportas e, após 16 dias percorrendo cerca de 660 km, a lama de rejeitos chegou ao Oceano Atlântico, em 21 de novembro de 2015, em Regência, Município de Linhares (ES), onde encontra-se a foz do Rio Doce. Ela espalhou-se pelo litoral do ES, atingindo os municípios de São Matheus, ao norte da foz, e Aracruz, Fundão e Serra, ao sul (FIGURA 2).

---

<sup>10</sup> A Samarco Mineração S.A. é controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton, por meio de uma *joint venture*: aliança entre duas ou mais empresas, para desenvolver um determinado negócio conjunto, dividindo seus lucros, prejuízos e riscos.

<sup>11</sup> Processo efêmero de passagem do material mais viscoso do rejeito de minério sobre a estrutura da barragem.

**FIGURA 2** - Localização da Barragem de Fundão e o percurso da lama de rejeitos até a foz do Rio Doce, atingindo dois estados: Minas Gerais e Espírito Santo. Fontes: Base de dados otocodificada do IGAM (2010); Limites territoriais IBGE (2010).



Fonte: Elaborado pelo autor.

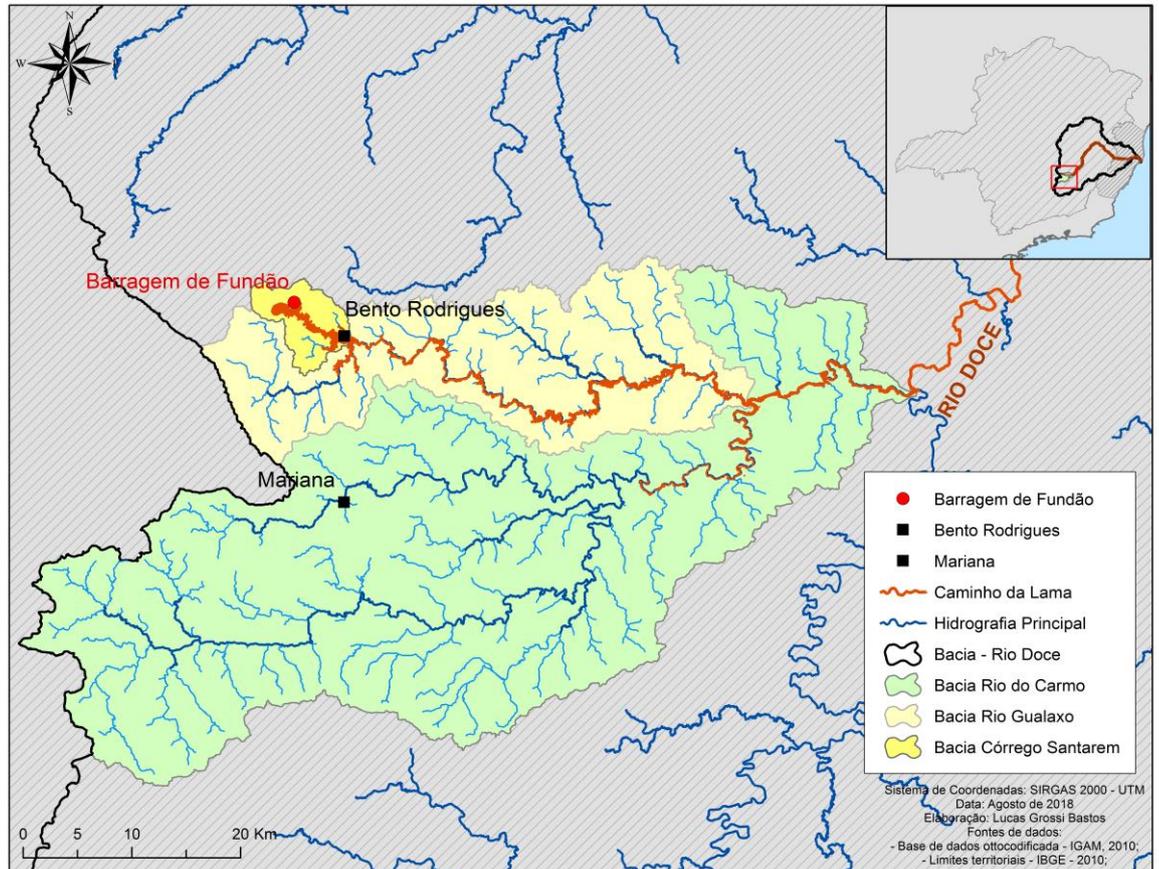
A repercussão imediata do rompimento de Fundão causou diretamente a morte de 20 pessoas, sendo 13 funcionários contratados da Samarco, e cinco moradores de Bento Rodrigues, ainda hoje uma das pessoas permanece desaparecida. Destaca-se ainda que uma das vítimas, uma criança abortada da mãe que fora arrastada pela lama em Bento Rodrigues, não consta na contagem oficial das pessoas que foram mortas<sup>12</sup>. Esse rompimento traz

<sup>12</sup> Priscila Monteiro tinha 28 anos de idade, quando rompeu a barragem de Fundão. Ela sofreu um aborto enquanto lutava, pela sua vida e de seu outro filho, Caíque, de dois anos, contra a lama que invadia sua casa. Priscila estava, também, com seu irmão Wesley e, seus sobrinhos Emanuelle e Nicolas. A chegada da lama destruiu por completo o imóvel onde estavam. Ao ser arrastada, Priscila sofreu vários ferimentos, e acabou engolindo muita lama. Ficou internada 13 dias. Apesar de, também, ter engolido muita lama, o filho Caíque sobreviveu. O corpo de sua sobrinha Emanuelle, então com cinco anos, foi encontrado quatro dias depois. Além de perder a sobrinha e, mesmo comprovando sua gravidez àquela época, Priscila ainda enfrenta violências e constrangimentos pelo não reconhecimento de seu filho abortado, como vítima do rompimento de Fundão. Ver mais em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/29/mariana-familias-ainda-sofrem-impacto-de-rompimento-de-barragem-e-tentam-retomar-suas-vidas.ghtml> (Acesso em novembro de 2019).

consigo a interrupção e drástica alteração de milhares de vidas, ao longo da bacia do Rio Doce e no litoral do ES, um sem número de prejuízos às atividades de agricultura, agropecuária e pesca, destruição de infraestruturas urbanas e rurais, interrupções de abastecimento de água, e a deterioração de ecossistemas aquáticos e terrestres, além do agravamento de vulnerabilidades historicamente constituídas no território (ZHOURI *et al.*, 2018). Além disso, o colapso de Fundão traz um contexto emblemático sob o panorama econômico, político e institucional, com falhas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, no monitoramento dos riscos e na fiscalização da barragem, bem como um sistema de gestão do crime extremamente controverso, como será discutido no decorrer deste estudo (ZHOURI *et al.*, 2018).

Considerando a posição geográfica da barragem de Fundão em relação a comunidade de Bento Rodrigues, bem como às diferenças altimétricas entre a cota do fundo de vale do Rio Gualaxo e a própria barragem, além das características convergentes da drenagem de sua bacia hidrográfica, é de se presumir que um empreendimento deste porte, em hipótese alguma, devesse e/ou pudesse receber autorização para ser instalado numa localização com essa situação (VERVLOET, 2016, p.118 *in* MILANEZ e LOSEKANN (org.) *et al.*, 2016). O córrego Santarém, cujo canal de drenagem foi soterrado, direcionando o fluxo de rejeitos para o rio Gualaxo do Norte e rio do Carmo (FIGURA 3), situa-se a noroeste do município de Mariana e nordeste de Ouro Preto, na porção sudeste de uma das maiores províncias minerárias do mundo, rica e abundante em reservas de água subterrânea: o Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA). A bacia hidrográfica do córrego Santarém possui uma área de aproximadamente 45 Km<sup>2</sup> e se caracteriza como uma bacia de cabeceira, ou seja, uma zona de afloramento do nível freático que dá origem a diversas nascentes e a cursos d'água superficiais.

**FIGURA 3** - Localização da barragem de Fundão e o percurso da lama na bacia hidrográfica do Córrego Santarém, Rio Gualaxo do Norte e Rio do Carmo. Fontes: base de dados otocodificada do IGAM (2010); Limites territoriais IBGE (2010); Mapeamento da difusão dos rejeitos: Projeto Manuelzão (2016).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Grande parte da bacia do córrego Santarém foi destruída. Seu curso d'água não mais possui a calha de drenagem visível, com alterações morfológicas extremas no sistema fluvial, devido ao elevado volume de rejeitos depositados abruptamente em seu leito fluvial, na planície de inundação e até mesmo transpondo essa planície. Seguindo o fluxo da dinâmica hidrográfica, à jusante de Fundão encontra-se o Rio Gualaxo do Norte, com bacia de drenagem de aproximadamente 561 Km<sup>2</sup>, um importante curso d'água para as localidades que dele usufruíam. Suas águas são drenadas para leste, desaguam no rio do Carmo, cuja confluência se dá no município de Barra Longa (FIGURA 4) (POLIGNANO *et al.*, 2019, p. 64-86).

**FIGURA 4** - Devastação do vale do rio Gualaxo do Norte e das propriedades rurais às suas margens, Barra Longa-MG, dezembro de 2015.



Fonte: Acervo do Projeto Manuelzão – Faculdade de Medicina - UFMG (2015).

O rio Gualaxo do Norte foi significativamente abarcado por grande parte do rejeito proveniente de Fundão, invadindo e depositando-se no centro urbano de Barra Longa e parte da comunidade de Gesteira, no mesmo município. Além da destruição de residências e estruturas urbanas, grandes áreas de vegetação ciliar foram bruscamente arrancadas pela violência da lama, destruindo, também, diversas estruturas e propriedades rurais situadas às suas margens. Seu leito fluvial, também, foi destruído quase em sua totalidade, representando cerca de 72 Km de extensão. Não obstante, aproximadamente 213 afluentes foram atingidos em sua confluência com o Gualaxo. As águas do Gualaxo do Norte desaguam no rio do Carmo, um curso d'água expressivo de 7º ordem, com escoamento preferencial para leste, cuja bacia de drenagem é de aproximadamente 2279 km<sup>2</sup>. O comprometimento da qualidade das águas e as alterações morfológicas no sistema fluvial são extremamente graves, juntamente com a destruição da vegetação ciliar, o que denota a agressividade do avanço da onda de rejeitos, que seguiu em refluxo, contrário ao fluxo natural do curso d'água. Diversos

córregos tiveram alteração de seu canal original, onde os cursos encontram obstáculos para seguir em seu leito natural. Ocorreu, também, de forma significativa a destruição de estruturas públicas e privadas. Cabe ressaltar que a bacia do rio do Carmo não foi integralmente atingida, somente no trecho do rio que segue da foz do rio Gualaxo do Norte até o encontro do rio do Carmo com o rio Piranga, quando então se forma o Rio Doce, há aproximadamente 44 Km de distância do rompimento. Assim, em sua calha, houve uma destruição de aproximadamente 55 Km, atingindo 47 afluentes, cujo comprimento somado totalizam cerca de 34 Km de trecho (POLIGNANO *et al.*, 2019, p. 64-86).

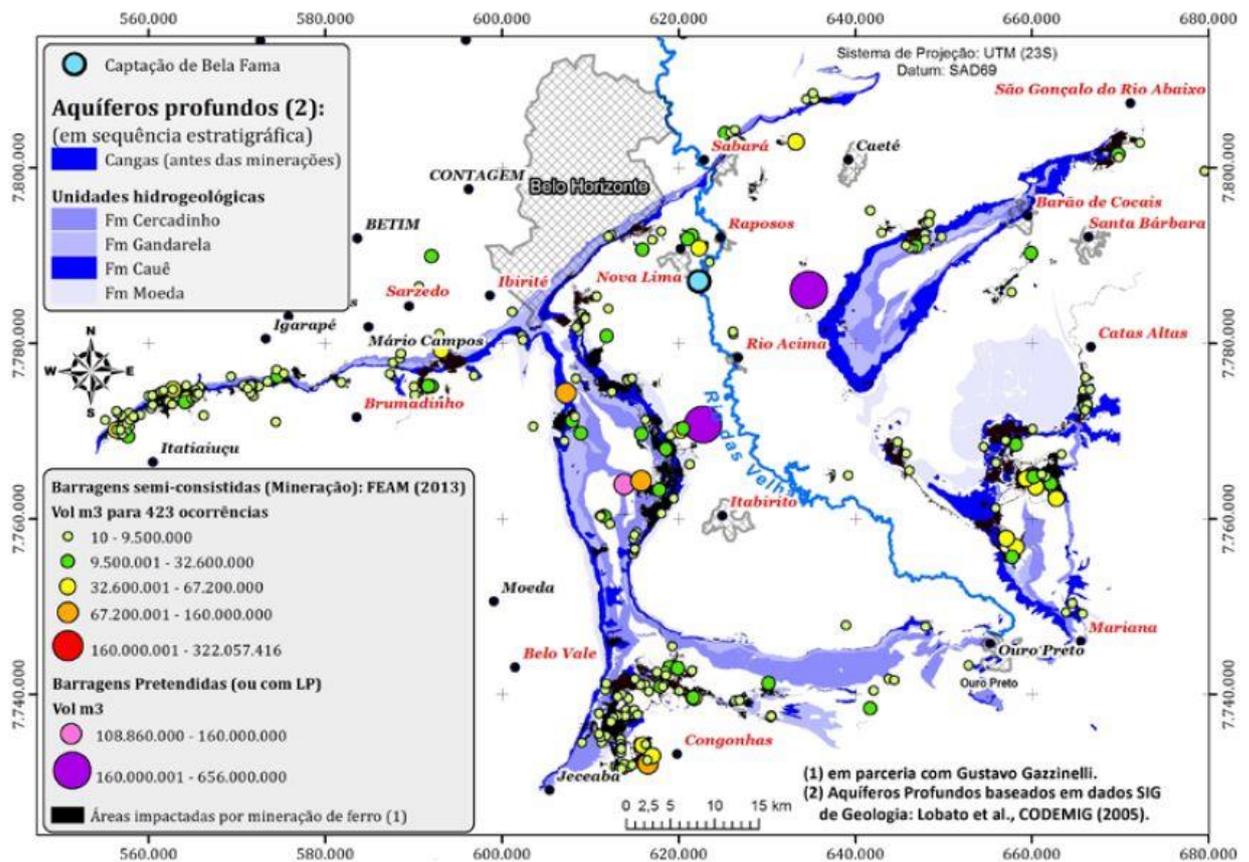
Não bastasse a degradação socioambiental da exploração mineral intensiva nos últimos 40 anos na região, o rompimento da barragem do Fundão traz consigo um infindável conjunto de danos ambientais, sociais e econômicos sem precedentes. Os complexos minerários alocados na região do Quadrilátero Ferrífero, são amplamente conhecidos por provocar profundas degradações sociais e ambientais, além de alterações extremas a paisagem, a destruição de habitats da fauna, degradação da flora nativa, supressão de florestas, poluição de sistemas hídricos, fragmentação de ecossistemas, descaracterização da morfologia da paisagem, perda de biodiversidade e geodiversidade, entre diversos outros danos sistêmicos de ordem ecológica e social (VERVLOET, 2016 *in* MILANEZ e LOSEKANN (org.) *et al.*, 2016).

O modelo de exploração mineral da Samarco Mineração S.A ali desenvolvido, tem como método de extração a lavra a céu aberto, utilizando como procedimento padrão, a disposição do material que não possui valor econômico imediato (rejeito), através de tecnologias extremamente precárias: barragens de alteamento a montante. Qualquer estrutura (barramento ou dique) que forme uma parede de contenção de rejeitos, de resíduos ou de formação de reservatório de água é conhecido por barragem. Esse tipo de tecnologia exige um sistema permanente de drenagem, além de outras questões técnicas e de monitoramento para garantir minimamente a estabilidade de suas estruturas. O modelo adotado de barragem para Fundão, tem um custo relativamente baixo para o empreendedor. Seu modo de construção, por meio de sucessivos alteamentos, possibilita uma maior flexibilidade construtiva, em função da variação de volumes de rejeitos armazenados, ditada, não raro, pelas flutuações do valor de mercado do minério de ferro. O beneficiamento através do tratamento a úmido, na mina de Germano (atualmente inativa) e Alegria, na Serra do Caraça, próxima aos distritos de Santa Rita Durão e Bento Rodrigues, servem para facilitar o transporte pelo mineroduto, seguindo para a indústria de siderurgia instalada em Anchieta (ES). Ali a Samarco produz

*pellets*<sup>13</sup> de ferro para exportação (VERVLOET, 2016 in MILANEZ e LOSEKANN (org.) et al., 2016).

Conforme as informações da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM, 2013), dentre as 425 barragens de rejeito de minério existentes no estado de MG, 307 localizam-se na região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA) (FIGURA 5). As regiões que compõem os Complexos Minerários, onde localizam-se diversas minas, como em Mariana, Congonhas e Serra da Itatiaiuçu, estão repletas dessas estruturas, pois a atividade de exploração mineral no QFA, via de regra está ligada à geração de rejeitos em seu processo de beneficiamento, em grandes volumes e com demasiado consumo de água (MovSAM, 2018, p. 81).

**FIGURA 5** – Distribuição das barragens de rejeito de minério na região do Quadrilátero Ferrífero Aquífero



Fonte: “Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero Aquífero de Minas Gerais” (MovSAM, 2018, p. 84).

Se de alguma forma essas tecnologias “funcionavam” há 40 anos atrás, no tempo presente estamos testemunhando seus limites e experimentando a gravidade de seus colapsos.

<sup>13</sup> O processo de beneficiamento de minério de ferro para exportação opera através de sua pelotização, gerando pequenos grãos concentrados de ferro denominados *pellets*.

Ora, tendo em vista que esse modelo de barramento de rejeitos demanda controle de drenagem permanente, sendo um dos fatores que contribuíram para o rompimento de Fundão, dentre outras demandas técnicas para assegurar sua estabilidade, são, por isso, estruturas com risco mais elevado de rompimento que outras estruturas tecnológicas disponíveis na atualidade, como os tratamentos a seco, por exemplo. Neste sentido, a região do QFA encontra-se em um contexto territorial extremamente alarmante do ponto de vista hídrico e socioambiental (MovSAM, 2018, p. 81). É nesse sentido que o Dossiê do Movimento pelas Serras e Águas de Minas traz como denúncia:

Não há mais como se dizer que rompimentos de barragens são eventos com probabilidade mínima de ocorrência e nem aceitar, por parte das empresas mineradoras, afirmações do tipo “nunca uma barragem nossa vai romper”, como era recorrente escutar quando a sociedade indagava a respeito da segurança dessas estruturas, na época dos licenciamentos, principalmente ao longo dos últimos 15 anos, quando se ampliou no Estado por parte de alguns movimentos socioambientais uma visão crítica dessa atividade econômica (MovSAM, 2018, p. 81).

Essa dura realidade marcada por graves recorrências de rompimentos envolvendo barragens de rejeitos, nos expõe fortes indícios de como no estado de Minas Gerais, há uma certa “previsibilidade” desses rompimentos, quase que como “bombas-relógio”, com tempo contado para seu colapso (TABELA 2). Certamente a Samarco/Vale/BHP assumiram um enorme grau de risco ao construírem grandes barragens tão próximas às comunidades. E esses se inflaram com sucessivos alteamentos, e, mesmo assim, não produziram nenhum plano de contingência a ser acionado, ou sequer instalaram um sistema de alarmes que pudesse alertar as comunidades à jusante, de seu iminente risco de colapso<sup>14</sup>. A região de Bento Rodrigues, bem como a bacia do Rio Doce e o litoral do ES passaram muito abruptamente por profundas modificações na paisagem. Essas resultantes de uma cadeia de processos com alterações físicas, químicas, biológicas e geomorfológicas em seus sistemas hídricos e no relevo regional, repercutindo socialmente de forma impiedosa no cotidiano e modo de vida de milhares de pessoas ao longo do percurso da lama (VERVLOET, 2016 *in* MILANEZ e LOSEKANN (org.) *et al.*, 2016).

---

<sup>14</sup> Os laudos técnicos do empreendimento do Complexo Minerário Germano, onde se inserem as barragens de Fundão e Santarém, eram conhecidos pelos órgãos ambientais do Estado, como parte integrante dos processos de licenciamento ambiental. Além disso, o laudo técnico produzido pelo Instituto Prístino, em perícia realizada pelo Ministério Público de MG, em resposta ao Parecer Único Nº 257/2013, já alertava, ainda em 2013, para o risco de colapso da barragem de Fundão. Nele destacava-se a necessidade de um plano de contingência para situações de risco, monitoramento geotécnico e estrutural dos diques. Tanto as empresas responsáveis como o próprio Estado já estavam cientes deles, mas não tomaram qualquer medida preventiva, nem mesmo a simples implantação de um sistema de alertas de sirenes, para evitar as mortes causadas pelo rompimento, sendo coniventes, portanto, com a produção do crime-desastre (INSTITUTO PRÍSTINO, 2013).

TABELA 2 – Registro síntese de rompimentos envolvendo barragens de rejeitos em MG

Ano	Responsável	Local	Volume	Mortes	Repercussões
1986	Grupo Itaminas	Itabirito (Mina de Fernandinho)	600 mil m <sup>3</sup>	7	-
2001	Mineradora Rio Verde	Nova Lima (São Sebastião das Águas Claras)	300 mil m <sup>3</sup>	5	Assoreamento de 6,4km de córrego local; Rompimento de adutora de água da Copasa.
2003	Indústria Cataguases de Papel Ltda.	Cataguases (Barragens de rejeitos industriais)	1 bilhão e 400 milhões de litros de lixo de lixivia negra	-	Contaminação do Rio Paraíba do Sul e córregos próximos por 200 quilômetros, atingindo mais dois Estados e deixou 600 mil pessoas sem água.
2007	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraí (Zona da Mata)	2 milhões de litros de lama de bauxita	-	Inundou as cidades de Miraí e Muriaé, mais 4 mil pessoas desalojadas e 1.200 casas atingidas
2014	Herculano mineração Ltda.	Itabirito (Mina Sapecada)	-	3	150 famílias e 5km ficaram sem água; A auditoria na Barragem B1, realizada no dia 27/9/2013, garantiu a estabilidade.
2015	Samarco	Mariana (Barragem do Fundão)	55 milhões de m <sup>3</sup>	20	Soterramento de Bento Rodrigues e parte de Paracatu de Baixo e Barra Longa – Milhares de atingidos ao longo do Rio Doce e no litoral.
2019	Vale S.A.	Brumadinho (Barragem BIV e soterramento das barragens BIV e BIV – A da Mina Córrego do Feijão)	13 milhões de m <sup>3</sup>	270	Soterramento da estrutura administrativa e operacional da Vale S.A., atingindo e soterrando comunidades, casas, fazendas e diversas estruturas até chegar no Rio Paraopeba, atingindo as barragens de Retiro Baixo e Três Marias.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do “Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero Aquífero de Minas Gerais” (MovSAM, 2018, p. 82).

É.....eu cheguei na reunião já nervoso - porque eu não tinha sido convidado - e quando nós chegamos lá na reunião a Defesa Civil tava induzindo as pessoas a voltar para as casas na área de risco. E eu comecei a questionar, né? Falei assim: “Vocês tão induzindo as pessoas voltar pra casa, cê me dá um laudo que...que é seguro como representante da Defesa Civil?” Ele falou: “Eu não dou”. Aí...teve um debate muito forte lá, e tal, eu falei “vamo bora, não vamo ficar aqui não”. Hora que a gente caminhou pra pegar a moto pra ir embora veio uma moça da Renova....da Samarco e falou assim: “Ô gente, não vai embora não nós vamo mostrar o Dam Break que é um estudo que mostra aonde que a....que a lama atinge se barragem de Germano que tá lá romper”, e a gente sempre cobrou isso. Cês vão perder? “Eu fico muito aborrecida de você ir embora”. Minha esposa falou assim: “Cê devia ficar aborrecida é de gastar três milhões com propaganda no Fantástico e excluir o direito desses pobre que tá aí”. E fui embora (Atingido da Zona Rural de Paracatu de Cima, Seminário III

UFMG Debate<sup>15</sup>, junho de 2018, grifo meu).

Tendo em conta não só as alterações ecológicas e os danos à dinâmica fluvial, há que se destacar, sobremaneira, a sistemática de violências e danos às vidas das famílias e comunidades ali presentes que, também, são imensos e incalculáveis: a morte de pessoas, o descaso, a destruição de diversas estruturas públicas e privadas, a ruptura e perda de patrimônios materiais e imateriais, com sérios danos à saúde física e mental. No caso de Bento Rodrigues, por exemplo, ter de lidar com o luto de suas perdas, o deslocamento compulsório das famílias e com sua sede completamente devastada:

Então eu **passei fome, eu passei frio, eu passei dor**. Porque **tanto bicho me mordía, que me parece que até cobra me mordeu no mato, no escuro gente**. **Porque aqueles bicho tava saindo da lama**, então mordía a gente de toda forma [...] E eu...**o socorro da Samarco pra mim, ela veio com 43 dias. Eles não procuro saber se eu tinha o que comer, se eu tinha o que dormir, aonde dormir**. Se eu tinha aonde tomar um banho. Se eu sai de casa com uma camiseta, um short e sem chinelo, descalço (Atingida de Gesteira, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

Eu fui retirado da minha casa porque eu tive um terreiro e uma parte da minha propriedade destruída e continuei morando na casa. E...**perdi o vínculo das pessoas, aquilo que era o maior sofrimento meu naquele momento...e...de repente um dia...é...a gente tentando organizar as coisas porque quando a lama foi chegando na porta da sala nós fomos tirando alguma coisa, desorganizamos a casa toda...isso foi numa quinta-feira, na sexta nós fomos pra Mariana, na segunda retornando** (Atingido da Zona Rural de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

Como observado por Guimarães (2018), dentre as afetações mais imediatas à essas comunidades, salienta-se o deslocamento compulsório das pessoas devido a devastação dos distritos de Beto Rodrigues e Paracatu de Baixo, bem como partes das comunidades de Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu de Cima e Pedras, todos pertencentes ao município de Mariana (MG). Todos aqueles que perderam suas casas foram levados, inicialmente, para o Ginásio Municipal de Mariana. Essas pessoas foram precariamente alojadas em uma quadra esportiva e nas arquibancadas do ginásio, dormiram em colchões dispostos no chão, sem a mínima infraestrutura de acolhimento. Posteriormente, as pessoas desabrigadas foram forçadas a viver temporariamente em casas alugadas na cidade de Mariana, ou em quartos de hotel, envolvidas em uma trama de infundáveis negociações diárias e, até hoje, inconclusas,

---

<sup>15</sup> O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG, com o apoio do programa Participa UFMG, promove o III UFMG Debate – Para além do rompimento: lições de Mariana. O evento aconteceu em 15 de março de 2019, um dia após a celebração do Dia Internacional de Luta Contra as Barragens. A mesa de abertura do evento foi contou com a participação de seis representantes das comissões dos atingidos em Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues e zona rural.

submetidas a uma espera desoladora pelo reassentamento e lidando com as incertezas de seus futuros (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 14).

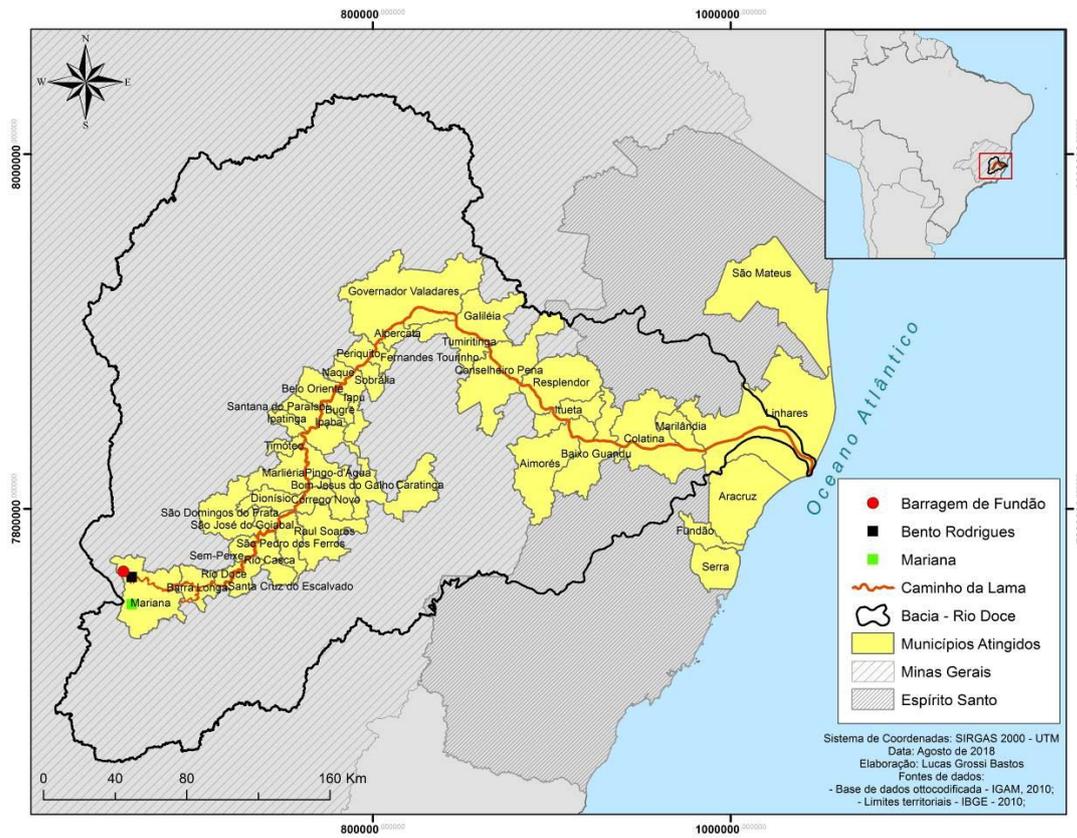
**O reassentamento pra gente não é simplesmente uma casa, porque fazer uma casa ou tá numa casa boa é o de menos. Mas o reassentamento local das famílias, dos laços, da convivência em si, da liberdade. Esse é o reassentamento que a gente busca, a volta a liberdade** (Atingido de Bento Rodrigues, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

O deslocamento das famílias e sua territorialização em contestação, ou seja, uma “área de risco”, é marcada pelas violências não só do soterramento e destruição das moradias e suas regiões, mas também, diante da remoção das famílias, negligenciam minimamente que, “*subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades espacializadas*” (VALENCIO, 2009, p.7).

**Eu nasci em Ouro Preto e fui pra região de Paracatu em 89, são praticamente 30 anos que eu vivo naquela região. E quando eu fui pra lá a gente começou a desenvolver uma economia própria que é a pecuária do leite, e conseguimos crescer...é.... criamos uma associação na qual abrange toda a região atingida - Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas, Barreto, Aguas Claras, e outras áreas, até de Barra Longa. Então a associação hoje são 117 famílias. A gente começou produzindo cerca de 400 litros de leite por dia, chegamos a produzir 10.000 mil litros. Esse rompimento destruiu 50% das propriedades que compõe a associação dos produtores. Tivemos nossa economia praticamente destruída. As pessoas hoje de lá sofrem empobrecimento forçado, estão vivendo uma vida imposta pela Renova** (Atingido da Zona Rural de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

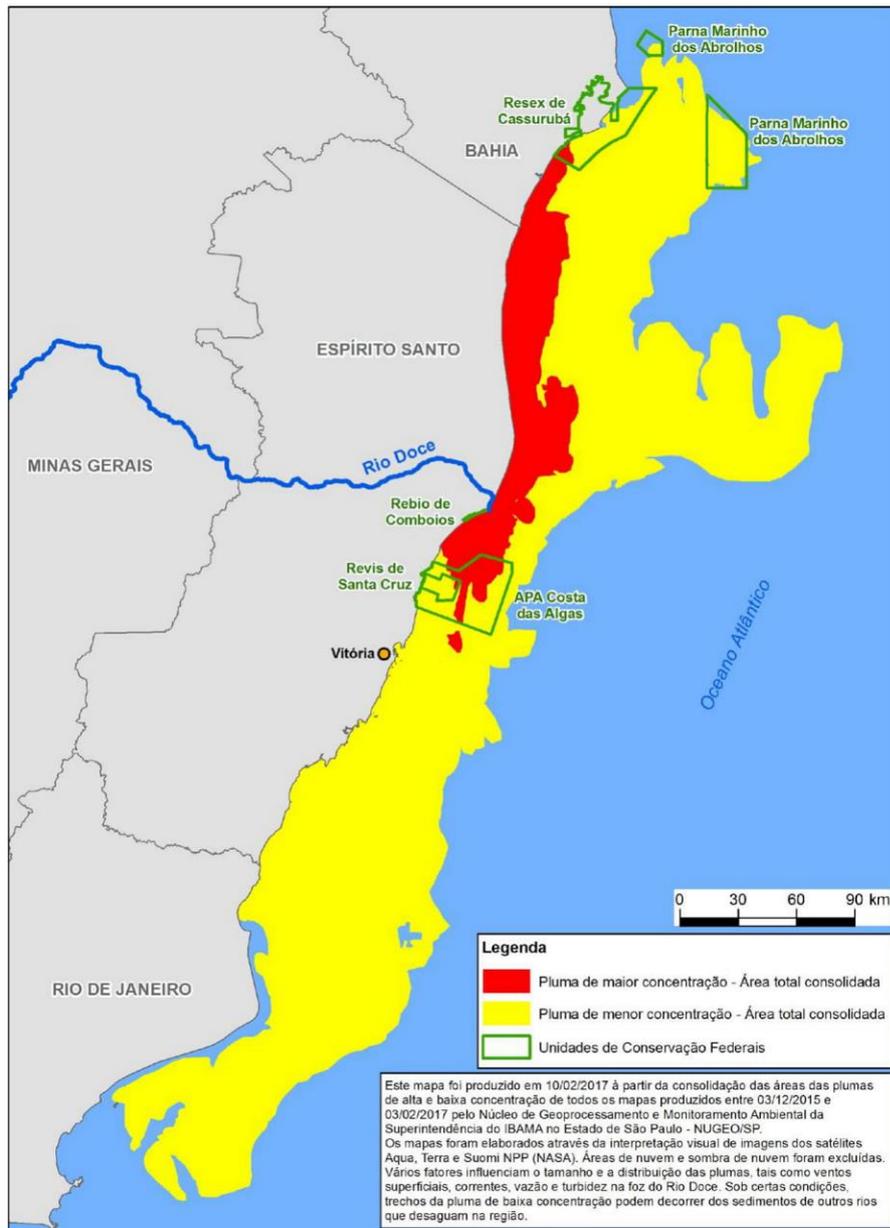
As pessoas atingidas pelo rompimento têm, ainda, de lidar com a desinformação a respeito da situação de sua saúde, uma vez que o material tóxico se espalha e deposita-se em mais de 40 municípios, difundindo-se pelo Oceano Atlântico e atingindo o litoral do estado do Espírito Santo, chegando até mesmo ao sul do estado da Bahia e parte do estado do Rio de Janeiro (FIGURA 6 e FIGURA 7).

**FIGURA 6** - Localização dos municípios atingidos pela Samarco/Vale/BHP no rompimento da barragem de Fundão na bacia do Rio Doce. Fontes: base de dados otocodificada do IGAM (2010); Limites territoriais IBGE (2010).



Fonte: Elaborado pelo autor.

**FIGURA 7 –** Plumas de rejeitos na foz do Rio Doce.



Fonte: Mapa de Consolidação das áreas totais afetadas pelas plumas de alta e baixa concentração de todos os mapas produzidos entre 03/12/2015 e 03/02/2017, produzido pelo IBAMA e NUGEO/SP, anexo a Nota Técnica nº. 23/2017/TAMAR-Vitoria- ES/DIBIO/ICMBio de 25/09/2017.

### *Considerações sobre os riscos à saúde das pessoas atingidas pelo rompimento*

A gente não come peixe, não come capivara, porque **está tudo contaminado**. E fora isso, tem esse trauma de que **isso pode prejudicar a gente em algum momento, pode deixar a gente doente. Matou o rio, então as coisas que estão no rio mata o espírito do rio**, e isso **pode matar o espírito do povo Krenak**. Ai eu falo de nós, de Burum, né? Porque **o rio também era vivo, o peixe era vivo, então isso faz mal pra gente. É um risco social, ambiental...** isso faz com que a gente não coma mais o peixe nem da região (Entrevista de um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, grifos meus).

Eu sou da Amazônia Equatoriana, em nome das operações da *Union de afetados por Texaco-Chevron*, sou do povo Cofán. Minha presença aqui é para você saber o que aconteceu, semelhante ao que aconteceu aqui. Como no futuro, eu tenho muita certeza. Na Amazônia equatoriana, **nas operações da Texaco, hoje a Chevron, mais de 30 bilhões de galões de água tóxica derramada no rio**, que em primeira instância não foi vista, não teve impacto, além das piscinas abertas que deixam o óleo. **20 anos depois, as consequências seriam vistas, as mudanças que causariam o cotidiano das pessoas**. Faço parte do povo Cofán do Equador e observei as mudanças na minha população. **As doenças que surgiram mais tarde, como o câncer**, por exemplo, **doenças não conhecidas pela população indígena**. Agora, a duração deste desastre ambiental causado aqui na área, como aconteceu no Equador, é muito semelhante. **Acredito que há necessidade de se relacionar se um desastre dessa magnitude acontecer no Equador, ou no Brasil ou em qualquer lugar do mundo** (Entrevista com Robson Yumbo Salazar, da *Union de afetados por Texaco-Chevron*, em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, livre tradução. Grifos meus).

Dentre os diversos males motivados pelo crime-desastre da Samarco/Vale/BHP, há, ainda, os riscos e danos à saúde física e mental das pessoas atingidas pelos rejeitos advindos da barragem de Fundão, como apontado pela equipe do GESTA/UFMG (2020). Diversos foram os relatos de adoecimento em suas atividades em campo: transtornos respiratórios, dermatites, bem como graves quadros de depressão e ansiedade, por exemplo. Embora haja uma grande falta de informações, ou mesmo, desinformações em relação à toxicidade dos rejeitos de minério, desde maio/março de 2019, a Fundação Renova<sup>16</sup> e o Governo do Estado de Minas Gerais já estavam cientes. Da poeira dos domicílios e que o solo superficial dos municípios de Mariana e Barra Longa estão contaminados com metais pesados, contudo, omitiram a informação, por contestação da Fundação Renova. Em contrapartida, as denúncias das pessoas atingidas demarcam as contradições sentidas em seus corpos:

**Eu gostaria de destacar os ponto mais difícil que a gente se encontra lá em**

<sup>16</sup> No 1º semestre de 2021 a Fundação Renova foi acusada de irregularidades: “cinco instituições de justiça ajuizaram uma Ação Civil Pública contra a Fundação Renova por veicular propaganda enganosa e abusiva. Ademais, entraram com um pedido de suspeição, do juiz federal substituto da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, responsável por conduzir o caso. O Ministério Público de Minas Gerais, por sua vez, solicitou à justiça a extinção da Fundação Renova. O pedido de suspeição do juiz federal foi negado pelo TRF-1 e o da extinção da Fundação Renova foi suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça para avaliar a competência da justiça estadual” (ROJAS, Claudía Marcela O. e PEREIRA, D. B. A ascensão do capitalismo de desastre no Brasil: o rompimento da barragem de Fundão e as técnicas e mecanismos de tortura na Bacia do Rio Doce. Terra Livre. Texto ainda não publicado, disponível no prelo).

**Mariana, que é o lado da saúde, psicológico, e o lado social. Esse é um dos maiores desafios que a gente enfrenta. Mais um ponto é o da informação.** Que inúmeras e inúmeras reuniões que a gente fazia com a empresa, faz até hoje, mas **a gente não consegue levar a informação correta a todos**, que é o necessário (Atingido de Bento Rodrigues, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

Em agosto de 2017 foi emitida a Nota Técnica SUBVPS/SES-MG n.11/2017, pela Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde)<sup>17</sup>, estabelecendo os parâmetros básicos para os Estudos Epidemiológico e Toxicológico da população atingida direta e indiretamente pelo rompimento da barragem de Fundão. A partir dessa nota foi elaborado um Termo de Referência, em decisão conjunta em julho de 2018, entre CT-Saúde e a Fundação Renova, para contratação da empresa “AMBIOS Engenharia e Processos”. Essa foi encarregada da realização de um Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), considerando como base as diretrizes do Ministério da Saúde. A contaminação foi detectada pela AMBIOS ao longo de 2018, em oito distritos pertencentes à Mariana: Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Borba e Campinas; e em quatro distritos de Barra Longa, além do centro da cidade — Barretos, Mandioca, Gesteira, Volta da Capela. O estudo foi concluído em 22 de março de 2019 e enviado à Fundação Renova, que encaminhou o estudo a Secretaria de Estado de Saúde de Minas, em 17 de maio. Esses estudos classificam as cidades como: *“Local de Perigo Categoria A: Perigo urgente para a Saúde Pública”* (AMBIOS, 2019, p. 337), o que significa, de acordo com o relatório, que *“existe um perigo para a saúde das populações expostas aos contaminantes definidos através da ingestão, inalação ou absorção dérmica das partículas de solo superficial e/ou da poeira domiciliar contaminadas”* (AMBIOS, 2019, p. 320).

Evidentemente, a Fundação Renova contestou o estudo de ARSH da AMBIOS, e por esse motivo os resultados de contaminação não vieram a público até novembro de 2019, seguindo em disputa judicial. A devolutiva foi adiada pela Secretaria Estadual de Saúde. Houve a imediata reação e pressão dos atingidos, de representantes de municípios além de esforços do MPF, que por sua vez, interpelou o governo estadual e a Fundação Renova sobre

---

<sup>17</sup> Órgão instituído em sistema colegiado para integrar o Comitê Interfederativo (CIF), previsto pelo Termo de Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco/Vale/BHP. O objetivo da CT-Saúde é proporcionar direcionamentos e subsídios técnicos que possibilitem ao CIF orientar, monitorar e fiscalizar a execução do TTAC. A CT-Saúde é coordenada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, conta com uma secretaria executiva e é composta pelos seguintes membros: Ministério da Saúde, Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano (MG), Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares (MG), Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova (MG), Superintendência Regional de Saúde Central (Colatina/ES) e, ainda, com representantes de Barra Longa (MG), Belo Oriente (MG), Governador Valadares (MG), Mariana (MG), Rio Doce (MG), Resplendor (MG), Colatina (ES), Linhares (ES), Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (CT-Saúde, 2019;GESTA/UFMG (2020).

a decisão de adiamento, demandando a apresentação do relatório, considerando o direito à informação sobre os riscos à saúde. Por fim, “A Pública” (agência de jornalismo investigativo), divulgou uma reportagem denunciando o embaraço referente ao estudo de ARSH da AMBIOS, revelando, enfim, o alarmante conteúdo do relatório produzido pela AMBIOS (GESTA/UFGM, 2020)<sup>18</sup>.

Discordando dos resultados preliminares do estudo da AMBIOS, a Fundação Renova expôs, em dezembro de 2019, um documento: “Projeto de Gestão Integrada para Saúde e Meio Ambiente (GAISMA)”. Dentre as contradições que envolvem os estudos de contaminação e saúde das pessoas atingidas, cabe destacar a preocupação de diversas entidades sobre essa metodologia proposta pela Fundação Renova: o GAISMA. No PARECER TÉCNICO Nº 1/2020 (Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública), foram ressaltados, dentre diversos outros problemas. Há negligência por parte da Fundação, em incluir a escuta dos atingidos e as preocupações da população, que só entrariam na ARSH, caso tivessem relação com uma rota de exposição válida traçada pelo modelo conceitual proposto. Em relação a esse modelo conceitual apresentado pela Fundação Renova, o referido parecer técnico do Ministério da Saúde trazia críticas contundentes:

A utilização de modelos conceituais e estatísticos, busca estabelecer relação de causalidade, ao passo que o setor saúde trabalha com o conceito de risco adicional à saúde, devido ao fato de muitos dos agravos e doenças ocasionados por exposição a substâncias químicas, ao longo dos anos, poderem não ser comprovados pelo estabelecimento denexo causal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p.3).

Concluindo, o Ministério da Saúde pontua ainda que a *“proposta GAISMA é incipiente [...] e não há evidências de que essa metodologia possa atender aos objetivos de um estudo de avaliação de risco à saúde humana, tal qual orientam as diretrizes do Ministério da Saúde”* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p.5).

A respeito desse campo delicado, os estudos de avaliação de risco à saúde humana no território da bacia do Rio Doce, seguem em forte disputa institucional. Eles repercutem inclusive no desastre provocado pelo rompimento da barragem B1 e soterramento das barragens B IV e BIV A da Mina Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019, na bacia do Rio Paraopeba, de responsabilidade da própria Vale S.A.

---

<sup>18</sup> Ver também as seguintes notícias: <https://apublica.org/2019/11/revelamos-o-alarmante-estudo-escondido-pelo-governo-de-minas-e-pela-fundacao-renova/#Link1> (Acesso em novembro de 2019); <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/06/justica-suspende-decisao-que-invalidou-estudos-de-saude-de-atingidos-por-lama-da-samarco.ghtml> (Acesso em 06/05/2020).

Merece assinalar que a abordagem crítica a noção de risco teve como uma das principais precursoras do chamado “construcionismo”, Mary Douglas. A autora introduziu a discussão sobre a importância de se considerar a cultura na avaliação de risco, demonstrando como diferentes culturas entendem as noções de pureza e poluição enquanto representações sociais que variam historicamente. A teoria cultural do risco, proposta por M. Douglas e Wildawsky (2012), parte do entendimento desse conceito como construção social, mediado pela percepção dos sujeitos, contrapondo o paradigma administrativo/institucional, que considera, em seus estudos técnicos de prevenção e antecipação do risco, uma uniformidade irreal, aplicando modelagens probabilísticas. Porém, somente a percepção individual ou coletiva do risco parece ser insuficiente na medida em que construções discursivas, coerções, manipulações e estratégias podem influenciar e condicionar essas percepções, por meio de legitimações técnicas que, não raro, adotam linguagens extremamente distantes das realidades de comunidades rurais, ribeirinhos, periferias urbanas etc. Os técnicos, e peritos que mensuram o risco como uma realidade objetiva, tangível e quantificável, partem de uma relação que é mecanicamente baseada em correspondências de causa e efeito, cujo foco são os custos e não soluções factíveis de reparação:

Nós temos um grande índice de endoscopia na nossa região. As pessoas tem muita dor de estômago. **E aí as empresas se calam, a gente grita, a gente briga, a gente denuncia e elas de novo faz a mesma coisa, não falam nada. Essa empresa Ambios depois de falar com a gente que a poeira é contaminada, que a água do rio é contaminada, que o solo é contaminado, perguntamos pra ele se o alimento que as pessoas no meio rural tavam produzindo na lama se elas poderiam comer. Ele respondeu pra gente que nesse alimento não tem nenhum tipo de metal pesado, nada, nada, nada.** Que o alimento está próprio...é...é...**limpo pro consumo humano** (Atingida de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

Inusitadamente registram-se, ainda, a gravidade desse contexto frente as incertezas e amplitude dos riscos e danos na ausência de estudos e assistência para o restante da bacia do Rio Doce, de Minas Gerais ao Espírito Santo, apontou um representante Krenak, de Resplendor, no baixo médio Rio Doce:

[...] **a gente tem que resolver um problema seríssimo de água na nossa aldeia.** Porque é questão de caminhões que ta entrando lá, caminhões pipa. **É muita poeira na aldeia, muita doença que ta acontecendo, tosse...** Tem uma coisa mais imediata, que é resolver esses problemas e fazer coisas concretas (Entrevista de um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, grifos meus).

São milhares de pessoas atingidas nos dois estados<sup>19</sup>, com repercussões que abrigam relações multidimensionais e transescalares profundamente complexas, afetando uma diversidade de pessoas e territórios rurais e urbanos, comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e etnias de povos originários (indígenas)<sup>20</sup>, bem como assentamentos agrários etc. A consultoria de gestão de riscos americana, Bowker Associates, classificou o rompimento de Fundão como o maior da história da mineração mundial, nos últimos 100 anos. Ela considerou o volume de rejeitos despejados no meio ambiente, a distância percorrida pela lama e o investimento necessário para reparar as perdas ocasionadas pelo colapso da estrutura (OLIVEIRA, 2016). Trata-se, sem dúvidas, de um dos maiores crimes socioambientais do Brasil e o maior desastre com barragens de rejeitos, já registrado no mundo (ANA, 2020). Ele persiste como tal em função da reparação insatisfatória e protelada de seus danos.

Os diferentes níveis de transtornos e violências que esse crime-desastre causa ao cotidiano das pessoas atingidas, resultam não só da natureza tóxica dos rejeitos, mas, também, da racionalidade imposta pela lógica técnica, política e social degradantes. As dimensões prático-discursivas (des)ordenadoras do espaço, bem como da complexidade de interações transescalares na qual se envolve gera conflitos de interesses, demandas e direitos de diferentes grupos sociais. Certamente esse crime-desastre resulta da assimetria das relações de poder entre os sujeitos e da diversidade de tecnologias e recursos de proteção a que cada qual tem acesso através dos meios institucionais (VALENCIO, 2009, p. 10).

### *O desastre enquanto prática socioespacial e processo*

Feitas essas pontuações, é mais que imprescindível demarcar o que se entende conceitualmente aqui por *desastre* tendo em conta, sobretudo, o contexto do caso Samarco/Vale/BHP na bacia do Rio Doce, enquanto conjuntura extremamente dinâmica e difusa espaço-temporalmente. Igualmente ele segue produzindo, a todo instante, novas formas de violência e afetação em seu percurso. Como apresentado pela professora Norma Valencio

---

<sup>19</sup> Em Minas Gerais, são atingidos os municípios de Aimorés, Alpercata, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Mariana, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo-d'Água, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sobralia, Timóteo e Tumiritinga (SEDRU, 2016). No Espírito Santo, os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares foram declarados atingidos em um primeiro momento. Posteriormente, São Mateus, Aracruz e Serra foram reconhecidos (ALVES, 2017).

<sup>20</sup> Dentre as etnias de povos nativos que são atingidos, encontram-se os Krenak, às margens do Rio Doce no município de Resplendor/MG, os Guarani e os Tupiniquim, no município de Aracruz/ES.

(2009), no campo da Sociologia, há um amplo debate em curso, afeito aos fenômenos denominados *desastres*. Nos estudos e debates acerca dos desastres, há uma importante diferenciação entre a teoria dos chamados *hazards* e a teoria dos *desastres*. A primeira enfatiza uma abordagem causal que prioriza aspectos físicos, ditos naturais, quanto à sua distribuição espaço-temporal. A segunda enfatiza ponderações afeitas a organização socioespacial complexa e ao comportamento coletivo, ou seja, considera que a dimensão social é convertida na pré-circunstância para que essa dimensão “natural”, se torne destrutiva. Podemos dizer, portanto, que uma abordagem determinista se constitui em torno da teoria dos *hazards* (eventos extremos), na qual são valorizados em demasia modelos estatísticos e probabilísticos de ocorrência de *eventos perigosos*. Apartam-se da discussão as complexas relações sociais, institucionais ordenadoras do espaço. Dentre a diversidade de interpretações que vem se desenvolvendo, depreende-se um aspecto fundamental nos campos da Sociologia, Antropologia, bem como em determinados campos epistemológicos da Geografia: os ditos *desastres naturais*, certamente não repousam, em centralidade, sob variáveis independentes que intrinsecamente são referentes aos fenômenos ditos *naturais*. Compreende-se aqui, assim, alinhado a esses campos da ciência, que o foco dos desastres se posiciona centralmente ligado às estruturas e dinâmicas sociais que “*num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas*” (VALENCIO, 2009, p.5).

Essa demarcação justifica-se, especialmente, para evitar que a análise se torne estática, simplória e reducionista quanto as relações socioespaciais e de poder que perpassam o caso de Fundão, ou mesmo qualquer leitura que possa insinuar haver uma relação maniqueísta de causa/efeito, ou um “antes” e “pós” desastre, circunscrevendo-o somente ao dia do rompimento. Nesse sentido, como coloca Dombrowsky (1998), os desastres não causam efeitos, decorrem de um processo sociopolítico deteriorado, de modo que aquilo que se apresenta como “efeito” é o próprio desastre em sua dinâmica e processo. Os aspectos físicos da devastação não são autoexplicativos e o seu deslindamento depende do quanto se conhece a respeito dos contextos de crise e deterioração sociopolítica e socioespacial por detrás de sua ocorrência. Ao se falar em “efeitos do desastre”, assumiríamos um posicionamento programático, supondo causas, geralmente, associadas a fatores puramente físicos, como condições geofísicas ou climáticas, inculindo certa adaptabilidade *ad hoc* às engenharias e tecnologias à essas variáveis “naturais”. Trata-se sem dúvidas, de uma espécie de falsificação empírica das ações sociais, humanas. A delimitação do que entendemos aqui como desastre são formas de ação social que produzem ativamente contextos de vulnerabilização e a gestão

de uma conjuntura de crise e barbárie – trata-se do colapso das formas produtivas e dos sistemas de proteção, produzindo ativamente a exposição aos riscos manufaturados, que produzem essa “natureza” de desastres (DOMBROWSKY, 1998; MENEGAT, 2006; VALENCIO, 2014).

Com efeito, Eduardo Gudynas (2015) argumenta sobre as repercussões de “derramamento” relacionado as atividades extrativistas. As práticas extrativistas predatórias caracterizam-se como um conjunto particular de apropriações dos “recursos naturais”, assinalados pela remoção de grandes volumes e/ou alta intensidade, exportados como matérias-primas, sem um processamento industrial ou com processamentos relativamente limitados. Portanto, não se caracterizam como equivocadamente designamos por atividades industriais, uma vez que da extração não se produz nada, apenas se extrai e exporta (GUDYNAS, 2015, p.14). Os extrativismos são, portanto, plurais e incluem grandes empreendimentos como mega-minerações a céu aberto, pequenas lavras de extração de ouro aluvial (legal ou ilegal), explorações de gás natural ou petróleo, as diferentes monoculturas como a de soja, milho, por exemplo. As repercussões do derramamento dos extrativismos são mais amplas do que a dimensão espacial local de cada empreendimento, cujos danos não se limitam a um local específico, mas às afetações que podem ser reproduzidas em diversas áreas do país. Por sua vez, derramam-se, também, além da circunscrição própria de cada empreendimento, afetando as compreensões e significados das múltiplas políticas públicas, tais como políticas ambientais, sociais ou econômicas, bem como os significados pelos quais é compreendido o desenvolvimento, a política, a justiça, a democracia e a “natureza”, os direitos (GUDYNAS, 2015, p. 15).

Seguramente, não é o caso de recusar as repercussões avassaladoras do crime, e sim uma convocação a considerar as complexidades que permeiam o desastre da Samarco/Vale/BHP na bacia do Rio Doce. Portanto, jamais será um “desastre natural”, ou um “acidente”, dada a ampla gama de níveis de afetação, com correspondências evidentes quanto ao modelo de desenvolvimento, cujas estruturas de classe, raça e gênero deixam ver que:

[...] no Brasil e conforme as estatísticas oficiais revelam, tem correspondências étnicas historicamente produzidas. [...] Se os processos de territorialização, numa dada localidade, naturalizam as desigualdades sociais, as relações assimétricas entre os sujeitos tendem a um franco esgarçamento, sendo o desastre um acontecimento crítico que potencializa o rompimento da tolerância às injustiças sociais continuamente sofridas e cuja face inversa são os privilégios concedidos regularmente a outrem (VALENCIO, 2009, p.6-7).

**[...] porque a empresa vai na casa da gente fazer os estudos de caso de cada família mas não procura saber se a família é seis pessoas, quantos adultos tem?**

Quantas pessoas eram assalariada lá? **Eu tinha um salão domiciliar dentro da minha casa e ele nos colocou como dependente.** Respeito ao marido, respeito todos os homens. **Mas não respeito a empresa, não me recompor aquilo que ela me tirou** (Atingida de Gesteira, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018, grifo meu).

As violências e o agravamento das vulnerabilidades que perfazem o desastre no território da bacia do Rio Doce, então, não se limitam ao momento fatídico do rompimento da barragem em 05 de novembro de 2015 (GUIMARÃES, 2018). Em conjunto com os danos materiais, imateriais e simbólicos, sociais, ambientais e econômicos decorrentes do rompimento de Fundão, o âmbito institucional tem se mostrado, também, extremamente importante como campo de estudo, demandando maiores e melhores avaliações e críticas. Como responsáveis pela barragem de Fundão, a Samarco/Vale/BHP Billiton se tornaram réis, em inúmeros processos judiciais, envolvendo a apuração de sua responsabilidade legal e por consequência, a obrigação de reparação dos danos causados. Para viabilizar as ações de reparação, compensação e indenização dos atingidos, as instituições de justiça, em acordo com as empresas réis no processo e com o Estado, privilegiam procedimentos e abordagens sob a égide da resolução negociada de conflitos<sup>21</sup> e políticas de Governança, em detrimento da judicialização independente dos atingidos. Nessa perspectiva:

Num desastre não emergem apenas demandas por contabilização de danos e prejuízos, mas demandas por identificação de responsabilidades ou, na ausência de uma expressão lusófona melhor, exige-se *accountability*, algo a mais que a mera redutibilidade dos discursos oficiais a dimensões puramente monetizáveis, posto que solicita esclarecimento, no plano político-social, das decisões que afetaram negativamente os diferentes sujeitos (VALENCIO, 2009, p.12).

### *A institucionalidade e “gestão” do crime-desastre*

Podemos avaliar que a forma como esse processo vem sendo conduzido, sobretudo, no âmbito institucional, é no mínimo, emblemática. Ora, é justo recordar que em 2015, quando do rompimento da barragem, a Samarco/Vale/BHP evocaram-se variadas estratégias para negar o crime, alegando se tratar de um acidente. Inicialmente, as mineradoras mobilizaram documentos técnicos da Rede Sismográfica Brasileira, que monitora abalos terrestres no país. Em seguida noticiaram em toda a rede de imprensa nacional e internacional, que o

<sup>21</sup> O campo da resolução negociada de conflitos será melhor discutido no decorrer do estudo, por hora, podemos entendê-lo, previamente, como um campo que se desenvolve através de uma seleção específica de teorias sociais, e teorias de decisão racional como “o domínio social delimitado que incorpora premissas institucionais, culturais e cognitivas, em que os atores sociais orientam estrategicamente suas relações, negociando sentidos para suas ações” (VIÉGAS, 2016, p. 7).

rompimento teria ocorrido devido a “abalos sísmicos”<sup>22</sup> na região, no esforço de significar/qualificar o crime como um “acidente” ou “desastre natural”. Essa justificativa foi descartada dias depois, por serem tremores relativamente insignificantes, sem quaisquer relações diretamente comprovadas. Posteriormente, uma fala icônica (para não dizer irônica) de Kleber Terra, diretor de Operações e Infraestrutura da Samarco, mais uma vez tenta eximir as mineradoras de qualquer responsabilidade: “*não é o caso de pedir desculpas à população de Mariana*”<sup>23</sup>. Segundo ele, o momento era de apurar as causas do “acidente”. Quando uma pessoa, que ocupa um cargo de tamanha responsabilidade como diretor responsável pelas operações e infraestrutura da empresa, não se posiciona institucionalmente se desculpendo com as vítimas, não está apenas denotando a total falta de sensibilidade e respeito com milhares de pessoas na bacia do Doce. Ele arditosamente deixa de assumir qualquer responsabilidade da empresa, sobretudo, no âmbito jurídico, resguardando-se de qualquer declaração que pudesse coloca-los como réus no processo, e/ou manchar sua imagem com os milhares de acionistas naquele momento. Certamente, não se tratava de um acidente. As mineradoras e os órgãos ambientais de MG já detinham conhecimentos do iminente risco de colapso da barragem em 2013, dois anos antes de seu rompimento, como já citado anteriormente (INSITUTO PRÍSTINO. 2013).

Somente após uma série de pressões e repercussões das comunidades atingidas, sociedade civil, comunidade acadêmica, movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público Estadual e Federal (MPE e MPF), bem como a ampla divulgação do desastre pela imprensa nacional e internacional, estrategicamente as empresas indiciadas pelo crime começaram a se antecipar e mostrarem-se, ironicamente, “extremamente condolentes”. A preocupação era de abordar e divulgar as medidas de reparação e atendimento às vítimas, criando canais de comunicação específicos em seus websites na internet, por exemplo. É interessante observar a cínica reviravolta discursiva concretizada no endereço eletrônico oficial da Samarco S.A, por exemplo, transformado praticamente em um portal sobre o “Caso de Fundão”. A semiótica do site volta-se, em grande medida, para o rompimento da barragem de rejeitos. Há agora, em destaque, um campo específico no site: “ROMPIMENTO DE FUNDÃO”, em letras garrafais na parte superior. Logo abaixo do menu, chamadas textuais com imagens em *banner* nos direcionam aos domínios sobre o rompimento. Inusitadamente, um desses *banners*, traz os

---

<sup>22</sup> Ver exemplo de notícia em: [www.g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/usp-registrou-tremores-em-minas-antes-de-rompimento-de-barragens.html](http://www.g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/usp-registrou-tremores-em-minas-antes-de-rompimento-de-barragens.html) (Acesso em maio de 2018).

<sup>23</sup> Notícia do Jornal O Tempo, em 17 de novembro de 2015: [www.otempo.com.br/cidades/diretor-da-samarco-diz-que-nao-e-o-caso-de-pedir-desculpas-a-populacao-1.1171298](http://www.otempo.com.br/cidades/diretor-da-samarco-diz-que-nao-e-o-caso-de-pedir-desculpas-a-populacao-1.1171298) (Acesso em novembro de 2015).

seguintes dizeres: “*aproveitando os rejeitos: conheça o que a Samarco vem desenvolvendo e estudando nos últimos 10 anos*”, acompanhado de uma imagem das mãos de um operário, pavimentando uma via com tijolos, indicando como a mineradora aproveitaria seus rejeitos na construção civil. Essa apresentação nos induz a pensar que não há uma barragem de rejeitos colapsada sob sua responsabilidade e todos os danos dela decorrentes, mas sim “técnicas sustentáveis de engenharia”. Mesmo fazendo *mea-culpa* com apelo moral, outro *banner* ironicamente não hesita em postar: “*Saiba mais sobre o processo de retomada de nossas operações*”, acompanhado de uma imagem das estruturas da esteira de transporte de minério de ferro<sup>24</sup>. Há, de certa forma, uma estratégia persuasiva da Samarco, preocupada não só em retificar/apresentar o contexto de “dependência econômica” e aptidão da região para a mineração, mas, também, um certo *know-how* em condutas “sustentáveis”, denotando certa expertise que a empresa possuiria há mais de 10 anos. Expertise essa que não impediu a morte de 20 pessoas e a destruição de uma das mais importantes bacias hidrográficas do país. Quanto a essas declarações, no âmbito discursivo ponderamos, no mínimo, que “*com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada*” (ORLANDI, 2007, p. 73).

No caso do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP é construída, portanto, tanto uma disputa discursivo-simbólica, quanto prática, instituída politicamente em sanções que ganham materialidade nos documentos normativos e nas políticas de gestão e reparação. Como destaca Rojas (2020), as pessoas atingidas foram submetidas a diversos mecanismos e técnicas de tortura coletiva, que estrategicamente, contribuíram para reduzir o gasto social, neutralizar as resistências e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil:

Como em outros contextos catastróficos, o rompimento do reservatório tornou-se um pretexto para: i) aumentar e consolidar o papel de grandes corporações privadas; ii) abrir uma janela de oportunidades para o avanço dos interesses econômicos, políticos e ideológicos da classe capitalista transnacional; e iii) propiciar oportunidade para a promoção de agendas neoliberais (ROJAS, 2020, p.27).

O caráter processual do desastre é deflagrado, em sua dimensão social e política, na medida em que as condições de vulnerabilidade das pessoas na bacia são intensificadas pela ausência/ineficiência de políticas de proteção socioambiental e pelas articulações e acordos institucionais entre as empresas e os órgãos do Estado, excluindo a participação dos atingidos nas tomadas de decisão (DA SILVA, 2015).

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.samarco.com>. (Acesso em 30 de maio de 2018).

Aqueles que já eram afetados pelas atividades minerárias há cerca de 40 anos, bem como as demais comunidades da bacia, passaram a ser não só atingidos, mas vítimas, possuindo plenos direitos de compensação pelos danos morais e materiais. Elas sofrem com a perda de familiares, a cisão de seu modo de vida, além da deterioração de sua saúde mental e física, dentre outros assédios, aprofundando e perpetuando toda uma infinidade de danos e afetações (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 37). A respeito da categoria de atingido, o professor Carlos Vainer (2008) denuncia:

Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de disputa (VAINER, 2008, p. 40).

A disputa da categoria “atingido”, reflete, portanto, um reconhecimento legal de seus direitos, conectando-os direta ou indiretamente a determinado empreendimento que os colocaram nessa situação. Esses projetos em geral os inserem na seara jurídica frente a legitimação de medidas justas de reparação, indenização etc. Para além disso, a professora Angélica Peixoto, moradora de Paracatu, expressa a forma como se percebem essas angústias vividas pelas pessoas atingidas. A referência é a confrontação a que são submetidas a essa nova dimensão que atravessa as suas vidas: uma realidade burocrática e política que, sem dúvidas, lhes causam não só violências, mas um estranhamento como forma de interpelação:

*“Tarefa difícil a minha, a nossa:  
Aprender a ser atingidos.  
Como assim?  
Precisamos nos comportar como atingidos.  
Tem comportamento próprio para atingido?  
Não sei.  
Sei que precisamos aprender a viver/conviver com essa realidade.  
Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos,  
Fundação, reconstrução, reassentamento...  
Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão  
de palavras simples como: pedir, negociar, lutar, certo, errado.  
Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido”<sup>25</sup>.*

<sup>25</sup> Poema de Angélica Peixoto. **Aprender a ser atingido**. Jornal A Sirene, setembro de 2016: 7. Escrito com apoio de Ane Souza, Bárbara Torisu, Elizabete Tavares, Fernanda Tropa, MAB e William Menezes (ZHOURI (Org.), 2018, p.29).

Embora no presente estudo nos remetamos ao termo “atingido” como reconhecimento legal da categoria, há que se fazer uma avaliação de outro sentido possível, como apresentado por Angélica (ZHOURI (Org.), 2018). O termo reflete não só uma “conquista” jurídica, mas um significado que remete a ideia de uma estigmatização dessas pessoas, vendo-as forçadas a serem enquadradas em uma categoria através de uma série de interpelações institucionais, burocráticas e políticas. A respeito da ideia de *estigma*, como salienta Erving Goffman (1981), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas em um total de atributos considerados “comuns” e/ou “naturais”. Nas relações sociais, a convivência com “outras pessoas”, quando um “estranho” nos é apresentado, são identificados a priori seus atributos, sua “identidade ou status social”, em uma relação com o princípio da alteridade. Nesse sentido, ele argumenta como os gregos cunharam o termo *estigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se buscava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Esses sinais eram feitos com cortes ou marcas de fogo no corpo, demarcando que o portador seria um escravo, um criminoso ou traidor, ao fim e ao cabo, uma pessoa que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos. Posteriormente, na Era Cristã, foram acrescentados dois níveis de metáforas ao termo: o primeiro referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo fazia uma alusão médica à essa concepção religiosa, remetendo-se aos sinais corporais de distúrbio físico. No presente, o termo estigma *“é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”* (GOFFMAN, 1981, p.5).

Ademais, podemos sublinhar, também, uma forte influência dessas empresas na política<sup>26</sup>, na economia, bem como em diversos setores da sociedade que possibilita arranjos institucionais e concomitantemente desarticulam e dificultam o acesso das populações atingidas à informação fidedigna e a gozar plenamente de seus direitos. É prática comum dessas empresas mineradoras movimentarem-se constantemente no sentido de construir sua

---

<sup>26</sup> As doações da Vale para as campanhas eleitorais, quando da então Presidenta da República, Dilma Rousseff e, para o então governador de MG, Fernando Pimentel, por exemplo, cercearam seus pronunciamentos no que se refere ao Rompimento de Fundão. Ambos focaram seus pronunciamentos a respeito de assistência social e do apelo moral, mas em momento algum fizeram referência aos responsáveis, no caso, Samarco/Vale/BHP. Em 2014, ano que precede o rompimento, a Vale Energia doou R\$2,5 milhões para a campanha de Dilma Rousseff. Já Pimentel foi beneficiado com 1,8 milhão pela Vale Energia e Vale Manganês. Tivemos dificuldades de localizar fontes mais confiáveis e seguras com essas informações. O contexto da matéria quando foram retiradas essas informações se deu durante o processo de impeachment (golpe) da presidenta Dilma Rousseff, o que dificulta a sua confiabilidade, ainda assim serve para ilustrar formas claras de inserção dos interesses de mercado na política, não só no Partido dos Trabalhadores, como de vários partidos, senão todos. Denotam-se, ainda, os mecanismos de articulação através de lobby, popularmente conhecido como “rabo preso”. Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/11/27/interna\\_politica,712260/pimentel-se-reune-com-dilma-e-governador-do-es-para-tratar-dos-estrago.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/11/27/interna_politica,712260/pimentel-se-reune-com-dilma-e-governador-do-es-para-tratar-dos-estrago.shtml) (Acesso em fevereiro de 2020).

legitimidade tanto com o Estado, quanto com as comunidades nos territórios aonde se inserem. Elas utilizam estratégias de “gerenciamento de risco social”, ocupando espaços estratégicos como sindicatos, conselhos etc. Desse modo a relação delas com as comunidades, ocupando cadeiras de conselhos ambientais, por exemplo, torna-se um eixo central para manutenção de seus investimentos e para manutenção de sua boa imagem. Um icônico informativo do Sindicato Metabase Mariana pode nos dar alguns indícios dessa capilaridade e coerção da empresa, inserindo-se indiretamente em formas de pressionar a retomada das atividades, cooptar o município dependente da mineração e neutralizar as diferentes formas de resistência das pessoas atingidas através da situação enunciativa que reforça certa “importância” da retomada das atividades da Samarco (FIGURA 8). Começemos pelo título: “RETOMADA DAS ATIVIDADES DA SAMARCO: ESSA CONQUISTA É MÉRITO DO TRABALHADOR!”. Duas palavras podem ser destacadas – “mérito” e “trabalhador”. Já no início do primeiro parágrafo remeteu-se a palavra “tragédia”, para designar o crime. Daí é oportuno questionarmos: Quais interesses são atendidos pela retomada das atividades da empresa ré? Superficialmente poderíamos inferir pelo título que seriam os trabalhadores da Samarco, posto que o emprego lhes proporciona um salário para viver, ou como o próprio texto apresenta: *“Pressão psicológica, dificuldade financeira, demissões, insegurança, incertezas sobre o futuro”*. Adiante, no primeiro parágrafo, coloca-se o retorno da mineradora como *“o sonho de muitos trabalhadores e moradores de Mariana e região”*. O texto traz ainda uma certa ideia de resiliência dos trabalhadores: *“resistindo as intempéries dessa fase turbulenta [...] o trabalhador Samarco segurou toda a barra e vestiu a camisa [...] sofreu, mas também, confiou, esperou, lutou”*.

Percebemos nessa situação enunciativa, que o enunciador toma o espaço de fala do trabalhador, enquanto “representante sindical”. Certamente, se o enunciado fosse de uma vítima e/ou familiar, enquanto representante legítimo dos trabalhadores e pessoas atingidas, não exporia a situação nesses termos. Podemos observar estratégias de mascarar a atroz realidade imposta pelo capitalismo de desastre, através de artifícios linguístico-discursivos, a realidade tal qual ela é. Constatamos, ao final, que o enunciado revela a “tradução” do Outro (no caso, os trabalhadores Samarco), que postula certa resiliência face ao desemprego e as pressões vividas pelo rompimento, embora enfaticamente trata-se de um jogo de pressões advindas de agentes externos tais como as próprias empresas ré, representantes locais do poder público etc. Esse discurso materializa-se em seu lado avesso, enunciado em forma de simulacro defendido por uma posição enunciativa clara, assumida, porém dissimulada. Esse antagonismo instaura a polêmica, enquanto condição constitutiva da própria existência dos

discursos. Ao passo em que há uma movimentação “Volta Samarco”, sob a égide das supracitadas pressões externas presentes em Mariana, em alteridade há as resistências das pessoas atingidas pelo crime-desastre que questionam a retomada dessas atividades face a protelação das medidas de reparação integral que lhes é de direito.

**FIGURA 8** - Informativo do Sindicato Metabase Mariana sobre a retomada das atividades da Samarco



**INFORMATIVO**

**SINDICATO METABASE**

**MARIANA**

*Democracia, transparência e luta*

Edição 26 - Ano VI - 25 de Outubro de 2019



**RETOMADA DAS ATIVIDADES DA SAMARCO:**

**ESSA CONQUISTA É MÉRITO DO**

**TRABALHADOR!**

**Q**uase 4 anos depois da tragédia da barragem de Fundão na área da Samarco, o sonho de muitos trabalhadores e moradores da cidade de Mariana e região se aproxima cada dia mais da realidade: a retomada das atividades da mineradora Samarco.

Nos últimos anos, o trabalho do Sindicato Metabase Mariana não parou: foram processos judiciais, assembleias, manifestações, audiências públicas, reuniões, muita luta para que a empresa voltasse à ativa. Mas nada disso teria sentido senão fosse somado à força que o trabalhador e o ex-trabalhador Samarco tiveram para resistir à todas as intempéries dessa fase turbulenta pela qual todos os envolvidos passaram.

Pressão psicológica, dificuldade financeira, insegurança, demissões, incertezas sobre o futuro. O trabalhador Samarco segurou toda barra e vestiu a camisa. Sofreu, mas também confiou, esperou, lutou. Aceitou propostas e acordos que muitas vezes não faziam jus ao seu merecimento e à sua luta. Tudo isso para apoiar a empresa, plantando algumas sementes à base da confiança, aguardando o momento em que a empresa se firmaria novamente para recolher os frutos plantados, sendo paciente.

Você, trabalhador ou ex-traba-

lhador Samarco, foi e ainda é o esteio dessa mineradora. Você sustentou e segurou a barra quando ela precisou do seu apoio. Quem fez a Samarco, quem construiu seu nome e quem ainda serve de base para que ela dê seus últimos impulsos em busca de novos ares é você!

Chegou a hora de retomar as rédeas. Chegou a hora de retomar também o seu lugar. Lutamos juntos para que todo esse merecimento fosse reconhecido. Agora, mais do que nunca, é hora de recuperar seu lugar!

O mérito dessa conquista não só é do trabalhador que está na ativa, buscando alternativas sustentáveis para a volta da empresa conforme às exigências da legislação, mas também do ex-trabalhador que abriu mão do seu emprego há alguns anos, com o Programa de Demissão Voluntária. Todos aqueles que, por algum motivo, abriram mão de qualquer coisa pela empresa, tem coparticipação nessa grande conquista. Todos os marianenses, de alguma forma, acabaram por vestir a camisa Samarco, direta ou indiretamente.

Portanto, essa conquista não é, de forma alguma, mérito apenas da empresa. A empresa Samarco, HOJE, somos todos nós! É cada trabalhador e ex-trabalhador SAMARCO! Você faz parte dessa conquista!

Fonte: Informativo Sindicato Metabase Mariana/União Geral dos Trabalhadores.  
Edição 26- Ano VI – 25 de outubro de 2019.

Bem, pensemos então, no encadeamento do processo na instância jurídica, que determina as diretrizes para a “gestão” e Governança do crime-desastre. Inicialmente, sem saber ao certo qual a amplitude e gravidade do desastre foi proposta para a apuração da responsabilidade legal das rés, uma ação civil pública (ACP), número 0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada pela União, pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como por entidades pertencentes à Administração Pública indireta, em face das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. Os autores buscaram judicializar o caso com pedidos de acautelamento, de tutelas antecipadas e definitivas, acreditando estarem dando uma resposta que fosse satisfatória a toda a sociedade brasileira, sobretudo para atingidas e atingidos. Contudo, a partir dessa ação, foram tomadas medidas precoces, sem consulta e participação das pessoas atingidas, principais interessadas no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento. Foi definido, então, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) para dar celeridade ao processo, conhecido como “Acordão”. Com base em medidas de compensação e mitigação, foi proposta também, dessa vez pelo MPF, a ACP número 0023863-07.2016.4.01.3800, guardando a preocupação de constituir uma abordagem mais ampla. Entretanto, uma vez mais, os mecanismos processuais tradicionais foram descartados e, a opção, novamente, foi por um mecanismo extrajudicial de solução negociada. Logo, um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) objetivou organizar a contratação de experts, técnicos e peritos para auxiliarem em um diagnóstico dos danos socioeconômicos e socioambientais. Dentre as ações que seriam executadas, indicaram para ser contratada uma consultoria terceirizada, a *Integratio*. Ela não foi efetivada pois atua na prevenção e gerenciamento de riscos para mais de uma centena de empreendimentos e, que não por coincidência, atende como clientes, grandes empresas minerárias como: a Anglo American, a Vale S.A. e a própria Samarco. Essa medida, obviamente, desagradou às pessoas e comunidades atingidas, excluiu o MAB e a Cáritas<sup>27</sup> de se manifestarem e argumentarem a favor das ações.

O MPF organizou, então, um Grupo de Trabalho (GT) convidando membros da sociedade civil como movimentos sociais, grupos religiosos, acadêmicos etc. Participei, inclusive, da primeira reunião do GT. Os promotores públicos visavam, através das contribuições do GT, fixar os princípios do TAP, propor um Termo Aditivo ao TAP para a

---

<sup>27</sup> A entidade faz parte do organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja atuação no estado de Minas Gerais se dá no campo da ação social e assistência técnica.

reformulação do diagnóstico socioeconômico e estruturação de Assessorias Técnicas<sup>28</sup>. Como o próprio nome indica, Termo de Ajustamento *Preliminar* deveria ser uma apuração preliminar para orientar as ações, papel que acabou sendo desempenhado pelo TAC Governança. A princípio, ele deveria abarcar todas as questões negligenciadas nos acordos anteriores a partir do sistema de governança instituído pela criação da *Fundação Renova*. E, também a princípio no TAC, novos elementos de controle, fiscalização, criação de espaços de participação de representantes da população atingida foram definidos. No entanto, há um jogo de exclusão dos atingidos nesse processo, que opera produzindo sua desqualificação. Um sistema de regras de exclusão passa a operar. Por exemplo, em Mariana foram conquistadas em juízo a autodeclaração e inversão do ônus da prova, mas há casos regulares que demonstram a desconstrução desses elementos acordados. O objetivo do TAP era estabelecer a contratação e atuação dos experts e das assessorias técnicas e o TAC-GOV tinha como propósito estabelecer o desenho da governança: revisar o sistema previsto no TTAC para torná-lo "participativo", incluindo a reformulação da própria estrutura da Renova (conselhos curador e consultivo) e os termos para a repactuação dos programas estabelecidos pelo TTAC. Seu conteúdo foi ratificado pelo MP, pela Defensoria Pública e por outros órgãos do poder público ligados de alguma forma ao caso (POEMAS, 2018, p.3-22).

A gestão desse crime-desastre reinventa dispositivos de negociação e governança, e faz surgir essa nova personalidade jurídica: a Fundação Renova, responsável por elaborar e executar as medidas previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos estipulados no acordo. Em termos práticos, o (des)equilíbrio de forças na elaboração do TTAC, ainda que contando com a presença das componentes governamental e privada, tem a última com um poder desproporcional na influência das decisões. Essa condição permite que essa fundação privada opere como uma máscara/amortecedora face a responsabilidade jurídica das rés no processo. A Renova se configura, então, como um agente quase exclusivo de intervenção ao longo do Rio Doce; ela se tornou responsável por categorizar e identificar os atingidos, bem como definir os critérios de compensação. Além disso, no campo ambiental ficou encarregada de realizar e/ou contratar os estudos referentes à contaminação da água, solo, pescado etc.; além de elaborar o Plano de Manejo de Rejeito que, *“por vieses metodológicos, garante a*

---

<sup>28</sup> Desde setembro de 2016 os atingidos do município de Mariana contam com o apoio da Assessoria Técnica da Cáritas. Eles escolheram a Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais como entidade para representa-los de forma independente. O valor total do projeto é de R\$ 9.531.874,57, com duração de quatro anos. Os profissionais não devem possuir qualquer vínculo com as empresas rés no processo – Samarco/Vale/BHP. A responsabilidade das empresas é o custeio da assistência técnica, cuja contratação foi possibilitada pelo MPMG, por meio do processo n. 0400.16.003473-4. Acompanhando as conquistas precedentes, Barra Longa – MG teve êxito na contratação da Assessoria Técnica coordenada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) em junho de 2017 (GUIMARÃES, 2018).

*permanência da quantidade de rejeito de Fundão ao longo da bacia do Rio Doce”* (POEMAS, 2018, p.28).

É icônico notar, como afirmou publicamente a Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova, que o seu quadro de profissionais seja composto, sim, por diversos profissionais que vieram da Samarco e da Vale. Esse alinhamento denota, como reafirmado pelos atingidos em diversos momentos, o papel da instituição operar estrategicamente como uma espécie de véu, encobrindo o que ela representa de fato no processo, as empresas réis. Do exposto, segue um trecho da fala da Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova:

**Então a gente tem nossos limites sim, e por isso a gente tem que reconhecer esses erros. A Fundação ela nasceu gigante, tenho que cuidar de 42 programas, né? [...] E o que que aconteceu... nesse início, muita gente que já estava fazendo essa reparação antes da Fundação existir era da Samarco, né. E essas pessoas entraram e estão saindo todas. Hoje com muita transparência... eu não quero esconder nada...eu não tenho nenhuma intenção de esconder nada. Hoje a gente tem quase, vocês vão ver ali, 500 colaboradores direto, você tem hoje 81% que são do mercado. Você tem ainda 14% que eram pessoas da Samarco que se desfilaram, pediram demissão e quiseram trabalhar nesse processo de reparação e tem 4% de pessoas da Vale que se desfilaram e quiseram** (Dra. Andrea Azevedo - Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova, no III Encontro internacional de revitalização de rios – I encontro das bacias hidrográficas de Minas Gerais, em novembro de 2018, grifo meu).

Em relevo, o caso em tela nos vai apresentando uma problemática referente a um modo processual de operar através desses mecanismos de resolução negociada de “conflitos”, em conjunto com as políticas de reparação e governança, extremamente excludentes da principal parte: as pessoas atingidas. Seus discursos e o exercício do poder se materializam nos documentos institucionais privados e do poder público, que recaem sobre os “ombros que suportam o mundo”, de milhares de pessoas atingidas. No âmbito dos conflitos, podemos entendê-los como expressão das tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento, em que o “meio ambiente” é configurado como um terreno contestado material e simbolicamente. O entendimento, nomeação e/ou designação do que é ou não ambientalmente “adequado”, redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e de suas espacialidades (ACSELRAD, 2004a). Mesmo que exista uma multiplicidade de sujeitos e instituições envolvidas nos conflitos, expressando interesses antagônicos e convergentes para a disputa material e simbólica do que se entende por “meio ambiente” ou “natureza”, o enquadramento desse desastre como “conflito ambiental” pode ser extremamente

problemático. Ao deslocar-se a administração do desastre – do âmbito da investigação criminal e da judicialização para o eixo de tratativa extrajudicial, conferido aos “conflitos ambientais” ou “socioambientais” – expõem-se operacionalidades diversas de prevenção de disputas, enfatizando diretrizes de “resoluções negociadas de conflitos” em acordos orientados à construção de supostos pactos entre partes potencialmente litigantes (ZHOURI *et al.*, 2018, ACSELRAD, 2004a).

E para além disso, uma perspectiva estruturante se estabelece no modo como produzimos, nos organizamos enquanto sociedade e nos apropriamos do espaço e dos “recursos naturais”, transversalmente constituindo e instituindo práticas normativas, burocráticas e de gestão dos territórios pelas instituições privadas e pelo Estado. Seus complexos processos históricos compõem esse “neo” extrativismo, tão (re)marcado pela colonialidade, sobremaneira, pela chamada modernização:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011 [1852], p. 25).

Não obstante, como parte central dos discursos que embasam as diretrizes institucionais e a condução das “medidas de reparação” do desastre, há uma tendência ao tecnicismo, alicerçada principalmente, pelas ciências duras, pelo uso da estatística e pelas engenharias. De alguma forma, os instrumentos técnicos adotados sejam pelas empresas rés, por suas terceirizadas, pela Renova, enfim, contribuem para a formação discursiva da sustentabilidade, na chamada “modernização ecológica”. Vale considerar também que o que suscita o TAC-GOV é justamente o componente “social” do problema: a necessidade de tornar o processo de reparação “participativo” e ao mesmo tempo legítimo. Assim, é dada ênfase à tecnologias adaptativas, atribuindo, quase como um estado de “fê”, ao mercado e às instituições da modernidade, a aptidão de solucionar a “crise” ou degradação ambiental. Certamente, esse conjunto de práticas e discursos não se atém ao setor privado. Como elemento central desse jogo de governança, a figura do Estado, em seus diversos poderes, não só intervém, mas orquestra estrutural e historicamente, as formas e os processos: os espaços, a normativa, bem como os órgãos e instituições que delimitam as dimensões do crime-desastre.

Nesse sentido, é interessante notar como os próprios órgãos do Estado, como Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), enquanto órgão e representação pública oficial, reforça, legitima e justifica tecnicamente a qualidade das águas do Rio Doce pós-rompimento,

corroborando para a gestão do crime-desastre. A princípio os estudos técnicos, por meio de “séries históricas” e “monitoramentos”, tendem a indicar certo comportamento “normal” dos índices e indicadores ambientais, ou seja, dos parâmetros físico-químicos de qualidade da água do Rio Doce:

**O que que é mais importante aqui é a gente não rotular o Rio Doce hoje. Ele é bom ou ele é ruim ou como ele está. Porque? Porque a característica desses parâmetros os valores desses parâmetros, eles estão diferenciados ao longo desse Rio de 700km. Nós vimos que no momento do rompimento da barragem em todas as estações apresentaram um boom desses valores, né, e no segundo período a gente já viu uma queda muito relevante em relação ao primeiro período, muito próximo do limite legal, e nós vemos que hoje os sólidos em suspensão totais ainda estão violando mas muito próximo da série histórica do IGAM. Turbidez é o outro parâmetro que vem chamando atenção. O que nós temos que ver é que municípios, estações próximas ao rompimento da barragem, Rio Gualaxo do Norte e o rio do Carmo e os primeiros municípios do Rio Doce, eles ainda tem bancos de rejeito que estão passando pela câmara do manejo de rejeitos. Estão sendo... está sendo criado um programa de manejo de rejeito e alguns já tem sido feitas as dragagens, intervenções mecânicas, né? E esse esse rejeito ele... Essa turbidez, ela vem oscilando, mas se a gente vê aqui pela nossa série histórica do IGAM e o limite no segundo período aqui a gente vai ver que ele está bem próximo** (Regina Pimenta – Analista Ambiental do IGAM, III Encontro internacional de revitalização de rios – I encontro das bacias hidrográficas de Minas Gerais, em novembro de 2018, grifo meu).

Inicialmente, é importante destacar o contexto da situação enunciativa: III Encontro internacional de revitalização de rios – I encontro das bacias hidrográficas de Minas Gerais, no qual estavam presentes representantes da sociedade civil, ONGs, professores universitários e acadêmicos, órgãos do Estado, pessoas atingidas de Fundão etc. O enunciado acima, da analista ambiental interlocutora do IGAM, inicia-se com a argumentação técnica para justificar a não classificação, digamos, qualitativamente do rio, se ele seria “bom” ou “ruim”, ou seja, não fazer um juízo de valor. Mas o que leva a interlocutora a tomar a defesa da qualidade do rio, tão contestada pelas pessoas atingidas? Temos em conta que parâmetros e indicadores são instrumentos importantes para o monitoramento da qualidade ambiental dos cursos d’água, orientando as classes dos rios, as tomadas de decisão, políticas públicas etc. Contudo, o que surpreende é a negação em “não rotular o rio”. Chamo a atenção aqui, pois ao se afirmar que os parâmetros específicos por ela apresentados estão no intervalo “normal” do limite legal, instaura-se uma contradição. Ora, a forma como são apresentados os dados desses parâmetros, através de gráficos com as médias estatísticas, levanta uma questão: o próprio “boom” colocado e as oscilações, podem e apresentam valores extremos, mas acabam sendo anulados pelo uso e manipulação dos dados através de médias. Bem, a forma como as pessoas atingidas relatam e percebem a qualidade da água, como discutido anteriormente, se

dá inicialmente na dimensão de seu próprio corpo, em uma diversidade de danos à saúde física e mental, às suas perdas materiais e imateriais. A justificativa técnica não só deslegitima as denúncias das pessoas atingidas em relação à extrema contaminação do rio e da deposição de grande volume de rejeitos em suas planícies fluviais, mas reforçando o “empenho” das instituições envolvidas em reparar os danos, além de certa resiliência “natural” do curso d’água.

No entanto, essa racionalidade dominante faz com que empresas e governos tendam a sustentar ações destinadas, essencialmente, a promover ganhos de eficiência e capital, centrados no não desperdício de matéria e energia, tendo por foco a ativação de mercados (concorrência e competitividade). Nesse paradigma, estratégias de caráter neoliberal para o enfrentamento do impasse ecológico propõem conciliar o crescimento econômico à “resolução” de problemas ambientais, enfatizando o progresso tecnológico e sua adaptação, a celebração da economia de mercado e a crença em dispositivos de políticas de consenso (ACSELRAD, 2002; ZHOURI, 2008; DEL GAUDIO *et al.*, 2015). Esses discursos e práticas tem, supostamente, por pressupostos os princípios de prevenção, mas operam por remediações através de medidas reparatórias em um jogo de mitigações e compensações, de modo que a participação pública e civil nas tomadas de decisão, torna-se esvaziada, silenciada: “*celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico*”, (ACSELRAD, 2002, p. 50) negligenciando-se/obliterando-se os passivos socioambientais.

No entanto, cabe destacar porque o paradigma da adequação provoca esse silenciamento no caso do desastre da Samarco. Aqui não estamos lidando com a lógica da prevenção de danos do licenciamento e da suposta análise da viabilidade socioambiental da obra, mas com um processo em que os danos estão em curso e há o desenvolvimento de uma institucionalidade destinada a reparar esses danos. Nesse sentido, é preciso entender por que a lógica da viabilização institucional dos empreendimentos (própria dos licenciamentos e representada pelo paradigma da adequação) se faz pertinente e acionada nesse contexto diferente e qual seria ali o seu papel. Que consequências essa lógica produz em contextos de desastres? Ora, o desenrolar desse crime-desastre vai evidenciando/expungindo suas múltiplas faces, sua amplitude transescalar e multidimensional de danos e riscos em um movimento de forças conflitantes. Novamente, podemos evocar que:

O rompimento do reservatório possibilitou a realização do primeiro experimento de grande monta do capitalismo de desastre no Brasil. Como em outros cenários de crise, a ascensão desse capitalismo efetivou-se a partir de três terapias de choque. A primeira foi o próprio rompimento da barragem, um evento físico, que apesar de ser evitável, aconteceu de maneira abrupta e violenta. O rompimento do reservatório

preparou o terreno para a introdução da segunda terapia: um ambicioso programa econômico neoliberal, antidemocrático e impopular, para reparar e compensar os danos ocasionados. Esse programa permitiu às corporações responsáveis inaugurar um novo mercado e conquistar os últimos bastiões do Estado. Não sendo bastante as duas terapias anteriores, os atingidos foram ainda submetidos a diversos mecanismos e técnicas de tortura coletiva, que contribuíram para reduzir o gasto social, neutralizar a resistência e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil. Em suma, os três choques permitiram o desenho de uma nova —normalidade! — mais doentia, brutal e perversa –, benéfica apenas para uma pequena elite empresarial global (ROJAS, 2020, p.vii).

Como um pequeno, mas amplo, espectro da realidade, os discursos instituem e concretizam práticas socioespaciais através de um *corpus* documental técnico-normativo, produzido no seio dos órgãos do Estado e das instituições privadas. A discussão logo se acresce para muito além do “meio ambiente”, e, também, para muito além do plano discursivo.

O que demarca então um contexto de crise, há uma “crise ambiental”? O que é tornar-se civilizado, e como a barbárie é gerida, tornando-se, via de regra, nossa socialização? Tentarei em alguma medida responder a estas provocações ao longo do texto, em especial no Capítulo I. Mas antes disso, faremos algumas reflexões acerca do processo de formação territorial da bacia do Rio Doce, em um interlúdio, passando por algumas memórias de minha avó, para ilustrar historicamente as estratégias de controle territorial instituídos nessa região.

## INTERLÚDIO DAS ÁGUAS

*“Só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de suas terras, a marca de sangue de seus mortos e a certeza de luta de seus vivos” (François Silvestre<sup>29</sup>).*

---

<sup>29</sup> Verso de François Silvestre entoado por Vital Farias na canção “Saga da Amazônia”. No álbum Cantoria 1. Rio de Janeiro: Kuarup, 1984.

*O rio largo e turvo*

O cantador, esse errante violeiro, trovador que ganha chão pelas estradas de sol quente, levantando a adormecida poeira do sertão, provoca a todos por onde passa; poeta do absurdo, as vestes de couro, o chapéu e o gibão. No rosto, carrega os caminhos da vida, depois de tanto atravessar rios, serras e barrancos, aboiando esse gado, essa gente. É confrontando o humano com seus demônios, tão humanos, que esse poeta popular, no repente e no improviso, desperta em nós, o mal cheiro e o melhor dos perfumes: narra a vida. No arco das possibilidades da poesia é capaz de trazer a mais profunda retidão do discernimento e o mais abstrato e surreal dos labirintos. Com maestria nos lança ao espetáculo das banalidades da vida, do povo: nessa areia de grãos tão pequenos que é o chão de um país. E assim, sua voz ecoa e se materializa na história; ressonâncias e lampejos que tocam os ouvintes, por ondas que vibram nos tímpanos, em arpejos tão grosseiros, correm a pele, dobram o corpo e se anunciam: se faz o enunciado.

Há algo em que penso faz algum tempo. Penso em minhas raízes, nessas estradas, rios, serras e ferrovias; no ferro, concreto e aço que nos atravessaram, nos atravessam. Penso também nos discursos, nas narrativas, na normatividade, que tão objetivamente, tenta reger e disciplinar a vida; um pedaço de papel, um documento, a burocracia... Não posso proceder, senão, nessa estranha referência a um fora: a infância, o que está além de Belo Horizonte, a “cultura brasileira” e seus inúmeros Brasis, enfim. Trata-se de pensar, a começar, pela passagem pela fronteira. Ainda que muito próximo, o fora é sempre o que está além do limite. Contudo, em si. Carregamos o fora no coração, o temos em nosso corpo. O fora está aqui, pois, se estivesse fora, não seria um fora. É isso que significa o fora. Tentamos interpretar o mundo através de frações da natureza às quais damos significados. Isso que chamamos de consciência é fruto desse conflito: dos encontros de nossos corpos no espaço, com o outro, com a natureza, a natureza humana. Carregamos essas marcas, da natureza do animal humano, cheia de mitos, fantasmas, deuses, terrores e encantamentos.

Narrar os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, nos faz considerar o fato de que nada do que um dia aconteceu pode ou poderia ser considerado perdido para a história (BENJAMIN, 1987 [1940]). Necessariamente, há uma rasura, uma seleção aqui. Este exercício traz a finitude da inscrição: a escrita, as narrativas. Impossível reproduzir a realidade, tal qual ela é. Qualquer coisa dita aqui e agora será seletiva e finita e conseqüentemente, tão marcada pela exclusão, pelo não dito, pelo silêncio, como pelo que direi... As reflexões que compõem esse estudo ganharam forma, fundamentalmente, pela

confluência de vidas que se convergiram/convergem em um rio largo e turvo, o que me conduziu a buscar tatear, observar, compreender essas forças que me atravessam e, que atravessam a tantas outras pessoas, também, nesse estado das *Minas* e dos campos *Gerais*.

Cheguei até aqui em uma sobreposição e confluência de tempos, que desabam sobre mim e sobre o espaço - fruto desses instantes de respiro profundo, que nos jogam para viver junto ao mar. Nas rugosidades terrenas, se faz o espaço, pois também, é tempo. E só se faz tempo, pois também, é espaço. Cravados com os pés no chão de nossas territorialidades, não somos tocados pelos sopros de ares antes respirados? Há determinados instantes abismais da vida quando as coisas ganham proporções cósmicas; quando nos vemos diante da bestialidade, da barbárie e do fim.

É, nesse sentido, que essa história inicialmente não é minha. Entretanto é. Faz parte de mim e faço parte dela, a ela me misturo. Significa, também, como cheguei até aqui. Os caminhos de nossas vidas não correm linearmente na esteira da história, meandram largos e turvos nas tramas fluviais do tempo. Somos parte integrante de tudo isso que se chama de história. A imagem do passado a história transforma em coisa sua: esse misterioso índice que o passado traz consigo, que o impele à redenção (BENJAMIN, 1987 [1940]).

Escolher é um ato incalculável e de pesadas consequências. É necessário movimentar-se pelos inúmeros fragmentos e cacos espalhados pelo chão; as lembranças de uma vida e os marcos e pontos culminantes, os quais a sociedade dos indivíduos<sup>30</sup> julga importantes, determinantes. Uma pequena dose de surrealismo pode vir a calhar, para criarmos as imagens do real, do material, do histórico, do dialético. Mas é preciso, sobretudo, voltar-se à imanência, as coisas em si. Transcender na imanência.

Se nos forçarmos a uma leitura genealógica de nós mesmos, difícil será não cairmos em uma daquelas primeiras memórias de que se tem lembrança, com som, gosto e cheiro. Sou tudo aquilo que aconteceu comigo até aqui e, todo mundo carrega um pouco de cada um. Para além das nossas memórias, somos atravessados pelos fragmentos daqueles que nos são próximos. Somos institucionalmente e socialmente produzidos, governados. Produzimos o que se chama instituição e sociedade, gestão e governança. Sem a materialidade do espaço,

---

<sup>30</sup> O sociólogo alemão Nobert Elias (1994 [1939]) dispõe desses dois conceitos vulgarmente generalizados que nos levam facilmente a equívocos: “indivíduo” e “sociedade”, em seu texto “A sociedade dos indivíduos”, em que aprofunda essa discussão. O primeiro equívoco é conceber o ser humano singular (*indivíduo*) como se fosse uma entidade existindo em completo isolamento; enquanto *sociedade* oscila entre duas ideias opostas, mas enganosas do mesmo modo. Primeiramente como um agrupamento ordinário ou uma coletânea somatória de diversas pessoas individuais, ou como objeto que existe para além dos indivíduos e não é passível de maior explicação. Neste sentido, as palavras, os conceitos influenciam decisivamente: “fazem com que o ser humano singular, rotulado de indivíduo, e a pluralidade das pessoas, concebida como sociedade, pareçam ser duas entidades ontologicamente diferentes” (ELIAS, 1994 [1939], p.1).

dos objetos, das mercadorias, dos discursos, dos trabalhos, não seríamos o demasiado humano que nos traz ao nosso tempo...

*Do sal da terra à sede do peixe: Watu, o rio que falava*

[...] **O Rio Watu tinha esse poder.** Todo ano, desde a origem do povo Krenak, desde os primórdios é... **O povo sempre manteve essa religião de ir pro rio,** os mais velhos, e **fazer esse ritual de purificação,** todo ano a gente fazia isso. A gente já tá indo pro segundo ano, sem fazer esse ritual sagrado milenar que meu povo fazia. [...] Tem como eu viver como meu avô um dia? Não tem. **Porque antes o meu avô tinha a Curvina, que é um peixe que dá no rio,** que tinha uma pedrinha na cabeça, ela servia pra poder fazer um chá e curar pedra na vesícula. **Se eu não tenho esse peixe pra poder me alimentar e pra poder fazer o remédio, eu preciso de ir na farmácia pra poder comprar o remédio.** Entende como que a coisa é muito mais do que a questão financeira, é a interferência diretamente num hábito milenar do povo, no modo de vida. [...] Nosso povo tá da margem esquerda do rio, mas o rio não divide a aldeia, o que divide a aldeia é a linha férrea que passa na margem direita. **O que divide a aldeia é a linha férrea, porque o rio é acoplado no território o rio faz parte do nosso território!** (Entrevista com um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, grifos meus).

Djukurnã Krenak diz que ao se falar a palavra Krenak – *Krén* (cabeça) + *Nak* (terra) –, você está colocando sua cabeça no chão e se reverenciando à mãe Terra<sup>31</sup>. Burum ou Krenak<sup>32</sup> é uma das etnias indígenas que ocupavam a região que ficara conhecida como os sertões do leste mineiro, distribuídos, sobretudo, ao longo das bacias dos rios Doce, Mucuri e Velhas. Esse povo é conhecido também por Aimorés, denominação dada pelos Tupi, e por Grén ou Krén, sua autodenominação. O Rio Watu (Rio Doce), entidade viva na cultura dos Krenak, atravessa mais de 853 Km, desde sua cabeceira nas terras altas de Minas Gerais, nas Serras da Mantiqueira e do Caraça, seguindo até sua foz em Regência, distrito de Linhares (ES). Esse povo que milenarmente ocupava a bacia do Rio Doce, assistiu sua entidade viva, o *Watu Hoon* – “o rio que fala” – ser devastado e silenciado pelo rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Barragem essa, cuja propriedade e responsabilidade é da Samarco Mineração S.A., empresa subsidiária das duas maiores mineradoras do mundo: a Vale S.A. e a BHP Billiton.

A aldeia Krenak situa-se atualmente no município de Resplendor (MG); com o rompimento de Fundão, foi, também, devastada, pois seu território é banhado pelas águas do

<sup>31</sup> Entrevista com Shirley Djukurnã Krenak durante o 2º Seminário Integrado do Rio Doce, ocorrido em novembro de 2017 na cidade de Governador Valadares: <https://www.youtube.com/watch?v=gXRQUkv1cAY> (acesso em outubro de 2019).

<sup>32</sup> Ver - Povos Indígenas no Brasil - parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA): <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak> (acesso em novembro de 2016; <http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/povo-krenak.html> (acesso em agosto de 2018).

Watu: seus rituais de purificação, milenarmente realizados no rio, foram interrompidos, incidindo em uma prática social, cultural, insisto, milenar! Afetando ainda a irrigação de suas lavouras, a caça, a pesca, seus momentos e espaços de socialização e as múltiplas ligações materiais, afetivas e espirituais que mantinham, sua saúde física, mental...

A extensão de terras permeadas pelo Rio Doce é marcada por conflitos que remontam o período colonial, quando a coroa portuguesa interessada, sobretudo, nas riquezas minerais da região, iniciou suas incursões, mapeamentos estratégicos, doutrinações, perseguições e extermínio contra os nativos que ocupavam a região. Chama a atenção que os mapeamentos da Coroa Portuguesa traziam em suas representações e narrativas a distribuição e distinção dos povos indígenas, destacando aqueles que eram seus aliados, “dóceis”, ou seus inimigos, “agressivos” (MOLINARI, 2009; SILVA, 2009). Os colonizadores os representavam em sua cartografia em imagens de barbárie remetendo ao “exótico”, à prática da antropofagia. Para esses povos guerreiros chamados de Botocudos – termo pejorativo que os colonizadores nominavam os Krenak, fazendo alusão ao *imapó*, seus adornos labiais e auriculares – a rendição e a catequese eram inaceitáveis, levando a fortes resistências e sangrentos conflitos, resistindo, diga-se de passagem, até hoje contra as violências impostas seja pelo Estado Brasileiro ou pela mineradora Vale.

Em 1808, a Coroa Portuguesa declara “Guerra Justa aos Botocudos”, embora suas ações ostensivas e extermínios já ocorressem antes da declaração formal de guerra. Os colonizadores Portugueses trouxeram sua lógica de controle, sua racionalidade de “gestão territorial”; consigo, vieram as práticas de governar, disciplinar, cartografar aquelas terras. Essas estratégias de dominação e disciplinamento impunham ao povo Krenak perseguições e seu extermínio, à medida em que eles se opunham à invasão de seus territórios. A barbárie das chacinas era mais violenta que no período da “descoberta”, pois os invasores sequer importavam-se em poupar vidas para o trabalho escravo. Eles visavam desobstruir as margens do rio Doce, consolidando a ocupação de suas terras, a instalação de fortes, estradas, vilas etc. (MOLINARI, 2009; SILVA, 2009).

O povo Krenak durante séculos vêm sofrendo com o extermínio de sua população, de sua cultura e sua língua não só no período colonial. Também no período da Ditadura Militar foram proibidos de manifestar sua cultura e forçados a integrar a Guarda Rural Indígena, além dos enfrentamentos com a antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale S.A. Foi por volta de 1910 que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entrou em contato com os Krenak, para a construção da Estrada Ferroviária Vitória Minas (EFVM):

A gente já tem embates desde essa época, essa guerra, declaração de guerra, essas investidas aqui do ouro, e por volta de 1910 a Vale começa a instalação dos trilhos né? Então desde essa época, com relação a empresa da Vale hoje, a gente já tem problema, porque nosso povo nunca aceitou a destruição da mata pra poder colocar os trilhos. Eles iam destruindo as matas, colocando fogo nas matas pra poder facilitar, iam cortando madeiras, as perobas, imensas! Pra poder fazer os dormentes dos trilhos, porque antes era de madeira as dormentes, não era de ferro como é hoje. E desde essa época nosso povo sempre teve muito embate com essas pessoas, então não é recente, só para as pessoas saberem que a luta nossa contra nossas riquezas ela é antiga né, ela antecede esses acontecimentos atuais (Entrevista com um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta).

Como coloca Douglas Krenak<sup>33</sup>, a imposição aos indígenas para viver em aldeamentos, foi uma manobra militar, uma represália criada pelo não-indígena. Os Krenak dividiam-se em clãs, distribuídos em diferentes regiões da bacia e, apesar de falarem a mesma língua, tinham costumes diferentes em sua relação com o espaço: uns eram adaptados a viver as margens do rio, outros mais a dentro da mata, gostavam de caçar e cultivar a caratinga, uma espécie de batata nativa extinta, outros espalhavam-se pelas serras. Esses grupos remanescentes foram forçados a se concentrar em um único local, através da força e do massacre. Em 1957 o povo Krenak foi deslocado compulsoriamente do posto indígena Guido Marlieri, na região de Resplendor, onde atualmente fica a aldeia Krenak, para o antigo Posto Indígena Mariano de Oliveira, que corresponde atualmente a terra indígena Maxacali (MOLINARI, 2009; SILVA, 2009). Quando retornam as suas terras em 1959, as encontram apropriadas por posseiros e fazendeiros, que perderam a ação de reintegração de posse ajuizada em favor dos Krenak. Dez anos depois, em 1969, é criada a Guarda Rural Indígena, pela Portaria 231 da Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representando mais uma das violências contra esse povo, formando-os em uma “cultura policial”, para exercer policiamento ostensivo no interior das próprias terras indígenas. O Ministro do Interior, àquela época, Costa Cavalcanti afirmara sobre a Guarda Rural Indígena: “[...] *uma das respostas mais eloquentes que nós poderíamos dar às calúnias que vínhamos recebendo, há muito, sobre o massacre de índios no território brasileiro*”<sup>34</sup>. Invasões e violências também sofridas quando da construção da EFVM, no início do século XX, atravessada ao longo do rio que corria no coração da Mata Atlântica. Mata essa derrubada para abrir espaço e fornecer madeira para mourões e dormentes.

<sup>33</sup> Ver documentário “Guerra sem fim”, de 2016 - produzido pela Unnova Produções, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF). Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=DfkGVfkJpAM>. (Acesso em agosto de 2019).

<sup>34</sup> Trecho do mesmo documentário (Guerra sem fim) citado anteriormente.

As cicatrizes da mineração impostas a esse território, carregam secularmente consigo um acumulado de estratégias da “arte de governar”, do controle e poder disciplinar que operam o Estado e as instituições públicas e privadas, nacionais ou transnacionais. Tratam-se de formas como somos governados enquanto “sociedade brasileira”. Que tão colonialmente moderna, porta o ônus do massacre de seus povos e das bases materiais e territoriais para sua própria existência. Essas reflexões nos suscitam a melhor compreender como o rompimento de Fundão, cravejado pelo neocolonialismo tóxico e extrativista imposto pela mineração é, certamente hoje, um dos principais embates não só dos Krenak, e sim de todas as pessoas atingidas na bacia do Rio Doce e mesmo fora dela.

A forma como essas pessoas expressavam sua territorialidade, como mantinham sua vida, seus usos e relações com o espaço, com suas próprias temporalidades, são colocadas ao arbítrio da ordem produzida pelas forças de mercado, pelas agências governamentais e pelas lógicas de produção e reprodução socioespacial; incluindo a reprodução das forças de trabalho, que necessitam da terra para subsistirem, pois estabelecem o suporte necessário às suas condições gerais de reprodução (VALÊNCIO, 2009).

Não bastasse a necessidade de lidar com os diversos traumas impostos pelo crime-desastre, com o luto da perda de familiares e amigos, as pessoas atingidas se veem obrigadas a se inserir e aprender novas dinâmicas em suas vidas, seja através da participação em reuniões e audiências públicas, a formarem comissões representativas, a disciplinarem seus corpos, atitudes e comportamentos, estabelecerem estratégias de diálogo e negociação, dentre as mais diversas formas de violência e aprendizados impostos pela situação (ZUCARELLI, 2018).

É o sal da terra, a sede do peixe: do suor que escorre dos rostos, do sal na face, da terra, do sangue, o que produz e reproduz nossa existência, o trabalho. A lama que silencia, atropela e mata.... Há sede no povo, há sede do peixe, sede por justiça. Antes de tudo, a questão da exploração mineral atravessa a própria exploração do trabalho, das pessoas. Sem dúvidas um dos maiores crimes e desastres socioambientais do mundo cujo processo extremamente dinâmico, difuso e em curso.

*Fragmentos de Memórias, Fragmentos de História*<sup>35</sup>

O território da bacia do rio Doce passou e passa por conflituosos processos em sua formação socioespacial, através das lógicas de ordenamento do espaço marcados pela

---

<sup>35</sup> Os trechos em itálico desse interlúdio foram retirados de um diálogo gravado com Terezinha Vidal Bastos, minha avó paterna, em meados de 2019. Grifos meus.

colonialidade e neocolonialidade e/ou modernização, refletem a pobreza e abandono de suas comunidades rurais e o avanço do desenvolvimento industrial. Vejamos alguns fragmentos carregados de elementos para elucidar algumas questões pertinentes à compreensão de parte dos processos históricos de produção e formação desse território. Tais elementos colaboram com a apreciação da forma como se estrutura institucionalmente algumas estratégias de poder e controle territorial, sobretudo por ações e projetos governamentais e privados. Conformações essa que guardam a imposição de lógicas hoje refletidas sob o manto dos mecanismos de governança que operam na gestão da barbárie, no caso do crime da Samarco/Vale/BHP na bacia do Doce. Esses elementos desvelam o entrelaçamento das pessoas, do rio, da ferrovia e a mineradora Vale. Através de algumas memórias de minha avó, somada a alguns acontecimentos históricos buscarei traçar um pouco desse panorama a seguir:

– *Papai nasceu em Piraúba. Minha mãe era de Rio Pomba. Vivíamos em Raul Soares...Ah... Era uma vida difícil. Quase amarga né, porque, não tinha trabalho, não se via dinheiro, era uma vida sem conforto, fora do comum, é... sem a ferrovia as coisas chegavam no lombo do burro... os animais arreados com uns caixotes cumpridos, um de cada lado, e levava...as vezes cheio de rapadura, outra hora... era em sacos de 60 Kg. [...] Minha mãe trabalhava muito, dona de casa, costurava... costurava pra lojas. Papai colhia cana, fazia sela...fazia essas coisas todas...rédea, fazia fumo de rolo. Vivia dessas bobaginha assim, né? Num dava lucro nenhum. Era só trabalho... Mas ai papai num tinha ainda emprego, até que em 1944/45 não sei, ele conseguiu... uma conhecida nossa falou pra ele que...falou da **Vale**. Falou que Nova Era seria fácil dele arrumar emprego, que ele viesse pra Nova Era que a vida ia melhorar.*

– *Ai, quando foi no dia seguinte cedinho, ele pegou a estrada e foi a pé pela ferrovia até Drummond! Chegou em Drummond, ele encontrou Seu Sebastião... Sebastião de Oliveira... O Seu Sebastião logo mandou que ele fizesse alguns exames ali e no dia seguinte que ele viesse pra trabalhar. Ele trabalhava na lenha, **baldeando lenha de Itabira pra Drummond**. Ele era o encarregado da turma, era mais velho, né? Então entrou como encarregado... Ali ele trabalhou uns 20 anos...*

Antônio Vidal, pai de minha avó paterna, fora um tipo alto, andava sempre alinhado, cabelo penteado para trás, lustrado com a brilhantina; posteriormente, ficara conhecido por Antônio da Lenha, alcunha de seu trabalho na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1º de junho de 1942 pelo Decreto-Lei nº. 4.352, tendo por principal acionista o Governo Federal. Funcionou como empresa estatal até 6 de maio de 1997, quando foi

Diziam que tinha cara de português, outros de italiano, mas era brasileiro mesmo. Saiu da roça e seguiu a pé, pedindo carona, entrando em vagão de trem, em caminhão, atravessou mais de 200 km para chegar à Nova Era em busca de trabalho. Ganhar a ferrovia, já com seus 44 anos, nos idos de 1944, sozinho e em busca do prometido progresso, era em si, uma pitoresca odisséia. Aventurou-se como mais um brasileiro que passa apagado e atropelado pelos marcos e totalidades da “história do Brasil”; presenciou e foi parte integrante daqueles que migraram do campo para a cidade em busca de oportunidades. Nas aulas de geografia escolar, talvez fosse um número, um dado do chamado êxodo rural. Ao ouvir esse relato, pude imaginar a ansiedade, o suor na testa daquele homem, sem certezas do que encontraria... caía ali, sobre seus ombros, a expectativa e o peso da responsabilidade de sua esposa, dona Ana e das filhas e filhos. Passaram fome, naquela roça tiveram uma vida amarga. Tudo que tinham, a roça lhes dava sem fartura. Viviam em Raul Soares, município localizado à margem direita do Rio Doce.

A região que compreende a bacia do Rio Doce ficara marcada pela estagnação, com o final do ciclo do ouro. Quando esgotadas as reservas auríferas ao fim do século XIX, a economia local na bacia do Doce era, principalmente, ligada à agricultura de subsistência e a pecuária. A região foi submetida a uma forte estagnação econômica, e sua ocupação e efetivo crescimento econômico se deram recentemente, no início do século XX. Eles foram impulsionados, sobretudo, pela construção da Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM). Assim,

*– Quando tinha assim uns dois meses que ele tava morando em Nova Era, ele escreveu uma carta pra mamãe... pra juntar os farrapo lá e vir pra Nova Era... Aí chegou em Nova Era e alugou um barracão, sem divisória, sem banheiro, sem luz, sem água...ai a gente tinha que mandar fazer as divisões ali com um chitão, um pano velho. Aí mudamos de Nova Era...Ficamos lá pouco e mudamos pra Drummond. Aí, o chefe do depósito falou pra papai que tinha casa desocupada, se ele não interessava. Foi a melhor coisa que nós fizemos, porque lá tinha serviço pra todo mundo e... a casa num era boa mas a gente num pagava aluguel, né?*

As obras da EFVM foram iniciadas em 30 de março de 1903, para ligar o porto de Vitória, no Espírito Santo, à cidade de Diamantina, em Minas Gerais (FIGURA 9).

**FIGURA 9** – Trabalhadores fazendo terraplanagem para a construção da EFVM. Implantação do trecho local de Coronel Fabriciano da EFVM, inaugurado em 07/07/1924, quando recebeu o nome de Calado.

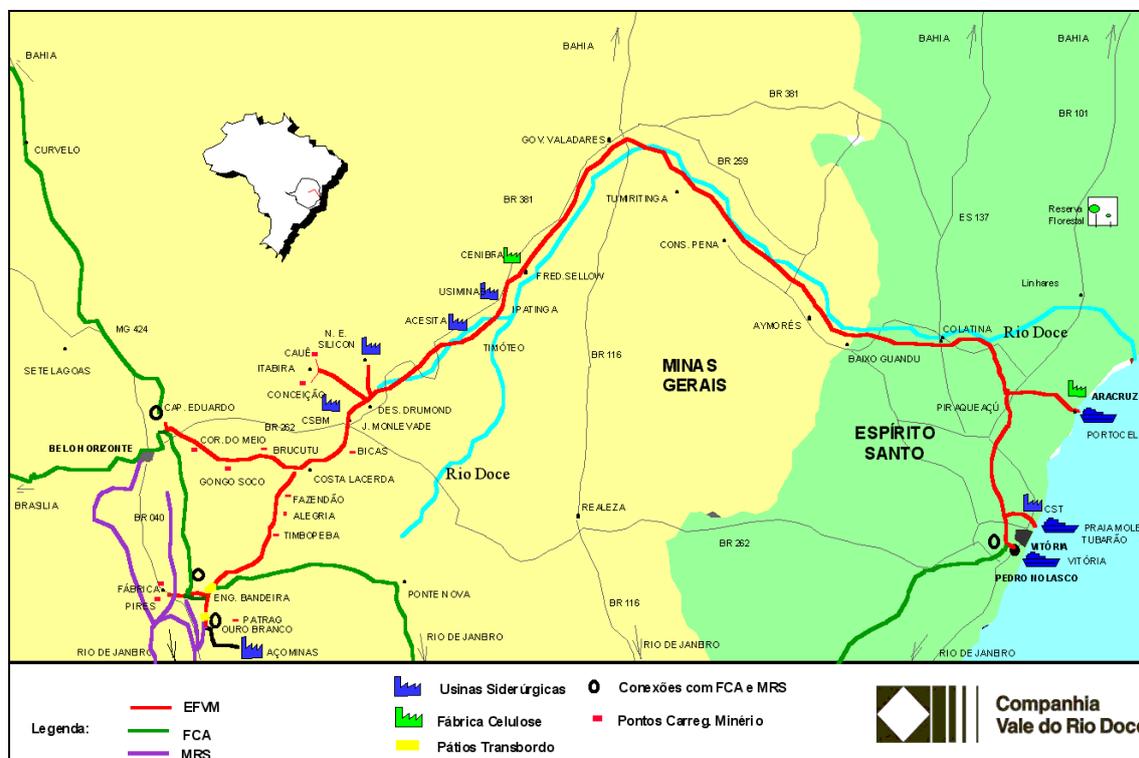


Fonte: <http://www.aceciva.com.br/?tag=terraplanagem-para-a-construcao-da-efvm>. (Acesso em fevereiro de 2020).

No ano seguinte foi inaugurado seu primeiro trecho, com cerca de 30 Km, ligando as cidades de Vitória e Natividade através das estações de Porto Velho a Alfredo Maia. Em seguida, seu traçado foi mudado para a região de Itabira, com o objetivo de transportar o minério de ferro. Pela ferrovia seria possível estabelecer a aguardada conexão comercial entre Minas Gerais e Espírito Santo, ganhando posteriormente o mercado mundial (FIGURA 10).

**FIGURA 10** – O traçado da EFVM de 2003.

Mapa regional da EFVM e suas conexões com as ferrovias Ferrovia Centro Atlântica (FCA), Malha Regional Sudeste (MRS), siderúrgicas, fábrica de celulose, pátios de trasbordo e pontos de carregamento de minério em 2003.



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/Carros/efvm/trem-Vitoria-Belo-Horizonte-mapa-trilhos.shtml>.

(Acesso em fevereiro de 2020).

Foi em 1º de junho de 1942 que Getúlio Vargas, então presidente da República, assinou o decreto de criação da mineradora Vale, que incorporou algumas empresas e a EFVM. No apogeu da 2ª Guerra Mundial, Getúlio Vargas cria a CVRD e, a partir de um acordo entre Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, o “Acordo de Washington”<sup>37</sup>, alimenta a indústria bélica desses países, com o minério de ferro extraído de Itabira, do Pico do Cauê<sup>38</sup>

<sup>37</sup> No início da década de 1940, o então presidente dos EUA Franklin Roosevelt, manteve relações diplomáticas com o Brasil, buscando o fornecimento de matérias-primas, em decorrência da guerra contra a Alemanha Nazista. Assim, foram definidos os *Acordos de Washington*, que incluíam: a criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos; o projeto de modernização da mina de Itabira e da ferrovia Vitória-Minas e; o fundo para o desenvolvimento da produção de borracha. Considerando que as exportações do Brasil poderiam favorecer estrategicamente o rearmamento alemão, a política estadunidense para a América Latina, consistia em reservar para seu parque industrial as matérias-primas e, simultaneamente, bloquear as possibilidades de acesso ao comércio alemão (ABREU, 1977; MOURA, 1978; FGV (b), 2009).

<sup>38</sup> A vila que deu origem à cidade de Itabira foi construída aos pés do Pico do Cauê. No início do século XX, descobriu-se que o local tinha uma das maiores jazidas de minério de ferro do mundo. A CVRD, em 1942, entra em atividade e a exploração ganha proporções industriais. Em 1973 a Mina do Cauê tornou-se a maior frente de exploração mineral do mundo ocidental. Em decorrência da extrema exploração durante anos, a Mina do Cauê entra em exaustão, o que fora antes um pico, foi pulverizado, invertendo negativamente o relevo e, alterando

(FIGURA 11). A criação da CVRD é, também, resultante das políticas nacionais de fomento à industrialização pesada, através da implantação de indústrias siderúrgicas e da construção da EFVM (ADÃO, 2006; HORA *et al.*, 2012). O seu Antônio da Lenha havia praticamente inaugurado àquela época, a então estatal Vale do Rio Doce, abastecendo de lenha suas locomotivas que transferiam para fora daquelas terras, o minério de ferro que aprovisionou a siderurgia internacional.

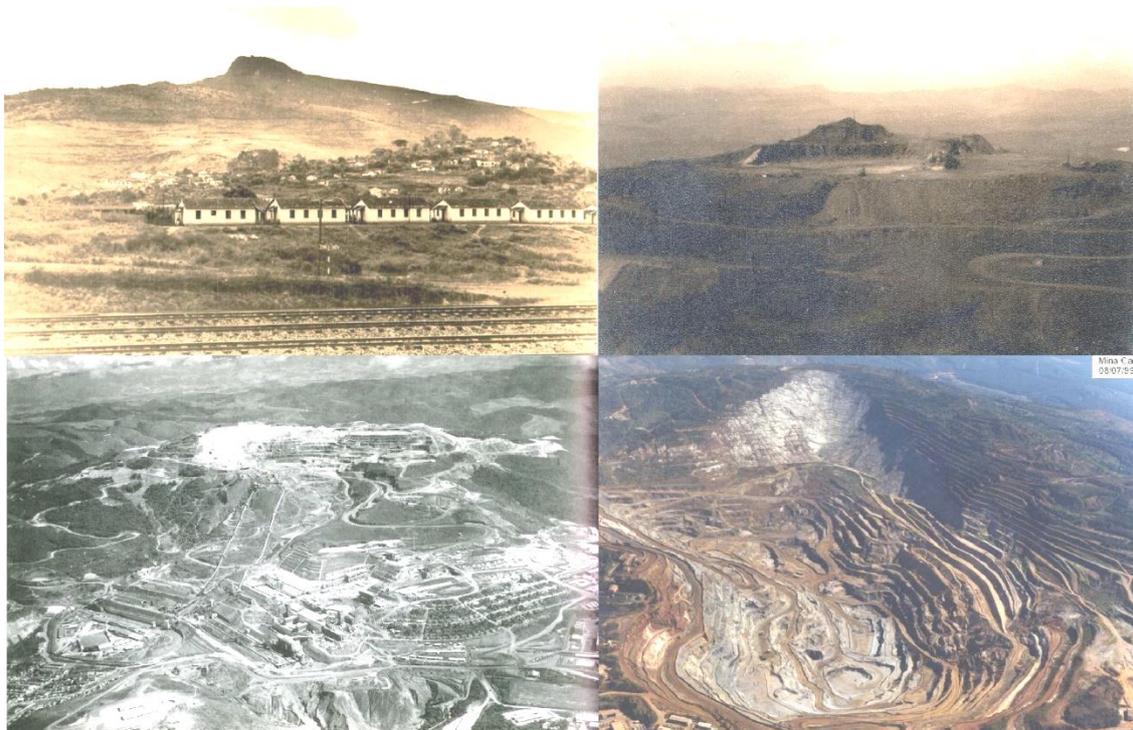
Nas primeiras décadas do século XIX ocorreram mudanças significativas no Brasil: a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro; a independência e as exportações de café. Livre do pacto colonial, a economia brasileira pode ter acesso a uma ampla comercialização com o mundo, consolidando seu perfil econômico baseado na produção agrícola-mercantil escravista e na pecuária de corte e leite. A crise de 1929 gera um declínio da economia cafeeira e dos capitais dela derivados. Aproveitando-se dos capitais e da infraestrutura existentes provenientes da economia cafeeira, uma movimentação política no país fomentou um intenso processo de industrialização. Contudo, cabe destacar que tal processo não ocorreu homoganeamente à escala nacional, pois o maior desenvolvimento industrial se deu na região sudeste. Entre as décadas de 1930 e 1950, algumas regiões do médio Rio Doce foram alvos de profundas modificações em suas estruturas econômicas. Com o potencial mineral da região profícuo a exploração, indústrias se instalaram, sobretudo, no médio Rio Doce, no que veio a ser chamado “Vale do Aço”. Foram diversos os fatores que contribuíram para a profunda industrialização brasileira: o acelerado crescimento dos centros urbanos devido ao êxodo rural provocado pelo declínio da economia do café; a utilização de portos e ferrovias anteriormente usados para o transporte do café, presença de abundante mão de obra estrangeira e daqueles que deixavam o campo; a aplicação de capitais gerados na produção de café para a indústria e, os elevados investimentos do Estado nas indústrias de base e infraestrutura (HORA *et al.*, 2012; FGV (a), 2009).

---

drasticamente a paisagem (IBGE, 2020). Restaram uma cratera e uma enorme barragem de rejeitos à montante da cidade de Itabira. O poeta Carlos Drummond de Andrade, nascido em Itabira, eternizou sua indignação nos versos dos poemas “A Montanha Pulverizada” e “O maior trem do mundo”, publicados em 1973.

**FIGURA 11** – Exploração do Pico do Cauê, Itabira/MG.

As duas fotografias superiores datam do início da sua exploração na década de 1940; a foto inferior do canto esquerdo é da década de 1970 e a última foto é de 1998, com a mina já em exaustão.



Fonte: FEAM, SD. (As imagens foram obtidas de uma apresentação de *powerpoint* da Vale para a FEAM, por mim recortadas e organizadas em mosaico. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/arquivos/CAVAS/caue%20rejeito%20e%20esteril%20feam%20mangolim.pdf>).

- E quando conheci seu avô? Ah, quando conheci Noel, já foi em 1956 que a gente se conheceu...quer dizer, ele trabalhou lá antes de telegrafista, aí nesse tempo eu tinha até antipatia dele porque, veio substituindo um namorado meu que era telegrafista também (risos)... Mas aí, o tempo foi passando a gente começou a conversar e aí...Depois o tempo vai passando e aí ele mudou pra Acesita...era telegrafista, depois ele foi conferente. Em Itabira ele arrumou o cargo de agente, aí nós mudamos pra Ana Matos, um lugarejo que só tinha a estação, nem alguma casa de ferroviário, muito pouca.... Ai de Ana Matos nós ficamos 4 meses. Nisso mudamos pra Acesita, o agente de lá foi transferido e seu vô ganhou pra chefiar a Acesita. E nos mudamos... lá nasceu Lucy, Fábio, Rogério e Silvia...já tinha seu pai (Marcos), Tarcísio e Du Carmo. Ai de lá, nós mudamos pra Resplendor...nossa eu era apaixonada com Resplendor...Mas aí, lá, nós ficamos só 4 meses e mudamos pra Coronel Fabriciano...Ai de Fabriciano nós ficamos uns 35 anos, não sei. Mudamos pra lá...acho que 1967 pra Fabriciano e saí de lá era 1992, e vim pro São João Batista, em BH.

Meus avós formaram família e viveram bons anos na região que passou a ser conhecida como “Vale do Aço”. Essa região constituiu-se pela industrialização no médio Rio Doce, consolidando um Polo Siderúrgico que ganhou relevância na história econômica de Minas Gerais. Na década de 1930 chegava a EFVM à Itabira, local de onde seria explorado em grande escala, o minério de ferro enviado para o Porto de Vitória. Em 1937 foi inaugurada a Belgo Mineira em João Monlevade; em 1944 chegava ao município de Timóteo, a Aços Especiais de Itabira (Acesita); em 1962 a Usiminas, em Ipatinga. Uma região que, após inúmeras perseguições aos nativos indígenas que ocupavam a bacia do Rio Doce, bem como o abandono de seus despossuídos, tornou-se relativamente pouco habitada e, passou a receber um intenso fluxo migratório, sobretudo para Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo (HORA *et al.*, 2012).

Meu avô paterno, Noel da Silva Bastos, nasceu em Volta Grande/MG, no ano de 1933. Ainda bem jovem começou a trabalhar na CVRD, quando então teve de servir exército, tarefa que não o agradara muito, retornando à CVRD posteriormente. Fora telegrafista, auxiliar de estação, agente ferroviário, e até aposentar-se, foi inspetor (FIGURA 12). De caligrafia e português impecáveis, fora um homem justo. Na região, todos acabavam conhecendo o “sô Noel”, pois sempre muito sério, mas carismático, prestava socorro aos funcionários da companhia que se envolviam com problemas, sempre tinha as orientações certas para que não sofressem sanções ou perdessem seus empregos. Um raro caso de quem partiu desse mundo sem deixar inimigos, pelo contrário. Nas folgas da Vale aventurava-se como jogador de futebol. Jogou no Viminis em Nova era, Valério Doce em Itabira, na época em que o Cauê ainda era um pico, hoje cratera. Pescou muito no Rio Doce, principalmente, no Rio Piracicaba, seu afluente, que passava nos fundos de sua casa, ao lado da ferrovia, em Coronel Fabriciano. Proporcionou aos filhos uma vida de qualidade, a qual não tivera quando jovem. Deu formação escolar e investiu na formação superior daqueles que resolveram estudar. Além disso, sempre os levava a passeios no Parque Estadual do Rio Doce, nas matas do parque, na lagoa Dom Helvécio, conhecida como Lagoa do Bispo. Lembro-me de suas conversas com meu pai, contando que paravam a Ford Rural azul quando avistavam uma onça ou uma anta na beira da estrada. Conheceram o mar, quando vô os levou para a colônia de férias da Vale, em Jacaraípe/ES, e para o Porto de Vitória para ver os navios.

**FIGURA 12** – Meu avô Noel Bastos na Estação Ferroviária de Acesita, em meados da década de 1960.



Fonte: Acervo da família.

- *A Vale nessa época era boa demais, nossa...era muito boa. Era mais fácil do ferroviário se entender com chefia né...parece que tinha mais humanidade...e assim... era legal nos dias de pagamento, né? Era sempre dia 15. Vinha um carro, só uma classe, com a locomotiva trazendo a grana dos ferroviários. E também em dezembro, no natal... tinha o trem Papai Noel. Aí vinha também uma classe toda enfeitada com as coisas de natal, e aí traziam presentes pra todas as crianças. Todo filho de ferroviário ganhava presente. Quer dizer, muitos que não tinham condições de ganhar presentes... não passava em branco. Ganhavam cestas de natal, umas cestas muito boas.*

Além de todo o simbolismo relatado por minha avó, sobre certa humanidade refletida nos agradecimentos e presentes, havia ali uma relação muito próxima e cotidiana da CVRD com a dinâmica local, de alguma forma, intimamente ligada com os familiares dos ferroviários; a vida e o trabalho na região eram/são marcados por essas relações com a ferrovia e com a Vale, com o ferro, a siderurgia e o aço. Em certa medida, isso justifica a afetividade nas falas de minha avó, pois a CVRD empregou inúmeros amigos e familiares, criando assim uma rede mais forte, quem sabe, de atenção e cuidados, algo que talvez soasse como uma certa atitude de brandura. Minha avó relatava que quando vinham “superiores” da empresa à Coronel Fabriciano, não raro, eles os recebiam em casa e, minha avó preparava almoço e janta. Ao menos no imaginário dos relatos dos meus avós e familiares, era comum naquele tempo, resolverem problemas de trabalho com diálogos e relações menos hierárquicas e acéticas. Cresci escutando essa admiração dos meus avós, do meu pai, das tias e tios pela empresa.

No entanto, meu pai relata que após meu avô se aposentar, passava longe da estação de Coronel Fabriciano, mesmo morando ao lado. A privatização da Vale já trazia um incômodo aos meus familiares e após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, e de Brumadinho em 2019, a percepção deles mudou drasticamente. Tais desastres deixaram todos estarrecidos, ao se aperceberem que aquela “joia brasileira” havia se transformado, também em uma empresa que mata e destrói tudo que toca e permanece gerando sofrimentos.

Devemos ser cautelosos com qualquer idealização romântica que a ideia de progresso e desenvolvimento pudesse trazer como um afago àquele povo. É uma realidade repleta de contradições, que carrega na bagagem a “salvação” da pobreza, no enalço da exploração da terra e do trabalho das pessoas. Ao fim era o que lhes restava como oferta e oportunidade naquele momento e região. De certa forma, era o pão, mas também as migalhas que lhes restavam desse projeto de Brasil.

Atualmente, tenho dois familiares que trabalham na Vale, um tio, que foi transferido da Vale para a VLI Multimodal S/A, empresa de logística, subsidiária da Vale e; meu irmão do meio, que faz parte da 4ª geração da família trabalhando na empresa. Meu irmão saiu de casa em 2006, com 20 anos de idade e foi empregado como Oficial de Operações Ferroviárias, ou “manobreiro”, acabou crescendo profissionalmente ao longo desses 13 anos na Vale, trabalhando e morando no Vale do Aço. Hoje é analista, reside em São Luiz, no Maranhão. Tivemos inúmeros debates e desentendimentos, por guardarmos visões quase antagônicas em relação à empresa, mas que foram e são muito ricos para melhor compreendermos processos tão complexos. Certamente, podemos afirmar que a privatização da Vale, tornando-se uma das maiores mineradoras do mundo, reflete hoje ações e relações de trabalho, digamos, desprovidas dessa outrora “humanidade”, quando fora uma estatal. Suas atuais relações talvez sejam mais hierarquizadas e frias do que a nostalgia a qual minha avó pôde recordar.

O processo de privatização da CVRD se iniciou durante o governo do presidente da República Fernando Collor de Mello (1990-1992), e efetivou-se em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003). Àquela época, a CVRD era uma empresa de capital misto e de supremacia estatal. Sua privatização não pode ser reduzida a uma mera negociação empresarial ou uma articulação de empreendimentos. Essa compôs um Programa Nacional de Desestatização (PND), defendido pelo governo àquela época, como uma inevitabilidade de desonerar investimentos nas estatais, de tal sorte, que através da venda dos ativos, obter-se-iam recursos “suficientes” para a redução de dívidas internas e externas. Não foi um processo que se deu consensual e pacificamente, mas com fatigantes debates e

confrontos entre governo e sociedade. A privatização se concretizou em 6 de maio de 1997 para o consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), quem adquiriu o controle acionário da Vale por cerca de 3,3 bilhões de dólares, naquele momento. Tal negociação representava 27% do capital total da empresa, antes pertencente à União, que correspondiam a 41,73% das ações ordinárias, com direito a voto, da empresa. As ações preferenciais, sem direito a voto, continuaram em posse de acionistas privados (ADÃO, 2006). Apesar do valor pago e pelo qual a Vale foi privatizada, é interessante notar que somente no ano de 2018, o lucro líquido da mineradora foi de R\$ 25 bilhões, um crescimento de 45,6% em relação ao ano anterior, quando alcançou a casa dos R\$ 17,6 bilhões<sup>39</sup>.

A Vale, uma multinacional que hoje atua nos setores de mineração, logística, energia e siderurgia ampliou sobremaneira seu leque de investimentos e abrangência regional. Entre 2000 e 2006, a Vale realizou diversas aquisições, chegando a 31ª maior companhia do mundo<sup>40</sup>. Em 2010, realizou uma grande aquisição no segmento de fertilizantes, por meio da sua subsidiária Mineração Naque S.A. A companhia ainda adquiriu o total do capital da Bunge Participações e Investimentos S.A. (BPI) e uma planta em Cubatão. Na área de mineração, a Vale se destaca como a maior produtora de ferro do mundo e ainda produz níquel, carvão, cobre, manganês e ligas de ferro. No setor de logística administra uma rede que integra minas, ferrovias, navios e portos. Possui infraestruturas no Brasil, na Indonésia, em Moçambique, em Omã, nas Filipinas e na Argentina. Transporta carga para terceiros e oferece duas linhas de trem de passageiros no Brasil: a Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Carajás.

Não obstante a tanto sucesso, em 2015, a empresa se envolveu no escandaloso crime que matou 20 pessoas, destruiu a bacia do Rio Doce e interrompeu/interrompe drasticamente a vida de milhares de pessoas. Nessa ocasião, registrou-se uma brusca queda em suas ações, cerca de 23%, com o rompimento da barragem de Fundão, controlada pela Samarco, joint-venture com a anglo-australiana BHP Billiton. Em 2019, outro crime se repetiu: o rompimento de uma barragem da própria Vale, na cidade de Brumadinho/MG, matou 259 pessoas (com 11 desaparecidas até julho de 2020) e destruiu a bacia do Rio Paraopeba, importante afluente do Rio São Francisco e abastecedor de águas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), capital do estado. A Vale perdeu então R\$ 72 bilhões em valor

---

<sup>39</sup> Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/29/apos-mariana-e-antes-de-brumadinho-vale-lucra-mais-de-rdollar-25-bilhoes/>. Acessado em novembro de 2019.

<sup>40</sup> As informações que seguem nesse parágrafo estão disponíveis em: <https://www.infomoney.com.br/cotacoes/vale-vale3/>. Acessado em outubro de 2019.

de mercado. Findo o terceiro trimestre de 2019 seu lucro líquido alçou R\$ 6,461 bilhões (VALE, 2019). O valor é 15,2% maior do que o ganho de R\$ 5,608 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. A empresa ainda reverteu o prejuízo líquido de R\$ 418 milhões obtidos no segundo trimestre de 2019, causado pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Já o lucro operacional da mineradora bateu R\$ 14,382 bilhões entre julho e setembro de 2019, contra R\$ 12,962 bilhões alcançados no mesmo período de 2018 e R\$ 7,137 bilhões, no segundo trimestre de 2019 (VALE, 2019; VALE, 2018)<sup>41</sup>. Em outras palavras, mesmo que cometendo sérios crimes, incluso a morte de centenas de pessoas, com a protelação das medidas de reparação, a Vale segue regularmente pagando seus acionistas, lucrando, e operando suas atividades extrativistas a todo vapor! Isto é, como coloca Rojas (2020), o que passa a se estabelecer é um capitalismo de desastres.

Nesse caminho meandrante que perfaz esse interlúdio do estudo, busquei trazer alguns fragmentos que perpassam a formação socioespacial do Rio Doce. À uma breve contextualização do povo Krenak do Watu, enquanto primeiros habitantes da região, algumas memórias afetivas de minha avó se entrelaçam permeados por alguns excertos do processo de formação da bacia do Doce: as pessoas, o rio, a ferrovia, o trabalho, o minério, a Vale, o lucro, para então, desembocar no crime-desastre provocado pelo rompimento de Fundão. Em alguma medida, esse emaranhado reflete alguns episódios da minha própria vida e das histórias e geografias desse território. Num movimento contínuo, nas mais diversas relações e fluxos dessas pessoas com o território, e com a própria a Vale, ela se institui e constitui, gerencia os recursos, pessoas, o território em relações tanto internacionais quanto locais desde sua criação. Além disso, tentei ampliar um pouco a compreensão sobre essas mulheres e homens, sobre as pessoas: *“essa areia de grãos tão pequenos que é o chão de um país”*<sup>42</sup>, pois são vidas, histórias que estão além de qualquer concepção maniqueísta e aplanadora, que as retifica cartesianamente como dados, números ou “objetos de estudo”; são, antes de tudo, sujeitos produtores da realidade, das histórias, das geografias. Isso implica, também, em uma visão larga e abrangente contra o estreitamento insensato que se impõe à ideia de geografia, de história, de cultura, suprimindo-as diante de suas complexidades. É como se de um lado estivessem a cultura, a história, a geografia enquanto meros campos do saber... e do outro lado, a vida; como se não fossem um meio refinado de compreender e *exercer* a vida (ARTAUD, 1999 [1964]).

---

<sup>41</sup> Ver também: <https://www.infomoney.com.br/cotacoes/vale-vale3/>. Acessado em outubro de 2019.

<sup>42</sup> Trecho retirado da composição de Zé Ramalho: “Adeus segunda feira cinzenta”, de 1978.

O propósito maior do interlúdio é compor a caracterização do território da bacia do Rio Watu/ Rio Doce através de alguns elementos históricos da formação socioespacial da bacia e da própria Vale; despreendendo-nos um pouco das amarras que controlam o discurso no âmbito acadêmico, ao menos nesse momento do texto. Traço tal percurso, posto que diversas das reflexões que aqui se somam, começaram exatamente com algumas dessas provocações que a vida me suscitou.

Agora, olhemos com mais atenção para o “objeto” que me aproximo no presente estudo: o caso do crime e desastre da Samarco na bacia do Doce, cuja responsabilidade é da Samarco Mineração S.A., controlada pelas duas maiores mineradoras do mundo: Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton Brasil Ltda. A barragem situa-se no Complexo Minerário de Germano, localizado em Mariana, no distrito de Bento Rodrigues (MG). Um volume de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foi lançado com seu rompimento, alastrando-se pela bacia do Rio Doce. Primeiramente atingiu a barragem de Santarém, situada à jusante, soterrando o povoado de Bento Rodrigues, e alcançando o povoado de Paracatu de Baixo, além de partes das comunidades de Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu de Cima e Pedras, situadas em Mariana (MG). Avançou por Barra Longa e Gesteira, seguindo pelo curso do rio Gualaxo do Norte e atingiu o Rio do Carmo, chegando ao Rio Doce. Parte do material mais grosseiro desse rejeito foi barrado pela Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE - Candonga), localizada na cidade de Rio Doce. No entanto, com o risco de colapso da UHE foram abertas as comportas e, após 16 dias percorrendo cerca de 660 km, a lama de rejeitos chegou ao Oceano Atlântico em 21 de novembro de 2015, em Regência, Município de Linhares (ES), onde encontra-se a foz do Rio Doce. Espalhou-se pelo litoral do ES, atingindo os municípios de São Matheus, ao norte da foz, e Aracruz, Fundão e Serra, ao sul. Em destaque, o caso de Fundão traz consigo uma sistemática brutal de danos às vidas das famílias e comunidades atingidas: a morte de pessoas, destruição de diversos ecossistemas, diversas estruturas públicas e privadas, a ruptura e perda de patrimônios materiais e imateriais, com sérios danos à saúde física e mental, o deslocamento compulsório das famílias.

Com o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco/Vale/BHP, enquanto responsáveis, tornaram-se réis em inúmeros processos que averiguam sua responsabilidade legal, além da obrigatoriedade da reparação dos danos aos milhares de pessoas atingidas, em mais de 40 municípios ao longo da bacia do Rio Doce, e litoral do Espírito Santo. A partir de emblemáticas articulações político-institucionais no âmbito jurídico e político, o crime-desastre foi erigido a um plano de “resolução negociada de conflitos”, instituído e celebrado em muitos termos de ajustamento de conduta. O objetivo seria propiciar as medidas

compensatórias e a mitigação dos prejuízos causados à população atingida, em tese, de forma célere, quando comparada com a tramitação da Ação Civil Pública, nos processos judiciais que tratam o crime-desastre em trâmite na 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais.

Conforme vamos nos aproximando do caso, nos vai anunciando uma problemática ligada a um modo processual de operar através desses mecanismos de resolução negociada. A esses mecanismos se filiam políticas de reparação e governança, cujos discursos e o exercício do poder se materializam nos documentos institucionais privados e do poder público, que decidem, incidem e recaem sobre a vida de milhares de pessoas atingidas. No âmbito dos conflitos, expressam-se as tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento, em que o “meio ambiente” configura-se como um terreno contestado material e simbolicamente.

Os modos como imaginamos, planejamos e produzimos o espaço tem seus efeitos, com implicações específicas, que perpassam por práticas, das negociações cotidianas às estratégias globais. Lançar o olhar para um espaço puramente abstrato, determinando-o como uma “província minerária”, por exemplo, não só o concebe e planeja, mas direciona ações e práticas. A formação territorial da região que compreende a bacia do Doce é sim, nesse sentido, um projeto, com efeitos sociais e políticos, muitas vezes drásticos e violentos. Nesta seara, o platô discursivo que arquiteta e intenta justificar essa “inevitabilidade” às noções de desenvolvimento, progresso e, mais recentemente, a globalização *“não é uma descrição do mundo como ele é, mas uma imagem através da qual o mundo está sendo feito* (MASSEY, 2009, p.24).

## **CAPÍTULO I – HOMENS DO PASSADO, PENSANDO NO FUTURO, VIVENDO NO PRESENTE**

[...] O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco à frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes, o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá uma prática; ela é uma prática (FOUCAULT, 2009 [1972], p.71).

## 1.1. O DEMASIADO HUMANO: REFLEXÕES SOBRE MODERNIZAÇÃO, CRISE, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Oh! Voltaire! Oh! Humanidade! Oh! Estupidez! A “verdade”, a busca da verdade são coisas delicadas. Desde o momento em que o homem se conduz nesse aspecto de um modo demasiado humano, — quando busca a verdade apenas para fazer o “bem” -, pode-se dizer, e eu o sustento, que não encontra nada (NIETZSCHE, 2001 [1886], p. 35).

### *Modernização*

Estarrecido pelo que seria o *Zeitgeist* – “Espírito do tempo” –, eu só poderia constatar o óbvio a priori: o mundo tem miséria, está em miséria. E, se tudo se desmancha no ar, desmancha-se previamente sacramentado e perdoado, desmancha-se, portanto, de forma cinicamente permitida e legitimada. Ou pegando gancho na alegoria do pensador: “*O cinismo é a única força sob a qual as almas vulgares tangenciam o que se chama sinceridade [...]*” (NIETZSCHE, 2001 [1886], p. 39).

Retomando um pouco do que foi discutido na primeira parte do estudo, na qual busquei caracterizar alguns contextos do crime-desastre, os campos de disputa que passam a se estabelecer, podemos dizer que em uma sociedade existem não só leis, acordos, tratados etc. mas, também, o próprio dialogismo, os atos de fala, a palavra que dirigimos, recebemos e respondemos. Os *documentos* carregam o peso que se exerce na materialidade do discurso e das práticas de poder e disciplinamento. No caso do crime na bacia do Doce, todo um engodo regimental foi construído institucionalmente para (des)orientar, convocando mecanismos e diretrizes para a gestão dessa barbárie. Digamos que há uma captura do crime pelo Estado, pelos órgãos que o representam e as mais diversas instituições privadas que em “comum acordo” passam a estruturar e definir estratégias e critérios para então instituírem, pelo poder, a gestão dessa barbárie. O próprio formato como é interpretado, definido e justificado o crime no âmbito institucional, espera abrandar a gravidade do processo pela diluição e espraiamento das fragmentadas realidades que o constituem. Esses discursos normativos, historicamente, podem e/ou se revestem de autoridade/verdade para exercer/manter o poder sobre as pessoas e sobre o território.

Como coloca Massey (2009), naquele momento de sua análise, os governos do Reino Unido e dos EUA (certamente outros tantos governos, incluso o “nosso”), nos contam uma história da inevitabilidade da globalização. Mais precisamente afeita aquela forma específica

de globalização capitalista neoliberal, fomentadora do livre movimento do capital, afiançada ao firme controle sobre o movimento do trabalho.

Na atualidade do mundo do novo milênio e do Brasil, de alguma forma voltada ao projeto de *modernidade*, permite inferir, em alguma medida, que há mais “mistérios” que nossa vã filosofia poderia/possa imaginar. Há tragédias das “democracias”, das esquerdas e direitas atravessadas pela lógica liberal, guerras que nunca esfriaram, desastres “naturais”, privatização e desmantelamentos dos serviços públicos, reconfiguração das “potências” do capitalismo global, inteligência artificial, *big data* e robótica, Bolsonaro, *fake news*, políticas explícitas de Estado que promovem o desmanche e destruição socioambiental, rompimentos de barragens de rejeito e a pandemia do Covid-19. Por mais misterioso e obscuro que tudo possa parecer, lidamos com a imanência de forças concretas e simbólicas que deslindam esse índice “misterioso” da história. Saturamo-nos com as marcas da barbárie e do processo civilizatório em nossos corpos, em nossos espaços, em nossa alma. Sem dúvidas, esse peso não cai uniformemente sobre os ombros de todos/todas.

Tempo presente, o novo tempo do mundo, quando tão somente vemos o apagar das luzes, das promessas do futuro *high-tech*. Oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, engastadas e incessantes: os Brasis de estruturas coloniais pútridas, exalando e exaltando novamente o mau hálito fascista. E, sempre mirando sua visada ofuscada para o “futuro” de um progresso atropelado, incerto ao passo em que esmaga sistematicamente seu presente, tentando apagar o seu passado, ou reinventá-lo. No tecido social, a globalização do capital não nos promove uma experiência única e hegemônica, mas sim uma diversidade de formas descontínuas e assimétricas de experimentação da aceleração/supressão do tempo e do espaço. Para muitos, vida marcada por depressões cotidianas com enfrentamentos tão bestiais e cinematográficos como a guerra Hollywoodiana: “*Apocalypse Now*”<sup>43</sup>.

A lama soterrou pessoas, os sonhos, a história, o rio, as casas, a vida. Vida conflituosa que se desenvolve na dimensão do local, do lugar, que busca enfrentar e coexistir em espaços lameados, suprimidos, encurtados, aplainados, reduzidos e exauridos. A racionalidade e apropriação do espaço para os fins de acumulação, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais acentuados, dá relevo a imposição de processos de despossessão na bacia do Doce. A base territorial torna-se, então, imprescindível não só como fonte de recursos para a sobrevivência em sua dimensão cotidiana, mas também para a resignificação

---

<sup>43</sup> Filme dirigido por Francis Ford Coppola, lançado no Brasil em 1979.

de “*seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos*” (HAESBAERT, 2013, p.241).

Uma realidade desafiadora oprime e se impõe as pessoas atingidas por grandes empreendimentos e corporações globais, e/ou mesmo inimigos aparentemente “invisíveis”, seja pela alienação e/ou estrategicamente velados. Difícil seria não trazer uma perspectiva trágica, quando viver no século XXI, converte-se, para muitos, em uma experiência existencial em crise ou de tão abstrata, irreal. O que de fato torna tudo tão grandioso, e paralelamente insignificante: um instante singelo, menor, um nada...um sopro da vida...o frágil e minúsculo corpo humano. Escutaram-se os gritos, a poeira se levantou, correram as pessoas que conseguiram escapar... 20 morreram; alastrou-se a avalanche de lama: rompeu a barragem de Fundão. Aquilo não era o início dos problemas, das violências, tampouco, o fim. Vida tão descartável em sua ordinária insignificância aos olhos da hegemonia desse Globalitarismo – como Milton Santos disse, nada mais que uma forma a mais de totalitarismo. Vida ao mesmo tempo, grandiosa, fantástica e pulsante em sua potência para os que se debatem na resistência de seus cotidianos e na ressignificação de seus lugares, “*enquanto arenas vitais para — e pela — ação das corporeidades, por onde o mundo torna factível, encarnado, real e possível*” (CHAVEIRO, 2012, p. 251). Quão avassaladoras podem ser as escolhas e produções científicas, quando tomadas indiscriminadamente ao empréstimo do exercício do poder? Quão avassaladoras são as práticas socioespaciais, políticas e as decisões hegemônicas, ditas para “um bem maior”, para o bem de uma “nação”? Quão avassalador/degradante é viver a crise e a barbárie como regra, não como exceção, com tudo aquilo que nos foge ao controle e com tudo aquilo que nos controla?

Parece-me, que nunca, como nesse momento, quando é a própria vida que se esvai, se falou tanto em civilização, cultura, em ideologias e discursos. E há um estranho paralelismo nesses conceitos, tornando-os chavões generalizados da vida, que está na moralidade, ou falta dela; a preocupação com uma certa ideia de “cultura”, que historicamente vêm disciplinando e regendo os corpos violentamente em seu processo civilizatório. E é preciso deixar clara a artificialidade dessa separação entre civilização, barbárie, cultura, ideologias e discursos. Tratam-se de conceitos e perspectivas para (res)significar as mais distintas realidades das quais nunca nos aproximaremos, a não ser de forma fragmentada/precária e tateante. Tão facilmente do “real” nos distanciamos. E para falar do real torna-se necessário pensar o abstrato: “*No movimento preliminar de abstração, formaliza-se o mundo sensível estabelecendo recortes e isolando processos e fenômenos*” (MORAES, 2014, p.20). O que é ou seria o abstrato? O desgarramento do humano de sua condição “animalesca/natural” ou

“humana”? O abstrato seria/é, então, uma simplificação do real? Simplifica aquilo que é complexo demais, para então verticalizar-se diante de nossos filtros e perspectivas?

O demasiado humano que nos estraga as ideias que deveriam permanecer divinas/encantadas; mas tal divindade inventada pelos próprios homens, não é o que nos corrompe, e sim a intervenção e idealização do que é o próprio “homem” que acabou por corromper o que nós temos de divino, nossa potência e diversidade humana (ARTAUD, 1999 [1964]).

O que nos falta, certamente, não são mais sistemas filosóficos de pensamento, tampouco civilização e “cultura”, enfiadas goelas abaixo. O Projeto Iluminista que permeia, de alguma forma, o pensamento científico na atualidade e (des)orienta a realidade, traz mais as espessas “trevas da idade média” que tanto negaram, do que sua expectativa de iluminação, esclarecimento. Projeto problemático ao nos reduzir mais a nossa ignomínia, do que nos “libertar” como secularmente aspiramos. Ora, somos geralmente conduzidos/adestrados a pensar justamente através de condicionamentos em sistemas herméticos. Quando motivados por desejos de busca por verdades e objetividades, tão submetidos estamos a esses sistemas e relações de poder, que nos faltam/escapam ações e/ou opções.

As palavras e os signos que dão forma aos discursos, quando repetidos infinitesimalmente ao longo do tempo parecem perder seus sentidos, esvaziarem-se. No fundo, estão a lograr outros sentidos e significados, reinventam-se em um museu de “grandes novidades”. E se falta magnetismo, fascínio e magia na vida é porque nos deleitamos em contemplar nossos grandes feitos enquanto “humanidade”: a “chegada do homem à Lua”, os “avanços da medicina”, nos perdendo em labirínticas considerações sobre as utopias desses feitos, ao invés de pela imanência, sermos instigados a realizarmos nossas utopias próprias. Em suma, afirma-se em demasia onde as pessoas e as coisas deveriam estar, ao invés de nos debruçarmos em enxergar aonde de fato estão (ARTAUD, 1999 [1964]) e se dali como podem se mover.

Há, de certo modo, um conjunto de experiências de vida, de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, dos riscos e possibilidades da vida, compartilhadas desigualmente por mulheres e homens no mundo que poderíamos designar como modernidade? Em uma primeira aproximação, caracteriza-se como “modernidade” as práticas, costumes, estilo de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII. Trata-se de um processo inscrito a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, cuja influência tornou-se mais ou menos global. Mais precisamente, poderíamos falar em *modernização*, referindo-nos a um fenômeno em processo e não algo findado e consolidado

em si mesmo. A eclosão da modernização, iniciada no Projeto Iluminista na França, a partir do século XVII, conduz a construção de uma ética científica moderna, orientada pelos debates metodológicos, em que a ciência constitui o próprio núcleo do que se entende por modernidade. Esse processo é permeado pelo cerne da autoridade da razão, enredada em suas instituições e orientada pelo saber metódico e normativo. Como critérios estabelece a dureza da objetividade, da “imparcialidade” e “isenção” na elaboração do conhecimento técnico-científico. Institucionalizadas sob a égide do positivismo lógico, as narrativas de progresso e desenvolvimento alicerçam-se prática e epistemologicamente em concepções que adotam a ruptura entre *sociedade e natureza*: homem *versus* natureza.

Os entusiastas e inimigos da vida moderna, aqueles europeus que a viram se materializar e que puderam, de alguma forma registrar e pensar o seu mundo, partilhavam de algumas angústias em comum. Rousseau, por exemplo, o primeiro a adotar a palavra *moderniste*, no sentido pautado nos séculos XIX e XX, cujos pensamentos são “*a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto-especulação psicanalítica e à democracia participativa*” (BERMAN, 1986, p.26). Em suas reflexões, Rousseau trazia imagens povoadas de fantasmas que rondavam seus olhos e desapareciam assim que as tentava agarrar. Tudo aquilo que um dia teve por crença e lhe parecia sólido, desfazia-se no ar.

Com as cidades industriais, sentimentos de angústias e contradições, desesperanças e constantes transformações pareciam algo um tanto cotidiano. Talvez. E se hoje, nos aparece mais ou menos com certa naturalização, esse sentimento iniciava-se nas demarcações da realidade da vida desses que vivenciavam esse processo. Aqueles que no século XIX viam erguer diante de si, essa racionalidade que começava a operar seu mundo, rompendo, em certa medida, com os pressupostos cristãos e exaltando o progresso científico, viam o irromper de um novo modo de se organizar e viver: o modo de produção capitalista. Viam ainda, os recortes dos tempos de trabalho e da vida, e uma emergente classe social - o proletário. Tratava-se daqueles despossuídos que não tinham nem sequer uma fração de terra para o cultivo de subsistência, ou mesmo qualquer ferramental ou meio de produção; traziam consigo somente sua força de trabalho e seu tempo de vida. Para sobreviver precisavam vende-los.

Esse contexto da Europa circunscrito naquele período de tempo, só pôde ter se concretizado pelo sobrepujante ouro e prata espoliados por séculos das colônias das Américas, África e Ásia. Impregnados do suor e trabalho de milhares de povos e etnias que foram e são sistematicamente perseguidos, assassinados e/ou escravizados. Povos de histórias e contextos

próprios e peculiares, marcados por trânsitos seculares de pessoas, matérias-primas: essas “riquezas exóticas” acumuladas pelo custo da dominação de territórios, por meio de tensões e violências, de sangue derramado, o que Karl Marx chamaria de *acumulação primitiva de capital*.

Quanto as vantagens e desvantagens da história para a vida, digamos, a desconfortável e abafada atmosfera desse “sentimento moderno”, Friedrich Nietzsche traz o seguinte apontamento: “[...]tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesta torrente de vir a ser” (NIETZSCHE, 2003, p. 9). Esse ar ambíguo, contraditório e em constante transformação foi, também, descrito por Marx, completamente envolto pelo surgimento das paisagens industriais na Europa, e marcado por todo esse modo de vida e produção no século XIX:

Todas as reflexões fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas: todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar [...] as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos (MARX *apud* BERMAN, 1986, p.31)<sup>44</sup>.

Como argumenta Menegat (2006), desde a tradição grega, o conceito de razão no Ocidente engaja-se em três componentes constitutivos: o conhecimento científico, o estético e o ético. Na modernização, a razão assistiu esses componentes desenvolverem-se de modo autônomo, e, em diversos aspectos, opostos. A intenção não é comentar cada um deles no estudo, mas enfatizar, sobretudo, o componente científico e ético. A intencionalidade consciente do Projeto Iluminista pode ser apreendida, por exemplo, nas formulações dessa oposição, nas antinomias de Kant, ora oscilando entre uma disposição afirmativa destas, como fonte imprescindível de uma certa “natureza humana”, ora, porém, vendo-a com ceticismo, sem crer na possibilidade de outra configuração do mundo social (MENEGAT, 2006, p. 201). Esses aspectos céticos do Projeto Iluminista desdobram-se em impasses que marcam, de alguma forma, a história nos últimos 150 anos, aflorando o que não é nada novo no debate das ciências sociais. Tais impasses tornam-se mais inquietantes ao revelarem a insuficiência desse projeto no que ele teria de mais emancipatório.

Essa tendência afirmativa do Iluminismo, atrelada ao positivismo lógico, na atualidade da configuração social Ocidental, passa a servir como um substrato, resíduo de uma cultura que traz o presságio de um paradoxo: o surgimento de uma razão bárbara. Essa é uma

---

<sup>44</sup> “*Speech the anniversary of the People’s Paper*”, in *The Marx-Engels reader*, 2<sup>ª</sup>ed. (Norton, 1978), pp, 577-8. No trecho, Marshall Berman modifica levemente a tradução clássica de Samuel Moore, 1988.

hipótese desenvolvida por Marildo Menegat (2006), a qual iremos, também, dialogar nesse capítulo sob duas perspectivas: a crítica a insuficiência do Projeto Iluminista, e o paradoxo de uma razão bárbara. Posteriormente, farei algumas considerações acerca das perspectivas do “Poder” dialogando com os pensamentos de Doreen Massey e Michel Foucault, que possam nos auxiliar a refletir quanto a essa razão bárbara em uma escala concreta no que tange ao crime-desastre.

### *Os impasses do Iluminismo*

Por ora, voltamo-nos em como e quais arranjos possibilitaram o deslindar da discussão sobre *modernização*, não em um sentido exaustivamente descritivo, e sim subsidiando certa pluralidade teórico-conceitual em torno do tema. Um segundo momento, a reflexão se dirige a como de alguma forma, podemos identificar uma tendência afirmativa do Iluminismo, atrelada ao positivismo lógico, que perpassa como um substrato (que possa influenciar mais ou menos a atualidade), revelando-se um sentido que traz por pressuposto, a razão do esclarecimento.

Então vejamos. Os discursos e práticas de caráter neoliberal nos interpelam cotidianamente em uma interface, apropriada e enviesada técnico-cientificamente, sejam nas aplicações de agroquímicos para o plantio de monoculturas em larga escala, nas receitas, bulas e prescrições médicas, ou nas discussões políticas em torno da questão climática e dos créditos de carbono. Vemos tais debates presentes, também, nos fluxos e transações de capital de *Wall Street* para o mundo, no saneamento básico de nossas ruas, na mídia que se consome, na definição de obras de engenharia e tecnologia “seguras” para a construção de barragens de rejeito como a de Fundão. Esse campo ideológico busca se legitimar pelo discurso científico neopositivista, no complexo e difuso enlace com os campos jurídico, econômico e político.

Como Marshall Berman (1986) argumenta, por exemplo, a modernização: “*nos despeja a todos em um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia*” (BERMAN, 1986, p.24). A princípio, somos induzidos a pensar que estamos “todos” juntos nesse barco. Porém, após sermos despejados quem de lá irá conseguir sair ou como subexistir?

O autor argumenta que a modernidade incidiria como uma força que anularia todas as fronteiras geográficas e raciais, religiosas, de gênero, de classe e nacionalidade. Alude ainda, que a “experiência ambiental” da modernidade, de certa forma, traria uma união da humanidade, não necessariamente uma comunhão, mas uma união. Essa ideia, discutida por

Berman (1986), de um “homem” que busca o domínio e controle da natureza e parece escravizar-se a si mesmo ou a aquiescer-se com seu completo aviltamento, pode ser sedutora a princípio e não está de todo equivocada. Entretanto, tal ideia é insuficiente para nos debruçarmos sobre o caso do rompimento de Fundão, no contexto do neoextrativismo na América Latina e suas complexas relações de poder transescalares com o restante do planeta. Em que medida essa compreensão da história e da própria modernidade, não podem representar uma visão excessivamente universalizante e ocidental? Quantos desses povos e territórios conquistados puderam registrar, denunciar e narrar seu próprio tempo histórico? Como eram/foram o “antes”, o “depois”, o durante e o presente desse processo? É necessário, portanto, tecer algumas ressalvas para não usurpados pelo estratagema de ler a modernização como uma totalidade empírica.

Alguns pensadores do que ficara conhecido por “Escola de Frankfurt”, como Adorno, Horkheimer e Benjamin, elaboraram uma crítica à concepção dominada pelo fetichismo das relações sociais, da razão do Projeto Iluminista. Tal conhecimento científico prevaleceria motivado pelo domínio de interesses individuais articulados em torno da busca do lucro e, cujo desenvolvimento das forças objetivas do ser humano constituiria um de seus pontos centrais (MENEGAT, 2006, p.2001). É certo que as motivações não se encontram somente circunscritas ao lucro por si só, toda uma série de questões complexas perpassam esse debate, como a busca pela verdade, a densidade das relações de poder, status, dominação e expansão de territórios etc.

Por ora, voltemos a atenção para o debate que instaura não somente o domínio da ciência como parâmetro de racionalidade, mas também seus indícios de como a própria ciência passa a ser permeada por uma concepção instrumental e de poder de seu uso. Menegat (2006), argumenta que a elaboração kantiana, mediante sua concepção da ética centrada nos imperativos categóricos, busca fornecer um programa, que sem impedir o desenvolvimento do progresso, ou seja, dos meios das forças objetivas do ser humano, possa preparar ética e politicamente o mundo para a realização de sua emancipação (MENEGAT, 2006, p. 203). Esse núcleo que Menegat chama de cético (tendo a consciência de que não era em momento algum a intenção desses pensadores), é um momento, circunscrito àquela realidade europeia, de consciência acentuada de que esse não seria a melhor possibilidade de mundo, caso não houvesse uma razão crítica, que visasse reverter esses aspectos mais degradados, ou instrumentais (MENEGAT, 2006, p. 203).

Esse programa estrutura-se partindo do esclarecimento, como um movimento pelo qual as sociedades ocidentais, ao menos as do hemisfério Norte, passaram a assentar sua conduta

por critérios racionais, ou seja, lógico-científicos, não mais pela fé. A ciência desenvolveu-se, portanto, suficientemente bem para explicar um mundo objetivo sem a mediação de forças transcendentais e divinas. Na mesma via, também foram desenvolvidas as técnicas de produção, possibilitando certa “revolução produtiva”. O esclarecimento, portanto, era para Kant a “maioridade do homem”, a realização estrita de suas potencialidades, sem depender de forças sobrenaturais. O “destino” do homem vivendo em sociedade dependia, então, exclusivamente da obediência às razões de ordem natural, inseridas nessa cultura do esclarecimento como manifestação de uma “natureza humana” em sua busca pelo progresso (MENEGAT, 2006).

Há, portanto, uma concepção de uma *história universal de um ponto de vista cosmopolita*, cuja perspectiva apoia-se claramente na noção de progresso, contido nos desígnios de uma ordem natural que apontariam para um fim emancipatório, onde a “humanidade” reunir-se-ia consigo mesma, com um fim em si. Kant afirma em seu terceiro imperativo categórico – *Fundamentação da metafísica dos costumes* – que o “homem” não deve servir de meio para outrem, entretanto, o que conecta o empreendimento do esclarecimento aos fins de emancipação é essa ação humana marcada por sua maioridade, assinalada, portanto, pelo aporte de uma razão pura e prática, centralmente disposta em uma noção de *dever ser*. O que se observa é o progresso implicado na manifestação dos interesses individuais como um meio para desenvolvimento da humanidade. Essa metafísica dos costumes seria o mediador para indicar que os fins, também, devem estar claros na concepção dos meios.

O progresso implica a livre manifestação de interesses individuais como um meio para desenvolvimento da humanidade. Evidentemente, meios e fins são contraditórios, envolvendo a intervenção de uma vontade que passa a ser orientada por máximas. Haveria, então, uma busca de compatibilização pelos princípios da subjetividade, posto que esse homem fenomênico, *“deixado espontaneamente no fluxo de sua natureza insaciável, em que pese ser esta uma condição para os fins necessários da emancipação, é incapaz de realiza-la enquanto tal”* (MENEGAT, 2006, p.204).

Ora, num tempo de tênue manifestação das repercussões de uma sociedade civil atrelada às dimensões do mercado, baseada na livre concorrência, é imperativo que o dever seja apresentado como um guia de conduta moral, legitimado universalmente, e a ser obedecido estritamente de forma individual. Reside aqui, sob as contradições entre meios e

fins, um ponto da antinomia do Iluminismo, chocando-se com as justificativas positivistas da realidade, sobretudo, nesse período de capitalismo de monopólios<sup>45</sup>.

Partindo da perspectiva de Hegel, Marildo Menegat (2006) argumenta que o *dever ser* não passa de um sermão moralista, o que em certa medida não está equivocado. As relações entre subjetividade e objetividade, em sua perspectiva, não poderiam ser assinaladas sob o risco de serem irreais, por dicotomias que transformassem a objetividade em qualquer coisa distante do controle dos homens em sociedade. Contrapondo a perspectiva kantiana, Hegel traz que a vida social, como algo intrínseco a cultura humana, produz não formas de moralidade como pensava Kant, mas de eticidade, compatíveis com o desenvolvimento do espírito, conseqüentemente do mundo objetivo. Na busca de seus fins, o homem fenomênico dependeria do desenvolvimento dos meios compatíveis para tal. A eticidade, um imperativo coletivo, “*não é obedecido estritamente de forma individual, mas desobedecido de forma individual*” (MENEGAT, 2006, p. 205). No contexto hegeliano, o *dever ser* toma novas proporções, desvinculando-se de um imperativo categórico como diretriz da conduta virtuosa dos indivíduos, para um imperativo coletivo de sociabilidade, cujas potencialidades da objetividade devem prevalecer face as suas tendências autodestrutivas; situação essa do capitalismo da livre concorrência e dos monopólios, argumenta Menegat (*idem*, p.206).

O autor sublinha que com a morte de Hegel, como “o último grande representante dessa perspectiva do pensamento burguês no século XIX” e, sobretudo, após a derrota do que ficara conhecido por “Primavera dos Povos” – as revoluções de 1848 que eclodiram em contraposição aos regimes autocráticos – desenvolveram duas vertentes do Iluminismo: o positivismo, em suas diversas versões; e, as críticas de Marx e Nietzsche. No íntimo do positivismo, é estratégico insistir nos imperativos de “progresso e ordem”, elevando essa concepção de ciência ao centro de seu modelo de racionalidade.

O positivismo aparece, não devido a uma invenção original, mas sim desenvolvendo-se a partir de um polo das antinomias do projeto iluminista. O positivismo enquanto uma tendência do Iluminismo, circunscrito a um período histórico e a uma espacialidade própria naquele momento, como resposta ao aprofundamento concreto das contradições entre esses princípios, proporciona a ele, um certo triunfo através de sua operacionalidade objetiva em meio àquela conjuntura. A legitimidade da esfera econômica, ou seja, da sociedade civil e do Estado Moderno concentrava-se na justificativa dos meios pelos quais seria possível esse

---

<sup>45</sup> Menegat apresenta os termos de “capitalismo de monopólio” e “capitalismo da livre concorrência dos monopólios” correspondendo a periodizações da história da sociedade moderna, ao final do século XIX e início do XX, respectivamente, bem como a recente configuração denominada capitalismo tardio ou neoliberal (MENEGAT, 2006, p. 206).

progresso: ética e política adquirem inúmeros impasses para justificar seus preceitos de antinomia, o que irá implicar em uma intervenção no desenvolvimento econômico desse mundo socioespacial (MENEGAT, 2006, p. 206-207).

Já nas obras de Marx podemos identificar, como argumenta Menegat (2006) em acordo com Agnes Heller<sup>46</sup>, duas direções acerca da análise do tema. Nos *Grundrisse*, Marx estaria mais preocupado com a intervenção de uma força subjetiva, constituída em uma proposição de uma nova visão do mundo social, na qual a razão se concentraria, sobretudo, no conhecimento ético e estético, afim de superar as atuais formas de subjetivação. A intervenção é, portanto, um *dever ser*, no qual a superação da sociedade burguesa e suas antinomias, exigiria uma ação de resgate do projeto emancipatório do iluminismo e, só seria possível através de uma intervenção coletiva, modificando as “leis do progresso”. Alguns anos depois, ao escrever *O Capital*, ele apresentaria uma mudança sensível em sua posição, aproximando-se mais da perspectiva de Hegel do desenvolvimento do progresso. Para Marx seria, de certa forma inevitável uma crise derradeira do desdobramento lógico do capital e de sua superação. A ação coletiva iria aderir ao curso do desenvolvimento da objetividade, buscando intervir sempre no sentido de antever e preparar para uma situação que lhe pareceria inexorável. De certa forma, Marx também fica preso às antinomias, o que poderia explicar, em partes, os impasses do marxismo no século XX, oscilando entre uma absorção do positivismo e uma crítica contundente a este (MENEGAT, 2006, p.208).

As discussões de Menegat (2006) consideram a recuperação do tema do fetichismo como elemento central da crítica de Marx à sociedade burguesa, iniciada por Lukács e, que teve na Escola de Frankfurt um momento fundamental, destacando-se: a atualização do conceito de fetichismo, enquanto compreensão da forma de ser da sociedade burguesa madura e suas variadas formas conjunturais de manifestação. Ademais, quanto a questão da crítica à economia política de Marx considera as pistas de Lukács, quanto ao seu espraiamento a todas as manifestações da vida social.

O entendimento que a Escola de Frankfurt propicia a respeito da barbárie na modernidade, insinuando-se como uma estrutura que, em alguns momentos manifesta-se abertamente, em outros dilui-se; mas sempre está presente em essência o mote para pensarmos a racionalização do espaço através das práticas de controle territorial e a gestão do crime-desastre na bacia do Doce. A luta contra a transfiguração da velha barbárie na sua nova configuração, não é mais o projeto de emancipação. Da modernidade, não se compreende

---

<sup>46</sup> HELLER, A. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona, Ediciones Península, 1986.

apenas a ideia que esta faz de si, mas também a manifestação de sua positividade (MENEGAT, 2006, p. 213). O intuito é compreender a ideia de barbárie em sua atualidade na era moderna, cuja tendência teria se realizado no período das duas grandes guerras do século XX e nas bombas de Hiroshima e Nagasaki, na guerra do Vietnã e nos Gulags soviéticos (MENEGAT, 2006, p. 212-213).

Na contemporaneidade, as reflexões de Marildo Menegat (2006), no que concerne à uma gestão da barbárie, concentram-se, principalmente, ao que o autor chama de um “desmonte da nação” em 1990, a partir dos primeiros choques da abertura da economia no Brasil e América Latina. Para o autor, espalhava-se pelo território nacional um estado de emergência social, cuja violência passou a ser endêmica. Assim, ao vencer as eleições em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT), encontraria um terreno fértil e se legitimaria para a gestão dessa crise social, sob o manto de suas experiências, sobretudo, nas prefeituras. Seu sentido histórico último se daria pelo fato de ter construído um sistema original de gestão de uma sociedade em ruínas, cujas políticas sociais se deram em uma tentativa de reanimação econômica, baseada nas linhas de transferência de renda (MENEGAT, 2006).

Disso podemos tirar um paralelo do conceito e da atualidade do tema, sob a ótica de uma gestão da barbárie, partindo das tecnologias de poder que buscam construir acordos extrajudiciais e consensos no âmbito do crime-desastre da Samarco, cujas instituições que o gerem, sob as misérias estruturalmente existentes naquele território e, com o aprofundamento do contexto de crise após o rompimento, encontram terreno fértil para uma série de estratégias de gestão e controle territoriais.

Nesta verve, tal gestão perpassa o amparo de uma racionalização do tempo, do espaço, dos recursos, das pessoas atingidas. Anseia por sua legitimidade através das práticas e discursos técnico-científicos modernos, em campos do saber específicos, como já discutido nas seções anteriores. A barbárie subscrita no processo de gestão, através de sistemas de governança, voltados a negociação dos direitos, sob o manto da “participação informada”, da democratização, ao fim e ao cabo, em um complexo campo de disputas reverbera na protelação da chamada “reparação integral”, instituído pelo TAC-GOV, em “acordo” com as partes envolvidas.

## 1.2. GEOMETRIA E MICROFÍSICA DO PODER

### *Espaço, poder e discurso*

A modernização comporta uma racionalidade própria quanto ao tempo-espaço, que com a globalização da economia, e seus choques, levantam questões sobre a mobilidade e uma possível compressão dele. Alguns pensadores da geografia clássica trilhando distintos caminhos teóricos, criticavam os contextos de isolamento, identificando-os como estagnação e barbárie. Colocado no centro das discussões da geografia política, o alemão Ratzel entendia a “migração dos povos” como um dos principais tópicos de sua investigação *antropogeográfica*. Por sua vez, o francês Vidal de La Blache, tinha por pressuposto básico de sua “noção geográfica de progresso”, a movimentação no espaço terrestre como um princípio do processo civilizatório. Essas proposições ganharam repercussão em discussões específicas afeitas ao tema da mobilidade espacial. Não raro, a partir de suas competências de relacionamento espacial, ou em seus equipamentos de transporte e logística, os lugares são hierarquizados e as localidades qualificadas e requalificadas. A velocidade de circulação de pessoas e mercadorias no território seria, então, a chave para se vencer esse “subdesenvolvimento”. A integração territorial tornar-se-ia, então, um instrumento básico de crescimento econômico e equalização social e a circulação passa a ser vista como indício de autonomia nacional (MORAES *in* SOUSA NETO, 2012, p.13).

Como argumentava a geógrafa Doreen Massey (2000 [1991]), em relação a etnocentricidade da compressão de tempo-espaço, devemos entender, primeiramente, seus fatores: o que orienta nossas distinções de mobilidade e influencia a noção que temos do espaço e do lugar, nessa “nova era”? Bem, comprimir espaço e tempo relaciona-se ao movimento e comunicação através e pelo espaço, a extensão geográfica das relações sociais, bem como a nossa experiência frente a tudo isso. Porém, é lugar comum interpretarmos que tudo isso decorre, quase exclusivamente, das ações do modo de produção capitalista e de sua crescente internacionalização/globalização. E não é assim? Em partes, pois ao concordarmos com isso estaríamos fazendo uma leitura rasa do desenvolvimento do capitalismo, com uma visão determinista de nossa experiência do espaço (MASSEY, 2000 [1991], p.178).

Ora, dentre a gama de elementos que influenciam a experiência das brasileiras e brasileiros, há, por exemplo, questões engastadas historicamente e suas cicatrizes coloniais na diversidade étnico-racial. A lógica patriarcal, questões de gênero e identidade de modo algum são menores ou simplesmente foram anuladas pela modernização ou globalização da

economia. A fala de um representante Krenak, atingido pelo rompimento de Fundão elucidadas assimetrias:

Eu vejo que esse problema, esse crime, temos que dar a devida conotação da palavra. Foi algo pensado. Infelizmente teve mortes, é triste. Mas agora vocês estão vendo a luta do povo Krenak, as lutas dos povos tradicionais, dos povos da floresta. Nosso povo já vem morrendo há muito tempo. Se tem um ano de crime e não foi preso ninguém, imagina o que aconteceu com meu povo quando essa empresa Vale veio derrubando toda a mata ciliar. Desde 1908 ela vem matando nosso povo. Olha só quanto tempo de impunidade em relação ao meu povo. E se a gente pegar a questão desde a declaração da Guerra Justa são mais de 200 anos de impunidade onde ninguém foi preso. Tem um ano de crime né? Mas e com relação ao meu povo? Meu povo tem restos mortais ao longo do Rio Doce (Representante Krenak – Audiência Pública em Governador Valadares, novembro de 2016).

Essa aceleração atual do tempo, certamente, possui fortes relações com as dinâmicas do mercado e as forças econômicas, contudo, por si só seria insuficiente afirmar que ela determina nossas experiências com o espaço. Uma pluralidade de elementos que atribuem significados à nossa experiência e apreensão do espaço, não só o “capital” argumenta Massey: *“a compressão de tempo-espaço precisa de diferenciação social. Não se trata somente de uma questão moral ou política envolvendo desigualdade, embora isso fosse motivo suficiente para mencioná-la: trata-se também de uma questão conceitual”* (MASSEY, 2000 [1991], p.179).

Façamos, então, o seguinte exercício baseado em um exemplo da autora: Imagine, por um instante, que você controla um satélite militar norte-americano, desses que não são mais “ficção científica”, mas sim realidade! Você está bem distante e para além de todos os outros satélites existentes, ele está equipado com todo aparato tecnológico disponível. Nele, você pode observar todo o movimento e sintonizar toda e qualquer comunicação que ocorra. Parte disso que você observa são pessoas se movimentando; outra, comércio físico; outra, transmissão de dados por meios de comunicação. Há e-mails, troca de mensagens por *whatsapp*, redes sociais, redes de filmes em plataformas *streaming*, “Lives”, fluxos e transações financeiras. Nada passa despercebida por seu satélite ou satélites, posto que diferentes nações os possuem e/ou dividem, enfim. Mais distantes estão os satélites, depois os aviões... uma longa viagem entre Belo Horizonte e Seul, e um “salto” entre Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES). Tente aproximar um pouco mais os sensores de seu satélite, e encontrará navios e trens transportando mercadorias, minério de ferro saindo do Complexo Germano em Bento Rodrigues (MG), seguindo para o Porto de Vitória (ES), sendo exportado para a China, por que não? Aproxime mais ainda o olhar e verá um fluxo incessante de caminhões, carros e ônibus. Um pouco mais próximo e verá, na periferia de Governador Valadares (MG), uma

mulher que caminha descalça. Ela sem outra escolha gasta algumas horas do seu dia para buscar água potável em uma bica, pois, não pode comprar/pagar por água mineral nos mercados da cidade ou mesmo pagar para ter água canalizada ou furar um poço tubular. Imagine ademais que não bastasse não ter dinheiro para pagar pela água, ela ainda sofreu discriminação racial e fora expulsa pelo segurança do supermercado... Essa mulher teme pela sua saúde e de sua família, tem receio de ingerir a água, que chega a torneira de sua casa contaminada pelo rompimento de Fundão, no Rio Doce. Desloque minimamente sua visada agora, ainda em Valadares, e verá uma família de classe média alta, comprando alguns litros de água mineral no supermercado. Eles também temem por sua saúde e não se arriscam a consumir a água do Rio Doce, que chega as suas torneiras. Contudo, eles detêm a opção de estacionar seu carro no supermercado, não gastam mais do que 10 minutos de deslocamento. A família não sofre discriminação por ter a cor da pele branca e poder abastecer sua dispensa com água mineral quando e o quanto desejarem.

Para Doreen Massey há, portanto, uma *geometria do poder* da compressão de tempo-espaço, que envolve as diferenciações/iniquidades pelas quais distintos grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se nas múltiplas formas de relação desses fluxos e interconexões: a questão aqui diz respeito sim ao poder em relação aos fluxos e ao movimento:

Num certo sentido, no final de todo o espectro, encontram-se aqueles que estão fazendo o movimento e a comunicação e estão, de alguma forma, numa posição de controle em relação à mobilidade – os *jet-setters*<sup>47</sup>, aqueles que mandam e recebem fax e e-mail, que participam de conferências internacionais, distribuem filmes, controlam as notícias e organizam os investimentos e as transações monetárias internacionais (MASSEY, 2000 [1991], p.179-180).

Assim, esses grupos de fato são/estão responsáveis pela compressão de tempo-espaço, transformando-a em vantagem, dilatando consideravelmente seu poder e influência no mundo. Outros grupos se movem no espaço, embora não sejam de forma alguma “responsáveis” pelo processo de compressão de tempo-espaço. Podemos apontar como exemplo a Diáspora Borum, do povo Krenak, cujo deslocamento compulsório se deu pela trajetória desde o vale do Rio Doce, em Minas Gerais para a Área Indígena Vanuíre, no Estado de São Paulo, imposta pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A retirada compulsória de seus territórios procedeu através de uma prática sistemática imposta pelo SPI, a vários povos indígenas. O objetivo era de implementar a colonização e a exploração econômica de seus territórios de

---

<sup>47</sup> Nos anos 1950, o colunista de fofocas do *New York Journal American*, Igor Cassini, cunhou esse termo para designar uma elite social com poder aquisitivo suficiente para viajar em seus aviões a jato particulares.

ocupação tradicional. Nesse caso, tem-se a experiência de movimentação imposta à uma pluralidade cultural bem distinta, em um contexto peculiar da América Latina, mas que também são perpassados pela lógica econômica (SILVA, 2009; MASSEY, 2000 [1991]).

Há, portanto, uma diferenciação socioespacial extremamente complexa do ponto de vista da modernização, em oposição a concepção de que esta “*anularia todas as fronteiras geográficas e raciais, religiosas, de gênero, de classe e nacionalidade*” e que “*despejaria a todos em um turbilhão de permanente desintegração e mudança*”, como argumentado por Marshall Berman (1986). Não diria que há uma anulação dessas fronteiras, mas sim, um tensionamento e aprofundamento delas, cujas críticas à racionalidade e à lógica científica moderna não são capazes de explicarem-se por si. O fenômeno do poder, enquanto um tipo de relação social, se constitui pela coexistência da dominação, exploração e conflito, acirrando as desigualdades e as formas de existência social.

Neste sentido, Aníbal Quijano (2002), sociólogo e pensador peruano, desenvolve a ideia da atualidade do poder mundial, elegendo elementos para além da perspectiva colonizadora eurocêntrica. Para o autor, o poder mundial articula-se entre a colonialidade do poder<sup>48</sup>, ou seja, a ideia de “raça” como base do padrão universal de classificação e dominação social; o modo de produção e reprodução do capital enquanto padrão de exploração social; o Estado como forma central de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; e, o eurocentrismo como modo de controle da subjetividade/intersubjetividade, *sui generis* na forma de produção do conhecimento (QUIJANO, 2002, p. 4). A colonialidade do poder carrega em seu cerne um dos componentes fundantes do poder, sob a ideia de “raça”. Junto a discriminação de gênero, talvez, a mais antiga na história, o racismo traz/seja a mais profunda e perdurável expressão de dominação. Os discursos de classificação social (racistas) originaram-se há mais de meio milênio, sendo impostos no curso da expansão do colonialismo europeu:

Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p.4).

---

<sup>48</sup> É importante apresentar a diferenciação entre colonialidade e colonialismo, que se referem a fenômenos e questões distintas. O colonialismo corresponde a dominação político-econômica de alguns povos sobre outros, há milhares de anos, e portanto, antecede a “colonialidade”. Colonialidade, por sua vez, refere-se à classificação social universalmente básica existente, pelo menos, nos últimos 500 anos. É certo que ambos os termos estão relacionados, uma vez que a colonialidade do poder não teria se concretizado historicamente sem o colonialismo imposto a partir do final do século XVI (QUIJANO, 2002, p. 4-26).

A racionalidade que percorre a concepção de modernização, seja sob os componentes ético e/ou do conhecimento científico, certamente foi exportada da Europa e nos atingiu/atinge globalmente; permeia pratica e discursivamente inúmeras instituições, e assim somada à ela, permanecem ainda engastadas às formas coloniais de dominação. Desse modo, diferenças significativas no domínio e controle de tecnologias, nos níveis de movimento e comunicação se reproduzem e reforçam nos níveis de controle e de iniciação dos processos. As práticas socioespaciais que “despejam” as pessoas dentro dessa compressão de tempo-espaço, são eminentemente complexas e extremamente variadas, e suscita imediatamente questões políticas:

Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros (MASSEY, 2000 [1991], p. 180).

Podemos perceber a compressão de tempo-espaço com mais clareza e, mais frequentemente, observando a relação entre capital e trabalho. A capacidade do capital de globalizar-se e percorrer o mundo, o fortalece ainda mais face aos trabalhadores, relativamente “imóveis” em seus territórios. Tal habilidade possibilita, por exemplo, a Vale S.A., que já fora uma empresa estatal brasileira (CVRD), tornar-se uma transnacional. Com essa forma ela pode instalar estruturas de exploração e transporte de minério em Guiné ou na Libéria, na África, ou em Bento Rodrigues, para dali extrair o minério de ferro e exportá-lo à preços módicos para as potências mundiais que o demandam. Ademais, leva não só o lucro, mas deixa para trás crateras e toda uma série de misérias e violências socioambientais. Essa performance fortalece sua posição frente as fragilidades de economias locais em todo o mundo, e essas economias competem e se curvam pela “benevolência” de chegada de algum investimento a seu país (MASSEY, 2000 [1991]).

A partir da perspectiva de Doreen Massey sobre a geometria do poder, podemos pensar uma aproximação, talvez, com a proposição do que Foucault discute nos termos da *microfísica do poder*: que significa tanto um deslocamento do espaço da análise, quanto ao nível onde essa se efetua. Esse método analítico deduz o poder partindo do Estado, e verifica seu espraiamento, penetrando e se reproduzindo em seus elementos mais infinitesimais da/na/para sociedade, de modo descendente. Essa perspectiva do autor parte, então, de dois aspectos intimamente ligados, ao passo em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos delineamentos tem correlação

com a investigação dos procedimentos técnicos do poder, realizando controle detalhado e minucioso do próprio corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.

Um exemplo pertinente a esse estudo, a respeito dessa minúcia corporal e o poder simbólico que porta, foi eminentemente notado na performance do presidente da Vale: a atitude de Fábio Schvartsman durante a audiência pública na Câmara dos Deputados em 14 de fevereiro de 2019. No acontecimento, fora dedicado 1 minuto de silêncio em homenagem às mais de 250 pessoas mortas pelos rompimentos das barragens B-I, e soterramento das barragens B-IV e B-VI da Mina Córrego do Feijão, de responsabilidade da Vale, ocorrido em Brumadinho<sup>49</sup>. O Então presidente da Vale, fora o único a não se levantar dentre os participantes da audiência. Ele manteve-se na mesma posição, sentado de cabeça baixa e mãos cruzadas sobre a mesa no momento de homenagem simbólica de reconhecimento do sofrimento que o luto e a preda das vidas das vítimas ocasionou. Essa frieza é no mínimo emblemática: justamente o presidente da empresa ré, enquanto responsável pela morte de centenas de pessoas, incluso seus próprios funcionários, não prestasse essa singela homenagem? No entanto, mais que emblemático, é estratégico. Esse simples gesto corporal de respeito repercutiu diretamente na imagem nacional e internacional da empresa. Com tal atitude ele buscou mostrar isenção em responsabilizar-se pelo crime, principalmente, para seus acionistas. Logo, nos pronunciamentos públicos foi aberto espaço para que os responsáveis pelo crime se amparassem em categorias eufêmicas como “acidente” e/ou “tragédia” calculando de antemão as repercussões advindas do uso de um ou outro termo.

Ao alinhar-me à perspectiva de Foucault, busco identificar, sobretudo, como a mecânica de poder permeia toda a sociedade:

[...] assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando o corpo em técnicas de dominação. Poder que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder (MACHADO (org.), 2009, p. XII, *in* Foucault, [1979]).

No que concerne ao campo da Análise do Discurso, é importante termos por norte, como nos lembra Adão (2006), que reler Foucault não significa “aplicá-lo” através de um modelo ou procedimentos metodológicos consecutivos, porém exercitar sua perspectiva no interior do próprio discurso e de sua análise. Os conceitos que o apoiam na análise ancoram-se numa concepção da *história do saber* que não é linear, diacrônica e causal. Eles acionam

<sup>49</sup> Ver exemplo na notícia: <https://www.otempo.com.br/cidades/camara-faz-minuto-de-silencio-por-mortos-presidente-da-vale-nao-se-levanta-1.2136931> (Acesso em 18 de fevereiro de 2019).

um recorte de enunciados finitos, portanto, não uma história da “humanidade” como um todo. É desse modo que o desenrolar do estudo não apresenta um pensamento linear, tampouco, com investimentos analíticos setorizados, mas, antes de tudo, no corpo do próprio texto enquanto processo analítico.

Ao trazer neste capítulo o destaque para a questão do processo de modernização e a questão colonial, como eixos basilares para a conformação dos discursos que estruturam a gestão do crime-desastre, busco evidenciar como um acontecimento que se inicia circunscrito ao continente europeu, posteriormente exportado, não somente proporciona uma série de discursos, de práticas, de comportamentos, mas se estende até nós:

Todos esses acontecimentos, parece-me que os repetimos. Nós os repetimos em nossa atualidade e eu tento compreender qual é o acontecimento que presidiu nosso nascimento e qual é o acontecimento que continua, ainda a nos atravessar (FOUCAULT, 1994 [1978], p. 233).

O foco não se reporta ao discurso em si, mas sim, ao conjunto dos enunciados, isto é, a descrição das suas condições de existência, de seu sistema de formação. Foucault compreende o discurso como um conjunto de enunciados correspondente a um mesmo sistema de formação, o que ele irá chamar de “formação discursiva”. Em sua aula de 5 de janeiro de 1983, ele argumenta quanto as condições de escrita e publicação do texto de Kant: *O que é o esclarecimento?* [“*Was ist Aufklärung?*”]<sup>50</sup>, escrito em setembro de 1784 e publicado na revista *Berlim Mensalmente* [“*Berlinische Monatsschrift*”] de dezembro de 1784. Primeiro, Foucault considera suas condições de escrita e datas de publicação. Não haveria absolutamente nada de extraordinário no fato de Kant publicar um texto como esse numa revista, uma vez que grande parte da sua atividade teórica consistiu em publicar artigos, resenhas, intervenções, em revistas (FOUCAULT, 2010 [1982-1983], p.9). O destaque que Foucault traz para o contexto das publicações de Kant em revistas, se dá pela seguinte razão:

É que, como vocês vão ver, esse texto sobre a *Aufklärung* aplica, como um dos seus conceitos centrais, a noção de público, de *Publikum*. E por essa noção de *Publikum* entende: primeiro, a relação concreta, institucional, ou em todo caso instituída, entre o escritor (o escritor qualificado, traduz-se em francês: *savant*; *Gelehrter*: homem culto) e o leitor (o leitor considerado como indivíduo qualquer). E é a função dessa relação entre leitor e escritor, é a análise dessa relação - as condições em que essa relação pode e deve ser instituída e desenvolvida - que vai constituir o eixo essencial da sua análise da *Aufklärung*. Em certo sentido, a *Aufklärung* - sua noção, a maneira como ele a analisa - nada mais é que a explicação dessa relação entre o *Gelehrter* (o

---

<sup>50</sup> Questões de método. - Estudo do texto de Kant: O que é o esclarecimento? - Condições de publicação: as revistas. - O encontro da *Aufklärung* cristã com a Hascalá judaica: a liberdade de consciência. - Filosofia e atualidade. - A questão da Revolução. - As duas posteridades críticas (FOUCAULT, 2010 [1982-1983]).

homem culto, o *savant* que escreve) e o leitor que lê (FOUCAULT, 2010 [1982-1983], p.9).

Com efeito, essa relação entre escritor (qualificado) e leitor (indivíduo qualquer), no século XVIII, não se dava pela universidade, tampouco, pelo livro, mas muito mais evidente através dessas formas de expressão, ao mesmo tempo, de comunidades intelectuais, constituídas pelas revistas e sociedades acadêmicas que as publicavam. Foram, portanto, essas sociedades acadêmicas e revistas que concretamente organizaram a relação entre a competência e a leitura na forma livre e universal da circulação do discurso escrito. E são, portanto, essas revistas, essas sociedades e academias que configuram o âmbito – “*que foi historicamente, no século XVIII, tão importante, e a que Kant dá tanta importância dentro do seu próprio texto - que [corresponde a] essa noção de público*” (FOUCAULT, 2010 [1982-1983], p.9).

Vemos então que a respeito desse espectro por detrás da construção do Iluminismo, através desse interesse inicial de Foucault em reforçar que o texto de Kant havia sido divulgado no gênero de publicação em revista, é que Kant coloca, no próprio cerne da sua análise, o sentido de esclarecimento [*Aufklärung*] na explicação dessa relação entre o “homem culto, o *savant* que escreve” e o leitor que lê (FOUCAULT, 2010 [1982-1983]). Essa discussão de Foucault em relação a Kant pode nos ser importante por pelo menos dois motivos. O primeiro, para compreendermos a dimensão do acontecimento, no sentido das condições que possibilitam a existência, seleção e distribuição “desse” discurso e não “daquele”, no momento em que irrompe, nos dando indícios de como os discursos se legitimam e passam a operar e produzir efeitos de objetividades/verdades na realidade concreta.

Em certa medida, Foucault quebra e desconstrói a noção de totalidade quando descreve essas condições, denotando de que maneira circulavam esses discursos naquela sociedade, naquele momento. Certamente os europeus não experimentavam universalmente essas noções “modernas” e iluministas como um todo, mas sim em espaços segmentados e específicos é que esses discursos circulavam, da mesma forma como podemos observar a circulação de discursos acadêmicos, técnicos, jurídicos dentre outros, em espaços específicos. O segundo, por trazer a perspectiva das discontinuidades no interior do próprio discurso do que se entende pela ideia de Iluminismo e do processo de modernização, no sentido de uma “libertação” da religião para apoiar-se na razão, no esclarecimento, na ciência: razão essa que passa a compor o próprio *ethos* do que se entende por modernização.

Como discute Revel (2002), a abordagem de Foucault é complexa, pois de imediato ele alude à questão kantiana dos discursos correlatos ao Iluminismo, utilizando como mote as formas de dispersão desse discurso para colocar o problema filosófico: o que interessa a ele é, antes de tudo compreender o desenvolvimento dessa questão na França, Alemanha e nos países anglo-saxões. Somente em um segundo momento, Foucault fará referência à noção de atualidade, enquanto uma definição da “ontologia crítica do presente”, com a qual ele desenvolverá seu próprio programa de pesquisa. Em que pese o prolongamento da discussão até aqui, podemos compreender, resumidamente, que as contribuições de Foucault se desenvolvem três níveis de análise:

1. O primeiro busca reconstruir de maneira arqueológica, o momento quando o Ocidente demarca ao mesmo tempo, sua razão autônoma e soberana, em relações que a precede (a reforma luterana, a revolução copernicana, a matemática galileniana da natureza, o pensamento cartesiano, a física newtoniana etc.), representando o momento cabal de realização. Contudo, sua descrição arqueológica inclina-se genealogicamente para um presente do qual fazemos parte, mas que experimentamos de diferentes formas.
2. O segundo nível de análise dedica-se a compreender o desenvolvimento posterior do *Aufklärung* nos diferentes países, bem como a forma pela qual foi investido em campos diversos: na Alemanha (dos hegelianos à Escola de Frankfurt e a Lukács, Feuerbach, Marx, Nietzsche e Weber); na França, através da história das ciências e da diferenciação entre saber/crença, conhecimento/religião, científico/pré-científico (Comte e o positivismo, Duhem, Poincaré, Koyré, Bachelard, Canguilhem).
3. No terceiro nível, ele coloca a questão do nosso próprio presente, de modo que Kant busca, não compreender o presente através de uma totalidade ou realização futura, ele busca a diferença entre o “hoje e o ontem”. É essa diferença que irá caracterizar não somente essa “atitude da modernidade”, mas o *ethos* que seria próprio (FOUCAULT, 2010 [1982-1983]; REVEL, 2002).

A despeito dos engodos que perpassam a discussão sobre o processo de modernização no âmbito acadêmico, encontra-se, em parte, às críticas atribuídas de forma um tanto quanto levianas, à essa concepção evolucionária da modernidade ao materialismo histórico, como se o mesmo utilizasse de pressupostos equivalentes às concepções do positivismo lógico. Mesmo que Marx ainda tenha estruturado seus pensamentos nas antinomias, é insuficiente dizer que ele o baseie em uma tendência evolutiva *sine qua non* da História. Assim, coloco minha

perspectiva de que existem “marxismos” e “marxismos”, por não se tratar de uma unidade discursiva comum a todos que interpretam a história do ponto de vista material e dialético, como vimos no debate de Menegat (2006). Portanto, como bem coloca o próprio Michel Foucault (1993):

É impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx. Em última análise poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser marxista e ser historiador (FOUCAULT, 1993, p. 142-143).

Em termos de alguns equívocos afeitos à ideia de “totalidade”, cabe salientar, por exemplo, a argumentação de Antônio Carlos Robert Moraes (2014), na qual ele entende a totalidade como um enfoque e um instrumento de pesquisa, e não um objeto empírico:

O equívoco dos autores que adotam a postura contrária parece residir num mau entendimento da categoria totalidade, que é enfocada não como um recurso interpretativo, mas numa visão empirista, como um objeto do mundo sensível. Ou melhor, como um super objeto, que recobriria toda a realidade social, a qual poderia ser abordada de forma integral e passível de explicada por tal síntese analítica, dispensando qualquer detalhamento no estudo da sociedade. O caráter pueril dessa visão, em termos gnosiológicos, é bastante evidente, com seu afã enciclopédico contrapondo-se a todo desenvolvimento teórico dos numerosos campos disciplinares das ciências humanas na atualidade (MORAES, 2014, p. 19-20).

Em que pese essa discussão para o estudo, é partir dessas reflexões que podemos despertar o olhar para alguns indícios de como os discursos se legitimam amparados pelas mais diversas instituições, pelo Estado e seus órgãos, pelas sociedades acadêmicas etc., isto é: a dispersão e complexidade em que as relações de poder são capazes de produzir práticas e discursos com repercussões tão avassaladoras, como os que temos observado no crime da Samarco/Vale/BHP. Na perspectiva dos grupos vulnerabilizados, os discursos contra hegemônicos, que também permeiam do crime-desastre, denotam a assimetria e descontinuidade das relações de poder, bem como seu silenciamento na falta de espaços e instrumentos de dispersão de seus discursos. Como exemplo, excelentes reflexões nos são ofertadas pelas próprias pessoas atingidas, como no relato dessa atingida de Paracatu de Baixo:

O abate continua do mesmo jeito. O que mostra na mídia, os papéis informativos, as palestras, aquilo tudo é mídia, papel. Então entendemos que como estamos numa parte menor **nós não temos papéis, nós não temos televisão, nós não temos mídia [...] E foi um massacre em cima da gente, querendo que decidíssemos, querendo que fizéssemos, querendo impor condições, querendo impor...impor formas. E**

a gente ali simplesmente queríamos viver de volta pra casa. De volta pra casa mesmo, real. No caso de Paracatu de Baixo, queríamos voltar pra nossa terra. Que nós não pedimos pra sair não (atingida de Paracatu de Baixo, Seminário III UFMG Debate, em junho de 2018, grifo meu).

Ora, em uma sociedade como a nossa, ou talvez, em qualquer sociedade existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social. Essas relações de poder não poderiam se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso:

Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 179-180).

No presente estudo tentamos nos aproximar mais da perspectiva de Foucault, por entendermos que nos leva a diferentes caminhos de interpretação, reconhecendo a potencialidade da discussão pontuada pela Escola de Frankfurt, da qual Marildo Menegat se aproxima no sentido do paradoxo de assistirmos o projeto iluminista desembocar na produção de uma razão bárbara, na qual buscamos trazer para o contexto da bacia do Doce enquanto o *ethos* da (des)organização social e do espaço. Não se trata aqui de negar ou superar a ideia de *modernização*, porém reconhece-la como um projeto, cujas práticas e organização social, emergiram no século XVII. A partir de então, tornou sua influência mais ou menos mundial, de modo que a razão científica e de Estado em suas ações e práticas não desintegram a realidade. Incorporam e alastram-se assimetricamente pelo globo, adaptando-se a diferentes realidades, em múltiplas escalas, somadas/ocultadas ainda pelas profundas cicatrizes da colonialidade do poder. Daí a importância de focarmos nas perspectivas de poder trazidas por Doreen Massey e Michel Foucault. De fato, não há uma unidade que nos permita perceber a superação de um período industrial para um da informação, quando ainda verificamos a coexistência da modernização afeita a colonialidade. Ambas coexistem e não seguem uma tendência linearmente evolutiva; talvez mais uma diversidade de formas de organização social que façam alusão à um palimpsesto repleto de choques, sobreposições, divergências, somas e conflitos, inclusive no interior do próprio discurso científico.

O presente estudo toma caminhos metodológicos interdisciplinares, cuja fundamentação teórica parte de muitas investigações através de diálogos entre campos e autores, a começar de alguns conceitos do materialismo histórico, da Ecologia Política ou das

perspectivas de Michel Foucault. Revela-se um leque de influências múltiplas não redutíveis a uma classificação única e genérica. A grande diversidade de fontes de filiação não elimina a presença de uma orientação guia que passa pela Análise do Discurso. É justamente por essa adesão que reforço aqui a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na composição do texto. A coerência da postura metodológica praticada assenta-se, sobremaneira, na possibilidade de compatibilização epistemológica de seus componentes (MORAES, 2014).

Desse debate aflora uma hipótese das discussões de Foucault e o paradoxo altercado por Menegat de uma “razão bárbara”: Em que medida, esse paradoxo trazido por Menegat, não seria o escancarar dos discursos e práticas que foram secularmente apaziguados pelas narrativas de progresso, razão e esclarecimento? E como podemos trazer essa noção para a perspectiva de Biopolítica e Governamentalidade de Foucault? Essas imbricações no decorrer do estudo não objetivarão contrapor e reafirmar qual dos diferentes métodos e perspectivas seriam mais “eficazes” ou assertivos, mas sim traçar um panorama bastante geral, como cada um possui suas peculiaridades, limites e possibilidades no interior do próprio discurso científico.

### *Crise, civilização e barbárie*

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1986, p. 195).

Muita gente tá enriquecendo. E tão deixando a gente pra lá. Gente simples, isso é comum, “problema é deles, eles suportam, eles aguentam”. Aguenta não - tem muita gente morrendo de tristeza [...] **Então eu posso falar na íntegra que acabaram com a minha vida!** Porque eu optei por abandonar tudo e caminhar com a comunidade. Porque se não eles iam fazer um massacre (atingida de Paracatu de Baixo, Seminário III UFMG Debate, em junho de 2018).

Nesta seção iremos refletir brevemente, como a crise é constituída como objeto de conhecimento e mobilizada em construções narrativas para marcar um “momento da verdade”; e/ou como um meio de pensar a história e a geografia. Se para alguns, “crise” caracteriza-se como um evento, um acontecimento passageiro ou cíclico, para grande parte daqueles que já vivem à margem desse mundo, crise pode ser o próprio contexto de vida, o cotidiano, a lida, a existência/insistência. No mal agouro de pandemias, catástrofes “naturais”,

guerras, presságios fúnebres, na epifania de Messias e salvadores do mundo, o discurso da *crise mundial* parece adquirir uma onisciente e onipresente narrativa apocalíptica da/na história. Um obscurantismo reina: de terraplanistas a linchamentos e execuções públicas, “cinicamente” superados em “pleno” século XXI, a exemplo do enforcamento de Saddam Hussein em 2006, na “guerra contra o terrorismo” promovida pelo terror da “democracia” estadunidense e transmitido pelos canais de comunicação em todo o mundo, em um exemplo mais evidente; ou as ações ostensivas do Estado brasileiro adentrando os territórios das favelas em suas capitais, executando crianças e adolescentes na “guerra contra o tráfico” quando muitas balas são/estão “perdidas”. Essa redenção cósmica e metafísica de juízo final, acompanhada dos efeitos nada sustentáveis dos processos de acumulação do capital, são recorrentemente apresentados como problemas morais atribuídos à própria sorte da individualidade de cidadãos “pouco civilizados”. É aí que estão elencadas formações discursivas das velhas novidades, por uma ideia abjeta e punitiva de justiça, na qual o Estado de Exceção acaba por permitir medidas tão emergências quanto possam ser as violências e os atropelos (CRIA, 2009).

Há aí uma argumentação universalizante da política e da economia afeita a crise, que se dissolve nos argumentos da moralidade espiritual, sobretudo, da moralidade cristã<sup>51</sup>. A crise parece cumprir o papel legitimador de certas políticas (existentes e fomentadas), assim como um papel reiterador das suas necessidades. A crise é, portanto, a vida normal no sentido em que, antes e depois de sua declaração, são criadas fricções próprias e em que, uma vez mais, as margens iluminam o centro (CRIA, 2009; VIGH, 2008). É evidente, então, que a materialidade de crises, concebidas e produzidas discursivamente interceda em práticas de controle não só discursivamente, mas de disciplinamento dos espaços e dos corpos. Em um evento crítico e na crise enunciada, um campo de disputas é materializado pela égide do discurso.

As experiências da Primeira Guerra Mundial expostas por Walter Benjamin na epígrafe dessa seção, revelam como um acontecimento crítico como a guerra, por exemplo, deflagra a forma dos arranjos e organizações sociais hegemônicas que atravessam a sociedade. E o fazem na imposição de novas formas de ver o mundo (dos ditos vencedores),

---

<sup>51</sup> O Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA, 2009) aponta a problemática dessa moralidade universalizante nos debates sobre a crise, aonde autoridades religiosas intervêm em primeiro plano, como o Papa Bento XVI, por exemplo, afirmou: “*aqueles que constroem sobre as coisas visíveis que se podem tocar como o sucesso, a carreira ou o dinheiro, constroem sobre a areia, [...] vemos agora com o desmoronamento dos grandes bancos que este dinheiro desaparece, que não é nada, trata-se de realidades de segunda ordem e que apenas a Palavra (de Deus) é sólida, e a verdadeira realidade sobre a qual é necessário fundar a nossa própria vida*”(CRIA, 2009, p.3). Já o líder Dalai Lama também declarou: “*peço se tornaram egoístas e materialistas, e isso tem levado ao abrandamento da economia*” (CRIA, 2009, p.4).

ou na instrumentalização tecnológica. Elas corroboram para transformações no nível mais íntimo do tecido social: a própria dimensão do corpo, do indivíduo lançado à sua própria sorte, sendo sujeitado às mais depreciativas experiências de violência. Condição essa de constrição de espaços e corpos. Mas o que significa ser atravessado pelos processos da modernização e viver a crise como conjuntura e/ou imposição/opressão?

Nos termos do próprio modo de produção e reprodução do capital, como argumentam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, cada crise pode destruir não só uma grande diversidade de produtos fabricados. Ela se lança em grande parte sobre as próprias forças produtivas, incluindo a força de trabalho humano, ou seja, destrói a própria vida para se reproduzir. Desaba sobre os ombros da sociedade uma epidemia da superprodução, subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea. E Marx assinala com ironia, por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso (MARX e ENGELS, 2006 [1890]). Esse “excesso de civilização”, pode ser entendido como o desenvolvimento das forças produtivas, constantemente revolucionadas, inerente ao processo de valorização e acumulação do capital. De tempos em tempos, é necessário que se destrua parte dessas forças produtivas, levando a sociedade a momentâneas regressões:

Essa face bárbara do capitalismo não é mais que um elemento necessário para a sua continuidade e, diferentemente dos períodos anteriores, é a primeira vez que a destruição das forças produtivas faz parte do próprio modo de produção – o que demonstra por si só a irracionalidade dessa estrutura social. A valorização do capital, como forma abstrata da sociabilidade, torna-se cada vez mais, pela necessidade da sua realização, uma forma irracional de associação (MENEGAT, 2006, p.28).

Um segundo nível de formulação desse conceito de barbárie em Marx, refere-se à caracterização oposta de todas as civilizações até hoje existentes, demarcando um longo processo que perpassou diferentes modos de produção, a qual ele denomina de “pré-história da sociedade humana” (MENEGAT, 2006, p. 28). Para Menegat (2006), essa questão era evidente no mundo antigo na existência de escravidão e nas guerras de permanentes conquistas, ambas seriam manifestações dos limites das forças produtivas. E no mundo moderno, essa questão surgiria nas passagens de acumulação primitiva de capital:

Em que a dialética entre avanços civilizatórios e barbárie fica exposta como um dos alicerces da nascente sociedade e continuará se manifestando ao longo da sua história, algumas vezes mais intensamente, em outras menos, mas sempre como parte de sua lógica estruturante (MENEGAT, 2006, p. 28).

Concordando com a exposição a cima, vemos o movimento dialético da barbárie e dos avanços civilizatórios, alternando em intensidade, mas ao mesmo tempo parte dessa lógica estruturante, como bem coloca Menegat (2006). Contudo, problematizando um pouco: nesses momentos, digamos, de oscilação onde há “menor manifestação” da barbárie, não há uma permanência dessas formas “primitivas” de socialização? Essa dimensão estruturante, é marcada por permanências e descontinuidades. Ora, em que momento das histórias, no processo civilizatório até a atualidade, não coexistem a escravidão ou formas tão degradantes quanto denominadas “análogas”, no interior da modernização e do modo de acumulação e valorização do capital? Como pontua Foucault (1978), comparando com a *História da Loucura*: para o “Poder” conhecer outras culturas não ocidentais, ditas pejorativamente como “primitivas” ou “bárbaras”, como as culturas americanas, africanas, chinesas etc. Foi preciso, sem dúvida não só as excluir ou apenas olhar para elas de cima, mas explorá-las, conquistá-las e pela violência, silenciá-las. É nessa dimensão que Foucault coloca que a universalidade de nosso saber foi adquirida à custa de exclusões, interdições, negações, rejeições, ao preço de uma espécie de crueldade em relação a realidade. Com efeito, não se trata de uma “pré-história”, mas sim histórias diversas, múltiplas, plurais de inúmeros povos e etnias espalhadas pelo planeta, em suas mais distintas perspectivas. Falar em “pré-história”, é tomar como referencial uma “única história europeia”.

Menegat (2006) sublinha que o conceito de barbárie apenas pela destruição das forças produtivas é insuficiente para explicar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Após a II Guerra Mundial há uma distribuição mais diluída das crises de modo menos visível e intermitente. Essa espalhou-se pelo cotidiano em inúmeras formas de violência, e não apenas sobre as forças produtivas, trazendo o destaque para a destruição ambiental, como o próprio meio de apropriação territorial para sua reprodução. As crises passam a ter outras formas de se manifestar e ameaçar, observáveis, por exemplo, na degradação e exclusão de milhões de pessoas como força de trabalho (força produtiva em vias de superação pela robótica e inteligência artificial), sobre as quais recai o peso de um crescente sistema punitivo, voltado ao ordenamento e disciplinamento (MENEGAT, 2006, p.29).

Podemos colocar a seguinte questão: se a crise designa algo mais do que uma conjuntura histórica, qual é a interdiscursividade desse termo? Como a crise, outrora significante de um momento crítico e decisivo, passou a ser interpretada como uma condição histórica e uma experiência prolongada? A própria ideia de crise como condição sugere um estado de coisas em andamento. Assim, podemos falar de um estado de crise duradoura? (ROITMAN, 2016).

Para dar complementar as perspectivas dessa discussão, creio ser pertinente partirmos de algumas perspectivas da antropologia, trazendo a ideia de crise-processo e crise-evento (VIGH, 2009). Nas últimas três décadas, a compreensão de tempo-espaço do ponto de vista do que se chama “globalização”, pode ser analisada por dois modos de aproximação da antropologia: “*um tendencialmente celebratório e um tendencialmente crítico*” (CRIA, 2009, p.4). De um lado são vistos como “fontes de igualdade” entre grupos, fenômenos como a hibridização, a agência local ou global; por outro, é dado foco aos etnocídios, às culturas cercadas ou sitiadas, às desigualdades sociais. Algumas questões passam a ser relativamente negligenciadas neste campo, como territórios que estão “fora” da transnacionalidade: “*interiores degradados das cidades, os bairros de lata, ou até questões como o direito à ‘assimilação’*” (CRIA, 2009, p.4).

Há aí um problema que não se restringe somente à antropologia, mas as capacidades dos campos científicos em considerar práticas e sentidos das vidas das pessoas na vida social, os quais são marcados por processos de intersubjetividade. A forma como se manifesta um discurso hegemônico do transnacionalismo, incide segmentando a complexa tessitura das relações sociais, de modo que a globalização passa a produzir em seu processo “sujeitos ilegais”. Esses vivem no limbo da “cidadania”, como nos casos dos imigrantes haitianos e peruanos no Brasil, por exemplo. A produção discursiva política e midiática como nos é apresentada cotidianamente nos diversos meios de comunicação, não reflete precisamente “mais uma crise” inerente ao modo de produção capitalista, própria das formas cíclicas ou contra cíclicas, como a modernização é percebida e vivida, pois:

Trata-se de uma crise que dá conta dos processos mais específicos de financeirização do capital, de crescente virtualidade, de afastamento do Estado da gestão da coisa pública, das representações coletivas, e da interconectividade acrescida dos processos econômicos, políticos e culturais (CRIA, 2009, p. 4).

Evocar a crise implica referenciar uma norma, ao requerer um estado comparativo de julgamento: crise comparada ao que? Essa questão implica o significado da crise como um problema axiológico ou o questionamento dos fundamentos epistemológicos ou éticos de certos domínios da vida e do pensamento. Janet Roitman (2016), refere-se à história conceitual de Reinhart Koselleck afeita ao termo crise, que proporciona uma ilustração da temporalização da história, ou o surgimento da “história” como categoria temporal e o deslocamento concomitante da crise de um termo que serve de profecia, para um que serve de prognóstico (ROITMAN, 2016, p.2). Ela argumenta que Koselleck sustenta que, ao apagar

das luzes do século XVIII, a crise surge como base da alegação de que se poderia demarcar a história por meio de um diagnóstico do tempo. Tal demarcação envolve uma consciência histórica específica, que coloca a história como uma temporalidade sobre a qual se pode agir. Para essa consciência histórica, a crise é um critério para o que conta como história; crise significa mudança, de modo que crise “é” história; e crise designa "história" como tal (ROITMAN, 2016, p.3). Desse modo, a crise passa a ter um status não só empírico, mas de um conceito histórico-filosófico; é o próprio meio pelo qual a história é localizada, reconhecida, compreendida e até postulada. A crise é julgar o tempo em termos de intervalos análogos, e julgar a história em termos de seu significado. Assim, serviria igualmente às expectativas de justiça imanente ao mundo, ou a fé de que a história é a forma final de julgamento (ROITMAN, 2016, p.3).

Qual seria, então, o ônus da prova para esse julgamento? Para Roitman (2016) a crise faz evocar uma demanda moral através da diferenciação entre o passado e o futuro, o prognóstico e a própria apreensão da história seriam definidos pela ocupação negativa de um mundo imanente: “o que deu errado?” A crise encontra-se na base da teoria social e crítica, na medida em que significa a dissonância entre moralidade e progresso, conhecimento e interesses, bem como os limites da inteligibilidade: crítica e crise são termos cognatos (ROITMAN, 2016, p.3). Assim, a crise serve à prática de desvelar latências; é uma distinção que transcende oposições e dicotomias. Não há “crise” e “não crise” que podem ser observadas empiricamente; antes, crise é uma observação lógica que gera significado em um sistema auto-referencial ou em um não *locus* a partir do qual significa contingência e paradoxo (ROITMAN, 2016, p.3).

Creio que uma grande contribuição que Janet Roitman (2016) traz para o contexto da bacia do Rio Doce é desconfiar da ideia de crise, ao indagar o que está em jogo, com a crise em si. O termo é vinculado à situação, não só de significar a história humana, mas servindo, muitas vezes, como espaço transcendental em soluções ostensivas para esse problema, ou abrandados por estratégias de negociações e acordos. Seria um ponto cego primário que possibilita a produção de conhecimentos. Ao tornar visível esse ponto cego, significa questionar sobre como produzimos significados para nós mesmos e mais, como produzimos materialmente o discurso em prática. Com relevo significa questionar como se dá a construção do significado histórico em termos de moralidade ou falha ética.

Trata-se de uma perspectiva da construção material e simbólica, cujo discurso de “crise” fomenta a confirmação das crises enunciadas e anunciadas, cumprindo um modo legitimador de certas políticas e confirmador da necessidade das mesmas. Penso que o crime

da Samarco/Vale/BHP nos oferta fortes indícios das possibilidades de crises, no plural, seja como um acontecimento, seja como uma conjuntura para atores distintos. O dia fatídico do rompimento em si pode ser percebido como uma “crise-evento”, que traz a ruptura de um contexto “normal, e assim é apropriado pelos discursos midiáticos e jurídicos. Os arranjos da divisão internacional do trabalho e o avanço do neoextrativismo nos países ditos periféricos e em desenvolvimento acirram graves conflitos. Esses advindos da forma como a natureza é apropriada e reduzida a uma visão econômica enquanto recurso, num mero fluxo de matéria e energia. Assim, podemos trazer para o centro do processo de degradação socioambiental, a permanência e aprofundamento das violências cotidianas vividas pelos atingidos pelo rompimento, não só a partir do dia do rompimento. Essa prerrogativa advém na/da própria territorialidade deles colocada em xeque por articulações geopolíticas que possibilitam(ram) a instalação desses megaempreendimentos. A crise como processo demarca viver o seu cotidiano em crise. No primeiro, “crise” passa a ser reduzida a um conjunto de indicadores socioeconômicos. No segundo é a própria produção de conjunturas de vidas que tornam suas existências, crises em processos.

Como coloca Nixon (2011), há um desafio para a apreensão das formas de violência, as mais evidentes e outras extremamente diluídas no correr dos dias. No âmbito do crime-desastre na bacia do Rio Doce, poderíamos pensar as violências, primeiro no que se traduz em uma violência lenta, que se exerce no cotidiano e antecede o próprio evento crítico, no caso: o rompimento da barragem, mas que somada a ele, cria novas operacionalidades dessas violências. A violência cotidiana pulverizada age sobre os corpos, suas rotinas de ser atingidos, e ter de lidar com burocracias, linguagens técnicas, das articulações políticas que lhes fogem, os apartam, como a espoliação de seu território, cada dia extremamente degradante. Já a violência estrutural concerne às próprias formas de organização social, institucional inerentes ao modo de produção capitalista e a modernização. Mas qual a diferença entre essas formas de violência? Ambas possuem níveis de invisibilidade, uma se liga mais às estruturas sociais, como agenciamento (causa e efeito); a violência lenta pode incluir a violência estrutural, porém se perpetua lenta e processualmente ao longo do tempo.

A crise é experimentada heterogeneamente. Quando um evento traumático fragmenta a coerência ou unidade das vidas em um determinado território, que de outra forma tomamos como certo, nos deixa reconfigurar as partes antes de normalizarmos nosso ser social (CRIA, 2009; VIGH, 2008). Além disso, a gestão desse crime reinventa dispositivos de negociação, como a Fundação Renova, fruto dos instrumentos institucionais para gerir o crime-desastre, implicando em um cenário claustrofóbico para as pessoas atingidas. Essas agora têm de lidar

com decisões de cima para baixo, alterando drasticamente a forma como dispõem suas próprias vidas. Um discurso apaziguador/pacificador construído recebe saliência e se reveste na naturalização do direito econômico das empresas, em detrimento do direito das pessoas atingidas. Opera-se, portanto, ainda, uma permanência dos discursos cartesianos, lógicos, modernos... Isso não são efeitos de um “acidente”, porém compõem partes das estruturas que corroboram para a produção dessa “crise ambiental” na bacia do rio Doce.

## **PARTE II**

### **O DESASTRE DO HOMEM E A NATUREZA DA LAMA**

A moderna sociedade burguesa, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou (MARX e ENGELS, 2006 [1890], p. 45).

## CAPÍTULO II - AS PROMESSAS DA ECONOMIA VERDE E A LUFADA DE AR DO CAPITAL

### 2.1. REFLEXÕES SOBRE NATUREZA, (IN)SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA

#### *Geografia e Natureza*

Na contemporaneidade, uma ampla bibliografia afeita a problemática ambiental evoca autores das mais variadas tendências políticas e filosóficas, a expressarem propostas e alternativas nem sempre simples de relacionar com suas posturas, digamos, ideológicas. Há uma infinidade de concepções, saberes e entendimentos sobre o que seja natureza, quando vislumbramos a diversidade e pluralidade de perspectivas étnicas e socioculturais, juntamente com a própria diversidade científica em torno do tema. No entanto, vimos um pouco sobre alguns recortes circunscritos ao pensamento ocidental moderno que, em suas práticas e manifestações de dominação territorial, também, vem se constituindo de forma nada universal. No que cabe a própria pluralidade do campo científico, sigamos partindo de um esforço em pensar as Geografias, o espaço geográfico e trazer à tela essa discussão sobre o entendimento de “natureza”.

A vista disso, coloco uma questão para nos nortear: o que é *espaço geográfico*? Poderíamos dizer que ele corresponda à superfície terrestre à qual habitamos? De certa forma sim, ainda que se nos limitarmos à essa primeira aproximação, deixaríamos de contemplar uma infinidade de relevantes sutilezas. Não raro, tem sido usual profissionais de outras áreas, que não da geografia, utilizarem uma gama de categorias do campo como, por exemplo: “geográfico”, ou mesmo “território”, como sinônimos. O primeiro geralmente é afiançado aos processos ditos “naturais” (relevo, clima, hidrografia etc.) e o segundo, como uma demarcação de área, basicamente um recorte e/ou polígono de terreno e apropriação dele. Geralmente, a confusão do uso dessas categorias, traz de forma secundária uma parca referência à “ocupação humana” (SOUZA, 2015).

Nas últimas décadas, grande parte dos geógrafos alinhados ao âmbito da chamada “Geografia Humana”, passaram por uma forma de reconhecimento do campo como uma ciência social, insatisfeitos com as interpretações tradicionais, mais diretamente conectadas às ciências naturais. Partindo das discussões do francês Henri Lefebvre (2000), muitos adotaram

como centralidade conceitual o *espaço social*, não mais espaço *geográfico*. Ao se falar em espaço social, não se trata do nível de abstração das definições de espaço dos matemáticos, dos físicos ou de diversos filósofos, como Kant, por exemplo. Trata-se da forma como esse espaço é apropriado, usado, transformado, produzido e reproduzido pela sociedade. Contudo, aqui ainda há uma primeira aproximação de espaço social, assim como ao que o espaço geográfico corresponderia à superfície terrestre. A insuficiência de ambas aproximações ocorre sobretudo, por peculiaridades do espaço social, como iremos brevemente discutir.

Para Souza (2015), autores como Durkheim e Bourdieu trazem a perspectiva de espaço social como um campo de atuação, uma teia de relações ou posições de relação a uma estrutura social, sem estabelecer necessariamente um vínculo com um espaço geográfico concreto e delimitado. Para um sociólogo de formação, estabelecer vínculos com o estudo da natureza é algo relativamente mais indireto e distante que para os geógrafos de formação. Muito embora a Geografia seja marcada como uma ciência, com suas singularidades epistemológicas próprias, há a preocupação, ou mesmo uma aflição de muitos geógrafos “humanos” em recusar a interface de sua disciplina, como algo na articulação entre ciências naturais e sociais. Não raro, a relação da Geografia com o estudo da natureza torna-se um fardo ou estorvo, ao invés de realçar isso como uma riqueza própria desse campo científico, que vem se constituindo historicamente. Poderíamos falar, então, em termos de “Geografias”? Ora, ao invés de tratá-la de forma dicotômica e dualística (como se fosse possível apartar “sociedade” e “natureza”, ou como se não se encontrassem dinâmica, processual e historicamente emaranhadas de forma complexa), não seria mais sensato reconhecer que a Geografia difere da Ciência Política, da Sociologia, mas também da Física e da Química, ao invés de simplesmente decretar que a Geografia é “social” ou “física”? (SOUZA, 2015, p.24).

Uma contraposição entre “Geografia Física” e “Geografia Humana” marcou, de alguma forma, o espírito preeminente da Geografia clássica no século XIX e primeira metade do século XX. O famoso *Tratado* a uma “Geografia Humana” de Emmanuel de Martonne e a “antropogeografia” nas perspectivas de La Blache e Ratzel, traziam para o interior desse tipo de concepção do campo de estudos, valendo-se de conhecimentos da “Geografia Física”; entretanto, como assinala Souza (2015), desde o período do *Tratado* martonniano, há um interesse limitado pelo tipo de conhecimento que se produzia. À margem, por muitas décadas, dessa produção do conhecimento, encontrava-se o geógrafo e anarquista Élisée Reclus, que fora invisibilizado por questões políticas, e diferenciava-se do que acabara se tornando hegemônico nos marcos da Geografia clássica (SOUZA, 2015, p.26).

Em termos de seu projeto intelectual, Reclus, que no início de sua juventude entendia a Geografia praticamente como sinônimo de “Geografia Física”<sup>52</sup>, aos poucos passa a rever sua perspectiva de conhecimento sobre a natureza, nos marcos do que passou a chamar de “Geografia Social” [*Géographie sociale*], de modo que sociedade e natureza encontram-se dialeticamente interligadas: “*A expressão Géographie sociale atuava em Reclus, ao fim e ao cabo, como a denominação de um conhecimento integrador do espaço geográfico com os seres humanos, sem qualquer respeito de reverências por fronteiras disciplinares* (SOUZA, 2015, p.27).

Nesse sentido, seria mais produtivo apreender o espaço geográfico, incluindo as perspectivas de “primeira natureza” e “segunda natureza”, nos termos propostos pela Geografia social reclusiana. Essa visão reclusiana aportada em uma dialética entre sociedade e natureza (ou homem e meio, em seus próprios termos) poderá ser atualizada e aprimorada, como proposto por Marcelo Lopez de Souza (2015): embora a natureza não se consubstancie inteiramente com a sociedade, e encontra-se, ao mesmo tempo, na própria sociedade – materialidade da natureza transformada pelas relações sociais; e a respeito da sociedade, mesmo que essa não se consubstancie inteiramente com a natureza, encontra-se ao mesmo tempo, na natureza – natureza cultural e historicamente produzida.

As expressões “natureza primeira” e “natureza segunda” utilizadas, também, por Marx para designar, respectivamente, uma “natureza natural”, ou seja, intocada pelo homem (o que Castoriadis chamaria, na segunda metade do século XX, de “estrato natural originário”), e a natureza apropriada e transformada pela sociedade. Justamente por ter permanecido marginalmente à produção do conhecimento, Élisée Reclus igualmente utilizou essas expressões com o mesmo sentido, sem alcançar a “merecida fama”. O que Souza (2015) anuncia é que muito provavelmente ambos tenham chegado às mesmas expressões por terem compartilhado da mesma fonte filosófica com *Naturphilosophie* de Schelling (SOUZA, 2015, p. 30). Com efeito, o espaço da “natureza primeira”, concerne à natureza completamente exterior ao homem, logo, não captada por sua consciência. Cabe a ressalva, de que mesmo no enfoque frio e distante dos laboratórios, característicos das ciências naturais, isso já demanda uma concepção e, mesmo uma valoração, da natureza. Ora, mesmo nessa apreensão da forma “laboratorial” de encarar a natureza, na qual esta não é ‘diretamente’ investigada, digamos,

---

<sup>52</sup> Como Souza (2015) destaca na obra *La Terre* [1869], Reclus delega à Geografia Física preocupar-se com as “harmonias terrestres”, de modo a concernir à História, o papel de debruçar-se sobre as relações da humanidade com o planeta. Posteriormente, no primeiro volume da *Nouvelle Géographie Universelle* [1876], mesmo que modificando seus referenciais terminológicos, ainda se embasava sob o peso de uma visão naturalizante, de modo que Reclus ainda distinguia entre uma “Geografia Física”, e uma “Geografia Histórica e Estatística” (SOUZA, 2015, p. 26).

como uma “natureza-para-a-sociedade”, expressa, também, o fato de que, para a sociedade, a relação com a natureza sempre é mediada pela cultura, história e técnica (SOUZA, 2015). De um modo um tanto pragmático, certamente existe a possibilidade de entender essa “natureza primeira” correspondendo aos processos e ambientes do “estrato natural”, como uma rede hidrográfica, compartimentações geomorfológicas etc. Temas frequentemente estudados sem uma filiação primária que considere, ao menos com aprofundamento, a sua relação com a sociedade. Tais estudos são conduzidos por métodos e técnicas próprios das ciências naturais.

E o que poderíamos aqui considerar como o espaço da “natureza segunda”? Neste espectro amplo, diríamos que abarca desde a materialidade transformada pela sociedade, como cidades, infraestruturas, barragens de rejeito, campos de cultivo etc., até os espaços simbólicos. Os espaços concebidos e projetados pelo poder representam esse entrelaçamento do prisma imaterial e material pertencentes a espacialidade social. O que está em evidência aqui não é mais, primariamente, os aspectos das forças da natureza (processos físicos, químicos e biológicos, bem como seus processos de modelamento da superfície terrestre), mas sim essa “natureza-para-a-sociedade” (SOUZA, 2015, p.31).

Podemos alargar o leque de possibilidades ao nos debruçarmos sobre o *espaço geográfico*, na medida em que este se torna, com efeito, densamente social. As dinâmicas ressaltadas serão àquelas das relações sociais, sem perder o norte das dinâmicas naturais e suas relativas implicações. Nessa toada, torna-se possível valorizar o *conceito de espaço social* sem diminuir/expungir a potência ou mesmo abrir mão do *espaço geográfico*. Dessa interface com ambos partes as diferentes categorias analíticas como *território*, *lugar* dentre outras infinitas possibilidades. Alguns pressupostos que Souza (2015) propõe para um enfoque contemporâneo, como ele classifica, ao mesmo tempo de crítico e libertário são interessantes para termos por norte:

- 1) a natureza não pode ser reduzida como algo puramente exterior ao homem; 2) a própria ideia de natureza tem de ser reconhecida como sendo histórico-culturalmente condicionada (mesmo a ideia de uma ‘natureza primeira’); 3) a ‘hominização’ da natureza não pode ser fundamentalmente reduzida à sua transformação pela sociedade por meio do trabalho, na base de uma razão prática mais ou menos ‘desculturalizada’, uma vez que é essencial levar em conta o conjunto das dimensões das relações sociais, nos marcos dos imaginários específicos que dão sentido e significado à natureza e à sua transformação material; 4) é preciso compreender que, ainda que as relações sociais sejam condicionadas, em certo grau, pela ‘natureza primeira’, esse condicionamento é, sempre, histórica e culturalmente relativo (a sujeição do homem às ‘forças da natureza’ varia historicamente e, além disso, cada cultura específica atribui um significado particular a qualquer condicionamento; 5) as fronteiras entre natureza e cultura são reais, mas suas relações e interpretações são dinâmicas, uma vez que a técnica constantemente influencia e o imaginário social constantemente redefine o que é “natural” e o que é “artificial”; 6) é necessário

questionar o ideal moderno de uma ‘dominação da natureza’, o qual trai um compromisso com o imaginário capitalista ao exteriorizar a natureza dentro de uma concepção produtivista da história, do espaço e da sociedade que, em um sentido profundo, é antiecológica e antissocial (SOUZA, 2015, p.29).

Não poderíamos deixar, também, de tocar em uma discussão fundamental sobre dois conceitos-chave que nos são muito caros na Geografia: *espaço social* e *prática espacial*. Sob inspiração de Henri Lefebvre (2006), podemos nos atentar mais ao espaço enquanto um *produto* e um *condicionador* das relações sociais. Essa concepção nada tem a ver em superestimar o espaço, tampouco, com a atribuição de uma leitura determinística do que ficara conhecido por “determinismo geográfico” ou “ambiental”, que tanto marcou a geografia clássica. Sob a compreensão de Lefebvre o espaço não é algo como um epifenômeno ou um mote secundário de análise, mas sim essencial e pleno de implicações na sociedade. O espaço social e as relações sociais não somente são interdependentes, se interpenetram de forma nada trivial. Isso se mostra ainda mais evidente nos complexos conceitos de território e lugar, o que poderíamos dizer de uma ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço (SOUZA, 2015; LEFEBVRE, 2006).

Com efeito, trazendo para um plano concreto, no que poderíamos chamar de capitalismo tardio ou (neo)capitalismo, a prática espacial engloba a produção e reprodução no espaço percebido, “*a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)*” (LEFEBVRE, 2006, p.65). Para Lefebvre (2006), a análise da prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço, aonde as práticas espaciais evidenciam como essa sociedade “*secreta*” o seu espaço, “*ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando*” (LEFEBVRE, 2006, p.65). Para ele “*a prática espacial consiste numa projeção ‘no terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado* (LEFEBVRE, 2006, p.27).

Como argumenta Souza (2015), todas as práticas espaciais são sociais, mas o contrário não é correto. As práticas espaciais são práticas sociais cuja espacialidade (organização espacial, territorialidade etc.) são componentes mais evidentes da forma de organização social, de sua forma de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Se nenhuma prática humana é completamente independente do espaço social, por outro lado é preciso admitir, também, que muitas das ações humanas mostram-se como dependentes da

dimensão espacial da sociedade, mesmo que indiretamente, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal. O conjunto de ações que orientam as práticas sociais se entrelaçam com práticas espaciais, ou mesmo, as condicionam ou lhes dão origem:

[...] Seja porque elas próprias se acham condicionadas pela espacialidade, às vezes de maneira evidente e plena de consequências. [...] Essa maior força (ou complexidade) da carga espacial diz respeito a aspectos que vão da identidade de um grupo (e do indivíduo em seu interior) à organização sócio-espacial (política, por exemplo) (SOUZA, 2015, p.241).

Certamente, a performance institucional do caso de Fundão, sejam as Instituições de Justiça (MPE, MPF, DPE etc.), a Fundação Renova e as empresas réis, concebem o espaço em seus termos, digamos físicos, ou com uma objetividade aplanadora da realidade. Para eles o uso indiscriminado da palavra “território”, nada mais significa que um recorte, uma seleção de um terreno. A própria divisão dos setores do Ministério Público que absorvem e delegam as demandas, perpassam por uma concepção de espaço geográfico apartando a realidade “socioeconômica” da realidade “socioambiental”, como se efetivamente fossem fenômenos que ocorrem em campos distintos. Há ainda certa “taxonomia” dos danos, tratando-os em espaços e interfaces díspares e segregadoras.

Nesse sentido, podemos dar relevo as dimensões do uso, enquanto parte fundante no pensamento de Lefebvre, pois ele busca encontrar as resistências, ou os “*resíduos irreduzíveis ao domínio da lógica, da razão*” (SEABRA, 1996, p. 71). E que uso seria esse? Trata-se do “*uso do espaço, do tempo do corpo, essencialmente porquê abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!*” (*idem*, 1996, p. 71). Para tal, o autor mobiliza dois conceitos: apropriação e propriedade. A crítica radical, a qual o autor implica ao conceito de apropriação, coloca a propriedade, no limite, como não-apropriação, uma caricatura ou paródia como restrição à concretude da apropriação. Ele procede a referência da apropriação a qualidades, atributos, enquanto a propriedade está referenciada a quantidades, comparações quantitativas, ao dinheiro (posto que delimitando o uso tende a restringi-lo) (*idem*). Em Lefebvre, o movimento dialético entre propriedade e apropriação é formulado como momentos ínfimos circunscritos ao âmbito do vivido, ou seja, lugar dos embates entre diversos processos de institucionalização da vida, como princípios lógico-políticos. Para o autor, a mercadoria tem como precedente o uso, de modo que este implica o modo de ser, como se insere nos costumes, enquanto prática. Perceba que mercadorias não são somente os produtos que saem das fábricas e abastecem as prateleiras e vitrines. Elas também se remetem aos fragmentos e momentos da existência social realizados nos circuitos de valorização do

capital. Tal como a própria indústria cultural ao realizar a produção de subjetividades dos espectadores, incide em novas formas de uso do tempo, como valor de uso e de troca (*idem*).

Dessa forma, o crime-desastre evidencia essa racionalização institucional do espaço, da natureza, das pessoas, através da dominação técnica e jurídica, cuja formulação discursiva perpassa pelos instrumentos normativos, pela lógica; por outro lado, podemos pensar a questão da apropriação incluindo o afeto, o imaginário, os desejos, sonhos e projetos de vida interrompidos. A destruição do espontâneo, do natural, e portanto, do uso, não se efetua somente na natureza exterior, mas também na natureza interna do ser humano, em seu próprio corpo (SEABRA, 1996). Ora, no processo de desenvolvimento da forma de mercadoria, tanto do espaço enquanto mercadoria (minério de ferro, terra e água), entram no processo de valorização, quanto o próprio ser humano, visto como generalidade, força de trabalho. Todavia, o conflito entre os momentos racionais e da apropriação torna-se uma luta pelo uso, pela apropriação que não é, e nem poderia ser marginal à sociedade e ao social. Pois o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto, institui-se e constitui-se no vivido. O conflito pelo uso do espaço, portanto, revela a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação (*idem*).

Isso nos auxilia a delimitar a problemática em torno do território, que inicialmente no âmbito dos Estados, da escala ou domínio do exercício da soberania propõe a questão das múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Ora, ao passo que há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, com a complexa multidimensionalidade dos danos provocados pelo rompimento de Fundão, provocando interrupções nas bases materiais e imateriais, em suma nas bases existenciais das pessoas atingidas, em certa medida, a própria interrupção da vida. O espaço é estratégia, território é poder. O uso guarda-se no costume, forma os modos de ser e existir. A imposição da lógica institucional que passa a gerir a barbárie não só invade, mas dilacera costumes, altera formas específicas de uso. Aquele uso recusado, proibido, interrompido e/ou limitado continua como ausência, exclusão da propriedade e como conflito se concebendo como tal, no âmbito das estratégias daqueles que fazem o uso. Daí o conflito, a insurgência do uso (SEABRA, 1996).

### *A Economia Verde, Governança e a (In)sustentabilidade*

Correram assim os rios, quatro estações pontuais por ano, que essas estão certas, mesmo variando. A grande paciência do tempo, e outra, não menor, do dinheiro, que, tirante o homem, é a mais constante de todas as medidas, mesmo como as estações variando (José Saramago, 2009, p. 13).

**Eles sabiam do risco da barragem e eles deixaram estourar porque continuar trabalhando sem mexer com ela era um lucro maior do que indenizar hoje pessoas. Eles tinham um calendário...né, eles tinham uma tabela dizendo que o lucro de continuar trabalhando era maior que pagar pela vida das pessoas** (Atingida da zona rural de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018).

Podemos agora avançar na discussão do que se configura como a apropriação desse “meio ambiente” contestado material e simbolicamente. Às reflexões precedentes, grosso modo, sobre espaço e natureza, as práticas socioespaciais que se configuram numa “economia verde” e seus “efeitos” (in)sustentáveis, tão marcados pela exclusão das ditas políticas conciliatórias e “democráticas” pululam a gestão dessa barbárie no Rio Doce.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a pulsão e insurgência de movimentos ambientalistas no mundo foram marcadas não só pelas experiências de duas pós-grandes guerras, mas, ainda, pelo próprio contexto da polarização das potências mundiais na Guerra Fria e por desastres como o da fábrica de pesticidas *Union Carbide Índia Limited*, em Bhopal/Índia, 1984, bem como pelo desastre nuclear de Chernobyl, Ucrânia, 1986. De alguma forma o mundo parecia assistir aos limites (ou a falta deles) dessa organização social, econômica, bem como o modo como o espaço é apropriado, com proporções destrutivas, de fato, sem precedentes: toda uma série de holocaustos deixando sequelas geracionais em variadas partes do globo (oriente e ocidente), potências mundiais com aparato bélico nuclear capaz de desintegrar a matéria, podendo mesmo exterminar o próprio planeta Terra, tamanha sua potência destrutiva; a industrialização e o extrativismo com níveis tóxicos e cumulativos de contaminação humana e ecossistêmica sem fronteiras que os pudessem conter. Esse pensamento catastrófico e apocalíptico perpassa pelo próprio imaginário ocidental, seja pelo que se vive, percebe-se e observa-se empiricamente, ou fomentado pelas narrativas da indústria cultural, pelos canais de comunicação etc. Os avanços tecnológicos da indústria bélica dariam ao “homem” a capacidade de destruir a si mesmo e a sua “morada”: desde 1947 o chamado *Doomsday Clock* [Relógio do Juízo Final] criado pelo comitê dos diretores do *Bulletin of the Atomic Scientists* da Universidade de Chicago, assinala a aproximação do “fim” através de uma analogia onde a “humanidade” estaria há “minutos para a meia-noite”. “Meia-noite” representa a destruição por uma guerra nuclear, cujo número de minutos é uma medida do aparelhamento tecnológico envolvido com o nível nuclear, sendo atualizado periodicamente.

Nesse contexto, autores como Ulrich Beck (2010), propõe a concepção de que estaríamos consolidando e experimentando uma nova forma de organização social: a

“Sociedade de Risco”. Essa derivaria de estar atrelada às consequências do desenvolvimento técnico-científico e industrial, um conjunto de riscos dissipados espacial e temporalmente, de abrangência global. Tanto ele, quanto Anthony Giddens trazem como contribuição acerca dos riscos, sem que eles não sejam exclusivamente um fenômeno natural ou tecnológico, mas também social, denotando que as questões ecológicas só ganharam relevo porque o “ambiente”, na verdade, não se encontra mais abstraído da vida social, humana, é completamente penetrado e reordenado por ela (SIENA, 2012). A teoria de Giddens se apoia na ideia da modernização reflexiva (um processo de auto-refutação da modernidade) e no caráter global desse processo. Enquanto Doreen Massey nos possibilita explorar que os diferenciais de mobilidade estão assentados em assimetrias de poder, e que os movimentos dos capitais podem, por exemplo, aprisionar outros segmentos por via da transformação dos territórios em zonas de sacrifício, a proposta de Giddens (juntamente com Beck) nos conduz à leitura de que os riscos de caráter global são dados pelo próprio movimento de radicalização da modernização, ou seja, a ideia de que o risco é dado pela racionalidade técnico-científica. Para Giddens e Beck, os riscos não são meros efeitos colaterais do progresso, estão centralmente afeitos a constituição dessa sociedade “altamente moderna”, cujos riscos contemporâneos do desenvolvimento ampliam-se no cerne do próprio processo de modernização, produzidos pela própria moderna sociedade industrial (SIENA, 2012). Guardadas as diferenças entre os autores, para Giddens (1991), o processo de modernização faz com que os riscos não mais sejam contingentes e acidentais, mas constitutivos da própria modernidade. Eles argumentam que estaríamos na transição para a *segunda modernidade* ou *modernidade reflexiva*, cujos riscos derivados do desenvolvimento industrial e a crise ecológica contemporânea descortina o fracasso das instituições técnicas – responsáveis pelo controle, prevenção e segurança – em lidar com os problemas ambientais deles advindos, que seriam *incertezas manufaturadas*:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas sociais, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p.46).

Ulrich Beck (2010) propõe a substituição da ideia de ordem social pela de risco, priorizando o risco sistêmico na sociedade contemporânea, por ele considerada como uma sociedade “moderna pós-industrial”. Já Giddens, como vimos, delimita que ao invés de estarmos adentrando num período de “pós-industrial”, encontramos, talvez, num período

cujas consequências da modernidade estão se tornando muito mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Cabe uma ressalva, no entanto, quanto ao que Beck traz sobre a situação normal da sociedade ser catastrófica, os riscos atingem potencialmente todo mundo, indistintamente de classes, etnias, crenças etc. Já vimos/conhecemos como são extremamente diversas e desiguais as formas como esses riscos atingem assimetricamente classes, etnias etc. No entanto, é preciso se perguntar sobre os limites da abordagem de Beck para lidar com os desastres do neoextrativismo. O elemento central da modernização seria a razão científica? Quais são os elementos e forças que condicionam as escolhas técnicas? Por exemplo, por que a eleição das barragens a montante como método de disposição de rejeitos? Qual é o lugar do mercado na conformação dessas escolhas técnicas? De que maneira Beck e Giddens permitem dar conta dessas questões? Em certo sentido, há um alinhamento entre a abordagem de Beck e a discussão sobre modernidade e barbárie, porque o mérito de Beck está justamente em demonstrar a deficiência e incapacidade das instituições modernas em lidar com as consequências da modernização. Ele mostra como se dá a normalização de riscos incontroláveis. Sendo assim, é preciso se perguntar: o *modus operandi* da mineração como razão de Estado pode ser explicado apenas pela dinâmica da racionalidade científica? Esses autores são criticados, conforme ressalta Acsehrad (2002), no sentido de que não há referência alguma

Aos distintos modos pelos quais os atores sociais evocam a noção de risco, nem às dinâmicas da acumulação que subordinam as escolhas técnicas, nem tampouco ao trabalho de construção discursiva de que depende a configuração das alianças no âmbito das lutas sociais (ACSELRAD, 2002, p. 4).

As contribuições de Giddens e Beck são sem dúvidas preciosas, ao explicitarem a produção dos riscos como parte constitutiva da própria modernidade, que não são meros efeitos colaterais do progresso. Contudo, como argumenta Acsehrad (2002), Beck descuida-se de um princípio central organizador do mundo social: das conexões e manifestações de poder que condicionam as escolhas políticas e os processos técnicos, inerentes ao modo de produção capitalista, de tal maneira que desconsideram as formas difusas como esses riscos distribuem-se em relação aos grupos mais vulneráveis. Discordamos da perspectiva de Marshall Berman, que seríamos lançados em “unidade” a esse turbilhão de incertezas, cabe semelhante ressalva às perspectivas de Giddens e Beck (SIENA, 2012; ACSELRAD, 2002).

No pós-segunda guerra, as teorias do desenvolvimento ganharam destaque e grande importância política, orientando a instituição de organismos multilaterais como a Organização

das Nações Unidas (ONU), o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e Banco Mundial<sup>53</sup>, em nome de uma certa estabilidade econômica pró-crescimento. Os EUA tomaram a dianteira e aliaram-se a outros Estados-Nação, no contexto da Guerra Fria: territórios, recursos e mercados de consumo estavam/estão em disputas. Na América Latina, sob a retórica do combate às “ideologias socialistas”, foram desencadeadas reformas estruturais, como no período da Ditadura Militar no Brasil. Foram então implementadas uma série de políticas desenvolvimentistas que trouxeram sérias marcas e conflitos territoriais. As teorias desse desenvolvimentismo “modernizante”, postulavam uma “etapização” a ser superada pelos países ditos subdesenvolvidos, na esteira de uma corrida linearmente desenvolvimentista, destituindo territórios de sua própria história. Figuras como Walt Whitman Rostow afirmavam que o desenvolvimento estava diretamente ligado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, com o sentido semântico de modernização. Rostow estabeleceu, iconicamente, cinco etapas pelas quais um país deveria vencer para atingir o desenvolvimento conforme sua teoria, nitidamente pautada nas lentes políticas de países capitalistas. O problema é que para Rostow, os países ditos subdesenvolvidos deveriam ter uma trajetória idêntica de modernização, comparada a do hemisfério norte, ignorando as heranças da colonização. Isso trouxe sérias consequências como: o endividamento externo em vultuosos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), agravamento das assimetrias sociais, fortes intervenções estatais, objetivando promover compulsoriamente o desenvolvimento através da tecnificação da agricultura industrial (NIEDERLE *et al.*, 2016).

Para outros teóricos como Joseph Schumpeter, a teoria do desenvolvimento econômico passaria fundamentalmente pelo processo de inovação e suas consequências na organização do sistema produtivo. Para ele, os investimentos em inovação seriam capazes de dinamizar o crescimento gerando efeitos em cadeia sobre a produção, emprego, renda e salários. O cerne da idealização de Schumpeter partia do princípio de inovação e destruição criativa, no qual o deslocamento no equilíbrio original causado pelas inovações seria irreversível e descontínuo. As novas combinações no sistema produtivo levariam à destruição da condição anterior e à criação de novas condições de produção. Para ele, a geração de lucro

---

<sup>53</sup> Após o término da segunda guerra, através do acordo de Bretton Woods, os países aliados se reuniram para criar o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OIC (Organização Internacional do Comércio). Entre 1944 a 1994 o GATT, na sigla em inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*, era sediado em Genebra, na Suíça. O GATT instituiu uma série de acordos de comércio internacional, cujo objetivo era promover a redução de obstáculos às trocas entre países, particularmente as tarifas aduaneiras entre os membros. O GATT é precursor da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituída em 1995, e suas diretrizes permanecem em vigor (FIX, 2019).

monopólico propiciado por essas inovações seria o motor propulsor do desenvolvimento. O processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, por exemplo, é fruto dessa orientação. O Estado agiu como banqueiro e inovador assegurou crédito rural altamente subsidiado, produzindo tecnologias agrícolas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Brasileira de Tratores (CBT), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) etc. (SACHS, 2000; NIEDERLE *et al.*, 2016).

Já Celso Furtado e os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cuja influência norte-americana de matriz Keynesiana, trouxeram perspectivas diferentes e divergências em relação às vertentes dominantes, com críticas ao modelo universalista. Em relação a Rostow, há uma diferenciação no sentido do desenvolvimento enquanto uma variante decorrente do processo histórico da trajetória desigual entre os países. No Brasil, por exemplo, constituiu-se um tipo de capitalismo que não poderia ser qualificado aprioristicamente como tipicamente capitalista, assim como no regime de colonato da indústria cafeeira, que José de Souza Martins analisa em “O cativo da terra”. Para Celso Furtado, no Brasil há um “dualismo estrutural”, a coexistência de setores “modernos” e “atrasados”. Na teoria da dependência, forte no governo FHC (01/01/1995 – 01/01/2003), formaram-se conglomerados multinacionais que passaram a ser líderes de uma nova modalidade de dependência, a qual subjuga as fronteiras dos Estados-Nação e se torna mais financeira que industrial. Um período de instabilidade mundial e o enfraquecimento da força do Estado põe em xeque o paradigma Keynesiano, abrindo caminho para a ortodoxia neoliberal. A década de 1980 marca o declínio da economia política do desenvolvimento Latino-americano, acompanhado do próprio arrefecimento da discussão (SACHS, 2000; NIEDERLE *et al.*, 2016; MARTINS, 1986).

Frente a essa conjuntura global, no pós-Segunda Guerra Mundial, as negociações com o objetivo de abonar alianças junto a organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), almejavam a consolidação de uma Governança Global para o contexto geopolítico. Acordos internacionais para o crescimento do comércio internacional, sobretudo, no âmbito do GATT, se beneficiaram da construção enunciativa dessas crises socioeconômicas e socioambientais de “abrangência planetária”, abrindo terreno para a expansão de seu projeto colonizador. Nesse sentido, destaca-se o tema da Governança, como

Uma categoria-chave no campo semântico que recobre a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc. De fato, atores como o Banco Mundial,

ONGs e empresas utilizam a noção de governança ambiental, assim como a de sustentabilidade, para implementar projetos muitas vezes distintos (ZHOURI, 2008, p. 97).

Conforme discutido pela professora Andrea Zhouri (2008, p. 98-99), partindo da análise de Braumühkl e Winterfeld (2005) sobre o documento elaborado pela Comissão Alemã de Estudos sobre Globalização e Economia Mundial, em 2002, o entendimento de governança global vêm desnudando a intencionalidade política que perfaz o controle territorial, bem como os processos decisórios. Partindo do tripé *liberalização, desregulação e privatização*, as autoras discutem como o processo de globalização da economia sistematicamente corrói pelo agenciamento, as fronteiras do Estado nacional assim como seu poder decisório, salientando três características principais na construção da governança global:

1. Resgate do papel político do Estado;
2. Governança como um novo modelo político em que vários atores sociais governamentais e não-governamentais, sociedade civil e corporações sistematicamente se juntam para apresentar soluções em novos arranjos societários;
3. Globalização deve apoiar-se em um consenso ético mínimo, como representado pelos acordos sobre direitos humanos sob o regime da ONU (BRAUMÜHKL e WINTERFELD, 2005, p.10 *apud* ZHOURI, 2008, p. 98-99).

Com efeito, a cooptação dos Estados-nacionais, traz em seu enalço não só enfraquecimento democrático, masl reflete no modo em que iniciativas de regulação pelo mercado, como os diversos títulos de certificação e o “comércio de carbono” no âmbito do Protocolo de Quioto, por exemplo, possam colaborar para arrefecer as responsabilidades do Estado, bem como o próprio controle e participação que os cidadãos, em tese, poderiam exercer sobre ele. Para dar segmento a tentativa de resolução do problema da democracia imposto por este modelo de governança global, institui-se a abertura da assim chamada *sociedade civil*. Inclui-se no rol desta categoria o setor privado, colocando em xeque uma desigual apropriação dos recursos, e da própria influência nas tomadas de decisão. Decerto, há uma problemática em termos práticos sobre essa separação entre sociedade civil e Estado, como dois segmentos distintos de exercício de poder, uma vez que nem Estado, nem sociedade civil são entidades monolíticas:

Os arranjos societários, as redes de poder que se constituem nos processos sociais muitas vezes misturam essas instâncias, deslegitimando as representações estanques ou sincrônicas referentes à Estado, mercado e sociedade civil (ZHOURI, 2008, p 99).

Através da construção da discussão que recobre o “desenvolvimento sustentável”, alinhada a essa categoria-chave da Governança, podemos, então, pautar a seguinte questão: seria essa construção político-discursiva em torno do chamado *desenvolvimento sustentável*, um fôlego, uma lufada de ar tomada pelo desenvolvimento do capital, sobretudo, nos anos de 1990 e 2000, sob o manto da gestão, operando por negociações e políticas conciliatórias, para de, certa forma, tentar arrefecer os insurgentes conflitos, trazendo uma perspectiva “participativa” e “democrática” para, de certa forma, apaziguar a “face bárbara” do desenvolvimento do capital? Bem, embora pareça um fôlego, certamente estruturalmente não houve transformações de fato. Poderíamos apontar apenas como uma instituição e captura dos mecanismos de participação democrática no seio do próprio modelo de desenvolvimento pautado: (in)sustentável.

Poderíamos indicar, talvez, o que seria uma captura dos insurgentes movimentos socioambientais através da razão de Estado e do mercado, pelo marco das conferências internacionais sobre o meio ambiente como a de Estocolmo, em 1972, a Eco-92 ou Rio-92, a Rio+10 em 2002, a Rio+20 em 2012. Elas reuniram os principais líderes mundiais, técnicos e cientistas (“experts”) para debaterem “o futuro da humanidade” face à efervescência e foco da “questão ambiental”, bem como os limites do desenvolvimento e seus efeitos calamitosos. Nascia ali, no seio da própria noção de desenvolvimento e da economia neoliberal, a ideia de um possível desenvolvimento que tivesse por princípio ser *sustentável*. Seus princípios descritos no “Relatório Brundtland”<sup>54</sup> reúnem, organizam e distribuem discursiva e politicamente para “um futuro ameaçado”. Elencam o papel da economia internacional, às questões de segurança e população, bem como políticas de conciliação. Ora, as formas de apropriação material exprimem e projetam no mundo, diferentes sentidos que podem transformar paisagens, criar espaços autônomos ou heterônomos, sectários e segregados ou democráticos, homogêneos ou diversos. Os arquétipos tecnológicos, como as barragens de rejeitos com alteamentos à montante, por exemplo, resultam de escolhas técnicas condicionadas pelas estruturas de poder econômico, dos mecanismos de controle sobre os recursos naturais. Os modelos de desenvolvimento<sup>55</sup>, incluindo a produção discursiva m torno

<sup>54</sup> Ver: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

<sup>55</sup> Henri Acselrad (2004, p. 30) traz o esforço de Alain Lipietz (1988) em conceituar o que é um modelo de desenvolvimento, como o conjunto formado pela tríade: 1. Bloco social hegemônico, 2. Regime de acumulação e 3. Modo de regulação. O primeiro é “[...] o sistema estável de relações de dominação, de alianças e concessões entre grupos sociais dominantes e subordinados que se faz reconhecer, de modo mais ou menos coercitivo, como conforme ao interesse da grande maioria em um território”. O segundo caracteriza-se como “[...] o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção, de distribuição de renda e de uso social do produto que se constrói sobre princípios gerais de organização do trabalho e de uso das técnicas – o chamado

da sustentabilidade, redefinem os princípios éticos e sócio-políticos adotados pela sociedade, e exprimem a desigualdade de poder e acessos aos recursos (ACSELRAD, 2004).

Ao nos voltarmos àqueles países ditos periféricos ou semiperiféricos que sofreram um processo de industrialização e intensificação de seu crescimento econômico entre os anos 1960 e 80, como o Brasil, eles o fizeram mediante o ônus de um grande endividamento externo (e, portanto, respeitando os ditames das agências internacionais Banco Mundial - BM, Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>56</sup>. Tal condição, no entanto, com forte intervenção estatal na economia aumentou a dependência das indústrias transnacionais.

De par com essa economia global forçadamente dependente e desigual, consolida-se um processo de divisão internacional do trabalho e, igualmente uma divisão internacional e assimétrica dos riscos/ônus. A abertura econômica do início da década de 1990, conduz a indústria brasileira a uma posição de maior vulnerabilidade, o que direciona o país a uma situação de “*armadilha da renda média*”. Ela entra em estagnação, na medida em que os países semiperiféricos se inserem no contexto da globalização sem as vantagens comparativas de duas pontas desse espectro: nem a tecnologia dos países centrais, tampouco, a mão de obra barata do sudeste asiático. As “vantagens” comparativas que restam concentram-se no extrativismo de “recursos naturais” e *commodities* agrícolas: justamente o que já fora o

---

*paradigma tecnológico*”. Por último, entende-se que o “*modo de regulação é o conjunto de normas, incorporadas ou explícitas, de instituições, mecanismos de compensação e dispositivos de informação (tais como normas de formação de salários, modalidades de concorrência entre as empresas e mecanismos de criação de moeda e crédito), que ajustam permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica de conjunto do regime de acumulação.*” (LIPIETZ, A. – D. Leborgne: Flexibilité Defensives ou Flexibilité Offensive: Les Défis des Nouvelles technologies et de la Competition Mondiale, Conferencia Trends and Challenges of Durban Restructuring, RJ, setembro 1988, mimeo, 35p.)

<sup>56</sup> Como discute Mariana Fix (2009), a liberalização e a desregulamentação financeira, no caso do Brasil, submeteram novamente o país aos fluxos internacionais de capital, interrompidos com a crise da dívida e a derrocada do desenvolvimentismo, no contexto da crise da ordem de Bretton Woods. Entretanto, a liberalização foi responsável por atrair montantes elevados de capital financeiro especulativo, ao contrário do ciclo desenvolvimentista, os mesmos que se alastraram nas periferias asiática e latino-americana, em uma conjuntura de alta da mobilidade do capital e de busca por rentabilidade também fora dos países centrais. Entre os ditos ‘mercados emergentes’, o Brasil adotou, digamos, mais tardiamente as políticas neoliberais de ajuste, recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, que se iniciaram com as medidas do governo Collor, no início da década de 1990. Por isso mesmo, as medidas de liberalização - comerciais, de flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do Estado e privatizações - foram executadas aqui de modo extremamente acelerado, em menos de cinco anos, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Concluídas as reformas, o país tornou-se apto a participar do circuito da valorização financeira. Em um “mundo tão dominado por esses capitais fictícios e dominado, além disso, pela vertigem de valorizar o valor sem a mediação da produção, nada mais interessante do que transformar economias nacionais com alguma capacidade de produção de renda real, mas sem pretensões de soberania, servilmente dispostos a cumprir esse papel e, dessa forma, lastrear, ainda que parcialmente, a valorização desses capitais. Eliminados os maiores obstáculos a esse desempenho (a inflação, o descontrole dos gastos públicos, a falta de garantias dos contratos, a ilusão do desenvolvimentismo, dentre os principais deles), essas economias estão prontas a funcionar como plataformas de valorização financeira internacional” (FIX, 2009, p.60).

“carro-chefe” da economia brasileira pré-1930, voltando a exercer este papel nas últimas décadas (MAGALHÃES, 2015, p. 24). É desse modo que se delinea:

O discurso da infinitude, que dava base para extração excessiva do que, ideologicamente, ficou definido como recursos naturais, aos poucos cedeu lugar ao discurso da limitação e da escassez. Diversos fóruns de debate procuraram nortear e institucionalizar a discussão sobre os limites da natureza e as ações a serem desenvolvidas a partir desse momento. Um exemplo dessa metamorfose expressa-se com a abordagem ofertada à água, no final do século XX (PEREIRA e DEL GAUDIO, 2014, p.242).

Esses arranjos da divisão internacional do trabalho e o avanço do neoextrativismo nos países ditos periféricos e em desenvolvimento aprofundam, com efeito, graves conflitos pela forma como a natureza é representada e apropriada. Derrocadas institucionais deterioram e desmontam sistemas de regulação ambiental e as normas que aspiram assegurar os direitos de povos tradicionais, indígenas, bem como comunidades e municípios atingidos por grandes empreendimentos extrativistas e industriais (ZHOURI *et al.*, 2017).

Na primeira década dos anos 2000, a configuração econômica e político-discursiva no Brasil foi assegurada, pela expansão internacional dos baixos preços de matérias-primas e bens de consumo demandados pelos países desenvolvidos e pelas potências emergentes, (re)instaurando o chamado ciclo das *commodities*<sup>57</sup>. Assim, o país não se liberta de suas estruturas coloniais arcaicas, voltando sempre sua economia para a ênfase extrativista de bens primários. Tal vínculo irá reverberar na violenta expropriação do modo de vida de comunidades que se encontram “no caminho” desse progresso tratorado. Tais atividades colocam em xeque a diversidade de iniciativas de economias solidárias, modos de vida tradicionais no encaço das incertezas técnicas, das monoculturas e na segurança alimentar, hídrica, bem como o esmorecer da biodiversidade e diversidade sociocultural. Mesmo que essas proposições somente incitem num irrisório incomodo à ordem estabelecida. No entanto permanece no cerne do desenvolvimento, a iminente ameaça de desastres de magnitudes extremas, capazes de ceifar tragicamente milhares de vidas:

A imposição total da economia de mercado se torna muito mais fácil quando o caminho é preparado por algum tipo de trauma (natural, militar, econômico), que

---

<sup>57</sup> Commodities são insumos e matérias-primas, produtos primários ou minimamente industrializados, produzidos em grandes quantidades por diferentes produtores. Destacam-se os produtos agrícolas como café, soja, milho; produtos minerais como minério de ferro, ouro, petróleo etc. e recursos energéticos. As características são padronizadas com ampla negociação em diferentes partes do globo, podendo ser transportados e armazenados por períodos longos: “O termo [...] pode ser atribuído a um bem de consumo cuja escassez, na forma de exaustão na extração, ou na redução de estoques globais, causará um impacto no preço em âmbito mundial” (MOLERO PEREIRA, 2009, p. 16).

por assim dizer, force as pessoas a abrir mão dos “velhos hábitos” e as transforme em tábulas rasas ideológicas, sobreviventes de sua própria morte simbólica, prontas a aceitar a nova ordem, já que todos os obstáculos foram eliminados (ŽIŽEK, 2011, p. 28).

Bem, é certo que as pessoas não se tornariam simplesmente “tábulas rasas ideológicas”, como sugere Žižek (2011), pois se assim o fossem não haveria disputas, conflitos ou insurgência de movimentos ambientalistas, populares, ou mesmo quaisquer outras formas de resistência intersubjetiva possíveis, frente aos avanços do “progresso”. Para além do próprio jogo das relações econômicas, como vimos na argumentação de Doreen Massey e Michel Foucault, o que se estabelece seriam nos termos deles, a *geometria* ou *microfísica do poder*. Ela sob o controle de alguns grupos pode ativamente enfraquecer outros que estão em situações de vulnerabilidade ou são vistos como empecilhos ao desenvolvimento. Os grupos sociais não são simplesmente apagados/abolidos por sua “morte simbólica”, eles podem de fato ser enfraquecidos por racionalidades hegemônicas e imposições de mercado, em assimétricas relações de poder. O ponto que mais nos vale em sua fala, refere-se ao que Žižek chama de “trauma natural, militar, econômico”. Poderíamos lança-lo à dimensão do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP enquanto a enunciação de uma crise trazendo a produção de rupturas. Indubitavelmente, isso facilita o “abrir caminho” para a imposição de políticas de exceção, com duras economias de mercado, marcadas pela austeridade, desmantelamento dos serviços públicos, expropriações de modos de vida, de territórios etc. E no contexto da bacia do Rio Doce, abre-se o caminho para o capitalismo de desastres, com maior inserção/penetração e controle territorial, configurando essa gestão da barbárie, por parte das empresas responsáveis e dos comprometentes em comum acordo pela “resolução dos transtornos provocados pelo rompimento”. As próprias Samarco/Vale/BHP, através da figura da Fundação Renova, passam a ser uma peça-chave, na articulação jurídica e política fomentando a estrutura de Governança, junto aos municípios e comunidades atingidas, na protelação das medidas de reparação.

A objetividade de uma “crise ambiental” – limitada à análise de colapso de uma relação quantitativa malthusiana, entre população e território ou entre crescimento econômico material e a base finita de recursos – caracteriza esse discurso dominante da questão ambiental, voltado para uma “unidade de consciência ambiental”, baseada na cooperação e consenso “supraclassista”. Esse objetivismo fetichiza o mundo material, desrespeita o processo social de construção de uma noção de “crise ambiental”, deslocado das dinâmicas

sociais e da cultura, trazendo para o foco a absorção da questão ambiental para as instituições da modernidade e para o mercado (ACSELRAD, 2004a, p. 13). Assim,

Com efeito, um significado de governança se destaca nesta seara, qual seja, o que remete à ideia de “gestão”, inscrito na crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável. Este consenso aposta na possível conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais (ZHOURI, 2008, p. 97).

A forma como o “homem” relaciona-se com a “natureza” justapõem-se ao consumo, a diferenciação homogeneizadora e as interpelações, fomentando uma saturação e instituindo uma falsa carência que tende a privilegiar a natureza como raridade (PEREIRA e DEL GAUDIO, 2014, p.205). Organiza-se, seleciona-se, dispõe-se, fragmenta-se, estilhaça-se, tanto quanto forem necessárias as burocracias, as peculiaridades e especificações técnicas, os detalhes, os pormenores, as divisões das partes, das coisas, dos seres, da matéria, dos territórios, do imaginário. Para Gertz (1997), “*os produtos significativos da imaginação humana [dentre as quais se inclui o direito] (...) são testemunhos igualmente poderosos da crença reconfortante que somos todos iguais e da desconfiança preocupante de que não somos*” (GERTZ, 1996, p.66 *apud* PEREIRA e DEL GAUDIO, 2014, p.206). É nesse sentido, a respeito da interpelação, que Pereira e Del Gaudio (2014), partindo das reflexões da Análise do Discurso em Pêcheux (1996) colocam:

“O teatro da interpelação” possibilita a ligação do “sujeito perante a lei”, e apresenta esse vínculo como se “o teatro da consciência – eu vejo, eu falo etc. – fosse observado dos bastidores” e designa, pela discrepância da formulação, o “indivíduo/sujeito, o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado a existir” (PÊCHEUX, 1996 *apud* PEREIRA e DEL GAUDIO, 2014, p.205).

Os meios pelos quais as sociedades desiguais dispensam a maior parte dos ônus do desenvolvimentismo (in)sustentável às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis ilustram o que poderíamos chamar de “injustiças ambientais”. Em seu antagonismo, caberia à ideia de “justiça ambiental”, um conjunto de práticas que assegurem que nenhum grupo social, seja ele racial, de classe, gênero ou étnico suporte as parcelas desproporcionais das consequências negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas (ACSELRAD, 2004b; BULLARD, 2000; FREITAS *et al.*, 2004).

*Reflexões sobre Governança ambiental e o licenciamento ambiental da barragem de Fundão*

Em Paracatu de Baixo a gente, eu mesma, eu tenho cinquenta e seis anos... nunca ouvi falar da barragem em cima de Paracatu. Nunca. Tinha alguns lá que tinham conhecimento e sabiam só que ninguém imaginava que era esse monstro que veio pra destruir mesmo, na real, as vidas da gente, as famílias, a natureza, a fauna, a flora e por aí a fora (Atingida de Paracatu de Baixo, III UFMG Debate, junho de 2018).

Seria a governança do desastre uma iniciativa de regulação da crise e dos conflitos pelo mercado? Como e porquê isso ocorre? Pelo que discutimos no decorrer do estudo, a governança entra como categoria fundamental do que estamos aqui chamando de gestão da barbárie. As questões sobre segurança, população e território estão imbrincadas na lógica de governamentalização do Estado, que se combina à lógica da governança no caso do desastre no Rio Doce. Essa ideia de gestão democrática, traz em seu cerne discursivo a categoria da participação, cujo foco será dado no capítulo seguinte.

É partir do contexto discutido na seção anterior, sobre as grandes guerras mundiais e, posteriormente, durante o período da Guerra Fria que, surge no âmbito das relações internacionais, o campo da resolução negociada de conflitos no interior de uma série de organizações e agências multilaterais de cooperação internacional (VIEGAS, 2016). É atribuída ao mercado e às instituições da modernidade, a capacidade de resolução dessa “crise” ou degradação ambiental, instituídas pelo discurso da *sustentabilidade* no paradigma da adequação ambiental e da chamada “modernização ecológica”<sup>58</sup>. Esse paradigma burilado por estratégias de caráter neoliberal para o enfrentamento do impasse ecológico propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução de problemas ambientais. Ademais ele enfatiza um certo *avanço* tecnológico e sua adaptabilidade, celebrando a economia de mercado e a crença na colaboração e no consenso. Esse discurso ampara-se, em tese, nos princípios de prevenção, no jogo de mitigações e em uma pseudoparticipação pública nas tomadas de decisão (ACSELRAD, 2002, p. 50; ZHOURI, 2008, p. 100).

No que concerne ao tema da Governança no Brasil, Clóvis Cavalcanti (2004), traz a crítica para o descompasso entre os avanços em relação aos arranjos institucionais, no âmbito normativo e legislativo do país, no que se refere a questão ambiental, bem como do atraso relativo à esfera das suas implementações. Entre outros fatores, essa incongruência se dá face ao imediatismo das políticas econômicas, que, centralizam-se na pueril e simplista ideia do

---

<sup>58</sup> De acordo com Blowers (1997), a modernização ecológica caracteriza-se pela crença da conciliação do crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, incorporados pelas instituições políticas, enfatizando a adaptação tecnológica, a união entre Estado, mercado e consenso colaborativo.

desenvolvimento como crescimento econômico, cujo valor cultural impõe-se como verdade inquestionável disseminada na sociedade brasileira (ZHOURI, 2008). Isso se evidencia, por exemplo, na instituição dos conselhos ambientais, ou dos Comitês de Bacia Hidrográfica, por exemplo, cuja estruturação paritária é distribuída entre o Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários dos recursos hídricos (incluindo os megaempreendimentos minerários com cadeira cativa) e Sociedade Civil Organizada. Reflete, inclusive, a marginalidade de atuação do próprio ministério do meio ambiente, sobretudo, nas áreas econômicas do governo (ZHOURI, 2008). Essas organizações servem como expressão límpida das assimetrias de poder, hierarquia, mando e comando.

No âmbito jurídico, o movimento de democratização observado no Brasil na década de 1980, culminou na promulgação da Constituição de Federal em 1988. Ele igualmente favoreceu o processo de judicialização da política, com forte inserção quantitativa e qualitativa de atuação do Poder Judiciário nos campos político, social e econômico. Tal fenômeno decorreu de variáveis e peculiaridades existentes na ordem política, econômica e social e gerou consequências visíveis na democracia brasileira (WOLKMER e PAULITCHS, 2013). Como colocam essas autoras:

No sentido constitucional, o processo de judicialização das políticas públicas refere-se ao novo estatuto dos direitos fundamentais e à superação do modelo de separação dos poderes do Estado, de forma a acarretar uma ampliação do poder de intervenção dos tribunais na área política, por meio da efetiva participação no processo referente à formulação e/ou à implementação de políticas públicas. Nesse prisma, é oportuno destacar que as políticas públicas têm, enquanto intervenção direta político-administrativa do Estado sobre a sociedade, a premissa de garantir a coletividade, por meio de um conjunto de ações e decisões estratégicas e articuladas (WOLKMER e PAULITCHS, 2013, p. 261).

Com o intuito de alcançar uma nova racionalidade, o campo político passa a receber a intervenção do campo jurídico, sobretudo, visando assegurar a observância e a concretização dos direitos fundamentais e da própria Constituição. Tal performance do Poder Judiciário decorre do texto constitucional, que legitimou sua atuação e intervenção política, bem como estabeleceu as delimitações institucionais de atuação da política democrática: *“Ocorre, com a consolidação desse fenômeno, uma justaposição entre o direito e a política, cujo conceito de legitimidade democrática torna-se uma mitigação”* (WOLKMER e PAULITCHS, 2013, p. 262).

A problemática em torno da “crise ecológica” contemporânea exige, sobretudo, respostas políticas, e não somente técnicas, que possam ir além dos limites dos mecanismos de comando e controle. As decisões políticas também estão associadas a essa dimensão de

comando e controle e muito imbricadas a esses processos. Nesta linha, surgem demarcações em torno de uma governança ambiental como instrumento jurídico e institucional, como forma, em tese, de assegurar e concretizar os direitos fundamentais e difusos em face da dinâmica da sociedade. Como afirmam Wolkmer e Paulitchs (2013), a governança ambiental pode ser entendida, como um conjunto de normas e procedimentos a serem implementados tanto pelo Estado como pela sociedade. Ela tem como objetivo realizar as políticas públicas de cunho ambiental, cujo processo decisório deve partir da soberania popular, e a sua “aplicação” deve se dar pelo Poder Judiciário, tanto pelo controle de constitucionalidade, bem como atuando em casos de omissão do poder legislativo. O que as autoras trazem é que a problematização ambiental, elevada ao patamar de direito fundamental na Constituição Federal de 1988, não deve se limitar ao recorte de promoção do ambiente como tarefa ambiental do Estado. Tal delegação e competência pertencem não apenas ao Estado, como também a toda coletividade (WOLKMER e PAULITCHS, 2013, p.262).

Em termos práticos, essa “coletividade” é marcada pela justaposição de sociedade civil, mercado e Estado, ainda que os níveis de influência e tomada de decisão nos mais diversos setores da sociedade sejam notadamente desiguais. Ora, a sociedade civil interpelada a participar desta governança deve ser aquela “organizada”, e organizada, portanto, nos moldes definidos pelos setores dominantes da sociedade (por exemplo com registro em cartório, estatuto para funcionamento). Logo, são aqueles participantes “capacitados”, ou seja, os que dominam minimamente o “capital social” demandado pelo campo social em questão sejam os elegíveis (ZHOURI, 2008, p. 99). Na seara ambiental exigem-se como requisitos principais para essa participação: a qualificação técnica (títulos acadêmicos, experiências profissionais), o domínio computacional, o domínio da língua inglesa e da linguagem necessários para elaborar os projetos, concorrer e compreender os requisitos dos editais, etc. Fora a própria materialidade em não só dominar a linguagem computacional, mas possuir o próprio computador e ter meios, tempo e disposição para se deslocar para reuniões, audiências públicas onde são definidos os empreendimentos etc. Esse conjunto de prerrogativas, habilidades e capacitações exclui a grande maioria dos cidadãos, sobretudo membros de comunidades rurais e étnicas ou das periferias urbanas, que permanecem marginais à essa participação (ZHOURI, 2008, p.99). É nessa dimensão que se enquadram os espaços que seriam “democráticos” e participativos como, por exemplo:

Os conselhos gestores do meio ambiente (por exemplo, Conama, Copam etc.) e os comitês de bacia são instâncias institucionalizadas que representam essa forma de governança chamada a efeito na prática. Eles são vistos como agências de

arbitragem ou de mediação de conflitos, estes entendidos como resultado dos divergentes interesses entre atores individualizados. Processa-se, pois, um deslocamento da esfera da política para a esfera da economia, em que direitos e sujeitos coletivos são invisibilizados e substituídos pelo foco em interesses e atores particulares. A governança ambiental assim proposta promove um esvaziamento do sentido político das lutas ambientais expresso no processo de licenciamento (ZHOURI, 2008, p. 99).

No Brasil, os instrumentos normativos do campo ambiental que regulamentam, sobretudo, grandes empreendimentos como o Complexo Germano, por exemplo, achatam essas complexas e conflituosas relações socioambientais que viemos discutindo até aqui, nos termos de “atividades antrópicas” e “meio ambiente”, principalmente, incorporando-os à categoria de “impacto ambiental”, ao invés das categorias de risco ou conflito, por exemplo (TORRES, 2006). A lógica que opera os encadeamentos do licenciamento ambiental no Brasil, – orientados pelos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) – é extremamente problemática/questionável. A realização dos estudos é feita por empresas privadas que prestam “consultorias ambientais”, em contratos estabelecidos pelos próprios empreendedores. Assim, garante-se que as forças do mercado incidam diretamente nas políticas públicas, inclusive, definindo prioridades como “obras de interesse público”. Os EIA-RIMAs têm por escopo a definição da “magnitude de impactos negativos”, “impactos positivos”, diagnósticos, prognósticos, programas e suas medidas mitigadoras e compensatórias. E como o licenciamento ambiental incidiu no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP? Uma síntese de seu processo de licenciamento é apresentada na TABELA 3.

**TABELA 3 - Cronologia dos Processos de Licenciamento da Barragem de Fundão**

2005	Apresentação do EIA-RIMA para a construção da Barragem do Fundão – Consultoria Brandt Meio Ambiente.
2007	Licença Prévia (LP) da Barragem do Fundão; Licença de Instalação (LI) da Barragem do Fundão.
2008	Licença de Operação (LO) da Barragem do Fundão.
2011	Abertura do procedimento para renovação da Licença de Operação (LO).
2011	Obtenção da prorrogação da licença até 2013.
2012	Apresentação da EIA-RIMA da otimização da Barragem do Fundão – Consultoria SETE – para Licença Prévia/ Instalação (LP / LI).
2013	Apresentação da EIA-RIMA para unificação e alteamento das Barragens de Fundão e Germano – Consultoria SETE – para Licença Prévia/ Instalação (LP / LI).
2013	Pedido de renovação da Licença da Operação da Barragem do Fundão - em análise.
2014	Licença Prévia/ Instalação (LP / LI) concedida para a otimização da Barragem.
Jun. 2015	Licença Prévia/ Instalação (LP / LI) concedida para unificação do Fundão e Germano.
Nov. 2015	Rompimento da Barragem do Fundão.

Fonte: Adaptado de Wanderley *et al.*, (2016, p.65).

A expansão das atividades minerárias no Complexo Minerário de Germano, parecia-se com a intensificação geopolítica das atividades extrativistas na América Latina. Esse, por sua vez, caracteriza-se pela alta demanda e baixa valorização do minério diante da economia global, reiterada por acordos internacionais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) e políticas de desenvolvimento nacional. Como colocam Milanez e Losekann (org.) *et al.* (2016), no cenário nacional nesse período, o aumento expressivo do extrativismo mineral pode ser explicado em duas aproximações: 1<sup>a</sup>: alto consumo mundial de importações de minério de ferro pela China. Em 2014, ano que precede o rompimento da barragem de Fundão, a China importou do Brasil, um total de 152,88 milhões de toneladas, correspondendo a mais da metade da exportação brasileira de commodities; A 2<sup>a</sup> aproximação: O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) fomentou financiamentos de grandes projetos minerários e do agronegócio baseados na política de crescimento econômico com ênfase em bens primários, para além dos industrializados e beneficiados. Ainda segundo os autores, somente na primeira década do século XXI, a produção mineral do Brasil cresceu 550%, tanto no valor do minério, quanto nas toneladas extraídas. Os dados do Informe mineral de 2001, do DNPM apontavam que o valor da extração em 2000 foi de aproximadamente R\$32,6 bilhões. No sumário mineral de 2015, esse valor salta para R\$61,2 bilhões. Em 2014, a quantidade extraída de minério de ferro superou em mais de 100 milhões de toneladas, os cinco principais minérios extraídos no ano 2000 (calcário, alumínio, carvão, rocha fosfática e ferro).

Além das políticas internas do país e dos problemas de ordem local, o crime-desastre da Samarco/Vale/BHP insere-se como um complexo processo nesse jogo econômico da geopolítica global. Nesse, a economia de mercado demanda bens primários (minério) a baixos custos, impondo o extrativismo em países que possuem governos coniventes e permissivos, “alinhadíssimos com a democracia liberal”, como fora nos governos de Lula e Dilma (01/01/2003- 2006 1<sup>o</sup>. mandato e 2<sup>o</sup>. mandato 01/01/2007-2011; e Dilma Rousseff 1/01/2011-31/08/2016).

Em 2005 se deu a abertura do processo de licenciamento ambiental referente à barragem de Fundão, com a apresentação dos estudos (EIA-RIMA), elaborados através da contratação da Consultoria Brandt Meio Ambiente e analisado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM-MG). A exposição dos estudos ocorreu justamente no início do processo de elevação do preço do minério de ferro, associada, portanto, à estratégia de expansão da extração pela Samarco (WANDERLEY *et al.*, 2016). As licenças prévias e de instalação foram concedidas para a Samarco em 2007, e a licença de operação em 2008: todas através do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM).

O preço do minério de ferro alcançava, no ano seguinte, seu primeiro pico, quando foi concedida a licença de operação, autorizando o funcionamento da infraestrutura e possibilitando maior ganho de escala. No ano de 2011 grifou-se um novo pico de preços após a crise de 2008, de modo que a Samarco entrou com o pedido de renovação da licença de operação, concedida no mesmo ano, com validade até 2013. A licença buscava manter a infraestrutura para as operações em curso, e também estava associada a novos projetos de expansão do complexo Germano como um todo e da barragem em particular (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Em 2013, foi feita uma solicitação de renovação da licença de operação da barragem do Fundão, licença essa que não foi aprovada até o dia de seu colapso, 5 de novembro de 2015. No ano de 2014, foram emitidas em conjunto as licenças prévia e de instalação (LP/LI) para o projeto de otimização da barragem<sup>59</sup>. Em junho de 2015 essas licenças foram, também, emitidas simultaneamente para o alteamento e unificação das barragens de Germano e Fundão. Inferimos que as intervenções realizadas na barragem de Fundão no momento do rompimento, remetem a um ou a ambos, os projetos com licenças de instalação válidas (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Não obstante, seria mais do que urgente, que os EIAs dessas duas obras tivessem considerado a possibilidade de seu colapso durante a operacionalização da obra, o que não foi observado pelas análises realizadas por Wanderley *et al.* (2016). Os autores declaram que o contexto de queda do preço da commodity, iniciado a partir de 2011, implicou numa estratégia empresarial de redução dos custos operacionais e de investimentos, afetando a segurança e qualidade das obras. Considerando somente a barragem de Fundão, foram ao todo três diferentes EIA-RIMAs apresentados ao órgão ambiental, disponibilizados à sociedade e submetidos às audiências públicas. E pior, além destes, a cada novo projeto de ampliação de mina ou de qualquer infraestrutura da Samarco, foi elaborado um novo estudo igualmente entregue aos órgãos ambientais, mas que não obrigatoriamente por lei tenha sido

---

<sup>59</sup> Dentre as etapas do Licenciamento Ambiental estabelecidas na Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Nº 6938/81, tem-se a Licença Prévia, que consiste na etapa de aprovação da localização e concepção do empreendimento, em fase de planejamento preliminar, atestando sua viabilidade ambiental, além de estabelecer os requisitos basilares e condicionantes que deverão ser atendidos nas próximas fases de sua implantação. Nesta etapa se estabelece, ainda, ao requerente os parâmetros para lançamento de efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos, emissões sonoras, bem como a exigência de apresentação de propostas de medidas de controle ambiental provenientes dos possíveis impactos a serem gerados. Já na etapa da Licença de Instalação, estabelece-se e autoriza a instalação do empreendimento, atividade ou obra, conforme as especificações que constam nos planos, programas e projetos aprovados, fixando o cronograma de execução das medidas mitigadoras, bem como a implantação dos sistemas de controle ambiental. Ver mais em: [http://pnla.mma.gov.br/etapas-do-licenciamento#:~:text=Licença%20Prévia%20\(LP\)%3A%20aprova,implantação%2C%20bem%20como%20suprindo%20o.](http://pnla.mma.gov.br/etapas-do-licenciamento#:~:text=Licença%20Prévia%20(LP)%3A%20aprova,implantação%2C%20bem%20como%20suprindo%20o.) Acesso em novembro de 2020.

disponibilizado para a sociedade e submetido a procedimentos de audiência pública (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Ora, o que se torna nítido é que esse tipo de abordagem passa a configurar uma fragmentação estratégica do processo de licenciamento, subdimensionando os impactos gerados e o número de grupos atingidos, apartando-os como especificidades de cada projeto ou obra separadamente. O Estado garante, estrutura e legitima os meios pelos quais, o setor privado irá licenciar seus empreendimentos. É curioso que em momento algum se debateu de forma integrada e sistêmica, o complexo minerário da Samarco e a amplitude de seus impactos socioambientais, que abrangem uma área de influência que interliga Mariana, em Minas Gerais, à Anchieta, no Espírito Santo, por meio de minerodutos. Fragmenta-se e pulveriza-se igualmente o debate com a sociedade em diferentes audiências. Ao dificultar qualquer acompanhamento social dos processos e controle do licenciamento, também o fazem com os programas de mitigação, compensação e monitoramento apresentados e das condicionantes exigidas (inclusive se são realmente cumpridas). Produzem-se informações em demasia e as arranjam de forma completamente difusa, e, não obstante, separam ainda o licenciamento em diferentes órgãos ambientais e distintas esferas do poder político federativo (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Em destaque, podemos apreender como esses processos de licenciamento ambiental que envolvem megaempreendimentos potencialmente poluidores, ou geradores de elevados riscos e danos socioambientais podem, atualmente, ser definidos como uma mera etapa burocrática, cujo objetivo é a obtenção das licenças previstas. Soa mesmo contraditório, quando nos âmbitos político, econômico e técnico envolvidos, com efeito não consideram a possibilidade de cancelamento desses projetos, compreendendo-os como inevitáveis ao desenvolvimento econômico. Raramente existem processos indeferidos pelos órgãos ambientais, porém, geralmente a aprovação é acompanhada de uma série de condicionantes, que se supõe serem passíveis de mitigar, compensar e impedir os danos socioambientais causados, no paradigma da adequação ambiental:

O jogo político dá-se, então, no âmbito do paradigma da adequação ambiental, o qual é destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas “externalidades” ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras a compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário. Dessa forma, assegura-se a dominação do espaço de tomada de decisões por uma visão hegemônica do que sejam as possibilidades de “uso” dos recursos naturais a partir da lógica de mercado. O poder simbólico exercido pela juridificação do Estado não se restringe apenas à imposição da visão hegemônica de mundo por meio de leis e normas deliberativas, mas, sobretudo, se revela como poder de efetiva intervenção no mundo (ZHOURI, 2008, p. 100).

Neste sentido, Haroldo Torres (2006) delinea três grandes implicações do licenciamento ambiental brasileiro: 1ª. A categoria impacto ambiental se refere a um projeto específico, que deve ser claramente identificado como fonte primária da degradação ambiental, o que já apresenta sérios limites à tentativa de caracterizar os processos de transformação do espaço, determinados pela ação simultânea de milhares de agentes; 2ª. A definição intrínseca nas áreas de influência, requisito crucial à produção do diagnóstico, do prognóstico e da proposição de medidas mitigadoras. No EIA definem-se os limites da área geográfica a ser “direta” ou “indiretamente afetada” (ADA, AID) têm-se como base a bacia hidrográfica onde o projeto ficará localizado. Arbitrariamente, essa delimitação é constantemente alterada como um processo *ad hoc*, o que implica afirmar de forma facciosa que riscos estão presentes ou ausentes, em um dado espaço geográfico (a depender da escala de sua visibilidade); 3ª. As consequências não antecipadas das políticas públicas trazem o problema da previsibilidade. Seriam esses “impactos” facilmente previsíveis? Como antecipar, prever e isolar a simultaneidade decorrente da sobreposição de outras políticas públicas, arbitrariedades para acumulação de capital, projetos e dinâmicas espontâneas de ocupação em curso, em áreas adjacentes ao projeto?

Tal enredo nos evoca as seguintes questões: Qual risco é aceitável? Se os riscos não foram aceitos na área de influência do complexo minerário, seriam aceitáveis em outras áreas não influenciados por ele? Quais critérios objetivos permitem realmente julgar esse tipo de questão? Ao contradizer as delimitações técnicas definidas nas etapas de LP e LI do estudo de impacto ambiental, o rompimento da barragem de Fundão provocou violentas repercussões para muito além de suas “áreas de influência”, o que, obviamente, não estava previsto/estimado em qualquer documento existente. Como apontam Wanderley *et al.* (2016), no que concerne as avaliações contidas no EIA de Fundão, os analistas que elaboraram o estudo não consideraram, em momento algum, a possibilidade do rompimento da barragem ou o extravasamento do rejeito em grande quantidade, tampouco se ocorresse, seu fluxo ocuparia o percurso da hidrografia até o Rio Doce e, posteriormente, difundir-se-ia pelo Oceano Atlântico. O mais irônico e trágico é que o único “impacto ambiental” previsto sobre a sociedade, na fase de operação do empreendimento, foi o aumento da geração de empregos e na renda regional, considerando-os positivos! Ora, das 20 mortes causadas diretamente pelo rompimento de Fundão, 13 são de funcionários da própria Samarco/Vale/BHP.

As etapas pelas quais passa todo o processo de escolha e localização do empreendimento, as licenças de pesquisa, bem como as licenças operacionais, só são

possíveis mediante as diretrizes e regulamentações estruturadas pelo próprio Estado. As diversas falhas desse processo evidenciam o desastre, como uma produção política e socioespacial. Ele foi produzido desde a base dos processos históricos, perpassando pelo plano de implementação do empreendimento, pela extrema fragmentação da realidade pela qual os estudos se voltam, bem como os espaços institucionais onde são apresentados e definidos, pela pseudoparticipação etc. São indícios de como os crimes-desastres, no plural, são estruturados nas mais diversas contradições, pela sinergia entre o movimento de globalização da economia, os empreendedores e o próprio Estado e as formas de poder locais. Reitero, o problema não se trata somente do rompimento em si, mas da forma como se legitima a produção de crimes e desastres, para depois, ser cercado e dirigido pela instituição e institucionalização de sua “gestão participativa”. A barbárie garante a perpetuação do poder e controle territorial, assegura a qualquer custo, o lucro em detrimento dos direitos.

## **2.2. ORIENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NA ANÁLISE DO DISCURSO**

### *Princípios e Fronteiras*

A seguir veremos os caminhos e desenhos metodológicos do estudo no campo da Análise do Discurso (AD), planejando, também, algumas reflexões baseadas na perspectiva de Michel Foucault sobre os conceitos de Governamentalidade e Biopolítica. Retomaremos, no Capítulo III, o tema da Governança a partir da AD propriamente dita, no que concerne ao processo do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP, instituído pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre Ministério Público, Defensoria Pública, União, governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A., a BHP Billiton Brasil S.A. e a Fundação Renova, que ficara conhecido informalmente por TAC-Governança ou TAC-Gov (TACG).

A maneira de se estudar a língua sempre foi distinta em diferentes épocas, pontuada por diferentes tendências no encaicho de seus distintos estudiosos. Trata-se de um campo que remete, historicamente, há uma temporalidade que chega há aproximados dois mil anos, nos estudos da Retórica grega, por exemplo. Sua concepção na ciência moderna se dá por volta da década de 1960, quando a AD começa a se constituir mais claramente como um campo de estudos (GREGOLIM, 1995). Temos diversas maneiras de estudar a linguagem: seja concentrando a atenção nos aspectos da língua enquanto sistema de signos ou como sistema

de normas e regras formais, daí termos a Linguística e a Gramática. Ademais, a própria palavra gramática e a palavra língua podem ter significados distintos, por isso as gramáticas e as formas de se estudar a língua são tão distintas em diferentes épocas. Tendo em vista justamente essa pluralidade de significar, que os estudiosos passaram a se envolver com a linguagem de uma maneira particular, dando origem à Análise do Discurso (ORLANDI, 2005).

As compreensões teórico-conceituais e práticas a respeito da AD, também, são as mais diversificadas: como toda disciplina, seja de que campo for, ao se dispor a um novo saber ou criação conceitual, requer um novo objeto teórico do conhecimento, uma sistematização de condutas, dialogando em seu percurso com áreas próximas, passando por crivos rigorosos, análises minuciosas de investigação até começar a se consolidar e adquirir, digamos, seu “status científico”. No interior mesmo do discurso científico, sua produção passa, ao mesmo tempo, pela organização, seleção, controle e distribuição, obedecendo uma série de procedimentos (ADÃO, 2006; FOUCAULT, 2004 [1970]).

Qualquer que seja o estudo da linguagem atualmente, de alguma forma, presta algum tributo ao suíço Ferdinand Saussure (1857-1913), seja tomando-o como ponto de partida, admitindo seus postulados teóricos, seja rejeitando-os. Considerado o principal responsável pelas transformações teóricas no campo linguístico entre os séculos XIX e XX, Saussure, possui importantes contribuições. Como Adão (2006) destaca, podemos observar suas contribuições em três aspectos principais:

1) O primeiro aspecto diz respeito a formalização e explicitação de Saussure sobre as duas dimensões fundamentais do estudo da linguagem: a dimensão sincrônica e diacrônica, atribuindo à essas dimensões seus métodos e princípios próprios. São conceitos distintos, porém, complementares. A dimensão sincrônica estuda os fenômenos da língua em uma determinada época, através do recorte de uma fase. Já a dimensão diacrônica consiste no estudo dos fenômenos da língua ao longo do tempo; 2) No segundo aspecto, Saussure reconhece que a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro; separando, desse modo, a competência linguística do falante, dos dados linguísticos reais (enunciados), denominando-os respectivamente "*langue*" e "*parole*". Apesar de ele reconhecer os dois lados da linguagem – social e individual –, ele se insere especificamente no campo da língua; 3) Já no terceiro aspecto, Saussure entende que a língua não é um aglomerado de entidades autônomas, mas que deve ser sincronicamente considerada e descrita como um sistema de elementos lexicais, gramaticais e fonológicos inter-relacionados. Desse modo, ele mostra que cada elemento linguístico se define em função dos

outros: define a língua como um sistema lógico, um todo por si e um princípio de classificação (ADÃO, 2006, p. 47).

Sem dúvidas, a língua é um fato social, como no entendimento de Saussure, cuja existência ampara-se nas necessidades da comunicação. Contudo, mesmo reconhecendo o valor de sua revolução no campo da linguística, logo mostraram-se os limites de sua dicotomia pela exclusão da fala no campo da disciplina. A problemática de Saussure e seus seguidores está em conceberem uma linguística unificante enquanto objeto abstrato ideal, consagrando-a como um sistema sincrônico homogêneo que rejeita suas manifestações individuais, como a fala. Ademais, através da AD procura-se justamente compreender a língua atribuindo sentido, enquanto trabalho material e simbólico, seja como parte do trabalho social, constitutivo do humano e de sua história. A AD compreende a linguagem como mediação necessária entre a humanidade e a realidade. É o discurso, como mediação, que torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do humano e da realidade em que ele vive (OLANDI, 2005).

Um primeiro aspecto a se observar, que se distancia da concepção de Saussure, é que entendemos aqui que a AD não lida com a língua enquanto um sistema abstrato, mas a língua em movimento no mundo, com as diversas formas de significar: as pessoas falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada sociedade. Dois conceitos tornam-se, então, centrais nesse campo: *ideologia* e *discurso*; disseminando um quadro teórico que alinha o campo linguístico ao social e histórico. É assim, que trilhando pelos caminhos abertos por Saussure, o russo Mikhail Bakhtin (1895 – 1975) parte, também, do princípio de que a língua é um fato social, cuja existência funda-se nas necessidades da comunicação. Contudo, o que Bakhtin traz é estimar justamente a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social e individual. Para ele a fala encontra-se indissolúvelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez, estão sempre em conexão com as estruturas sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999).

Cabe salientar que as elucubrações e as obras produzidas pelo que ficou conhecido como *Círculo de Bakhtin* são produto de reflexões que não se limitam ao autor Mikhail Bakhtin, portanto, não são uma unidade discursiva, mas fazem parte de um grupo que contava com a participação de diversos outros estudiosos que vão do extremo da negação intelectual de V. N. Volochínov (1895-1936), P. Medvedev (1892-1938), I. Kanaev (1893-1983), M. Kagan (1889-1934), L. Pumpianskii (1891-1940), M. Yudina (1899-1970), K. Vaguinov (1899-1934), I. Sollertinski (1902-1944), B. Zubakin (1894-1937) às dúvidas em torno da

autenticidade de determinadas ideias e conceitos considerados, digamos, genuinamente bakhtinianos (BRAIT & CAMPOS, 2009 *apud* MOLON & VIANA, 2012).

Divergindo enfaticamente do objetivismo abstrato de Saussure e do subjetivismo individualista da escola de alemã de Vossler, nos últimos 60 anos, Bakhtin influenciou as principais orientações teóricas dos estudos sobre o texto e o discurso, valorizando a fala, a enunciação e afirmando sua natureza social. Para ele, a fala está indissolivelmente conectada às condições de comunicação, desse modo, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Bakhtin preconiza, portanto, a enunciação como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados: trata-se de uma visão dialógica da linguagem, concebendo a interação verbal como princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido do discurso (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999; ADÃO, 2006).

Bakhtin traz a primazia da palavra, cuja orientação se dá em função de um interlocutor. A palavra, portanto, comporta duas faces: é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. O ponto de partida para quaisquer que sejam os objetivos de um estudo ancorado pela visão bakhtiniana, só pode ser o texto como enunciado na interação verbal, como objeto linguístico-discursivo. O texto é, por conseguinte, objeto das ciências humanas, pois humano e sociedade são estudados no texto: tudo que é linguístico são apenas recursos, pois Bakhtin compreende que o texto não existe fora da sociedade e, tão logo, não pode ser reduzido à materialidade linguística (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999; ADÃO, 2006).

Para ele, o problema com a materialidade linguística é que essa abstrai as funções sociais e ideológicas do texto – os contextos históricos, sociais, culturais etc. É justamente a concepção social que define o texto como caracteristicamente dialógico entre seus interlocutores e pelo diálogo com outros textos. Para Bakhtin, por mais variadas que sejam, todas as esferas da atividade humana, elas relacionam-se sempre com a utilização da língua, o caráter e as formas de utilização são tão diversos quanto as próprias esferas da atividade humana. Para ele, a utilização da língua efetua-se através de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes das mais distintas esferas da atividade humana (ADÃO, 2006).

Bem, digamos que para Bakhtin, as bases de uma teoria marxista, da filosofia da linguagem entende que

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e **são diretamente determinadas pelo conjunto de leis sociais e econômicas. A realidade ideológica**

**é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica** (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p.36. Grifo meu).

Assim como toda materialidade tecnológica, os artigos de consumo, os fenômenos ditos naturais, Bakhtin aponta, também, para um universo particular que é o universo dos signos, que não está descolado dessas realidades. Para ele todo corpo físico, bem como os produtos de consumo e os instrumentos de produção, são partes constituintes de uma realidade, seja esta social ou “natural”, assim como são, também, os produtos ideológicos; contudo, diferentemente dos primeiros, os produtos ideológicos refletem e refratam uma realidade outra que lhe é exterior: *“tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p. 31).

Um exemplo bastante ilustrativo que Mikhail Bahktin/Volochínov (1999) nos apresenta para pensarmos como os instrumentos de produção podem ser percebidos como símbolos são: a foice e o martelo. São objetos que em si mesmo tem por utilidade a produção, são ferramentas, mas que no emblema da União Soviética estão revestidos de um sentido puramente ideológico. Neste sentido, cada signo ideológico não se resume apenas em um reflexo ou sombra da realidade, ele é, também, um fragmento material dessa realidade, como um som ou mesmo um movimento do corpo, como, por exemplo, a saudação nazista, como sinal de lealdade e culto à personalidade de Adolf Hitler.

Portanto, sem o universo dos signos não existe ideologia, eles são mutuamente correspondentes, tudo que é ideológico é um signo e possui um valor semiótico. O corpo físico em si mesmo não significa nada. Este corpo físico vale por si próprio, além de não significar nada, coincide integralmente com sua própria natureza e, portanto, não é uma ideologia. Entretanto, esses corpos físicos podem ser percebidos como símbolos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999). O signo e seus efeitos, portanto, surgem na experiência exterior e, este, é um ponto de fundamental importância, pois há aí uma problemática apontada por Marx e retomada por Bakhtin, que se encontra na distorção de se encaixar a ideologia na consciência.

É no processo de interação social que a consciência se torna tal, quando impregnada de conteúdo ideológico (semiótico). Mas não é o que a filosofia idealista e o psicologismo trazem, pois para o idealismo, a ideologia torna-se tudo, determinando a existência e, para o positivismo psicologista, ao contrário, a consciência torna-se nada, reduzida a um simples aglutinamento de reações psicofisiológicas ocasionais, que pelo acaso, resulta numa criação ideológica significativa e unificada (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p. 34). O idealismo e o psicologismo, portanto,

[...] esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material dos signos. [...] A compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo [...] estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando-se umas às outras (BAHKTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p.33-34).

Para o autor, a consciência individual é, então, um fato sócio ideológico, de modo que ela própria deve ser explicada a partir do meio social e ideológico e não o contrário. O grande problema em questão é que, de modo geral, a consciência “*tornou-se o asyllum ignorantiae de todo edifício filosófico. Foi transformada em um depósito de todos os problemas não resolvidos, de todos os resíduos objetivamente irreduzíveis*” (BAHKTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p.35).

Alguns dos pilares sobre os quais se erguem toda a concepção da linguagem são constitutivos do *Círculo de Bakhtin* como: *a interação verbal, o enunciado concreto, o signo ideológico e o dialogismo*. Esse primeiro pilar, a *interação verbal*, constitui a realidade fundamental da língua. Essa concepção ancora-se no entendimento de linguagem que toma como sua natureza a de comunicar, de se dirigir ao outro. O *Círculo de Bakhtin* se consagra enquanto projeto de desenvolvimento de uma filosofia da linguagem alicerçado exatamente em seu aspecto comunicativo. Bakhtin critica concepções que se esteiam na função de formação do pensamento, independente da comunicação. E, por outro lado, critica, também, visões que compreendem a língua como deduzida da necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se. Essas críticas se dirigem, sobretudo, à Wilhelm Humboldt, primeiramente e a Karl Vossler, pois elas pressupõem que a substância da linguagem nessas formas se reduzem à criação espiritual do indivíduo e, portanto, deixam a natureza comunicativa da linguagem (social) em segundo plano (MOLON & VIANNA, 2012).

O que o *Círculo* traz é que a matriz geradora da linguagem se dá através da comunicação tomada como materialização, como realização concreta da interação verbal/discursiva, enquanto *realidade fundamental da língua*. O *Círculo de Bakhtin* entende a comunicação como realização concreta da interação verbal porque entende que toda palavra parte de alguém e dirige-se para alguém, serve de expressão a *um* em relação ao *outro* (MOLON & VIANNA, 2012). Ou seja,

A comunicação, por esse entendimento, não é a expressão de algo (pré-existente, interior) por alguém a alguém por meio de palavras – o que a caracterizaria como

um mero instrumento. A comunicação, tomada como realidade fundamental da língua, é justamente o processo de expressar-se em relação ao outro, e não simplesmente para o outro. É esse em relação, pelo qual o eu só existe, em relação ao outro, e só assim pode se expressar, que configura a dinâmica da interação verbal/discursiva (MOLON & VIANNA, 2012, p.148).

Há aí uma questão central no pensamento do Círculo de Bakhtin, por que o *outro* possui essa centralidade? Isso, porque o interlocutor, seja ele real ou suposto, não é passivo pois ao compreender e perceber o significado linguístico do discurso, o interlocutor ocupa simultaneamente em relação ao locutor uma posição ativa, responsiva. Neste sentido, “*Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante*” (BAKHTIN, 2006 apud MOLON & VIANNA, 2012 p.148 – grifo nosso).

E o que seria o enunciado vivo, ou fala viva? A resposta advém da explicação do *enunciado concreto*, que é o segundo pilar do pensamento do Círculo de Bakhtin. Como a realidade fundamental da língua se dá através da interação verbal, e essa se dá na e pela comunicação, qualquer estudo sobre a língua deve se debruçar sobre sua manifestação real e objetiva, e não em manifestações abstratas e opacas. A expressão de *um* em relação ao *outro* como linguagem situa-se em um determinado contexto sócio histórico e, assim, é marcado na temporalidade como um evento único e que não se repete. Por ser essa atividade um fenômeno real e concreto, realizado num determinado espaço e tempo, é, portanto, irrepetível e sócio historicamente situado, e é justamente à essa atividade que se atribui o nome de *enunciado concreto*. (MOLON & VIANNA, 2012).

É justamente pela constatação de que os interlocutores da enunciação concreta são reais e situados sócio historicamente, que se pode compreender o caráter *ideológico do signo*, que compõe o terceiro pilar do pensamento bakhtiniano, pois através da materialização da comunicação é que se dá existência ao signo, e por essa comunicação ser realizada entre sujeitos que estão situados sócio historicamente, é da natureza do signo, portanto, constituir-se sócio historicamente, refletindo e refratando a realidade (MOLON & VIANNA, 2012). E, portanto

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (concordar, discordar, aceitar, refutar, ponderar, ignorar, etc), todo ouvinte se torna falante, e essa atividade responsiva é permeada, por sua vez, de uma **visão de mundo**, de uma atitude frente à própria vida real, vivida (MOLON & VIANNA, 2012, p.151 – grifo nosso).

E como quarto e último pilar do pensamento do Círculo de Bakhtin encontra-se o *dialogismo*, que é a base de todo o pensamento do Círculo. O dialogismo pode ser entendido como uma qualidade ontológica do enunciado concreto. Podemos entender por dialogismo, a compreensão de que qualquer enunciado (fala verbalizada entre sujeitos reais, um discurso que toma forma de texto, um poema, um artigo científico etc.) é intrinsecamente uma resposta a enunciados anteriores e, uma vez concretizado, abre-se à resposta de enunciados futuros (MOLON & VIANNA, 2012).

Podemos entender, portanto, esses quatro pilares como correspondentes entre si de tal maneira que a realidade fundamental da língua é a interação verbal, que por meio da enunciação concreta se materializa pela comunicação verbal. A enunciação concreta é concreta por ser entre sujeitos reais e sócio historicamente situados, essa enunciação carrega consigo visões de mundo, ideologias, que constroem o significado das palavras, uma vez que o sentido e a apreciação estão articulados intrinsecamente na linguagem da vida real (MOLON & VIANNA, 2012).

Enfim, as reflexões de Bakhtin sobre a interação verbal, o enunciado concreto, o signo ideológico e o dialogismo trazem um marco fundamental para nós, demonstram que os estudos sobre o funcionamento da língua, não são restritos ao aspecto majoritariamente linguístico, como um sistema estático, monolítico. Isso denota como esse campo do conhecimento têm seguido por direções teóricas e metodológicas muito distintas, como afirmei anteriormente, e mesmo que essas tendências compartilhem de uma mesma dimensão, cada uma resguarda sua perspectiva teórica implícita ou explicitamente. É nesse sentido que existe uma dificuldade de se traçar uma perspectiva homogênea teórica e metodológica entre essas diferentes tendências, pois estão submetidas à própria heterogeneidade da língua (ADÃO, 2006). Paradoxalmente, o fato de as tendências partilharem um mesmo objeto de conhecimento, assenta-as num contexto de disputa, de modo que na AD é provocada certa tensão quanto à metodologia e análise. A perspectiva de se refletir sobre os *domínios* e *fronteiras*, incide justamente nesse tensionamento, dada a natureza interdisciplinar da análise do discurso.

#### *Análise do Discurso – Horizonte de interdisciplinaridade*

Tracemos agora um breve horizonte dos princípios interdisciplinares sob os quais a concepção francesa de análise do discurso, a qual me alinho nesse estudo, vem se formando. O advento da AD, na década de 1960, é caracterizado por um contexto teórico no qual vários

estudiosos comprometeram-se a fazer uma releitura do estruturalismo, sobretudo, no que se refere à sua base unificadora (a linguística), ancorada no centro do dispositivo das ciências sociais. Nessa releitura do estruturalismo, a dicotomia postulada por Saussure (*langue/parole*) passa por diversos questionamentos, e os estudos a respeito da exterioridade da língua são iniciados em diferentes formas, rompendo com a concepção instrumental e tradicional da linguagem (ADÃO, 2006).

Nesse momento na França, passa a se constituir a partir da releitura das obras de Marx, Freud e Saussure, um campo filosófico, epistemológico e político heterogêneo, o qual orienta essa tríade ao lado da linguística e da psicanálise, a antropologia, a história e a política. As relações interdisciplinares da AD constituem-se em duas dimensões: primeiro através das disciplinas afeitas aos estudos da ciência linguística – teoria da enunciação, teorias do texto, semântica, pragmática, semiótica, etc.; segundo, através dos domínios das ciências humanas como a ciência política, sociologia, psicologia, geografia, história, comunicação, filosofia, etc. (ADÃO, 2006, p.47).

Os conceitos de *ideologia* e *discurso* tornam-se, então, centrais nesse momento na França; propagando-se um quadro teórico alinhando o campo linguístico aos campos da sociologia e da história. Podemos dizer que o primeiro é fortemente influenciado não só por Bakhtin, mas principalmente pelo conceito de ideologia em Althusser, o qual parte de seu trabalho *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Já o segundo, o qual iremos nos aproximar mais nesse estudo, tem por marco a influência dos conceitos desenvolvidos por Michel Foucault em sua *Arqueologia do Saber*, bem como de sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970. Sob a influência desses dois teóricos Michel Pêcheux, inaugurador da AD, engendra o conceito de “formação ideológica” e “formação discursiva”, respectivamente (ADÃO, 2006). A ideia de formação discursiva será abordada com mais atenção posteriormente, pois é parte da fundamentação teórica que embasa esse estudo.

Inspirado pelas teses de Althusser e contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela existência espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si, Pêcheux concebe o sujeito não como um dado a priori, mas constituído no discurso (ADÃO, 2006, p.53). Através da figura da interpelação ideológica preconizada por Althusser, sentido e sujeito se constituem num processo simultâneo<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> A “interpelação” corresponde a “uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento” (Pêcheux, 1996: 149). “O teatro da interpelação”, então, confere a ligação do “sujeito perante a lei”, apresenta esse vínculo como se “o teatro da consciência - eu vejo, eu falo etc. - fosse

Para Althusser, a teoria marxista de Estado seria parcialmente descritiva, contendo elementos complexos e diferenciados, cujos preceitos e funcionamentos não poderiam ser compreendidos sem um aprofundamento teórico suplementar, uma vez que suas experiências e procedimentos configuraram-se, sobretudo, no campo da prática política, não a exprimindo numa teoria correspondente. É nesse sentido que Althusser faz uma distinção do poder de Estado e aparelho de Estado com outra realidade: os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Ele os concebe sob a perspectiva de distintas instituições: AIE religiosos (diferentes igrejas); escolares (escolas públicas e privadas); da família (embora desempenhe outras funções, pois intervém na reprodução da força de trabalho); jurídicos (pertencem também ao aparelho repressivo); políticos (o sistema político, os diferentes partidos); sindicais; dos sistemas de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.); culturais (Letras, Belas Artes, esportes, etc.) (ADÃO, 2006, p. 49).

Em sua primeira tese, Althusser concebe ideologia como a forma pela qual os homens vivenciam suas relações mediante as condições reais de existência, sendo esta relação essencialmente imaginária:

Diz-se comumente que a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política, etc. são 'concepções' de mundo. Contrapomos, a menos que se viva uma dessas ideologias como a verdade (se, por exemplo, se 'crê' em Deus, na Justiça etc.), que está ideologia de que falamos a partir de um ponto de vista crítico, de um exame ao do etnólogo dos mitos de uma "sociedade primitiva", que essas "concepções de mundo" são em grande parte imaginárias, ou seja, não correspondem à realidade. Portanto, admitindo que elas não correspondam à realidade e que então elas constituem uma ilusão, admitimos que elas se refiram à realidade e que basta 'interpretá-las' para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade mesma desse mundo (ideologia = ilusão/alusão) (Althusser, 1985, p.79 - 80).

Em sua segunda tese, Althusser concebe a existência material das "ideias". Ele retoma a tese dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas para afirmá-la em relação à sua materialidade ideológica. Para ele uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas, cuja existência é material. A existência material da ideologia em um aparelho e suas práticas não seria a mesma de um objeto como o paralelepípedo ou uma arma. A materialidade se expressa de inúmeras maneiras, ou melhor, ela existe sob diferentes formas, todas enraizadas em última instância na materialidade concreta (ADÃO, 2006).

A noção de sujeito em Pêcheux é tributária da tese Althusseriana de que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos". O sujeito em Pêcheux, neste momento, é caracterizado

---

observado dos bastidores" e designa, pela discrepância da formulação "indivíduo/sujeito, o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado a existir" (PEREIRA e DEL GAUDIO, 2014, p.146 -147).

por uma forte dimensão social e histórica, delimitado pela formação discursiva, que define aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito. Althusser exerce, portanto, forte influência sobre Pêcheux, inclusive em sua inserção na política, mas, sobretudo, como corolário de sua produção de conhecimento:

As razões que conduzem Pêcheux à construção da Análise Automática do Discurso são, fundamentalmente, a ideia de que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social, ou seja, há uma relação oculta entre a prática política e as ciências sociais; a ligação entre a prática política e o discurso. A concepção da linguagem que a reduz à simples instrumento de comunicação é, para Pêcheux, nas "ciências humanas e sociais", uma ideologia que possui a função de mascarar sua ligação com a prática política; obscurecer esta ligação é ao mesmo tempo colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais (ADÃO, 2006, p. 53).

Em 1968, a “Análise Automática do Discurso” (AAD) compõe o objeto da tese defendida por Pêcheux, aonde desponta dos campos da epistemologia e da crítica das ciências humanas e sociais. Ele postula nesse estudo uma teoria do discurso na qualidade de uma teoria geral da produção dos efeitos de sentido, intervindo no campo da ideologia e da psicanálise. Esta obra coloca de forma original, fundamentalmente questões sobre o texto, a leitura e o sentido, inaugurando essa primeira fase da AD na França.

Com efeito, o próprio percurso de Pêcheux pelo discurso, é um marco teórico em que se enredam suas grandes questões sobre a linguagem, a história e o sujeito, demonstrando quão interdisciplinar são os princípios da análise do discurso. É nesse sentido que, sob o aporte da língua, ideologia e discurso a AD vai se consolidando enquanto um campo interdisciplinar: *“Se hoje lidamos com variadas concepções de análises de discursos, certamente isso se deve a esse veio interdisciplinar, e à estreita relação com a linguística”* (ADÃO, 54).

## **PARTE III**

### **A LAMA DO HOMEM E A NATUREZA DO DESASTRE**

## **CAPÍTULO III – PRIMEIRO COMO TRAGÉDIA E DEPOIS COMO FARSA: O CRIME-DESASTRE DA SAMARCO**

### **3.1. O DISCURSO DO CONSENSO NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO TAC – GOVERNANÇA (TACG)**

#### *A construção do TACG*

Agora que traçamos anteriormente o panorama da Análise do Discurso como um campo que se constitui na interdisciplinaridade, podemos melhor delimitar a perspectiva de Michel Foucault em relação ao discurso e ao poder, como eixo central de análise nesse estudo. Partindo de suas reflexões, entenderemos como o discurso configura-se como uma prática social e de poder, uma vez que são discursos que conferem a materialidade e a plasticidade às relações de poder e, como tais são constitutivos da sociedade. No entanto, ao contrário do que comumente se pensa no meio acadêmico, de que o objeto primordial de Foucault é o estudo do poder, ele afirmara em um texto de 1983, que seu objeto nos últimos vinte anos fora “*criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos*” (FOUCAULT, 1995a, p. 231).

Esse equívoco não é por menos, pois ao se debruçar sobre os fenômenos de objetivação do sujeito, Foucault de fato cria uma analítica do poder, entretanto, o que se evidencia não é uma teoria do poder, tampouco, uma teoria do sujeito, mas sim um mapeamento de complexas relações de poder no interior das quais os sujeitos são objetivados. Foucault evita formular uma teoria do poder posto que tal teoria obstruiria a própria análise das relações de poder:

Será preciso uma teoria do poder? Uma vez que uma teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser afirmada como uma base para um trabalho analítico. Porém este trabalho analítico não pode proceder sem uma conceituação dos problemas tratados, conceituação esta que implica um pensamento crítico – uma verificação constante. (FOUCAULT, 1995a, p. 232).

Seu intuito não era estabelecer um método pronto e acabado como algo diretamente aplicável e/ou replicável. De fato, ao cristalizar uma teoria, Foucault acabaria por impor um molde fixo e inanimado à análise das diversas relações sociais concretas. Ademais, ele não formula uma teoria do poder, pois este é o operador central de suas análises, é a estratégia de

seu pensamento. Por estratégia do pensamento não devemos entender uma perspectiva subjetivista e sim a condição de possibilidade de seu método analítico. Certamente, ele não se dispensa das conceituações necessárias e, compreende o poder como o suporte móvel de uma dispersão material: *“a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”* (FOUCAULT, 2003, p. 88). O poder não é uma forma substancializada passível de ser conquistada, mas sim produzida e ameaçada por toda e qualquer relação concreta, porque *“se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”* (FOUCAULT, 2003, p. 89).

E em que se fundamenta a materialidade do poder? Podemos pensar em uma ampla gama de elementos os quais se prestam as relações de poder como o arranjo arquitetônico de uma edificação, uma sala de aula, os testes e mecanismos de controle de uma disciplina científica, as práticas jurídicas que instituem as ações civis públicas, processos, acordos e as “tecnologias de resolução de conflitos” do crime-desastre, ou mesmo as estruturas dos pátios das mineradoras e suas barragens, como no caso da Samarco/Vale/BHP. Mas nos atentemos, todos esses elementos são atravessados por algo, ou melhor, há algo em meio a esses elementos que é sempre materializado pelas relações de poder, algo que confere plasticidade e materialidade: o discurso. Em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, Foucault tenta nortear a seguinte questão: *“Afiml, onde está o perigo do discurso?”* Nessa aula, intitulada *A ordem do discurso*, ao mesmo tempo que o autor enuncia os “perigos do discurso”, constitui seu conceito.

Como discutimos no decorrer do estudo, enquanto responsável pela barragem de rejeitos de Fundão, a Samarco Mineração S.A., controlada pelas acionistas Vale e BHP Billiton, se tornou, juntamente com suas controladoras, ré em vários processos judiciais para a investigação de sua responsabilidade legal, bem como sua consequente obrigação de reparação dos danos causados. Aqui iremos discutir essa sistemática de resolução consensual de “conflitos” nos instrumentos de resolução negociada dos principais termos de ajustamento homologados nos processos judiciais que tratam o crime-desastre em trâmite na 12ª Federal Cível/Agrária de Minas Gerais, mais especificamente o TAC Governança. Nesse sentido, a fala do Dr. Edmundo Antônio Dias Neto (Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do MPF), na audiência pública que ocorreu em Governador Valadares em novembro de 2016, me parece bastante pertinente e elucidativa para uma contextualização geral:

Irei fazer uma breve prestação de contas do MPF desde 05 novembro de 2015. Em maio foi ajuizado uma ação civil pública que questiona diversos aspectos dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. São danos multidimensionais.

Eles vêm desde os danos ambientais, danos socioeconômicos até danos culturais e espirituais [...]. Nós sabemos que a relação que povo Krenak tem com o rio Doce, que eles chamam de Rio Watu, é uma relação espiritual. São às margens do Rio Watu que os Krenak desenvolvem seus rituais espirituais e culturais. Diversos povos tradicionais, diversas comunidades foram atingidas ao longo de toda bacia hidrográfica, desde o primeiro município a jusante da Barragem de Fundão, cuja sede foi gravemente atingida, que é Barra Longa, até a foz do Rio Doce, onde inclusive nós encontramos mais duas comunidades indígenas, as dos Tupiniquins e a dos Guaranis. Em Barra Longa há um agravamento das condições de saúde devido à poeira. Atualmente está sendo realizada por um instituto de São Paulo uma pesquisa como a vida da população desde Barra Longa vem sendo agravada pela pulverização da poeira no ar. Barra Longa é um município com menos de 6 mil habitantes no município e menos 3 mil na cidade, e há 164 casos de dengue notificados, estima-se que esse valor seja o triplo. **Questionam-se os 20 bilhões do acordo das empresas com os entes da federação. Na ação pede-se 155 bilhões de reais. O acordo foi homologado pela Justiça Federal, mas não em BH, diretamente no TRF em Brasília por seu sistema de conciliação. E quando da homologação, o valor sofreu em algumas cláusulas uma variação que previa a possibilidade do aumento de 30% dos aportes anuais de quanto às empresas repassariam para a Fundação Renova. Esses 30%, a partir da média dos dois últimos anos de cada triênio, de maneira que as empresas e os entes federativos argumentavam que o acordo não teria teto, o que não corresponde à realidade uma vez que aplicando-se 30% a mais ao final de cada triênio seria possível atingir 26 bilhões no final do prazo previsto para o acordo. Mas as empresas não falavam que essa mesma cláusula que falava do aumento também previa possibilidade da diminuição de 30%, de modo que para 2016 estava previsto 2 bilhões e 2017/18 previsto 1 bilhão e duzentos milhões. Esse valor poderia aumentar para 1 bilhão e quinhentos e sessenta milhões ou diminuído para 800 milhões. O MPF colocou os questionamentos quando recorreu da homologação do acordo pelo TRF, e esse recurso do MPF foi provido de maneira que com a homologação, foi anulada pelo TRF em Brasília como também ajuizou ao STJ uma reclamação pelo fato de que o sistema de conciliação do TRF havia homologado quando o STJ já havia dito que a competência seria da Décima Segunda Vara Federal. Essas duas frentes sejam pelo recurso MPF no TRF, sejam pela reclamação da procuradoria federal da república, o acordo celebrado não tem hoje homologação judicial, de qualquer forma as empresas estão se valendo da força do acordo entre as partes para incrementar a Fundação Renova. A Fundação serve como anteparo que protege a imagem das empresas afastando-as da obrigação pelo princípio do poluidor pagador e solidariamente responder integralmente pelo crime. Os atingidos não tiveram acesso e consequente conhecimento dos termos do acordo, ficaram sabendo somente pela mídia (Dr. Edmundo Antônio Dias Neto - Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Audiência Pública em Governador Valadares, em novembro de 2016, grifo meu).**

O enunciado acima, marcando o primeiro ano do rompimento, traz de forma sintética uma diversidade de elementos e processos complexos que se desenrolaram no âmbito judicial no primeiro ano desde o rompimento de Fundão. No entanto, é necessário aprofundar nos caminhos que perpassam a construção do TACG, sobretudo, no que concerne ao alijamento das pessoas atingidas sobre o conhecimento e participação dos termos do acordo. Isto é, o objetivo é buscar compreender na dimensão do acontecimento, os atores, espaços e processos, que constroem as condições que possibilitam a existência, seleção e distribuição “desse” discurso e não “daquele”, no momento em que irrompe. Isso nos fornece indícios de como os

discursos se legitimam e passam a operar e produzir efeitos de objetividades/verdades na realidade concreta. Em suma, alinhado à perspectiva de Foucault, busco investigar a multiplicidade de correlações de força do discurso que transversalmente constituem a materialidade do poder. Evocando novamente a questão de pesquisa: *Os discursos institucionais produzem efeitos de verdade e objetividade na dinâmica da vida das pessoas atingidas na bacia do Rio Doce? Como tais discursos podem produzir efetivamente o controle e o disciplinamento territorial?*

Bem, de modo a apurar a responsabilidade das empresas envolvidas no crime-desastre, foi proposta, de início, a Ação Civil Pública (ACP) nº0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada pela União, pelos estados de MG e do ES, em conjunto com algumas entidades pertencentes à Administração Pública Indireta, em face das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. Contudo, em vista da complexidade que foi se apresentando do caso, a medida em que se desenvolviam as apurações, observou-se que a ACP demandaria uma minuciosa tramitação judicial, e que seria, conseqüentemente, lenta sob a perspectiva das Instituições de Justiça. Desse modo, não parecia ser uma boa alternativa para os autores da ação, ligados ao Poder Executivo, pois tinham urgência em dar retorno a sociedade brasileira, sobretudo as pessoas atingidas. Não obstante, a petição inicial do processo, em análise técnica, mostrou a insuficiência em diversos pontos não contemplados e, que mereciam uma análise judicial. Posto que é a peça processual que rege todo o processo, a tutela final seria, também, insuficiente (LOSEKANN e MILANEZ, 2018).

Assim, no domínio dessa ACP, foi pensada a assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), pautado na argumentação de atribuir celeridade à judicialização do caso. Termo esse que ficara conhecido por “Acordão”, cujo objetivo seria propiciar as medidas compensatórias e mitigação dos prejuízos causados à população atingida, em tese, de forma mais rápida quando comparada com a tramitação da ACP. Nesse momento, o Ministério Público Federal (MPF) propôs, também, uma ação civil pública – nº0023863-07.2016.4.01.3800 em face da União, do estado de MG e das empresas réis, buscando fazer uma abordagem mais ampla e contundente do caso para uma prestação jurisdicional mais adequada. No entanto, novamente foi observada a inadequação dos mecanismos processuais tradicionais para o debate do caso, e mais uma vez foi proposta uma solução amparada pelos instrumentos de negociação (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Para compreendermos o TACG é fundamental considerar que a estrutura proposta por este acordo não foi concebida por um agente específico, mas sim como produto da interação e tensionamento de diversos agentes, com variadas capacidades e níveis assimétricos de poder,

em diversos momentos no decorrer de dois anos. O TACG é, na verdade, uma emenda ao TTAC, firmado em 2016, ao TAP, bem como ao aditivo ao TAP. A proposta inicial do TTAC possuía diversas contradições e falhas, percebidas mesmo no momento de sua assinatura, e outras descobertas no decorrer de sua implementação. Quanto a implementação do Termo Aditivo ao TAP, o qual propunha assessorias técnicas independentes aos atingidos, nunca se realizou integralmente, de modo que seu cumprimento ficou no encaixo do novo acordo que recomendava a revisão da estrutura de governança no TTAC. Em um processo de constantes acordos sobre novos acordos, estabeleceu-se diversas distorções e deturpações, distanciando-se, sobremaneira, os resultados iniciais dos finais (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Com o rompimento de Fundão, disparou-se a procura aos tribunais por órgãos públicos, organizações, empresas e pessoas que sofreram perdas e danos. Havia ao mesmo tempo, por parte de alguns grupos, apreensão devido à lentidão dos processos judiciais, embora tivesse esse movimento em direção à judicialização. Diante da ideia de celeridade dos termos extrajudiciais, o governo federal e os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sujeitaram-se a assinar o TTAC com as empresas. Acordo esse que instituiu a criação da Fundação Renova, ficando então, responsável por elaborar e executar as medidas previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos, também estipulados no acordo (LOSEKANN E MILANEZ, 2018, p.28).

De forma precisa, a icônica fala de uma atingida de Barra Longa, marcando os 3 anos do rompimento, nos aclara o que de fato significa essa Fundação e seu irônico e trágico nome no cotidiano das pessoas atingidas:

Ah, eu costumo dizer né, que **o nome Renova tem tudo a ver, né?** Porque o nome da **Renova parece que foi criado, foi planejado de acordo com as ações que a Renova ia fazer em território. Porque Renova, renova o crime cometido pela Vale, Samarco e BHP na vida dos atingidos. Então pode-se dizer que o nome tem tudo a ver com o crime que ela comete todos os dias nas nossas vidas** (Depoimento de atingida de Barra Longa (MG) em 2018 no Seminário do balanço dos 3 anos do rompimento em Ouro Preto<sup>61</sup>, grifo meu).

Como Losekan e Milanez (2018) colocam, originalmente o TTAC foi construído a com base em um “semi” tensionamento de dois agentes: marcando a dimensão governamental, temos o governo que, em tese, defenderia os mecanismos de controle público sobre as ações de mitigação e compensação e; a dimensão privada, representada pelas

---

<sup>61</sup> Para marcar os 3 anos do desastre no Rio Doce, o PoEMAS, juntamente com o GEPISA (UFOP), Homa (UFJF) e Organon (UFES) organizaram no dia 06 de novembro de 2018 o Seminário de balanço de 3 anos do rompimento da barragem de Fundão. O evento ocorreu no anexo do Museu da Inconfidência, na rua Antônio Pereira, em Ouro Preto.

empresas réis, que obviamente argumentavam em favor do máximo protagonismo dos agentes econômicos. Ironicamente, temos aí um paradoxo: neste primeiro acordo, não só a Samarco/Vale/BHP, mas também o Estado buscou atribuir a maior quantidade possível de responsabilidades para o setor privado. Logicamente, quanto mais responsabilidade as empresas recebessem, maiores autonomias teriam para operar e se apropriar estrategicamente da “gestão” de seu próprio crime. Já do ponto de vista do governo federal, lembremos que o processo de golpe de estado ou “impeachment” contra a presidenta Dilma Rousseff fora aberto em 02 de dezembro de 2015, isto é, menos de um mês após o rompimento da barragem. Poderíamos inferir, portanto, que o governo estava detido em outras “prioridades” nesse momento, buscando se desvencilhar dos constrangedores empecilhos do Rio Doce da forma mais rápida possível.

Digamos que é através do discurso, mas não só dele, que a trama institucional no contexto do crime da Samarco – os interlocutores MPF, o MPMG, o MPES, a DPU, a DPMG, a DPES, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Agência Nacional de Águas - ANA, a Agência Nacional de Mineração - ANM, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o Estado de Minas Gerais, o IEF-MG, o IGAM, a FEAM, o Estado do Espírito Santo, o IEMA-ES, o IDAF-ES, a AGERH-ES e a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A., a BHP Billiton Brasil Ltda e a Fundação Renova – delimitam, legitimam e instituem quem pode, em que circunstâncias se pode falar e sobre o que se pode falar, como falar e a quem se dirige o conteúdo falado.

Ora, ao se circunscrever a tratativa do objeto “crime” no âmbito jurídico, a partir de uma sistemática de acordos e negociações entre as partes litigantes, definem-se os espaços e processos demarcando quem possui a autoridade e legitimidade para falar, seja o juiz que julga o caso, os promotores de justiça, defensores públicos, advogados da Samarco/Vale/BHP, Fundação Renova entre tantos outros, exceto, os atingidos. Dessa maneira, destitui-se, também, aqueles que não possuem “autoridade” ou são deslegitimados a falar (os atingidos); e se podem expressar-se, só o fazem mediante um jogo de regras de exclusão. Não se trata de o documento normativo ser verdadeiro ou falso, mas sim como ele produz efeitos de verdade, legitimando práticas de poder.

Nesse antagonismo, é interessante notar como a Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova entende a presença do Estado em relação ao maior protagonismo das empresas no processo:

O Estado, na verdade, em todas as suas escalas aí, **o Estado ele tá participando muito desse modelo. Acho que tem muito Estado até**, porque assim, desculpa, você os tem dando as diretrizes com várias Câmaras Técnicas. **O que a gente vê de ausência no modelo formal é na verdade comunidade né? [...] Você tem o Estado que é a mente do negócio porque ele dá as diretrizes, ele fala e não tem como você não cumprir isso.** E ele monitora o que está sendo feito (Palestra de Dr. Andrea Azevedo - Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova, no III Encontro internacional de revitalização de rios – I encontro das bacias hidrográficas de Minas Gerais, em novembro de 2018, grifo meu).

É desse modo que perpassa um abissal desequilíbrio de poder na elaboração do TTAC, ainda que com a presença da “representação” governamental, o poderio econômico dessas empresas transnacionais e seu alto grau de influência nos diversos segmentos do Estado brasileiro, incidiu e incide desproporcionalmente nas decisões, em um teatro burlesco de camaradagens extrajudiciais. De modo icônico, cria-se uma fundação privada, configurando-se como agente “quase” exclusivo de intervenções ao longo do Doce: a Fundação Renova. A Renova toma o protagonismo da gestão da barbárie, ao passo que amortece a imagem das empresas réis. Ela torna-se responsável pelos mais diversos programas de reparação, bem como por categorizar, identificar e definir quem é ou não atingido definindo, também, os critérios de compensação, ao passo, que no campo “ambiental”, fica delegada em realizar e contratar os importantíssimos estudos referentes a contaminação da água, do solo, pescado, animais, leite, ovos etc. Incumbida, ainda, de elaborar o Plano de Manejo de Rejeitos ao longo de toda a bacia do Rio Doce (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

É através do discurso normativo que se opera toda uma série de mecanismos de seleção, controle e distribuição. A palavra proibida interdita para se exercer como poder e para se ligar aos mais diversos interesses, nem sempre compartilhados ou declarados, aguçando o vicioso ciclo gerado pela primazia do direito empresarial em detrimento dos demais (estamos falando de milhares de pessoas). A razão que assume a ordem do discurso do Estado e das mineradoras, operam através de procedimentos que dominam, em alguma medida, as proliferações do que se julga “perigoso” para a sociedade. Vemos isso em maior evidência como no caso dos estudos de Avaliação e Risco a Saúde Humana (ARSH), e os “riscos” em se tornar público os altíssimos níveis de contaminação humana e ambiental. Efetua-se uma manutenção dessa hegemonia que controla, seleciona, organiza e redistribuí para então conjurar seu poder e “*dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 9).

Frente a esses “distúrbios/impasses” na construção do TTAC, o Ministério Público Federal (MPF) não só se negou a assinar, como recorreu judicialmente contra a homologação judicial do acordo. O MPF tomou essa decisão não somente pelo fato do escopo não

incorporar as necessidades e demandas das comunidades atingidas, mas também, porque o documento não possui a menor garantia de participação dessas pessoas nos processos de “reparação ambiental” e compensação dos atingidos pelo desastre. Ao passo que o MPF mantinha a ação civil pública contra a Samarco, ao mesmo tempo, iniciava um processo de negociação com os advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton, no intuito de reverter as discrepâncias do TTAC. Em parte, o MPF tentava responder à demanda das mobilizações de atingidos, mas optando pela estratégia da negociação por meio de acordos (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Como primeira medida ao longo dessa etapa, foi a assinatura em janeiro de 2017 do TAP. Através desse acordo, indicava-se um corpo técnico de apoio ao MPF que avaliaria os resultados produzidos pela Renova. No entanto, esse corpo técnico foi escolhido pelo MPF, Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil, conjuntamente pelas partes do TAP e, deveria ser remunerado pela Fundação Renova. Assim, havia a previsão de contratação das seguintes empresas de consultoria, como experts do MPF:

- Institutos Lactec – responsável pela realização do diagnóstico socioambiental;
- Integratio – responsável pelo diagnóstico socioeconômico e assistência aos atingidos;
- Ramboll – responsável pela avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica (Ministério Público Federal, Samarco Mineração S.A., et al., 2017).

Contudo, e não por coincidência, a Integratio já havia prestado serviços à Samarco, e o Instituto Lactec tem a Vale entre seus clientes, levantando fortes questionamentos por parte dos movimentos populares e das atingidas e atingidos, evidenciando o claro conflito de interesses por trás dos trâmites da reparação. Diante das evidentes críticas, membros do MPF responsáveis pelo diagnóstico socioeconômico optaram em não contratar a Integratio, ainda que os incumbidos pelo diagnóstico socioambiental insistiram em manter a contratação do Instituto Lactec (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

A partir das diversas falhas observadas, o MPF decide formar, então, um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de criar uma estrutura para avaliar as inconformidades a alguns dos problemas identificados no TAP. Grupo esse que participavam representantes do MPF, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), grupos de pesquisa vinculados a universidades públicas e movimentos populares. Dentro do GT, os integrantes se debruçaram em avaliar os principais problemas do TAP, além de buscar possíveis substitutos à Integratio.

No Espírito Santo foi fomentado outro GT com a Defensoria Pública do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, grupos de pesquisas movimentos de atingidos (LOSEKANN E MILANEZ, 2018). Contudo, sempre paralelamente aos encontros dos GT, ocorriam negociações entre MPF e os advogados da Samarco/Vale/BHP, o que torna todo e qualquer acompanhamento desse caso extremamente difícil, pois grande parte das decisões são tomadas nos bastidores. Aproximadamente 10 meses mais tarde, em novembro de 2017, como resultado foi assinado um Termo Aditivo ao TAP. Nesse momento definiu-se que seriam contratados o Fundo Brasil de Direitos Humanos e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). No acordo caberia ao Fundo Brasil contratar e coordenar assessorias técnicas às pessoas atingidas, além de dar suporte às audiências públicas e acompanhar o diagnóstico socioeconômico, bem como as ações de reparação das comunidades atingidas. Concomitantemente, a FGV ficaria responsável por realizar o diagnóstico e avaliação dos modos de vida das comunidades atingidas (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Uma vez mais questionamentos foram levantados quando da indicação da FGV, uma vez que a Vale integrava o Conselho de Curadores da FGV, o que levaria novamente a conflitos de interesse no envolvimento dessa instituição na avaliação do diagnóstico socioeconômico. Mesmo diante das querelas, o juiz da 12ª. Vara Federal de Minas Gerais optou em manter a indicação da FGV, tendo contado para isso com a manifestação favorável do MPF, do MPMG e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

O MPF trouxe, portanto, primeiro a questão do controle técnico “externo”, fomentado pelos *experts*, e, também, a institucionalização da *participação* e do “*controle social*” em relação às atividades da Fundação Renova. Para isso, ocorria a preocupação de instituir uma estrutura que pudesse definir as instâncias e os caminhos pelos quais a participação social poderia se manifestar sobre a atuação da Samarco/Vale/BHP e buscar influenciar os órgãos públicos e privados envolvidos. A imbricação da dimensão da participação a dimensão da governança, fomentou-se um processo de disputa e tensionamento prolongado de negociação, culminando na assinatura do TACG, em julho de 2018, quase 3 anos após o rompimento (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Diante da assinatura do TACG, definiram-se instâncias consultivas, que fossem formadas exclusivamente pelas pessoas atingidas, criando a possibilidade da escolha de assessorias técnicas independentes que prestassem apoio às comunidades atingidas. No entanto, mesmo com alguns “avanços” em relação à estrutura criada pelo TTAC, esse arranjo ainda apresentava diversas limitações e repetições:

Dessa forma, a “estrutura de governança” proposta pelo TACG consistia em um arranjo institucional negociado que tentava criar regras de interação entre órgãos estatais (executivo e judiciário), empresas e comunidades atingidas. Tal estrutura comportava perspectivas governamentais, privadas e públicas em relações de poder bastante desiguais (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Vejamos então a estrutura institucional que rege a gestão desse crime-desastre no âmbito jurídico-institucional, como se desenha essa estrutura de “participação” e Governança.

### **3.2. A RAZÃO DE ESTADO E DO CAPITAL: PARTICIPAÇÃO, CONSENSO, GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA**

#### *Estrutura institucional*

Agora, passa a ficar mais evidente como o principal objetivo do TACG foi adaptar a estrutura estabelecida pelo TTAC, respondendo aos questionamentos e reivindicações sobre a introdução dos mecanismos de *participação dos atingidos* nos processos institucionais de reparação. A criação do sistema de comissões de atingidos foi a principal mudança estrutural, amparado em assessorias técnicas e, prevendo um Fórum de Observadores enquanto instância de controle das ações realizadas pela Renova e dos *experts* contratados pelo MP. Em alguma medida, esse modelo é uma tentativa de resposta ao processo de mobilização dos atingidos, que demandou a participação, mas estabelece, por sua iniciativa, uma série de funções e atribuições novas. Contudo, o acordo não trata somente da participação, mas combina diferentes modelos e expectativas de diversos agentes quanto ao processo de desenho e decisão no que tange as formas de reparação do crime-desastre. Inserem-se, portanto uma lógica governativa e participativa (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Em termos da lógica governativa, essa vincula-se ao modelo já existente criado pelo TTAC, envolvendo tanto os agentes privados, quanto as instâncias construídas para acomodar o, já rarefeito, controle governamental. Esse modelo apresenta uma dualidade, ao tentar se equilibrar através da interação entre uma instância decisória (Diretoria Executiva da Fundação Renova) e uma instância fiscalizadora e de controle (Comitê Interfederativo): “*Seguindo a racionalidade dos modelos de governança, ela transmite ao setor privado o protagonismo e reduz a atuação do Estado*” (LOSEKANN E MILANEZ, 2018, p.31).

Por sua vez, a lógica participativa, vincula-se à proposta do MP e da Defensoria Pública (DP) em institucionalizar a inclusão das comunidades atingidas no debate sobre as

ações de mitigação, compensação e reparação dos danos do crime-desastre. Esta inclusão responde, em parte, a um processo de mobilização e até mesmo politização ampla e difusa entre as pessoas atingidas nos territórios, e articulado de forma mais organizada, mas assimétrica em todo território, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações que surgiram no processo. Essa mobilização contou com o apoio de grupos acadêmicos e organizações da sociedade civil no decorrer do processo. Para possibilitar a inclusão da lógica participativa, foram realizadas alterações na composição das instâncias criadas pelo TTAC, incluindo novos elementos na estrutura existente, como pode ser observado na TABELA 4 e na TABELA 5.

**TABELA 4** - Instâncias vinculadas à lógica participativa

<b>Espaço</b>	<b>Quem participa</b>	<b>Função</b>	<b>Para quem</b>
Comissões locais	Atingidos (sem definição de quantidade)	Fazer propostas, críticas e sugestões	CIF Comissões regionais
Assessorias Técnicas	Grupo de técnicos de número variável de acordo com cada territorialidade 12 representantes de entidades, movimentos sociais e grupos acadêmicos + representantes das comissões locais (facultativo)	Construir conhecimento sobre o processo, engajamento e mobilização	Atingidos + Fundo Brasil + MP e DP
Fórum de Observadores		Obter informação e produzir avaliações críticas	MP e DP
<i>Experts</i> do Ministério Público	Fundo Brasil	Contratar e coordenar assessorias técnicas, dar suporte às comissões locais, acompanhar o diagnóstico socioeconômico	MP, Assessorias Técnicas, Comissões Locais

Fonte: Losekann e Milanez (2018, p.32) - A partir de Ministério Público Federal et al. (2018); Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, et al. (2017); Ministério Público Federal, Samarco Mineração S.A., et al. (2017); União et al. (2016).

A principal função das instâncias ligadas à lógica participativa seria, portanto, o controle social pelas pessoas atingidas, sobre a implantação dos programas desenvolvidos pela Fundação Renova e pela Samarco/Vale/BHP. As comissões locais devem ter acesso às informações relativas a esses programas, para que assim possam fazer as críticas, propostas e sugestões sobre esses programas, ou sobre a atuação das diferentes instâncias vinculadas ao acordo. Fica acordado que para a realização dessas tarefas, as comissões locais, irão contar com uma Assessoria Técnica, que deverá construir o conhecimento sobre o processo, bem

como o engajamento e mobilização das comissões. Por sua vez, o Fórum de Observadores, tem por função uma segunda instância de participação. As pessoas indicadas pelas Comissões Locais poderão compor esse espaço no sentido de obter informações e produzir avaliações e críticas, dialogando com grupos acadêmicos e movimentos populares, tanto em relação aos programas, quanto sobre a atuação do grupo de experts contratados pelo MP (LOSEKANN E MILANEZ, 2018).

Quanto a dimensão participativa, destaca-se que, diferente do TTAC, o texto do TACG não traz a definição do conceito de atingido que, a princípio, deverá ser construída junto às assessorias técnicas no interior da lógica de cada comissão. Nesse sentido, podemos observar uma sobreposição de funções, como apresentado na TABELA 4 e na TABELA 5.

TABELA 5 - Instâncias vinculadas à lógica governativa

<b>Espaço</b>	<b>Quem participa</b>	<b>Função</b>	<b>Para quem</b>
Câmaras regionais	Pessoas atingidas representantes das comissões locais (sem especificação de quantidade)	Adequações acordadas	Fundação Renova
Conselho Curador da Fundação Renova	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dois membros indicados pela articulação das Câmaras Regionais (atingidos ou técnicos)</li> <li>Um membro indicado pelo CIF;</li> <li>Seis membros indicados pelas empresas</li> </ul>	Propor e aprovar programas planos e projetos propostos pela Diretoria Executiva	Fundação Renova
Conselho Consultivo da Fundação Renova	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quatro representantes indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce</li> <li>Sete pessoas atingidas</li> <li>Dois representantes de organizações não governamentais (um atuante da área marinha, indicado pelo CIF, e um atuante na defesa dos direitos socioambientais indicado pelo MP</li> <li>Três representantes de instituições acadêmicas (um indicado pela Fundação, um pelo CIF e um MP</li> <li>Dois representantes de entidades atuantes na área de Direitos Humanos (um indicado pelo MP e um pela DP</li> <li>Um representante de entidades atuantes na área de Desenvolvimento Econômico indicado pela Fundação</li> </ul>	Opinar sobre planos, programas e projetos.	Fundação Renova
CIF	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dois representantes do Ministério do Meio Ambiente</li> <li>Dois representantes do Governo Federal</li> <li>Dois representantes do estado de Minas Gerais</li> <li>Dois representantes do estado do Espírito Santo</li> <li>Dois representantes dos municípios atingidos do estado de Minas Gerais</li> <li>Um representante dos municípios atingidos do estado do Espírito Santo</li> <li>Três pessoas atingidas (ou técnicos indicados)</li> <li>Um técnico indicado pela DP</li> <li>Um representante do CBH-Doce</li> <li>Dois integrantes do MP</li> <li>Um integrante da DP</li> </ul>	Avaliar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a elaboração e a execução dos programas	Fundação Renova

<b>Espaço</b>	<b>Quem participa</b>	<b>Função</b>	<b>Para quem</b>
Câmaras técnicas da CIF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes de entidades públicas indicados pela CIF</li> <li>• Um representante do MP</li> <li>• Um representante da DP</li> <li>• Dois representantes indicados pelas pessoas atingidas</li> </ul>	Função técnico-consultiva para auxiliar o CIF no desempenho da sua finalidade	CIF
Experts do Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lactec</li> <li>• Ramboll</li> <li>• FGV</li> </ul>	Diagnósticos socioambiental e socioeconômico, monitoramento dos programas de reparação	MP
Painel de especialistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um integrante indicado pela Fundação Renova</li> <li>• Um integrante indicado pelo CIF</li> <li>• Um integrante indicado conjuntamente pelo CIF e pela Fundação Renova</li> </ul>	Avaliar controvérsias entre CIF e Fundação Renova	Fundação Renova, CIF
Auditores externos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas escolhidas e contratadas pela Fundação Renova</li> </ul>	Analisar e validar cumprimento de metas dos programas, auditar execução das ações	Fundação Renova

Fonte: Losekann e Milanez (2018, p. 33-34) - A partir de Ministério Público Federal et al. (2018); Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, et al. (2017); Ministério Público Federal, Samarco Mineração S.A., et al. (2017); União et al. (2016).

Contudo, diferindo um pouco da perspectiva de Losekann e Milanez (2018), que colocam dois eixos lógicos separadamente em sua análise: participação e governança; sob a ótica foucaultiana a participação não seria, também, uma forma de produção do governo?

O CIF, por exemplo, aparece nas tabelas tanto da lógica participativa, quanto da lógica governativa. Além disso, a contratação das auditorias externas para analisar e validar cumprimento de metas dos programas e auditar execução das ações parte da própria Fundação Renova. Não obstante, mesmo que seja, em alguma medida, um avanço e conquista de espaços para as pessoas atingidas, há que se considerar a discrepância de saberes, conhecimentos, técnicas, capital social e cultural, bem como das relações de poder que perpassam pelo estabelecimento da participação e governança nos termos do acordo. Sob a perspectiva da governamentalidade, considerando que a superfície de contato do poder é a própria população, seus juízos, escolhas, comportamentos etc., participação e governança pertencem a uma mesma lógica: a confluência perversa entre o avanço do neoliberalismo e o campo semântico da participação e da cidadania traz a participação servindo aos objetivos do

projeto político que lhe é antagônico. Isto é, a participação também pode assumir uma perspectiva individualista e privatista que se alinha com os propósitos da governança em que a participação se resume a gestão, distinto de um sentido de uma “partilha efetiva do poder”, permanecendo o alijamento do controle social.

Em tese, as pessoas atingidas poderiam procurar tanto as Câmaras Regionais quanto as Comissões Locais. No entanto, podemos observar que são atribuídas diferentes funções às Câmaras Regionais e às Comissões Locais; as primeiras teriam a função de realizar adaptações em acordo com a Fundação Renova, enquanto as segundas podem realizar propostas de programas à Fundação Renova ou propor ao CIF. A partir dessa divisão, parece que as Câmaras Regionais seriam, sobretudo, espaços de negociação para presumíveis impasses com a Fundação Renova, o que notadamente diminui a capacidade de influência dos atingidos, já que consiste em uma etapa a mais entre as demandas das comunidades e as esferas decisórias. Cabe destacar que elas não foram projetadas na proposta original do TAP, o que nos leva a compreender as Câmaras Regionais como instâncias da intersecção entre a lógica da governança e a da participação.

Para Foucault, as relações com a arte de governar estiveram ligadas desde o século XVI ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial, ao conjunto de análises e saberes: essencialmente o conhecimento do Estado, em seus diversos elementos, dimensões e os fatores de sua força, a ciência do Estado, aquilo que foi denominado de *estatística*. Essas estratégias de identificação e inventário foram amplamente aplicadas no mercantilismo, na conquista e dominação de novos territórios, através da ciência do governo e a centralização da economia em outra coisa que não a família, mas em algo novo que emerge: a população. Isolam-se os problemas específicos, a estatística dessa população mostra que ela produz efeitos, e que as estratégias de operar o governo, as políticas sobre as pessoas produzem efeitos nessa população. A população aparece assim como fim desse governo, governar torna-se a intervenção no campo da economia e da população, e se constitui uma ciência que se chamará economia política. Em suma, o que Foucault traz no processo que ele denomina de *governamentalidade*, e que nos é fundamental para compreender essas velhas novidades discursivas é:

1. O conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; 2. A tendência que todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os

outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; 3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2009, p. 291-292).

É nesse sentido, como traz Foucault (2008 [1978])<sup>62</sup>, que no processo de urbanização de algumas cidades no século XVIII, o soberano do território tornou-se um arquiteto do espaço disciplinado. Ele ao mesmo tempo que se tornara regulador de um meio, onde não se trata mais de estabelecer os limites e as fronteiras, mas essencialmente garantir e assegurar a circulação de pessoas, mercadorias e até mesmo do ar, dentre tantas outras atribuições. Evidentemente, essa função estruturante do espaço e do território pelo soberano não é lá uma grande novidade no século XVIII. Afinal, que soberano não drenou charcos, removeu colinas, construiu pontes? O fundamental é compreender em que economia geral do poder situam-se esse projeto e estruturação do espaço e do território.

Traçando um paralelo nada anacrônico com o caso da barragem de Fundão, as articulações políticas, institucionais e jurídicas não se debruçaram sobre um território e uma população a ser gerida? A Samarco/Vale/BHP ao ser formatada na figura da Fundação Renova, e autorizada a gerir a barbárie, não se tornam arquitetas do espaço disciplinado? Não é o Estado que autoriza as licenças ambientais para a execução desde a implementação da atividade extrativista até as medidas de reparação do crime-desastre? Afinal, quem define se o rejeito será removido e/ou transportado de uma propriedade para outro local? Quem determina as “obras de revitalização” da praça central de Barra Longa? Quem define a construção de diques e obras de infraestrutura para “mitigação dos impactos do rompimento”? As tecnologias ditas de gestão “participativa”, além de definirem as formas sob as quais o processo deve correr no âmbito jurídico, não regulam esse meio, isolando os “nexos causais” que se somam ao escopo do processo jurídico? Ora, são esses “arquitetos”, legitimados pelo peso do nome que carregam de suas instituições que, enfim, determinam as regras, diretrizes e objetividades, como, por exemplo, o mapeamento de “substâncias de interesse” para ligar metais pesados e metaloides ao rejeito que lhes é de responsabilidade, através das metodologias do GAISMA.

É justamente sob o julgo da estatística que se definem as famílias com renda maior ou menor que “X”, que constam no critério sob o qual “participativamente” definem-se quem é ou não atingido, quem deve ou não receber alguma espécie de auxílio emergencial, ou

---

<sup>62</sup> Aula ministrada por Michel Foucault em 18 de janeiro de 1978, no curso de “Segurança, População e Território”, ofertado no *Collège de France* (1977-1978).

quantificar quantos “pés de manga” havia na propriedade do atingido “Y”. Pessoas são agrupadas, seccionadas, criam-se taxonomias e níveis hierárquicos sobre essa “população de atingidos”. Não é justamente através da “unidade familiar” que se define o critério e nível mínimo de gestão em termos da economia do desastre? Temos técnicas de gestão baseadas na razão científica e de Estado, que irão legitimar e subsidiar toda uma diversidade de medidas mitigatórias e de “reparação integral”, mas sobretudo, temos aí, tecnologias de poder para disciplinar uma “população” e um “território” nos mais recônditos interesses, desejos e direitos. Bem como coloca o pesquisador Marcos Zucarelli (2018), a respeito da resposta de um atingido de Paracatu ao engenheiro responsável pela proposta de cadastro e construção da matriz de danos pela Samarco:

[...] Quando este apresentava a proposta de cadastro da empresa e a necessidade da constituição de uma matriz de danos: **“Eu não aceito vir com essa matemática pro meu lado não, porque até a minha alma tá suja de lama”**. Contra a certeza do engenheiro de conseguir mensurar e definir o “tratamento adequado”, está o universo cosmológico mais complexo do atingido, cuja “ciência exata” não decifra. Quem pode apreender a alma do atingido? É possível delinear através do cálculo matemático? Como traduzir medo, dor, angústia, desespero, sofrimento, a perda do lar, das relações sociais e o modo de vida em linguagem comercial? Se os matemáticos não conseguem efetuar este cálculo, provavelmente os operadores do direito vão afirmar que o termo “dano moral” pode dar conta (ZUCARELLI, 2018, p. 225, grifo meu).

É nessa tessitura que podemos trazer uma aproximação do caso de Fundão, com o que irá aparecer nas reflexões de Foucault nos termos de uma “biopolítica”. Trata-se da maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e começo do XIX, cujo fim é governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas eleger sob esse agrupamento estatístico: a população. É por meio dos biopoderes locais que a biopolítica irá se ocupar, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que essas são preocupações centralmente políticas (REVEL, 2002; FOUCAULT, 2008 [1978]). Trata-se de perceber as formas de dispersão do poder, passando não só pela centralidade da dicotomia Estado/sociedade, mas também pela ordem institucional percolando aos níveis mais íntimos do tecido social, chegando à dimensão do próprio controle e disciplinamento do corpo.

Sendo assim, como o poder disciplinar se articula às formas de biopoder na gestão da reparação/barbárie? Como e em que espaços ou procedimentos são evidentes a operação dessas modalidades de poder? Dentre os programas de reparação propostos pela Fundação Renova, podemos destacar os EARSH como forma mais evidente da articulação do biopoder e do poder disciplinar. Como discutimos no início do estudo, a forma como são conduzidos os

EARSH, sobretudo, considerando os arranjos políticos que direcionam a perspectiva metodológica imposta pela Fundação Renova no GAISMA, nos indicam a operacionalização do biopoder que, arbitrariamente, define, por exemplo, os efeitos dos rejeitos sobre os corpos das pessoas atingidas. Embora os relatos das comunidades indiquem uma recorrência de problemas respiratórios, dermatológicos e gastrointestinais pós-rompimento, observamos que as metodologias utilizadas pela Fundação Renova e/ou suas terceirizadas buscam isolar e definir os nexos de causalidade e os efeitos de metais pesados nos organismos, desconsiderando tanto a percepção das pessoas atingidas, quanto as orientações da própria OMS. Torna-se evidente uma bricolagem de metodologias das ciências exatas, da estatística, que por seus vieses acabam por tentar desvencilhar os efeitos deletérios à saúde dessas pessoas. Além disso, trazendo novamente a forma como se deu o processo de remoção das famílias atingidas, que assistiram sua comunidade soterrada pelo rejeito, temos aí a manifestação do disciplinamento de suas vidas e corpos, se vendo obrigados a residirem em hotéis e casas alugadas em Mariana, rompendo com a socialização e afetividade historicamente construída entre famílias e vizinhos. As placas de advertência espalhadas pelas comunidades, faixas de isolamento de áreas de risco, são apenas exemplos de toda uma complexa trama de controle e disciplinamento territorial. É justamente essa articulação entre os órgãos de Estado com o setor privado que constroem em reuniões a portas fechadas, pelas políticas de bastidor, pelas audiências públicas e sobretudo, pelos documentos técnicos e jurídicos, as regras, formas e metodologias de gestão das ações de reparação, alijando os atingidos da centralidade decisória sobre suas próprias vidas e sobre seu território.

Voltando-nos aos princípios de exclusão no âmbito dos discursos em nossa sociedade, Foucault nos aponta: a rejeição/separação, ilustrado por ele na oposição razão e loucura. O louco, desde a alta idade média, é aquele cujo discurso não pode circular com o dos outros, sua palavra pode ser considerada nula ou pode não ser acolhida, não tendo importância ou verdade, não podendo testemunhar justiça, tampouco, autenticar um ato ou contrato. Em contrapartida, pode ocorrer, também, que nela se decifrava uma razão ingênua ou uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis, *“que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 11).

Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura ou o louco. Pensemos, então, no caráter institucional da medicina e da psiquiatria, por exemplo, que permite a alguém (médico, psiquiatra) escutar essa palavra, mediante todo aparato de saber o qual decifra-se a

palavra. Essa escuta, permite ao mesmo tempo ao paciente trazer suas angústias, ou retê-las desesperadamente, e *“mesmo que o papel do médico não fosse senão prestar ouvido a uma palavra enfim livre, é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 13). Escuta de um discurso que é revestido pelo desejo, e que se reconhece/legitima, carregado de poderes: *“se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 13). Portanto, essa relação médico-paciente se pauta por procedimentos de apreensão e produção – apanhando a verdade da doença em uma situação específica ocasionada pelo médico, de modo que a ação terapêutica encontraria aí sua possibilidade de exercício.

Como Foucault (2004[1970]) coloca, desde o século VI, se fortalece em nossa sociedade uma crescente vontade de verdade que tenciona a separação entre “discursos verdadeiros” e “discursos falsos”. Como exemplo dessa vontade podemos pensar como citado acima a medicina, a psiquiatria, a psicologia, bem como o atravessamento do sistema penal por esses diversos saberes: *“como se a própria palavra da lei não pudesse ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 19).

A argumentação técnica e jurídica constantemente se choca com os argumentos e falas levantados pelos atingidos, que são deslegitimados, desautorizados a falar. Suas falas, assim como a do “louco”, são colocadas em xeque pela estratégia de exclusão, no qual suas reivindicações e denúncias não possuem legitimidade senão passarem por um sistema de regras, cujo crivo técnico-científico opera através de levantamentos arbitrários, como no enquadramento da “matriz de danos”, por exemplo. Foucault argumenta que esse discurso “verdadeiro”, o qual se tinha respeito e terror na antiguidade, aquele ao qual era preciso se submeter pois este reinava; era o discurso pronunciado por direito de quem o pronunciava conforme o ritual requerido. Essa vontade de verdade marca o terceiro sistema de exclusão, no qual o discurso foi desarmado a ponto de tornar-se uma verdade pelo que se dizia e, não pelo que ele fazia. A verdade *“se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, seu objeto, sua relação a sua referência”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 15).

Atualmente no Brasil, assistimos o surgimento de grupos negacionistas, as quais operam pela proliferação de discursos anti-ciência em plena pandemia da Covid-19. Novamente, partindo da proposta analítica em Foucault, o problema não é se são “*Fake News*” ou notícias verdadeiras, mas sim os sistemas que produzem esses efeitos de “verdade” no tecido social. Ora, como nos demais sistemas de exclusão, essa “verdade”, ancora-se sobre

um suporte institucional, que exclui as produções de conhecimento libertárias e que é reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas enviesadas da pedagogia, do sistema dos livros, da edição, dos laboratórios. Indubitavelmente, ela, também, é reconduzida, pelo modo como o saber repercute em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, fragmentado, atribuído. É por estar amparada sobre um suporte e legitimação institucional que essa “verdade” tende a exercer sobre os demais discursos certa pressão, ou mesmo coerção.

Como vimos, na contemporaneidade, as políticas de Governança são uma categoria-chave na discussão do desenvolvimento (in)sustentável e alinham as ideias de negociação e participação, em um paradigma de construção de consensos. A “crise ambiental”, apresentada como uma realidade objetiva, externa às relações sociais, tornar-se-ia passível de ser “resolvida” pelo mercado, pela razão de Estado e apropriado e mediado por determinados campos técnico-científicos que são, tanto parte da produção dessa “crise”, mas também chamados a solucionar as “ameaças ambientais” (ZHOURI, 2008). Esses discursos e práticas, engendrados politicamente, se voltam fundamentalmente às duas categorias que perpassam as políticas de governança, não como um pano de fundo, mas sim centrais para refletirmos sobre as tecnologias de gestão dos conflitos do crime-desastre no rio Doce: população e território. Ora, ao pensarmos a questão do crime, temos um território – a bacia hidrográfica do Rio Doce e; as pessoas atingidas apreendidas por dados censitários e estatísticos como recorte da gestão do crime-desastre – a “população”.

**O direito é...o direito originário sobre as terras.** A gente não era pra ta exigindo que o povo demarcasse o território dos Sete Salões. O território dos Sete Salões já era pra estar demarcado, mas ta em processo ainda, ta muito longe de resolver. **Eu digo que a constituição é clara, o direito originário sobre as terras que o povo tradicionalmente ocupava. E colocam um marco temporal. Você tava ali antes da constituição? É...sim...então beleza. Mas se você não tava ali antes da constituição então você não tem direito. Mas talvez eu não tava ali antes da constituição porque o povo foi obrigado a sair dali, ele foi exilado e tava em outro estado. Então ai o governo mesmo tira o direito. Ele dá o direito, mas ele tira.** Ai são as razões pra poder atrapalhar o modo de vida do povo Krenak (Entrevista de um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, grifos meus).

**A Vale acabou com território nosso sagrado, o território nosso tradicional. Ela está acabando né? Hoje lá a gente não tem as plantas que tinham antigamente, plantas que eram endêmicas da região. Hoje a gente não tem. Por quê? Por causa dessa investida da Vale inicialmente, de trazer esse Guapó. Guapó na linguagem é o monstro que solta fumaça, é o trem** (Entrevista de um representante do povo Krenak em novembro de 2016 na marcha “Um ano de lama, um ano de luta”, grifos meus).

Essas são categorias fundamentalmente ligadas a questão do governo. Afinal, qual é o objeto do governo? O que se governa? Quem governa? Quem são os governantes e

governados? Essas questões que aparentemente são elementares e findam por se perderem por sua infinitesimal repetição, esvaziando-se, talvez, sejam as mais oportunas. Façamos, então, uma pequena digressão histórica do que hoje nos aparece e é apresentado como um estado dado, naturalizado, pronto, a-histórico: o problema do governo e dos governados, dos que gerem e dos que são geridos.

Na Idade Média ou na Antiguidade greco-romana existiam tratados, novamente a materialidade do discurso, apresentados como conselhos ao príncipe quanto ao modo de exercer o poder, como deveria se comportar, ser aceito e respeitado pelos súditos etc. Algo de diferente ocorreu entre os séculos XVI e XVIII: variados tratados não mais foram apresentados como conselhos aos príncipes, tampouco como ciência da política, porém como a *arte de governar*. Uma figura central na produção de orientações sobre a arte de governar é Maquiavel (1469-1527), cujo nome evoca uma época: o Renascimento. Visando livrar-se das disciplinas intelectuais da Idade Média, o Renascimento se volta à antiguidade clássica, não mais através da transmissão cristã, mas buscando diretamente na fonte pelos humanistas. Nos tempos em que Maquiavel viveu em Florença, na Itália, havia uma série considerável de tratados orientados à problemática do governo de si mesmo; das almas e da conduta; das crianças, da pedagogia; governo dos Estados pelos príncipes (CHEVALIER, 1999; FOUCAULT, 2009 [1979]; FOUCAULT, 2008).

Talvez a política tenha sido arrefecida como uma questão filosófica, tornando-se uma questão científica quando os pensadores abandonaram o debate acerca da boa cidade e do governo justo e virtuoso, para discutir as instituições e práticas necessárias ao funcionamento dos diferentes regimes políticos. Enquanto Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino se acham entre os filósofos, Maquiavel, Hobbes, Espinosa, Montesquieu encontram-se, digamos, entre os cientistas (ADÃO, 2006). Os filósofos procuravam, sobretudo, compreender como os homens podem praticamente viver em conformidade com uma ordem ditada pela natureza. Já os cientistas ou “modernos”, partem do problema prático da dominação das forças naturais que ameaçam os homens.

Com o processo de superação das estruturas feudais, começam a instaurar-se os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais; processo, inteiramente múltiplo e diverso, que se relaciona com o primeiro: o questionamento do modo como se quer ser espiritualmente dirigido para a salvação: a Reforma e a Contrarreforma. Como Michel Foucault nos elucida em sua aula sobre Governamentalidade, em 1979; no encontro desses movimentos de concentração estatal e de dispersão e dissidência religiosa, é que advém no

século XVI, “o problema de ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método etc.” (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 278).

Em alguma medida, o pensamento político da modernização inaugura-se com *O Príncipe* de Maquiavel. Quando foi escrito, em 1505 e publicado em 1515, não foi imediatamente abominado, pelo contrário, “foi reverenciado pelos seus contemporâneos e sucessores imediatos, como também no início do século XIX – sobretudo (no processo de unificação da Alemanha)<sup>63</sup> [...] onde foi lido, apresentado e comentado [...]” (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 278). O governante, no caso *O Príncipe*, é caracterizado por um princípio: ele está em relação de singularidade, exterioridade, de transcendência frente ao seu principado, o qual recebe por herança, aquisição ou conquista. Entretanto seu principado lhe é exterior, ele não faz parte dele, os laços que o unem a seu principado são de violência, tradição, definidos por tratado de cumplicidade ou aliança com outros príncipes, “[...] laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural e jurídica, entre o príncipe e seu principado (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 279).

O corolário deste princípio, para Foucault (2009 [1979]) é: uma vez que é uma relação de exterioridade, ela é frágil e estará sempre ameaçada, exteriormente pelos inimigos do príncipe, e internamente, por não haver razão apriorística para que os súditos aceitem o governo. Deste princípio e de seu corolário temos um imperativo: o objetivo do exercício de poder será manter, reforçar e proteger este principado, não entendido como o principado objetivo, o conjunto constituído pelo território e os súditos, porém como a relação do príncipe com o que ele possui: o território que herdou e seus súditos. Aí surti a arte de governar que Maquiavel apresenta por objetivo: o liame frágil do príncipe com seu principado, por meio da demarcação dos perigos e o desenvolvimento da arte de manipular as relações de força (FOUCAULT, 2009 [1979]).

Dito isso, cabe salientar que houve, porém, aqueles que se colocavam contrários em uma literatura vasta, digamos, anti-Maquiavel, como, por exemplo os textos de Guillaume de La Perrière, *Miroir Politique* de 1579 (FOUCAULT, 2009 [1979]). Para La Perrière como para outros autores nesse contexto, o governante pode ser chamado de monarca, imperador, rei, príncipe, magistrado etc. Existem, assim, diversos governos, em que o príncipe governando seu território é apenas uma das modalidades. Essa multiplicidade e imanência das práticas de governo com relação ao Estado se opõe radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel. Em uma tipologia construída por Lamothe Le Vayer, outro autor anti-

---

<sup>63</sup> Grifo meu.

Maquiavel apontado por Foucault, existem basicamente três tipos de governo: “*o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia. A ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política*” (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 280).

Uma questão central que se coloca aqui é o *governo da família* e o que se entendia por família, o que se chamava de economia, mas uma economia que apresenta um sentido dispare do moderno. Como introduzir a economia – isto é a maneira de **gerir** corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado? Rousseau, em seu artigo *Economia Política*, coloca que a palavra família demarca o prudente governo da casa, para o bem da família. Governar um Estado para Rousseau, significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, em relação aos habitantes, riquezas, comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto o pai de família, o “chefe da casa” (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 281).

A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos, absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 282).

Certamente a arte de governar, então, significa a arte de exercer o poder segundo o modelo de economia, já a entendendo em seu sentido moderno, uma realidade cujo governo intervém por meio de diversas técnicas e processos; a essência do governo no século XVIII começa a considerar o que hoje chamamos de economia como seu principal objetivo. Maquiavel retoma um princípio jurídico pelo qual se caracterizava a soberania no direito público, da Idade Média até o século XVI, em que o conjunto dos objetos sobre os quais se exerce poder é o fato de ser constituído por seu território e seus habitantes. O território é o elemento fundamental tanto do principado quanto da soberania jurídica do soberano. A soberania tinha por finalidade a obediência à lei, seja do soberano terreno, seja a de Deus. Esse bem público que se apresenta é a própria circulação, de pessoas, bens, mercadorias, circulação do próprio exercício de poder da soberania, onde o que se espera do “bem” é a obediência às leis. Já para La Perrière, o governo deve debruçar-se sobre os homens, em suas relações com as riquezas, recursos, meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas características como clima, seca, fertilidade etc.; os homens em relação com os costumes, hábitos, formas de pensar e agir etc.; e os homens em suas relações com os acidentes, desastres, desgraças, fome, epidemias, morte etc. (FOUCAULT, 2009 [1979]).

Para Michel Foucault, a noção de biopolítica implica uma análise do quadro histórico, cuja racionalidade política na qual ela aparece é o liberalismo. E por liberalismo devemos entender um exercício do governo que não só tende a maximizar seus efeitos, reduzindo ao máximo os custos, sobre o modelo de desenvolvimento e produção, mas que se coloca como uma ordem sempre a governar os demais. Ainda que a razão de Estado buscasse desenvolver seu poder através do crescimento e fortalecimento do Estado, a reflexão liberal não parte da existência do Estado, encontrando um meio no governo de atingir sua finalidade para si; mas sim da sociedade que se encontra numa relação complexa de exterioridade e interioridade em relação ao Estado (REVEL, 2002; FOUCAULT, 2008 [1978]).

### *Participação e consenso*

**A gente tem que lutar o tempo todo com grandes empresas, né, com grandes nomes, né, que estão o tempo todo usando a mídia a favor deles. Eu tive oportunidade de participar de uma reunião dos acionistas da BHP em Londres, e lá eles mostravam que os acionistas...um janeiro cultural que eles promoveram em janeiro de 2016. Eles pegaram as crianças pulando no pula-pula, os profissionais né, das empresas, tratando dos atingidos com “o maior carinho”. Aquela sensação de que eles estavam “protegidos”, né? Mostraram lá, atingidos que... tem atingidos que se deixam levar pelos poderosos, e uma pessoa abriu a geladeira e mostrou dizendo que nunca tinha tido nada daquilo e que a geladeira dele estava completa. E isso foi mostrado em Londres pros acionistas e dizendo que tudo aqui no Brasil estava correndo a mil maravilha. Que o atingido estava sendo muito bem tratado. Aquelas crianças que apareceram no vídeo, os pais que apareceram no vídeo, eles conseguiram a autorização dos pais de uma forma vergonhosa. Que eles diziam pros pais que pra entrar naquele...é...naquele espaço eles assinavam...um...tipo um...uma autorização pra pegar um vale salgadinho, um vale picolé. E aí quando o pai assinava, ele assinava a folha de baixo que dava plena autorização para o uso da imagem dele e do filho que estava ali com ele em qualquer lugar. Então eles usam - eu tenho muito receio, não participo de eventos que a Renova promove, porque eu sei isso vai ser usado posteriormente lá em outros países pra dizer que aqui tá tudo bem, tá tudo ótimo** (Atingida de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate – junho de 2018, grifo meu).

Passa a tornar-se mais evidente como esse complexo emaranhado da governança do crime-desastre da Samarco/Vale/BHP, instituindo espaços de gestão e delegando instituições para o “acolhimento”, diagnósticos, medidas de reparação etc. marcam um espraiamento de difícil acompanhamento real do desenrolar das ações: há uma pulverização de responsabilidades, práticas e discursos que atordoam não só “nós”, enquanto pesquisadores do tema, mas principalmente os atingidos e a sociedade num geral. As complexas relações de poder, marcadas por um discurso atualmente dominante, perpassam essa questão da “crise ambiental” e da governança, cuja racionalidade política volta-se ao consenso, próprio da ideia

de “participação democrática”. As construções de mecanismos de gestão através dos acordos, da forma como são conduzidas, denotam como passa a reinar um discurso de apaziguamento e “pacificação”, que opera pela naturalização do direito econômico das empresas em detrimento das desigualdades sociais que, como vimos, no caso da Samarco, não são efeitos de um “acidente”, mas parte integrante das estruturas que colaboram para a produção dessa “crise ambiental”, na bacia do rio Doce, no Córrego do Feijão, em Brumadinho e no mundo. A forte influência dessas empresas na política e em diversos setores da sociedade faculta arranjos institucionais que esquivam as populações atingidas de informação verídica e de seus direitos. No entanto, não é por falta de apontamentos que ditam a “participação” dos atingidos nos termos de ajustamento de conduta. Como apontam Losekann e Milanez (2018), o termo “participação” aparece 40 vezes, no TACG, mas em contextos e significados diferentes. Na cláusula terceira do CAPÍTULO III do TACG – “GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO”, dispõem-se:

As PARTES acordam em modificar os termos do TTAC conforme as cláusulas previstas neste ACORDO, com o objetivo de incrementar **efetividade, rapidez, eficiência e participação social no processo de reparação integral dos danos** decorrentes do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, implementando-se **mudanças na gestão e governança do TTAC**, com vistas a **aprimorar os mecanismos que possibilitem a efetiva participação das pessoas atingidas** (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 5-6, grifo meu).

É interessante notar a presença de alguns termos como: efetividade, rapidez, eficiência e participação. A respeito dessa construção de consensos que passa a reger o crime-desastre, podemos fazer um paralelo com as discussões de Laura Nader (1994). Nos anos 1960 os EUA passaram de uma preocupação com a justiça para operar através de estratégias de *harmonia* e *eficiência*; passando de uma preocupação com a ética entre certo e errado para uma ética do tratamento, dos tribunais para a *Resolução Alternativa de Disputa* (ADR). A ADR, ou resolução negociada de conflitos etc., são tratativas que englobam programas que enfatizam meios não judiciais para lidar com disputas. Geralmente, o enfoque volta-se para a mediação e a arbitragem. A ADR veio a ser conhecida como justiça informal, ou seja, a princípio, uma ideia de justiça que promove o ACORDO, mais que vencer ou perder, substituiu o confronto pela *harmonia* e pelo *consenso*, a *guerra* pela *paz*, as soluções *vencer* ou *vencer* (NADER, 1994).

Trata-se de uma tecnologia de poder que passou a reger acordos internacionais, conflitos etc. A autora aponta a *Pound Conference*: “Perspectivas da Justiça no Futuro”, que foi realizada em Minnesota, no ano de 1976, como um momento decisivo em uma época em

que tanto o modelo de *harmonia* como o modelo de *eficiência* vieram, oficialmente, a substituir o litígio, procedimento jurídico considerado ideal. Consolidava-se uma transformação na maneira de pensar sobre direitos e justiça. Digamos que se estabeleceu um estilo com menos confronto e mais "suave", menos preocupado com a justiça e com as causas básicas e mais voltado para a harmonia:

Os elementos de controle são muito mais difusos que o alcance direto do controle do Estado. Uma intolerância pelo conflito impregnou a cultura para evitar, não as causas da discórdia, mas sua manifestação, **e, a qualquer preço, criar consenso, homogeneidade, concórdia**. Como em *O admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, **o modelo da harmonia produz uma espécie de soma cultural com um efeito tranquilizador** (NADER, 1994, sp, grifo meu).

Ora, se o anseio do Estado, das Instituições de Justiça e das empresas réis seria a *harmonia* e a *eficiência*, amparando-se na construção de acordos e consensos, no sentido de dar celeridade ao processo de reparação, é no mínimo grotesco observar que em quase cinco anos desde o rompimento não há sequer uma família reassentada, uma infinidade de novos conflitos provocados pelos "tutores" e "reparadores", além de diversas pessoas que ainda lutam para serem reconhecidas enquanto atingidas pelo crime. Não obstante, essas instâncias burocráticas que se dizem céleres podem responder de fato as críticas e demandas dos atingidos? Podem realmente dar celeridade ao processo de reparação? Como denunciado por uma atingida de Barra Longa, quando dos 3 anos do rompimento:

**São três anos lutando por reconhecimento, são três anos lutando pra que minha pequena seja reconhecida como atingida. Porque hoje os criminosos tão solto, mas a minha pequenininha, o meu filho, já foram sentenciados.** Eles já foram julgados. **Eles estão condenados pelo resto da vida pois são contaminados** (Depoimento de atingida de Barra Longa (MG) em 2016 no Seminário do balanço dos 3 anos do rompimento em Ouro Preto, grifo meu).

Bem, em uma sociedade como a nossa, em que a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por uma série de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, certamente conhecemos seus procedimentos de exclusão. Foucault (2004 [1970]) traça três grandes sistemas de exclusão imbrincados na sociedade: *a interdição* (a palavra proibida), *a rejeição* (a segregação da loucura) e *a oposição verdadeiro e falso* (a vontade de verdade).

O procedimento que, talvez, seja mais evidente é a *interdição*, pois sabemos que: "[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2004

[1970], p. 9). Temos então um jogo de três interdições que se cruzam, reforçam ou se complementam, conformando-se em uma complexa grade em constante modificação: o tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Para Foucault, aparentemente, as regiões as quais essa grade é relativamente mais hermética, são as regiões da sexualidade e as da política: *“no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 9-10). É justamente aonde o discurso aparenta ser inócuo, comezinho, que as interdições que o atingem logo revelam sua ligação com o desejo, com o poder e controle.

O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta), ou aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar (FOUCAULT, 2004 [1970]). Nesse sentido, Foucault distancia-se da noção de ideologia formuladas em Bakhtin, Althusser e Pêcheux, pois para ele ideologia apresenta três razões que dificultam sua utilização:

A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. (FOUCAULT, 2009 [1979], p.7).

De fato, Michel Foucault rejeita a noção de ideologia. No caso do presente estudo não se trata de uma rejeição, pois, embora eu reconheça as inúmeras possibilidades de análise a partir da noção de ideologia, optei em dialogar com a perspectiva de Foucault por compreender seu maior alinhamento ao qual propus investigar. Foucault não está preocupado se o discurso é ou não verdadeiro, mas sim como se produzem efeitos de verdade em seu interior.

Dos três grandes sistemas de exclusão do discurso apontados por Foucault – interdição (a palavra proibida), rejeição (a segregação da loucura) e a oposição verdadeiro e falso (a vontade de verdade) –, Foucault enfatiza mais o terceiro, uma vez que:

Cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modifica-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e incontornável (FOUCAULT, 2004 [1970], p. 19).

Seguramente existem diversos procedimentos outros para controlar e demarcar o discurso. Há aqueles que operam, de certa forma, externamente como sistemas de exclusão referindo-se ao jogo do poder e desejo, e os procedimentos internos. Esses procedimentos internos operam, sobretudo, como princípios de classificação, de ordenação e de distribuição, submetendo outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. Nesse sentido, Foucault trabalha com a ideia de *formação discursiva*, isto é, “*um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa*” (FOUCAULT, 1980, *apud* MACHADO, 2010, p. 63).

A construção teórica do conceito de formação discursiva (FD) nas formulações de Foucault, articulam-se com uma concepção de discurso e enunciado que, de imediato, parecem não ser “aplicáveis” à AD. E nesse sentido, reler Foucault de fato não é aplica-lo, mas trazer sua perspectiva e fazer trabalhar no interior do próprio discurso. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault postula o conceito de FD da seguinte forma:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puderem definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (...) Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência, (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 1995b, p.43-44).

É necessário compreender certas noções que perfilam as proposições de Foucault em *Arqueologia do Saber*, como *acontecimento*, *descontinuidade*, *enunciado*, *função enunciativa*, etc. Esses conceitos ancoram-se em uma concepção da história do saber (não linear, diacrônica e causal), delineados pela seguinte questão: como e quais arranjos na ordem do saber produziram determinados objetos que determinados discursos, em cada época, podem dispor ou apresentar, em outras palavras, como um objeto se torna evidente e como alguém pode apropriar-se de certos objetos para deles falar?

É nessa perspectiva que ele apreende que o discurso deve ser acolhido no momento de sua irrupção como acontecimento, ou seja, no surgimento de sua pontualidade e na dispersão temporal que lhe possibilita ser repetido, sabido, esquecido, transformado, ou apagado, quando jaz escondido distante de todos os olhares na poeira dos livros (ADÃO, 2006). Não se

trata de remeter o discurso em sua origem remota, mas sim no jogo de sua instância. Isso significa que devemos abordar os objetos de um saber na dimensão discursiva como um acontecimento a ser descrito e analisado, como tendo emergido devido a determinadas circunstâncias. Para ele, as noções de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade, não devem ser consideradas sem um exame crítico, uma vez que pressupõem uma consciência coletiva e certa causalidade que tece a história em uma vertente de continuidade.

É preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. É possível admitir, tal como é, a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõem umas às outras, ciência, literatura, filosofia, história, ficção etc., e que as tornam espécies de grandes individualidades históricas? Nós próprios não estamos seguros do uso dessas distinções no nosso mundo de discursos, e ainda mais quando se trata de analisar conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente (FOUCAULT, 1995b, p. 24-25).

Sob essa verve que se delineiam as descontinuidades, as rupturas. Para Foucault há diversas e diferentes historicidades: a da estrutura econômica, a da estabilidade social, a das mentalidades, a das políticas, a das populações etc. Um terreno histórico próprio é comportado, portanto, em cada objeto de estudo. É desse modo que a história não pode ser vista como contínua, uniforme, unidirecional ou como um sistema fechado. Esse entendimento nos é fundamental, pois ao nos libertarmos de uma visão de continuidade, abre-se todo um domínio que se constitui do conjunto de todos os enunciados efetivos falados ou escritos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância que lhes é própria. São acontecimentos no espaço do discurso, cujo trabalho de descrição abre o horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Abre-se, portanto, um novo olhar para os enunciados na perspectiva discursiva, de modo que descrição dos acontecimentos discursivos se distingue da análise da língua:

Uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas. (...) A descrição dos acontecimentos do discurso coloca outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 1995b, p. 30-31).

A descrição do acontecimento traz por cerne a dimensão das condições sob as quais o enunciado irrompeu. Nesse caso, o enunciado deve ser compreendido na estreiteza e

singularidade de sua situação. Ele deve determinar as condições de sua existência, fixar seus limites, estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, demonstrar que outra forma de enunciação exclui e como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.

Língua e enunciado, portanto, não se situam no mesmo nível de existência. Para Foucault, o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, da proposição lógica ou ato de linguagem. No enunciado há mais do que relação entre significante e significado, mais do que designação. Em relação a frase, para o enunciado é insuficiente uma construção linguística. Por exemplo, em um gráfico ou em um balanço contábil há enunciado, mas não há frase. Já em relação à proposição lógica, como vimos na relação de falso/verdadeiro, importa o contexto da proposição, cujo referencial é dado pela condição ou pelo espaço de correlações em que a proposição está posta. Quanto ao ato de fala, o principal é o que se produziu para ser enunciado, não importa, portanto, o que se pode produzir depois de se ter enunciado:

A ideia de que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação em que cada ato tomaria seu corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos resultando num pelo outro em uma exata reciprocidade, não se sustenta. É preciso mais de um enunciado para efetuar um ato de fala (ADÃO, 2006, p. 82).

Dialogando com outro grupo de procedimentos de controle dos discursos apontado por Foucault, desta vez não mais como função de dominar os poderes, nem de conjurar seu acaso; trata-se da demarcação das condições de seu funcionamento, da imposição aos indivíduos que os pronunciam por um arranjo de regras e, assim, de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Trata-se, portanto, da rarefação dos sujeitos que falam e, para entrar nesse jogo deve-se satisfazer a certas exigências, ser qualificado.

Nem todas as regiões do discurso são igualmente acessíveis e penetráveis, sendo algumas destas altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), ao passo que outras parecem quase sempre acessíveis. Temos aí os discursos jurídicos, religiosos, terapêuticos e políticos, determinando, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Esse grupo apresenta, no estudo presente, especial importância, pois é a partir dele que uma série de condicionamentos e demarcações irão dar palanque para certos discursos que atravessam o crime da Samarco, em detrimento da restrição e silenciamento das falas das atingidas e atingidos. A forma mais aparente e superficial desses sistemas é constituída pelo que Foucault agrupa sob o nome de *ritual*; é o ritual que define a qualificação que os

indivíduos devem possuir para falarem, ocupando determinado tipo de enunciados, em uma determinada posição: *“O ritual define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”* (FOUCAULT, 2004 [1970], p.38).

Podemos ilustrar o “ritual” que define e qualifica a fala, por exemplo, em uma audiência pública para se tratar do auxílio emergencial para os atingidos. O disciplinamento do espaço, dispõe uma mesa elevada, acima da “plateia”. Nessa mesa os assentos são destinados ao juiz, aos promotores e defensores públicos, aos advogados da Samarco/Vale/BHP, os representantes e advogados da Fundação Renova. Já num nível inferior à mesa, fica localizada a “plateia” que é formada, pelos atingidos, quando estes são autorizados a ali adentrar. Eles não possuem autorização para partilharem a mesa principal, podem apenas assistir, se podem, aqueles que possuem legitimidade para falar. A “tutela” e “representatividade” dos atingidos é atribuída ao MP e à DP, que em tese os representam naquele espaço. Eles sim são autorizados e tem autoridade, pois representam uma instituição, possuem diplomas e certificados que os qualificam, exercem, portanto, o poder. Foucault preocupa-se com os procedimentos de controle do próprio discurso, como operam no sentido de legitimar, controlar, demarcar. Se os princípios de exclusão, como a interdição e a rejeição apartam para controlar o acaso, a vontade de verdade os retomas para modifica-los e fundamentá-los. Esses princípios de exclusão apoiam-se em um sustentáculo institucional reforçado e reconduzido por um conjunto de práticas. Para ele, a enunciação é tomada não como uma expressão mais ou menos deturpada de um pensamento que a sustente, mas como o ato de inserção do sujeito em uma instituição que o domina.

O discurso, nesse sentido, invade a realidade, sendo a um só tempo dispositivo social e representação. Merece destaque o questionamento do indivíduo, desse “homem”, tomado como um ser isolado e centrado em sua própria consciência, de um sujeito abstrato, ideal e da confrontação com uma filosofia idealista, afeita a um sujeito que paira deslocado como fundamento do devir histórico. Indubitavelmente, através dos conceitos de práxis e ideologia, Marx, Althusser e Bakhtin deslocam esse sujeito de seu autocentramento, inserindo-o em amplas categorias socioeconômicas, em uma base histórica e material, dimensionado em sua concretude, enquanto produtor da realidade social que, ao mesmo tempo, é produzido por esta. Foucault, por sua vez, debruça-se sobre processos históricos de objetivação do sujeito ao analisar os procedimentos de produção de verdade *do* e *no* discurso, preocupando-se, sobretudo, com as formas como o poder penetra nos níveis mais íntimos da realidade.

Sendo assim, conforme aparece no “CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS” do TACG: “VIII – o estabelecimento de canais de diálogo e de interlocução entre as pessoas atingidas, o PODER PÚBLICO, as EMPRESAS, a FUNDAÇÃO e a sociedade” (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 5). Com efeito, passa a reinar uma realidade jurídico-institucional completamente abstrata e alheia ao que de fato acontece no território, como se situasse acima da realidade, mas que de fato está entranhada na realidade, ela produz e reproduz realidade; revestida de suas verdades jurídicas, exerce o peso de seu poder sobre a vida de milhares de pessoas. O que se encontra nas entrelinhas do TACG é o fato de que as empresas que cometeram os crimes são acolhidas pelo Estado e pela justiça brasileira no sentido de fomentar acordos, sem a prisão de nenhum responsável. Ocorre que que no Brasil, o processo criminal não se aplica às empresas, mas sim aos dirigentes que responderam a um processo criminal. A ação cautelar em Mariana logrou o bloqueio de 300 milhões de reais, em dezembro de 2015 houve bloqueio de 2 bi para os danos ambientais, depois determinação do TJMG de bloqueio de 300 e 475 milhões para abastecimento de água em Galileia e para danos em Barra Longa. Contudo, as empresas são ainda autorizadas e estimuladas a retomar suas atividades extrativistas e participarem e instituírem a gestão do crime, como colocado pela atingida de Barra Longa: sentenciados de fato são os atingidos!

Em relação aos objetivos da participação no TACG, nota-se sua inserção explicitamente nos itens 9 e 14. No item 9, a participação aparece como uma revisão do sistema de governança:

A necessidade de se **aprimorar o sistema de governança** previsto no TTAC, **agregando maior participação**, qualidade e complexidade ao processo de tomada de decisão, bem como a necessidade de evitar impactos nos prazos de implementação dos PROGRAMAS (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 3, grifo meu).

Já no item 14, a participação é compreendida enquanto “acompanhamento do atingidos”:

A **necessidade de incrementar a participação efetiva das pessoas atingidas**, na forma que entenderem pertinente, em todas as etapas e fases do presente ACORDO, tanto na fase de planejamento como na efetiva execução e monitoramento dos PROGRAMAS e ações previstos no TTAC e neste ACORDO (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 3, grifo meu).

Essa ideia de participação insere-se no TACG associada, portanto, a diferentes processos. No “CAPÍTULO 1 – OBJETO”, apresentam-se três objetivos:

I – a **alteração do processo de governança** previsto no TTAC para definição e execução dos PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES que se destinam à reparação integral dos danos decorrentes do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO; II - o aprimoramento de **mecanismos de efetiva participação das pessoas atingidas** pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO em todas as etapas e fases do TTAC e do presente ACORDO; e III - o estabelecimento de um **processo de negociação** visando à eventual repactuação dos PROGRAMAS (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 4, grifo meu).

Desse modo, a noção de “governança”, conectada aos modelos já existentes no TTAC (programas, projetos e ações); “mecanismos de efetiva participação das pessoas atingidas” ligadas às etapas do TTAC e do TACG de forma ampla e vaga; e “processo de negociação”, relaciona-se a essa repactuação dos programas já mencionados no item que trata a governança. Isso é, governança e negociação aparecem ligadas aos mesmos objetos ou processos, ao passo que a “efetiva participação” permanece imprecisa.

Já no “CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS”, a participação aparece novamente adjetivada nos termos de sua “efetividade”, cujas atribuições são ampliadas:

I – a **efetiva participação das pessoas atingidas** na criação, discussão, avaliação e fiscalização dos PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES; [...] XII – a transparência no processo de pesquisa e definição dos parâmetros de indenização das pessoas atingidas, **assegurando a sua participação** nos termos do TTAC e deste ACORDO [...] (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 4-5, grifo meu).

Como colocam Losekann e Milanez (2018, p.35), *“a ideia de efetividade está associada a uma expectativa de inclusividade, ou seja, de que as pessoas atingidas (abstratamente) sejam incluídas”*. Trata-se de um dos principais problemas concernentes a esses mecanismos de resolução negociada, uma vez que para a garantia da inclusão, é fundamental ter conhecimento do público que deverá participar em todas as suas clivagens. Isso é de extrema importância, posto que é impossível a participação em sua totalidade, uma vez que se tratam de milhares de pessoas, desse modo: *“o conhecimento do público e suas clivagens dependeriam de um estudo que deveria ter sido feito antes de construído o modelo participativo. Ou seja, é impossível garantir inclusividade no modelo construído”* (LOSEKANN e MILANEZ, 2018, p.35).

Há ainda um problema que é conceitual, pois a ideia de “efetiva participação”, está ligada a capacidade de realizar aquilo que foi decidido, ou seja, a expressão da efetividade não tem força para sua concretização, denotando mais uma “vontade” do que um real mecanismo de controle para de fato efetivar a decisão (LOSEKANN e MILANEZ, 2018). Na prática, são as percepções, denúncias e apontamentos das atingidas e atingidos no território que denotam o

que de fato acontece, a impossibilidade de governar a própria vida, ser apartado da real participação, das reais decisões:

**A gente não escolheu qualquer lugar pra viver, portanto nós fomos expulsos da nossa terra, do nosso habitat natural, das nossas relações [...] E hoje não, a gente tá com a babá Vale, Samarco e BHP. E babá maldita, dessas que tranca o menino dentro do armário e deixa sem comer o dia inteiro. Então nós estamos ruim de tutores. Perdemos a condição de governar as nossas vidas.** De fazer do jeito que eu quero, do jeito que eu vou construir, do jeito que eu quero viver. **Hoje eu tenho ditador nas minhas costas que cada vez mais me empurra pra um abismo** que eu ainda não caí, porque o tempo não chegou, **mas eu acredito que esse abismo vai abrir embaixo dos meus pés** (Atingida de Paracatu de Baixo, Seminário III UFMG Debate – junho de 2018, grifo meu).

Em termos práticos, quanto ao funcionamento da “participação” através das comissões, nota-se que o sentido de participação parte da premissa de “presença”. No “PARÁGRAFO ÚNICO” no “CAPÍTULO IV – COMISSÕES LOCAIS DE PESSOAS ATINGIDAS”, dispõe-se: *“Todas as reuniões das COMISSÕES LOCAIS serão abertas à participação de qualquer pessoa atingida e divulgadas antecipadamente às respectivas comunidades em tempo hábil para sua participação”* (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 9). Nesse aspecto podemos compreender esse formato como uma aproximação do modelo de audiência pública, amplamente utilizado pelo MP e, também, amplamente criticado pelos atingidos, por ser extremamente excludente, uma vez que nesse entendimento de “participação”, potencialmente pode tornar-se um processo de legitimação de decisões já tomadas (LOSEKANN e MILANEZ, 2018; ZHOURI, 2008).

Na “CLÁUSULA DÉCIMA NONA” no “CAPÍTULO V – FÓRUM DE OBSERVADORES” coloca-se:

As PARTES acordam em criar um fórum de observadores, de natureza consultiva, como uma das instâncias de participação e controle social, cujo objetivo será acompanhar os trabalhos e analisar os resultados dos diagnósticos e das avaliações realizados pelos EXPERTS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e acompanhar os trabalhos da FUNDAÇÃO, podendo apresentar críticas e sugestões (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 10).

O TACG prevê como outra forma de “participação”, determinado pelo Fórum de Observadores, no sentido de *controle social*. Contudo, nos termos de atribuições das funções, o Fórum, de natureza consultiva, conecta-se mais à função de *controle da informação*, em algum canal para sugerir medidas de responsabilização, uma vez que sua função é o acompanhamento dos trabalhos produzindo críticas e sugestões.

A composição do Fórum é marcada por imprecisões, uma vez que ao se determinar o número de 12 representantes da sociedade civil, o seu conceito não é definido ao longo do documento, existindo, ainda, a incerteza no número de representações das comissões locais. Não obstante, observa-se uma infinidade de atribuições ao Fórum que nos leva há alguns questionamentos: como é possível o acompanhamento da execução de tantos programas? Como definir o acompanhamento e análise dessa diversidade de trabalhos?

Observa-se, ainda, a forma como a participação é colocada em uma ideia de “ocupação de vagas”, como delegado dos atingidos em Câmaras Regionais, Câmaras Técnicas, Conselhos, etc. No Conselho de Curadores da Fundação Renova, por exemplo, coloca-se que a participação e representação das pessoas atingidas serão “*por elas definidas por meio da ARTICULAÇÃO DAS CÂMARAS REGIONAIS, observadas as regras de funcionamento da FUNDAÇÃO*” (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 17-18). No “PARÁGRAFO TERCEIRO” da “CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA” participação e representação são apresentados como sinônimos: “*Caberá às pessoas atingidas definir o modo e a forma de sua representação e de sua participação nas reuniões de que trata o caput desta cláusula*” (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 21). Como apontam Losekann e Milanez (2018, p. 37), “*a forma de participação não está definida nem em termos de princípios, tais como, respeito às matrizes culturais, buscando equidade de gênero, ou respeito às minorias etc., tampouco, em termos de critérios de legitimidade para os seus resultados*”.

Como ocorre então a participação dos atingidos? Em alguns momentos do TACG apresenta-se que os atingidos poderão construir “outro arranjo de participação”. Este “outro arranjo” poderia substituir qual espaço? O Fórum de Observadores, as Comissões locais, regionais? Fica impreciso para quem eles poderiam apresentar esse pedido. É, portanto, extremamente problemática a operacionalização do que se institui no documento, de modo que suas formas são confusas, ambíguas e generalistas. A operacionalização do TACG pelos órgãos públicos, bem como pelas pessoas atingidas, não define o público que participa das diferentes instâncias definidas pelo documento. Não se define, também, quem é o “atingido”, qual definição é utilizada, se é a já existente no TTAC ou outra.

Sob o discurso da pacificação, consolida-se uma harmonia coerciva, cujas decisões políticas e judiciais incidem de forma violenta sobre a vida das pessoas, e ocorrem em espaços completamente alheios à participação e decisão dos atingidos pelo crime-desastre. Esses discursos e práticas, como estamos discutindo, possuem complexas relações transescalares cuja espacialização não fica circunscrita somente à dimensão local, mas que

possui forte relação com as estruturas políticas e econômicas globais, em uma lógica insustentável operante no mundo, perpassada pela razão técnico-científica moderna e pela razão de Estado. A distribuição de acesso aos recursos políticos é assimétrica, devido à uma série de opressões de classe, raça e gênero historicamente instituídas e, portanto, há uma distribuição extremamente complexa e desigual dos riscos e danos. A produção do risco passa a ser entendida, então, como processo e construto social, onde os discursos e ações do Estado e das instituições envolvidas produzem e reproduzem o sofrimento social das populações atingidas por grandes empreendimentos, intensificando as desigualdades: Não basta sofrer, é preciso saber sofrer. (VALÊNCIO, 2009).

*“É aprendendo o dia-a-dia, aprendendo a ser atingido, aprendendo a lutar por direito. Aprendendo a lidar com a dor (Atingido de Bento Rodrigues, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018).*

Para ilustrar a relação do governo com a dimensão do acontecimento, pensemos em paralelo como Foucault problematiza o fenômeno da escassez alimentar. Esse fenômeno não se atrela exatamente a fome, mas a um estado de “raridade” de gêneros cuja propriedade de gerar um processo *“que a traz de volta e que tende, se não houver outro mecanismo que venha detê-la, a prolonga-la e acentuá-la”* (FOUCAULT, 2008 [1978], p.40). A dinâmica de altos preços induz os que detêm os “objetos escassos” a estoca-los para os preços subirem ainda mais, seguindo assim até o momento em que as mais elementares necessidades da população deixam de ser satisfeitas. Se hoje vivemos uma cultura de intolerância que passa a evitar, não as causas da discórdia, mas sua manifestação a qualquer preço, impondo consensos, na perspectiva de Foucault, o fenômeno da escassez é para os governantes o tipo de acontecimento a ser evitado, pois certamente trará revoltas, insurgências: *“flagelo do lado da população, catástrofe, crise, se preferirem, do lado do governo”* (FOUCAULT, 2008 [1978], p.41).

Sob o pano de fundo da escassez alimentar, reflete-se um horizonte filosófico-político, mediante duas categorias: em primeiro lugar, o conceito greco-latino de “má-fortuna” e a “má natureza do homem”. Afinal, a escassez alimentar tem por fator imediato, mais aparente, a seca, a intempérie, um “estado puro” de má sorte. Essa “má-fortuna” não é simplesmente a constatação da impotência, mas, principalmente, envolve todo um conceito político, moral, cosmológico que *“desde a Antiguidade até Maquiavel e, por fim, até Napoleão, foi não apenas uma maneira de pensar filosoficamente a desgraça política, mas até mesmo um esquema de comportamento no campo político”* (FOUCAULT, 2008 [1978], p.41). Em segundo lugar, outra matriz filosófica é a “má natureza do homem”, que se liga ao fenômeno

da escassez na medida em que esta aparece como uma espécie de “castigo”, ao passo em que a avidez do “homem” em seu insaciável desejo de acumular, seu egoísmo, provocará o fenômeno de estocagem, retenção da mercadoria. Para Foucault *“o conceito jurídico-moral da má natureza humana, da natureza decaída, o conceito cosmológico-político da má fortuna são os dois marcos gerais no interior dos quais se pensa a escassez alimentar”* (FOUCAULT, 2008 [1978], p.42).

Como discutimos no decorrer do estudo, é justamente sob esse juízo moral que se apresenta essa ideia de “crise ambiental”, a qual o crime-desastre do Rio Doce não escaparia dessa inserção e apropriação. Ele comparece nas narrativas da imprensa e nas prosas comezinhas do dia a dia, em alguns momentos como um “acidente”, fruto de uma “má conduta do homem”, ou como nos discursos da Samarco, mera “má sorte” de intempéries que não poderiam evitar, “um acidente” eles disseram, não é mesmo? É esse novo tipo de governamentalidade, não redutível a uma análise puramente jurídica, nem a uma leitura puramente econômica (ainda que fortemente ligadas), por consequência se apresenta como uma tecnologia de poder voltada a seu novo objeto: a “população”. Enquanto um conjunto de seres vivos e coexistentes, essa população expõe traços biológicos e patológicos particulares, cuja própria vida é acomodada ao controle, a fim de assegurar a melhor gestão da força de trabalho, no nosso caso a gestão da barbárie manifestada no crime-desastre. Essa apreensão estatística através da “descoberta” da população traz em evidência, ao mesmo tempo, a descoberta do indivíduo e do corpo modelável, o ponto nodal das tecnologias que circundam os procedimentos políticos transformados no Ocidente (REVEL, 2002; FOUCAULT, 2008 [1978]).

Essencialmente, o modo pelo qual instituem-se as técnicas de governo, de gestão política e econômica na sociedade, são estabelecidos em um sistema, ao mesmo tempo jurídico e disciplinar, em um sistema de legalidade e regulamentação destinado não só a impedir o conflito, mas literalmente preveni-lo. E o faz mediante as formas de limitação de custos com a reparação, limitação de acesso aos direitos, vetos e proibições do lado mais fraco das partes: as pessoas atingidas. Com efeito, o que Foucault traz como foco são as tecnologias de poder, os mecanismos de segurança e os procedimentos de normalização e controle.

Nesse sentido, podemos pensar, também, os mecanismos de vigilância, que têm por função não tanto “punir” o desvio, mas corrigi-lo, impedi-lo. O controle social não está atrelado somente à justiça, mas em uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde; os mecanismos de assistência, as associações

filantrópicas, fundações privadas e os patrocinadores etc.), articulando-se de um lado, ao constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos, cujo controle é, fundamentalmente, uma economia do poder, uma vez que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado; mas, de outro lado, trata-se igualmente da capilaridade do poder, ou seja, instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência (REVEL, 2002; FOUCAULT, 2008 [1978]). Nesse sentido, observemos as FIGURA 13 e FIGURA 14.

**FIGURA 13** - Batalhão de Choque da PMMG em Cachoeira Escura (MG). Marcha: "Um ano de lama, um ano de luta", novembro de 2016.



Fonte: Acervo do autor.

**FIGURA 14** - Batalhão de Choque da PMMG em Cachoeira Escura (MG). Marcha: "Um ano de lama, um ano de luta", novembro de 2016.



Fonte: Acervo do autor.

As duas fotografias acima são em Cachoeira Escura (MG), na marcha “*um ano de lama, um ano de luta*”, em novembro de 2016. Na ocasião, encontravam-se diversos moradores da comunidade, diversas famílias de atingidos, incluindo crianças e idosos que se somaram aos atos políticos organizados pelo MAB. Além da caminhada pela cidade, foi planejado um ato simbólico com o plantio de mudas nas margens do Rio Doce, em solidariedade às 20 vítimas fatais do desastre. Para tanto, era necessário atravessar a ferrovia da Vale S.A. e chegar às margens do Rio Doce. Quando nos aproximávamos da ferrovia, fomos surpreendidos pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de MG, que tentou impedir nossa passagem, nos forçando a alterar o trajeto para atravessar os trilhos, em uma clara criminalização aos movimentos populares e a legítima luta dos atingidos. É interessante notar o simbolismo que perpassa as fotografias, aonde a PMMG, enquanto representante do poderio repressor do Estado colocam-se à defesa do patrimônio privado da mineradora. Algo que traduz toda nossa discussão até aqui: o amparo e defesa do Estado, que corrobora com o crime, acolhendo as empresas réis, colocando acima o direito econômico das empresas em detrimento do direito das pessoas atingidas.

Com escudos, cassetetes e cães, os policiais formaram uma fileira, impedindo de seguir a caminhada. Após negociação com representantes do MAB, a marcha pôde seguir. Atravessamos um trecho da linha e seguimos em direção à beira do rio. Durante todo o tempo, éramos observados pelos policiais, que faziam escolta à ferrovia e às máquinas e vagões da Vale. Aliás, durante os sete dias que marcaram todo o trajeto da marcha, de Regência à Mariana, foi recorrente a presença da Polícia Militar. Os policiais fotografavam lideranças do MAB, atingidos etc. além de abordarem e questionarem a presença dos demais integrantes. A conivência do Estado e o poder de controle das instituições públicas pelas empresas é um indicativo das estratégias de controle territorial que vêm sendo amplamente observadas não só na bacia do Rio Doce, como em outras áreas em que há atuação dessas transnacionais, como na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Controlando e apropriando-se do território, as empresas vêm ampliando e intensificando suas relações de poder, por meio de persuasões, espionagem, coerções, cooptações e marketing empresarial. Essas ações fazem parte do leque de políticas e estratégias - acionadas pela Vale S.A. para garantir o acesso e controle territorial e a reprodução do seu espaço de produção (ROJAS e PEREIRA, 2015).

O depoimento e denúncia de uma atingida de Barra Longa também demonstra como a resistência e luta por direitos é constantemente criminalizada. Mais icônico é como a própria empresa que cometeu diversos crimes não sofre sequer uma sanção de fato punitiva, não é devidamente criminalizada pelos seus atos. Trata-se da forma como o controle e poder incide

sobre a vida das pessoas atingidas, controle social que se espalha nas mais infinitesimais dimensões do corpo por meio da interface “público/privado – Estado/Empresas”:

**Isso aí é a parte que nós somos criminalizadas**, isso aí é la em Barra Longa. **Nós mulheres de barra longa ficamos onze dias na BR, onze dias resistindo.** Foi muita luta gente, não foi fácil, porque a polícia veio pra cima de nós, né. **Eu costumo dizer que nem no dia que o Banco do Brasil foi assaltado em Barra Longa teve tanta polícia quanto teve pra nós, sabe? A polícia vieram pra cima, eles vieram pra matar, eles vieram pra bater mesmo.** Eles não vieram pra, assim, sai daí não. **Já desceram, tinha a polícia com dois cassetete na mão, tinha...a a...a polícia com...com as arma desse tamanho na mão que eu nem nunca tinha visto. Vieram pra matar. Mas as mulheres era resistência.** As mulheres, né, tá ali eu, eu fui pra cima da polícia, né. Falei com eles que eles não iam tirar a gente dali, se eles me tirasses dali ia me tirar dali toda quebrada no camburão, no caixão, mas que eu não ia sair dali porque nós estávamos lutando pelos nossos direito. Porque nós não pedimos lama, ninguém ligou pra barra longa e falou assim: “cês aceitam lama aí gente? Tô mandando a lama pra vocês aí.” Então quem cometeu o crime deve reparar. O, né, os danos causados nas nossas vida porque nossas vida foi mudada. Nossa vida foi virada de cabeça pra baixo (Depoimento de atingida de Barra Longa, Seminário do balanço dos 3 anos do rompimento em Ouro Preto, grifo meu).

Essa gestão da barbárie é produzida, portanto, através de diversas escalas e instituições, de modo que há um espraiamento do poder, penetrando em todo o tecido social. Através da formação da sociedade capitalista, que passa pela necessidade de controlar os fluxos e a repartição espacial da mão de obra, considerando as necessidades da produção/reprodução do trabalho, do lucro, o controle social, ampara-se historicamente no desenvolvimento da polícia e da vigilância das populações, como instrumentos essenciais. As práticas espaciais heterônomas, caracterizadas por correspondências de *poder explícito*, isto é, *imposição do nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro, tem se apresentado ao longo da história de formas diversas (SOUZA, 2015). No entanto, elas possuem algo em comum: visam a “submissão”, o “adestramento”, “amansamento”, o “disciplinamento” ao enquadramento subalterno das mentes e corpos. Essas práticas espaciais coercitivas e, também, punitivas, concretizam-se de diversas formas, nas chamadas “tecnologias de poder” trabalhas por Michel Foucault, como a *soberania*, a *disciplina* e a *segurança/a biopolítica/ a governamentalidade*, por diversos tipos de: *dispersão*, de (auto[s]segregação, de confinamento, de interdição de acesso, de monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, de organização da exploração do trabalho e, no limite, de trabalhos forçados), de indução de comportamentos e de adoração de fontes de poder transcendentais. Para Foucault a segurança, biopolítica e governamentalidade são facetas de uma ampla tecnologia de poder, que reconfigura/recontextualiza – sem substituir – a soberania e a disciplina, historicamente mais antigas (SOUZA, 2015; REVEL, 2002; FOUCAULT, 2008 [1978]).

Bem, se a *governamentalidade* traz todo um *ethos* dos procedimentos, da instrumentalização sobre o que é governar, a *governança* traz, também, em seus princípios, a instrumentalização técnica, mas destacam-se não só as práticas de violência e repressão explícitas, porém uma pérfida brandura nas políticas gestão desse estado de barbárie sob o qual se veem as pessoas atingidas, pela captura institucional do crime-desastre que impõe os processos de harmonias coercitivas e consensos. E o que se coloca na problemática contemporânea das políticas de governança, senão a instrumentalização técnica, cuja visão cartesiana mensura, quantifica, diagnostica, para então controlar e disciplinar o espaço, o território e sua “população”.

Ora, o conceito de “ambiente” envolve pessoas e práticas sociais, por isso é fundamental a reflexão de que a produção do espaço geográfico se sustenta em uma diversidade de conflitos e de relações desiguais, nas quais as relações de poder interagem construindo espaços também desiguais. No Brasil, a gestão ambiental contempla um conjunto de prioridades, instrumentos e prerrogativas que têm por finalidade principal controlar e disciplinar as formas de uso e de ocupação humana, em interface com as invenções e ações em diferentes níveis nos territórios. A “gestão ambiental” está hoje presente em diversas instâncias e instituições como prerrogativa de atendimento à legislação e para a formação de um modelo produtivo que seja ambientalmente “sustentável”. Enfim, a questão central é a gestão do crime-desastre da Samarco, que se baseia em princípios tais quais os que operam a lógica de governamentalização das instituições e do Estado, trazendo o território e a população atingida como passíveis de serem resumidos/alojados em tabelas e dados estatísticos padronizados pela regência do Banco Mundial, ao nível da economia.

No caso da Samarco operam problemas estruturais como a organização e gestão burocrática que passa não só pelo Executivo, mas também pelo Judiciário através da reestruturação e criação de novos órgãos, funções etc.; além das flexibilizações legislativas. Já no que se refere ao eixo processual instituem-se mecanismos de elegibilidade, controle e pacificação social, que por sua vez passam pela definição das categorias e princípios que regem o crime. Práticas estatísticas de cadastramento de atingidos, disciplinamento da participação social por meio da mediação e conciliação, procedem a partir do crivo dos termos de ACORDO. Essas categoriais delimitam e limitam a participação e conquista de direitos dos atingidos face ao que a empresa define como custos de reparação.

É oportuno ter em conta, portanto, que a formação do território no qual está situada a bacia hidrográfica do rio Doce detém uma série de conflitos, cisões e rupturas das territorialidades, para além do próprio rompimento de Fundão, reflexo de ações de extermínio

em massa iniciadas pela coroa portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, pela ditadura militar, pelos avanços da EFVM e pela própria democracia liberal e seus projetos de desenvolvimento. Esse território é uma amálgama de significados histórico-culturais, simbólicos, espirituais, ambientais e econômicos para os povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, enfim, para seus habitantes. As magnitudes materiais e imateriais dos danos do desastre certamente não podem ser facilmente mensuradas, precificadas e/ou negociadas, mesmo com a pretensão de reparar os danos e riscos consecutivos ao rompimento da barragem de Fundão, um dos maiores desastres envolvendo barragens de rejeito da história do Brasil e do mundo. Observa-se que os saberes que orientam os modos de vida tradicionais, práticas e relações de diferentes povos são suprimidos para ceder espaço aos mecanismos institucionais para a gestão da barbárie, dando continuidade, autorizando e legitimando os processos de exploração/expropriação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto aqui a gente tem que lutar, tem que brigar com empresas que a gente nunca pensou que a gente ia conseguir forças pra isso, né? Nós, camponeses, trabalhava no campo. A gente nunca imaginou que teria que sair desse espaço nosso lá, nossa vidinha, nosso cotidiano, pra ter que brigar com pessoas tão poderosas (Atingida de Paracatu de Cima, Seminário III UFMG Debate, junho de 2018).

Mas é porque a responsabilidade é muito grande, quando você representa o seu povo, você tá defendendo o seu povo não é fácil [...] Seguimos em luta, resistindo pra poder existir! As mulheres são de: (Luta!). As mulheres são de: (Luta!) (Depoimento de atingida de Barra Longa, Seminário do balanço dos 3 anos do rompimento em Ouro Preto).

Como trouxe no início do estudo, esse texto deve chegar ao seu fim a partir de sua origem; de seu nascimento ao burilar das reflexões, costurado e tecido pela base conceitual que subsidiou possíveis interpretações e questionamentos. Esse meandro passa pela condução da colonização de nossas mentes e corpos, pelo apartar “homem x natureza”, que se evidencia de forma atroz no neoextrativismo tóxico das megacorporações. Natureza essa que não se suprime como algo puramente exterior, que reflete diferentes formas de apropriação, concepção historicamente constituídas, no sentido de questionar o pragmatismo moderno de uma “dominação da natureza”. Crime e desastre esse que se traduz pelos mecanismos conciliatórios que instituem a gestão da barbárie, que se reinventa, se adapta. É pelo peso histórico das instituições da modernidade e seu entrelaçamento, que essas passam a revestir seus discursos de verdade e autoridade, seja pela ciência, pelo Estado, pela fé, pelo mercado, pelo dinheiro. As práticas institucionais trazem para si o poder da gestão, não solucionam nada como prometem, mas fundamentalmente agravam ainda mais o sofrimento social em suas tecnologias de poder, disciplinamento o controle sobre a vida das pessoas, sobre sua territorialidade. É sobre a efetividade dos enunciados e de seus regimes de verdades que revestem os sistemas de poder nas práticas dessa arquitetura de governança, que compactuando com o “diabo”, assinam acordos cuja lama desemboca na vida, na história de milhares de pessoas, interpelando-as a existir não mais como camponeses, ribeirinhos, professoras e professores, donas de casa, trabalhadores; esses agora são chamados a existir e resistir enquanto atingidas e atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão no crime e desastre da Samarco/Vale/BHP. Ao fim e ao cabo, *“somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”* (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 179-180).

O empenho teórico-conceitual que compôs esse estudo veio no intuito auxiliar a compreensão desse emaranhado prático e discursivo que perpassa e institui o crime-desastre.

Como disse, não tinha por objetivo responder prontamente uma “questão de pesquisa”, mas ser transportado por ela para pensar uma diversidade de práticas e discursos que atravessam o caso de Fundão, que de certa forma, evidência o desastre enquanto a “tragédia da vida moderna”. É certo que, em alguma medida, trouxe uma infinidade de temas sob os quais, por uma série de motivos, não consegui aprofundar. Ainda assim, tentei imergir nos processos de modernização, nesses termos amplos, de como a própria razão científica, do Estado e do Capital que passam a se legitimar historicamente, autorizando o próprio corpus discursivo-documental das agências governamentais e das empresas responsáveis pela barragem. Nesse sentido, mesmo que em uma ampla gama de aproximações, busquei manter o eixo central dos discursos e do poder, enquanto categorias fundamentais de análise, para compreender, em alguma medida como esses incidem no cotidiano, na vida das pessoas atingidas.

Busquei ao longo do texto reforçar o próprio descompasso e assimetria que a ideia de modernização traz, refletidos nas omissões da Samarco/Vale/BHP e das instituições que agenciam o processo, que mesmo que possuam todo aparato tecnológico e econômico ao seu dispor, e que a princípio trariam as “soluções” para a “crise” construída, não abrem mão de reforçar as iniquidades do processo, o lucro e sua capilaridade de poder que se reforçam com tudo isso. Desse modo, evocar a ideia de crise implica um estado comparativo de julgamento, dos fundamentos epistemológicos ou éticos de certos domínios da vida e do pensamento (ROITMAN, 2016). O termo crise, ilustra a temporalização da história, ou o surgimento da “história” como categoria temporal e o deslocamento da crise de um termo que serve de profecia, para um que serve de prognóstico (ROITMAN, 2016, p.2). Assim, a crise serve à prática de desvelar latências, no sentido que não há “crise” e “não crise” que podem ser observadas empiricamente; crise é, antes de tudo, uma observação lógica que gera significado em um sistema auto-referencial, enunciando e anunciando em um não *locus* a partir do qual significa contingência e paradoxo (ROITMAN, 2016, p.3).

Evidentemente, mesmo que arbitrariamente a União e os estados sejam legitimados a formar os TACs, eles não são representativos dos anseios das vítimas do caso Rio Doce. Fato é que tanto a União quanto os estados galgaram e anteciparam-se para conduzir o processo, ao passo que deveriam responder como réus, juntamente com as empresas. Eles não são, portanto, comprometentes, mas sim corresponsáveis e sua omissão, perpassa fundamentalmente pelos complexos processos de desdobramento que corroboram para o rompimento de Fundão. O processo de repactuação colocado na governança, passa centralmente pela Fundação Renova, enquanto um ente que seria “neutro” e que faz a gestão dos recursos e define os programas de reparação. A celebração do Acordo é cercada por

premissas de “estabilidade” para se evitar ao máximo a manifestação dos conflitos inerentes ao processo de reparação. Outro fato que se coloca é que tanto a dita “efetividade” quanto a “celeridade” no processo de reparação, a partir da construção do Acordo, são de fato ineficientes e morosas. Do ponto de vista processual os casos são extremamente lentos, e do ponto de vista material, os valores de reparação não alcançam as pessoas atingidas, que não são efetivamente reparadas. As comunidades que foram destruídas pela lama não foram reconstruídas, a economia de Mariana declina significativamente e as ações de reparação socioambiental não foram desenvolvidas, se é que isso é possível.

Nesses termos, nas abissais contradições que perpassam o crime-desastre, o crime e os conflitos são denominados acordo/harmonia/conciliação, as violências são denominadas gestão, as tecnologias de poder são as técnicas convencionais, as pessoas são objeto. Funde-se nesse amálgama a política e publicidade, ciência, técnica, mercado e filantropia, informação e propaganda, bom e mau, a moral e a sua eliminação. As fragilidades estruturais e a discrepância das relações de poder na bacia do rio Doce tornam-se mais notórias, assim como a organização e as estruturas sociais no território encontram-se, então, reconfiguradas pelo rompimento da barragem de Fundão. A condução desse processo nos oferece fortes indícios dessa gestão da barbárie, bem como da conformação de um “laboratório institucional”, que não só aprende, mas reconfigura estratégias de poder, disciplinamento e controle no/do território. A inserção das empresas transnacionais e a lógica do neoextrativismo nos países ditos periféricos e em desenvolvimento, articuladas com a razão de Estado e as instituições democráticas, que se colocam, então, submissas à ordem da acumulação, acirrando graves conflitos e criando novos: apropriam-se dos territórios, reduzindo-os à recursos, esvaziando as potencialidades e as vidas num mero fluxo de matéria e energia. Assistimos a gestão da barbárie através das derrocadas institucionais que deterioram e desmontam sistemas de regulação ambiental e normas que aspiram assegurar os direitos de povos tradicionais e populações atingidas por grandes empreendimentos industriais. A distribuição de acesso aos recursos políticos, aos direitos dessas pessoas é abissalmente assimétrica, devido às opressões de classe, raça e gênero e, portanto, uma distribuição desigual dos danos, sem alusão à possível e significativa articulação entre degradação ambiental e injustiça social. Ao fim e ao cabo, os modelos de desenvolvimento, incluindo a própria formação discursiva que perpassa o dito desenvolvimento sustentável, redefinem os princípios éticos e sócio-políticos adotados pela sociedade ocidental moderna, e exprimem a desigualdade de poder e acessos sobre os recursos. A razão que opera, portanto a (des)organização social à qual insere-se o contexto do crime-desastre no Brasil estilhaça as pessoas e os territórios, tanto quanto impõe-se os acordos

extrajudiciais excludentes e suas burocracias, as peculiaridades e especificações técnicas, os detalhes, os pormenores, as divisões das partes, das coisas, dos seres, da matéria, da vida, dos sonhos, do imaginário. Consagra-se a pacificação através das violências, aonde os interesses antagônicos e convergentes disputam a materialidade e a imaterialidade do que se entende por *meio ambiente* ou *natureza*...

*Para não encerrar*

“Quando tudo nos leva a dormir, olhando com olhos atentos e conscientes, é difícil acordar e olhar como num sonho, com olhos que não sabem mais para que servem e cujo olhar está voltado para dentro” (ARTAUD, 1999 [1964], p.6).

Um som metálico e agudo arranha aquelas serras, serpenteando por rios, vilarejos e cidades. Hora esse som é mais opaco, reveza-se em pequenos intervalos, conforme arrastam-se as rodas pelos pesados dormentes da ferrovia. Ali vai seguindo, vagão após vagão, rangendo no balançar da máquina as promessas do progresso. Lentamente se move essa estrutura de metal, carregando as serras e as vidas trituradas ao pó. As bucólicas paisagens das Minas Gerais ganham cada vez mais, uma pincelada apocalíptica e industrial, sobrepostas por alguns rios vermelhos que agora correm silenciosos, por algumas matas que de tão fragmentadas só tentam ainda existir, e por algumas vilas e cidades que tentam matar sua sede e sobreviver na rarefeita sociedade cinzenta. O rio falava e era Doce, mas o que passa é o minério de ferro, e o que fica é a lama...

Se lhe perguntasse, diria que era mentira. Por isso, não conta nada a ninguém, prefere manter-se reservada. Ou preferiria. Mas ela, que agora habita entre os monstros e fantasmas, entre o gorduroso mal cheiro que exala dos becos escuros da vida, vive sua nova realidade. A conhece como essa se apresenta: despedaçada, fragmentada. Mas por sabe-la, se expôs, se fragilizou. O custo é alto para os enfrentamentos de seus demônios, e ela teve êxito em não largar de lado seu confronto; o enfrentamento de si mesma, de seus próximos, dos que tentam lobotomizá-la. Ao grave da voz do poeta que brada: “*Longe o profeta do terror que a laranja mecânica anuncia*”, das maciças vozes que atravessam o centro de convenções da cidade edificada e ocupada pelo trabalho, pelo sal do suor e pelo escarlate do ouro de sangue. Cidade do minério: Mariana. A denúncia e o lamento, que como sanfona tateava pelos dedos enrugados e calejados, estourou a garganta em verbo: “*do rio ao mar, não vão nos calar!*” Só percebem os que vivem o vivido e, é nesse cotidiano que espreme e se exprime como rotina do tempo contado, cada instante de vida que nos foge, com a licença da indignação: que nos

fode! Evitamos nos colocar nos lugares mais desconfortáveis para apreender qualquer sopro daqueles pulmões. E não deveria ser o contrário? A referida ocasião foi em 5 de novembro de 2018, no encontro que marcou os 3 anos do rompimento da barragem de Fundão, organizado pelo MAB em Mariana. Para aqueles que estão distantes, são quase cinco anos, alguns nem mais se lembram. E os mais de 1800 dias, quem os percebe? Quem os vive? Quem são esses “anônimos” tratorados pelas burocracias, pela linguagem técnica que lhes foge, pelo disciplinamento de seus corpos, constrangidos em espaços outros que não mais os de sua vida cotidiana, pelas tabelas de Excel e pelos cadastros *a la* Banco Mundial? Uma gestão da barbárie, engajada em silenciar e aplinar a realidade de um dos mais violentos, controversos e emblemáticos crimes socioambientais do Brasil. Delineia-se diante de nós, enunciando e anunciando as tragédias e as farsas que estavam só por começar. Primeiro era o apelo moral da tragédia, depois o culminar da farsa da reparação.

Estamos diante da multiplicidade de vozes de sujeitos que são assujeitados, suprimidos. Mas não se enganem, há reação! Nem todos vivem e assistem passivamente, há que ser estratégico para se compreender agora como *atingido*. Afinal, “*a troca vem do soul, da alma, do sou, do ser*”, como nos brinda a historiadora, poetisa e professora Maria Beatriz Nascimento<sup>64</sup>. E na voz da entidade Exu: “*Você sabe que é muito bom confiar desconfiando...*”<sup>65</sup>. Não menos popularmente demonizado que Exu, Nietzsche nos alertara para a mesma cautela, desconfiar da busca por uma “verdade”:

Desconfie de tudo que está posto, de cada acordo, cada transação, cada transmutação que nos desce à goela. A insurreição é não se reconhecer como propriedade do outro, e isso é fundamental para os tempos de “governança”, pacificações e consensos em que vivemos. A negociação de direitos e da vida hoje é trazida para um platô extremamente “democrático”. Mas, novamente, não se iludam amigas e amigos! A única democracia que existe é a que existe, e essa não é nada democrática, apenas se enuncia e anuncia assim. É o sal da terra! É a sede do peixe! Trabalho de gente. Vida de gente. De povo. Para os que dizem que não tem mais nada, tem tudo. O tempo não para. O espaço não para. E as vidas não param, mesmo com as opressões e interrupções, valentemente essa gente resiste, sem que a gente saiba quando a noite amanhece. Eles sabem! Vai, e vê se não esquece de chorar, mas vê se não esquece de lutar! Aqui onde estão as mulheres, homens e crianças há um grande leilão.

---

<sup>64</sup> Trecho do documentário *Orí*, dirigido por Raquel Gerber, ano de 1989. (Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3yCV6pdBPSg>. Acesso em 15/05/2018).

<sup>65</sup> *Idem* (1989).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P. *Brazil and the world economy, 1930-1945: aspects of foreign economic policies and international economic relations under Vargas*. Cambridge, s. ed., 1977. 301 p. Tese (Doutor em filosofia) Univ. of Cambridge, 1977.

ACSELRAD, H. (a). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7–12.

ACSELRAD, H. (b). Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. (orgs). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 5, 2002, pp. 49-60.

ADÃO, S. M. *Os discursos confrontados no processo de privatização: o caso Companhia Vale do Rio Doce*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com vistas à obtenção do título de doutoramento em letras. São Paulo. 2006.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*: Nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado: Introdução Crítica de J. Guilhon Albuquerque. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 6.a edição.

ALVES, B. 19 áreas no Estado entraram na lista dos atingidos pela Samarco. *Gazeta Online*. Espírito Santo, 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/19-areas-no-estado-entraram-na-lista-dos-atingidos-pela-samarco-1014040153.html>>. Acesso em: 22/10/17.

AMBIOS – Engenharia e Processos LTDA. *Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão – MG*. Relatório Final. São Paulo, 17 de abril de 2019.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Sala de situação do Rio Doce*. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/rio-doce/rio-doce-saiba-mais>. Acessado em janeiro de 2020.

ARTAUD, A. 1896-1948. *O teatro e seu duplo*. Tradução: Teixeira Coelho; revisão Mônica Stahel. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleção Tópicos.

BAKHTIN, M (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929].

BATISTA, B. T. *Geografia do Brasil: uma questão de discurso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Belo Horizonte, 2019.

BECK, U. No Vulcão Civilizatório: os contornos da sociedade de risco. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, São Paulo. 2010.

BENJAMIN, W. Ensaio obtido em Walter Benjamin – Obras escolhidas. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.1987

BENJAMIN, W. *Illuminations*. London: Pimlico Press.1999 [1968].

BENJAMIN, W. 1892-1940. *Documentos de cultura. documentos de barbárie : escritos escolhidos I seleção e apresentação Willi Bolle*; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... I et al.1. - São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BLOWERS, A. Environmental Policy: Ecological Modernization or The Risk Society. *Urban studies*. V.34. n 5-6, p. 845-871, 1997.

BOURDIEU, P. *O campo científico*. Renato Ortiz (org). Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Pulo: Ática. 1983.

BRAUMÜHKL, C.; WINTERFELD, V. (2005), “Sustainable governance: reclaiming the political sphere: reflections on sustainability, globalization and democracy”. *Wuppertal Papers*, - 135e. Disponível no site <www.wupperinst. org>.

BULLARD, R. D. A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental. In: IBASE. *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente; o debate Internacional*. Rio de Janeiro: Arte Maior, 2000. p. 32-41. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental, vol. 3.

CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE – COMITÊ INTERFEDERATIVO. *Relatório de Atividades 2016-2018 da CT-SAÚDE*. 2019.

CARLOS, A. F. A. (Re) *Produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRO, I. E. “O problema da escala”. In: Castro, I. E. et al. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.

CAVALCANTI, C. “Características da governança ambiental no Brasil”. XXIV Reunião da ABA, FP. 27 *Antropologia e a práxis socioambiental*, Olinda. 2004

CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e lugar: elos da produção da existência. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, W.; OLIVEIRA, Lívia de. (Org.). *Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia e fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CHEVALIER, J. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*; Prefácio André Siegfried; Tradução: Lydia Cristina. 8. Ed/ 2 impr. – Rio de Janeiro: Agir. 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia. *A crise é a vida normal. A antropologia face à crise*. Workshop respostas à crise. Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Próximo Futuro. 12-13 novembro de 2009.

DA SILVA, R. A. C. *Dramáticas da Vida Urbana: rupturas na vida cotidiana e nos projetos individuais e familiares dos atingidos pelo desastre. Águas de Novembro: estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil)*. Tese. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2015.

DE CERTEAU, M. GIARD, L. MAYOL, P. *A invenção do Cotidiano: 2. Morar e Cozinhar*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.

DEL GAUDIO, R.; FREITAS, E; PEREIRA, D. Desenvolvimento sustentável e ideologia: interpelações. *Lutas Sociais*, PUCSP, v. 19, p. 99-111, 2015.

DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. organizadoras. *Ideologias e Geografias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 429p.

DOMBROWSKY, W. R. (1998) – “Again and again: is a disaster what we call a “disaster”?”. In: Quarantelli, Enrico L. (org.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London/New York, Routledge, p. 19-30.

DOUGLAS, M. ; WILDAVSKY, A. *Os riscos são desconhecidos. Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Organizado por Michael Schröter. Tradução: Vera Ribeiro. *Revisão Técnica Renato Janine Ribeiro*. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1994 [1939].

FEAM (2020) – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais. Acessado em janeiro de 2020. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/arquivos/CAVAS/caue%20rejeito%20e%20esteril%20feam%20mangolim.pdf>.

FEAM. Fundação Estadual de Meio Ambiente. *Inventário estadual de barragens do Estado de Minas*. Belo Horizonte: FEAM, 2013.

FGV (a). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. © Copyright Fundação Getúlio Vargas. 2009. (Acessado em fevereiro de 2020).

FGV (b). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: ACORDOS DE WASHINGTON*. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>>. © Copyright Fundação Getúlio Vargas. 2009.

FIX, M. Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Cad. CRH* vol.22 no.55 Salvador Jan-Abr, 2009. Disponível em <

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000100003&script=sci_arttext) >  
(consulta em julho/2019).

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população : curso dado no College de France (1977-1978)* / Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Ajessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo : Martins Fontes, 2008.(Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros: curso no Cullege de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. - (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT(a), Michel. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT(b), M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France*, 2 de dezembro de 1970. São Paulo: ed. Loyola. 2004.

FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1978.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2003.152 p.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2009 [1972].

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCELINO, P. F. O conceito de formação discursiva na análise de discurso: contribuição foucaultiana para a constituição de um campo interdisciplinar do saber. *DLCV. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas* (UFPB), João Pessoa-PB, v. 3, p. 37-47, 2005.

FREITAS, C. M. de; BARCELOS, C.; PORTO, M. F. de S. Justiça ambiental e saúde coletiva. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 245-294.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade; tradução de Raul Fiker*. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. - (Biblioteca básica) 1991

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade; tradução, Plínio Dentzien*. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

GOFFMAN, E. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Matias Lambert. Editora. LTC. Quarta Edição. P.124. 1981.

GREGOLIM, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Departamento de Linguística - *Faculdade de Ciências e Letras - UNESP -14800-901 - Araraquara – SP*. Alfa, São Paulo, 39: 13-21,1995.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS – GESTA/UFMG. Considerações sobre a disputa acerca da Avaliação de Risco à Saúde Humana nos municípios de Mariana e Barra Longa, Minas Gerais, no contexto do desastre da Samarco S.A. Documento elaborado pela equipe do GESTA/UFMG no âmbito dos projetos de pesquisa: O Desastre e a Política das Afetações (Apoio FAPEMIG APQ 01598-16) e Mineração: desastre sociotécnico e a gestão da crise (Apoio CNPq 404990/2016-9), coordenados respectivamente pelas professoras Dra. Andréa Zhouri e Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira. *GESTA/UFMG*, 09 de abril de 2020.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del sur y sus efectos derrame. *La Revista, Sociedad Suiza Americanista*, Boletín No. 76, p. 13-23, 2015

GUIMARAES, P. *Cartografias frente ao desastre-crime na Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: *Geografia Cultural: uma antologia, volume II*. Organização, Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendhal. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013. 296 p.

HELLER, A. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona, Ediciones Península, 1986.

HORA, A. M.; DIAS, C. A.; GUEDES, G. R.; VIEIRA DA COSTA, A. S.; FERRARI JÚNIOR, M. J. *Da exploração econômica da bacia hidrográfica do Rio Doce ao atual processo de degradação de seus recursos naturais*. O presente trabalho é um recorte da pesquisa “Representações Sociais das Comunidades de Galiléia e Tumiritinga com relação ao uso e conservação do Rio Doce”, apoiada pela FAPEMIG, Processo Nº: APQ-01807-11. Minas Gerais. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Acessado em janeiro de 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=450059&view=detalhes>.

INSITUTO PRÍSTINO. 2013. *Laudo Técnico em resposta ao Parecer Único Nº 257/2013 – Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos de Fundão – SAMARCO MINERAÇÃO S/A*. IP. 082.2103. Belo Horizonte.

KUNDERA, M. *A insustentável leveza do ser*. Ed. Companhia de bolso. 1ª edição. 2008 [1984]. 312p.

LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do Urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (do original: La producion de l’ espace, 4a éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de

2006.

LOSEKANN, C.; MILANEZ, B. A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. In: *Rompimento da Barragem de Fundão Dossiê TAC Governança. Versos – textos para discussão POEMAS*. v. 2. n. 1. 2018.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez: 1985. 112 p.

MACHADO, S. B. A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 46-73. 2010.

MAGALHÃES, F. N. C. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de doutor em Geografia. Belo Horizonte, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Gènese du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1984. (Tradução provisória feita pelo Prof. Sírio Possenti, por ocasião do curso Análise do Discurso, no período de 30 de junho a 11 de julho de 2003, na UFPE, Recife, Brasil).

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. São Paulo: Sahar, 1976.

MARCUSE, H. Originalmente publicado como epílogo em *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (Frankfurt, Insel, 1965, p. 143-50). In: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. LECH – Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo. 1986.

MARX, K. e ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunistas”. In: *Obras escolhidas*. v. I. Moscou, Edições Progresso, 1982, pp. 106-136.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. 1-2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 966 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 119 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413 p. (Coleção Os Pensadores, v. 35.).

MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 314p.

MASSEY, D. Um sentido Global do Lugar. In: ARANTE A. A. (Org). *O espaço da diferença* Campinas, São Paulo: Papius, 2000 [1991].

MCLELLAN, D. *A ideologia*. Lisboa. Editorial Estampa, 1987.

MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006 288p. (Coleção Trabalho e Emancipação).

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org). *Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Ed. Folio Digital. Rio de Janeiro, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública Parecer Técnico 01/2020-DSASTE/SVS/MS. ANÁLISE DA METODOLOGIA GAISMA*.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, . . .* Fundação Renova. (2018). Termo de Ajustamento de Conduta. Belo Horizonte.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Samarco Mineração S.A., Vale S.A., & BHP Billiton Brasil Ltda.* (2017). Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (TAP). Belo Horizonte.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *Samarco Mineração S.A., Vale S.A., & BHP Billiton Brasil Ltda.* (2017). Termo de Ajustamento Preliminar. Belo Horizonte.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2018, 25 Jun). *Linha do Tempo. Caso Rio Doce - Atuação do MPF*. Acessado em: 18 Set 2018, Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/atuacao-do-mpf/linha-do-tempo>

MOLERO, P. L. *Modelo de formação de preços de commodities agrícolas aplicado ao mercado de açúcar e álcool*. Tese apresentada ao Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MOLINARI, L. G. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855)*. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Belo Horizonte, 2009.

MOLON, N. D.; VIANNA, R. O Círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada. *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 142-165, Jul./Dec. 2012.

MORAES, A. C. R. Geografia, Interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 09-39, apr. 2014. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/geousp/article/view/81075/847> 23.

MORAES, A. C. R. In: Manoel Fernandes de Souza Neto. *Planos para o império: os planos de viação do segundo reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012. 264p.

MOURA, G. O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros.

*Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 55-73, jan./ mar. 1978.

MovSAM - Movimento pelas águas e serras de minas. *Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais*. Belo Horizonte. 2018

NADER, L. Harmonia Coerciva. A economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 18-29, 1994. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_02.htm).

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Editora UFRGS. 2016.

NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Tradução: Márcio Pugliesi - Universidade de São Paulo. Do Original Alemão: *Jenseits von gut und böse*. Ed. Hemus Livraria, Distribuidora e Editora S.A. 230p. 2001

NIETZSCHE, F. W. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIXON, R. Introduction In: NIXON, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011, pp. 01-44.

OLIVEIRA, N. (2016). *Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos*. (Agência Brasil). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos> (15/01/2016). Acesso em: 08 maio 2018.

OLIVER-SMITH, A. What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. *The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective*. Routledge, 1999.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Ed. Pontes. 2005. 100p.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. P. 143-152. In: PEREIRA, D. B.; DEL GAUDIO, R. S. As ideologias e a exclusividade da natureza: aproximações. In: DEL GAUDIO, R. S. e PEREIRA, D. B.. (Org.). *As ideologias e a exclusividade da natureza: aproximações*. 1ed.Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, v. 1, p. 204-235.

PEREIRA, D. B.; DEL GAUDIO, R. S. As ideologias e a exclusividade da natureza: aproximações. In: DEL GAUDIO, R. S. e PEREIRA, D. B.. (Org.). *As ideologias e a exclusividade da natureza: aproximações*. 1ed.Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, v. 1, p. 204-235.

PoEMAS - Grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e

Sociedade. Rompimento da Barragem de Fundão Dossiê TAC Governança. Versos – textos para discussão *POEMAS*. v. 2. n. 1. 2018.

POLIGNANO, M. V.; SILVA, R. L.; GROSSI BASTOS, L. Os impactos, danos e perspectivas socioambientais na bacia do rio Doce do desastre da Samarco. In: Org: Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro, Marcus Vinícius Polignano, Eugênio Marcos Andrade Goulart, José de castro Procópio. *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy; 2019. 316p.

QUARANTELLI, E. L. *What is a Disaster? A Dozen Perspectives on the Question*. 1ª Ed. Editora: Routledge. 1998. 325 p.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Ano 17. Nº37. 2002. 4-28.

REVEL, J.; FOUCAULT, M. *Conceitos essenciais*. Tradução – Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. – São Carlos: Claraluz. 2005.

ROITMAN, J. "The Stakes of Crisis" (pdf) . In: KJAER, P.; OSLEN, N. *Critical Theories of Crisis in Europe*, Rowman & Littlefield International, 2016. <https://drive.google.com/file/d/0B5RX4kUysDhKclZiR3NwZGREZzA/view>

ROJAS, C. M. O. *O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre(s) no Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Ano de obtenção: 2020.

ROJAS, C. M. O.; PEREIRA, D. B. As Políticas e estratégias empresariais de controle territorial: a VALE S.A e os embates na Serra do Gandarela/MG. *Revista Novos Cadernos NAEA*. V. 18, n.3, p.29-49. 2015.

ROJAS, C.; PEREIRA, D. B. O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre a modus operandi da Samarco/Vale/BHP, *ANPOCS*, 30p. Caxambu. 2017. Disponível em: [www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt06-14/10642-o-rompimento-da-barragem-de-fundao-mg-reflexoes-preliminares-sobre-o-modus-operandi-da-samarco-vale-bhp-billiton/file](http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt06-14/10642-o-rompimento-da-barragem-de-fundao-mg-reflexoes-preliminares-sobre-o-modus-operandi-da-samarco-vale-bhp-billiton/file)

SACHS, W. Development: The rise and decline of an ideal. Wuppertal Papers. *An article for the Encyclopedia of Global Environmental Changes*. Germany. 2000.

SARAMAGO, J. *Levantado do chão*. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 368p.

SEABRA, O. C. de L. Insurreição do uso. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* [S.l.: s.n.], 1996.

SEDRO. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBNA E GESTÃO METROPOLITANA DE MINAS GERAIS. *Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG*. Força-tarefa. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SIENA, M. *Do Risco Estrutural ao Desastre Persistente. A Atenção Social nos Desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCAR, 2012.

SILVA, A. O. Ideologia e utopia. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 96, maio de 2009. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp\\_ozai.htm](http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_ozai.htm).

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TORRES, H. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2006. p. 53-73.

VAINER, C. Conceito de “atingido”: uma revisão em debate. In: FRANKLIN, D. R. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa/ MG: Editora UFV, 2008, 344 p.

VALE. (2018). *Relatório de desempenho da Vale no terceiro trimestre de 2018*. Acessado em: outubro de 2019. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterly-results/Paginas/default.aspx>.

VALE. (2019). *Relatório de desempenho da Vale no terceiro trimestre de 2019*. Acessado em: outubro de 2019. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterly-results/Paginas/default.aspx>.

VALENCIO, N. Da Morte da Quimera à Procura de Pégasu: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N. et al. *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos, RIMA Editora, 2009.

VALENCIO, N. Desastres no Brasil: uma análise socio-espacial da vulnerabilidade institucional através da evolução da decretação municipal de situação de emergência e de estado de calamidade pública. Imprensa da Universidade de Coimbra; *RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*. URI: <http://hdl.handle.net/10316.2/34907>. 2014.

VERVLOET, R. J. H. M. A geomorfologia da região de rompimento da barragem da Samarco: a originalidade da paisagem à paisagem da mineração. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org). *Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Ed. Folio Digital. Rio de Janeiro, 2016.

VIÉGAS, R. N. O campo da resolução negociada de conflito: o apelo ao consenso e o risco do esvaziamento do debate político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 7-44. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162101>.

VIGH, H.; Crisis and Chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline. *Ethnos*, V.73:1, p.5-24, March 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00141840801927509>

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes

econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org). *Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Ed. Folio Digital. Rio de Janeiro, 2016.

WOLKMER, M. de F. S. PAULITCHS, N. da S. O estado de direito socioambiental e a governança ambiental: ponderações acerca da judicialização das políticas públicas ambientais e da atuação do poder judiciário. *Estudos Jurídicos*. Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos). 2013.

ZHOURI, A; VALÊNCIO, N; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; & SANTOS, A. F. O Desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. ZHOURI, A.; BOLADOS, P. & CASTRO, E. (Orgs.) *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo, Annablume, 2016.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 23 No 98 . 68. 2008, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07>, acesso em: 30 maio 2017.

ZHOURI, A.(org.). *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA: Editorial iGuana: ABA, 2018.

ŽIŽEK, S. *Primeiro como tragédia depois como farsa*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUCARELLI, M. *A MATEMÁTICA DA GESTÃO E A ALMA LAMEADA: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, agosto de 2018.